

PROIBIDO TRABALHAR:

problema socioambiental dos *filhos da Ilha do Cardoso*/SP

Crismere Gadelha

Orientador:

Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão

Dissertação apresentada ao
Programa de Antropologia Social
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Campinas
novembro/ 2008

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

G117p **Gadelha, Crismere**
Proibido trabalhar: problema socioambiental dos filhos da Ilha do Cardoso/SP / Crismere Gadelha. - - Campinas, SP : [s. n.], 2008.

Orientador: Carlos Rodrigues Brandão.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Camponeses – Cananéia (SP). 2. Pescadores.
3. Conservação da natureza. 4. Ambientalismo. 5. Identidade.
6. Perseguição. 7. Sítios. I. Brandão, Carlos Rodrigues, 1940-
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

(cn\ifch)

Título em inglês: Work in prohibited: social-environmental problem of the Cardoso Island's children

Palavras chaves em inglês (keywords) : **Peasantry – Cananéia (SP)**
 Fishermen
 Conservation of nature
 Environmentalism
 Identity
 Persecution
 Small farm

Área de Concentração: Antropologia Social

Titulação: Mestre em Antropologia

Banca examinadora: Carlos Rodrigues Brandão, Antonio Carlos Sant'Ana
Diegues, Lúcia da Costa Ferreira

Data da defesa: 18-11-2008

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

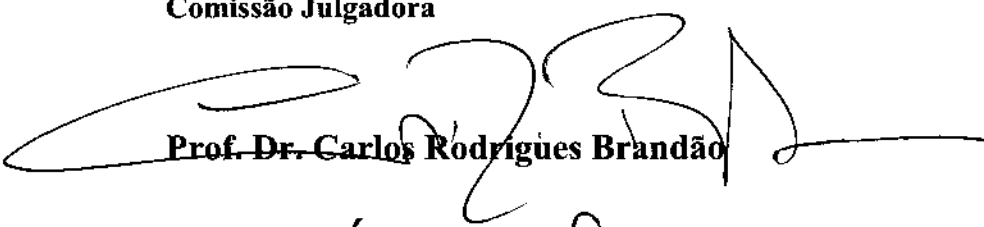
Crismere Gadelha

PROIBIDO TRABALHAR:
problema socioambiental dos *filhos da*
Ilha do Cardoso/SP

Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas-Unicamp, para obtenção do título de mestre em Antropologia Social sob orientação do Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão.

Este exemplar corresponde à
redação final da Dissertação defendida
e aprovada pela Comissão Julgadora em 18/11/2008.

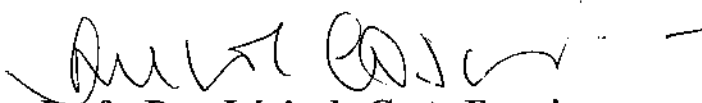
Comissão Julgadora



Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão



Prof. Dr. Antonio Carlos Sant'Ana Diegues



Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira

Campinas, novembro/2008

200827806

Aos mestres da vida e do amor:
meus pais Luiza Zapff e Epitácio Gadelha,
e a maninha Marla.

Resumo

O Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Decreto n.40.319, de 03/07/1962), localizado no município de Cananéia, é um dos primeiros atos legais de proteção ambiental do Estado de São Paulo. Ele está inserido em região marcada, pós década de 1960, por diferentes categorias jurídicas de proteção ambiental (ou unidades de conservação) que abrangem o complexo estuarino que vai de Peruíbe, no Estado de São Paulo, a Paranaguá, no Estado do Paraná. Por conseguinte, é marcante a intervenção governamental no sentido da regularização deste quadro, e também a presença, mais assídua nos últimos anos, de diferentes protagonistas da sociedade brasileira, tais como turistas, ambientalistas, pesquisadores, investidores (exploração: imobiliária, turística e de recursos naturais), etc. Uma vez constituída pelo bioma Mata Atlântica, a região é contemplada também pela Unesco como parte da Reserva da Biosfera e patrimônio da humanidade.

É no interior desta realidade que este estudo se desenvolveu.

O que se (re)contará aqui é a memória de um tempo mais antigo, de poucas décadas atrás é certo, cuja apropriação cultural na forma de sítios, lugar de sítios, caracterizara a Ilha do Cardoso antes da chegada do Parque, lugar de natureza. *Fomos proibidos de trabalhar* ou *é proibido trabalhar*, expressões que ouvi inúmeras vezes, atestam, pelo uso dos tempos verbais, a atualidade do conflito social que se iniciou com a decretação do Parque e o processo de desapropriação.

A expressão “*proibido trabalhar*” parece ser a síntese significativa de um processo histórico iniciado na década de 1960 e, ainda hoje, produtor de sentidos. Não estou com isto querendo dizer que esta é a história, a única história possível. Mas ela é, certamente, um aspecto muito importante da memória coletiva; da história local

Assim, a história que aqui será (re)contada é menos a história do presente, embora também o seja, do que a história do passado pelo presente. Esta volta inesperada ao passado, na situação atual em que a presença do “meio ambiente” na região impossibilita a reprodução do modo de vida característico de algumas décadas atrás, faz das lembranças ou recordações a idealização de um “tempo de antigamente”. E é, justamente desta idealização, que a pesquisa complementa etnograficamente os conhecimentos sociológicos e antropológicos sobre região, revelando a campesinidade dos *filhos da Ilha*, principal qualidade na compreensão da expressão “*proibido trabalhar*”.

Abstract

The Ilha do Cardoso State Park, located in the Cananéia district, is one of the first legal acts of environmental protection in the State of São Paulo. It is inserted in a region which, since after the 1960's, has been marked by different environment protection law categories (or conservation units) that encompasses a large number of estuaries from the Peruíbe river, in the State of São Paulo, to the Paranaguá river, in the State of Paraná. Therefore, the governmental intervention in the environmental regulation is remarkable along with the recently increased presence of different social actors in the Brazilian society, such as tourists, environmentalists, researchers, investors (looking for real estate, tourist locations, and natural resources), etc. Since it is classified as an Atlantic Rainforest biome, Unesco also holds it as part of the Biosphere Reserve and as one of humanity's commonwealths.

It was within this reality that this study has developed (took place).

What will be (re)told here is the memory of an old time, for sure of few decades ago, whose cultural appropriation as small farms characterized Cardoso Island before the arrival of the park, a place of nature. "*We are prohibited to work*" or "*work is prohibited*", words I heard countless times testify, by the use of these tenses, how contemporary is the conflict created by the implementation of the park and the disappropriation process.

The phrase "*work is prohibited*" seems to be a significant synthesis of a historical process that began in the 1960's and even today is a meaning maker. By this I do not mean that this is **the** history, the unequivocal history. But it is certainly an important aspect of a collective memory: the local history.

Thus, the history that will be henceforth (re)told is less the history of the present, although it also is, but the history of the past for the present. This unexpected return to the past, in the current situation in which the presence of the "environment" in the region makes it impossible to revert people's lifestyle of some decades ago, makes the memories or remembrances an idealization of those "past times". And it is exactly from this idealization that the research ethnographically complements the sociological and anthropological knowledge of the region, revealing the "campesinidade" of the island's children, main aspect for the comprehension of the expression "*work is prohibited*".

Agradecimentos

Eu não conseguiria fazer justiça a todas as pessoas que me apoiaram nestes anos; tenho quase certeza que minha memória me trairia. Às citadas e às não citadas nestas linhas declaro minha motivação pura em dar a este estudo a melhor forma que me foi possível por gratidão a todas elas.

Foram inúmeras as condições preenchidas para que esta dissertação viesse a ser defendida. Além das condições institucionais, há também as condições alicerçadas em afetos e em estímulos sutis.

À Unicamp, especialmente ao Departamento de Antropologia Social, agradeço a oportunidade de defender esta dissertação e o apoio recebido por professores, colegas e funcionários, também em momentos críticos de meu trajeto pessoal, apoio este que demonstra a humanização presente no meio institucional, propiciadora em boa parte do desejo de finalizar o presente trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP agradeço o apoio financeiro. Ao primeiro pelo apoio na forma de bolsa de estudo durante os semestres em que cumpri os créditos do Programa de Mestrado da Unicamp; à segunda, pelo apoio à pesquisa de campo no período de inserção do estudo no Projeto Temático *Homem, Saber e Natureza*.

As técnicas, os métodos, as teorias, as sistematizações, as análises e os ambientes de discussão e reflexão são condições que precisam ser preenchidas na realização do trabalho científico e neste particular o neófito necessita também de bons Mestres. Fui privilegiada neste sentido, tanto na graduação, quanto na pós-graduação. Como orientadores diretos em pesquisas científicas eu tenho uma profunda gratidão pela socióloga Maria Helena Oliva Augusto, da Universidade de São Paulo, e pelo antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, orientador do estudo que ora apresento. Com a professora Maria Helena tive minhas primeiras experiências de pesquisa, nos níveis de iniciação e aperfeiçoamento, num clima de respeito, confiança, carinho e rigor científicos fundamentais para minha formação.

Com o professor Brandão vivi intensamente ricos ambientes de aprendizado, para além de suas salas de aula. Mas, ao falar do Brandão duas coisas me vêm à mente: o pesquisador em campo empírico e o professor em campo de orientação. Quanto ao pesquisador, eu tive o privilégio de ver Brandão ouvindo, entrevistando, conversando, anotando, levantando dados, escrevendo relatórios. Torço para que eu tenha aprendido alguma lição!

Quanto ao orientador, ele “apenas” sugere e o faz de forma tão suave e doce que suas indicações até podem passar despercebidas pelo orientando. Cruzando casualmente, por exemplo, entre a biblioteca e o departamento, Brandão faz uma ou duas perguntas e/ou tece uma breve reflexão, tudo parecendo aleatório (estratégia de antropólogo ou de psicólogo?), e segue seu caminho para uma reunião ou aula. Um dia aquelas palavras vêm e clareiam sua mente: “ah, é isto então!”. Porém — suspeito —, quantas dádivas de Brandão eu deixei escapar!? Com a mesma doçura ele traça o caminho de leituras e releituras dos nossos escritos. Mestre Brandão, muito obrigada por tudo!

Aos colegas, alguns tornados amigos, do projeto temático *Homem, Saber e Natureza*, em que encontrei condições de estímulo intelectual, sou imensamente grata, especialmente a Cintya Maria Costa Rodrigues e Lúcia da Costa Ferreira.

Uma das principais condições para a realização de um estudo antropológico é o contexto empírico de seu desenvolvimento. Agradeço aos *filhos da Ilha* do Cardoso que abriram não apenas suas casas, mas seus corações e confienciaram a mim suas histórias, tanto as alegres quanto as tristes. Suas imagens pessoais e suas atitudes de acolhimento estão retidas em minha memória e os tenho desde então como parte de minha própria história de vida. Em nome dos casais Marta & Leonel e Salvador & Joaquina, meus anfitriões em Cananéia e Marujá, respectivamente, agradeço todas as pessoas que concederam entrevista e informações em Cananéia e na Ilha do Cardoso.

Aos meus pais, irmãos, sobrinhos e amigos tenho uma dívida de gratidão por terem criado e mantido as condições ambientais e afetivas propícias: ora me dispensando de tarefas cotidianas, ora transcrevendo fitas, ora reproduzindo materiais (fotos, figuras, mapas), ora ouvindo pacientes minhas preocupações e euforias, ora coando um café e assando um saboroso bolo.

Que os méritos deste trabalho coletivo se espalhem na atmosfera da paz mundial!

Sumário

Introdução 17

Parte I - Da ciência e do método: revelação do objeto e construção do problema de investigação 31

Capítulo 1 - Impressões & vestígios

1.1. Da natureza 33

1.2. Da cultura 45

Capítulo 2 - No campo dos dados, na trilha dos sinais 57

Parte II – *Proibido Trabalhar* 95

Capítulo 3 – Dos tipos de herança

3.1. Nomes de sítios, nomes de famílias 105

3.2. Vizinhança e mutirão 123

Capítulo 4 - Do cotidiano rememorado 141

4.1. “A não ser aqueles casarões que tem lá, a casa do povo nós chamamos de ripa” 142

4.2. Divisas e caminhos 143

4.3. “Mar grosso”, “mar de dentro” e mangue 144

4.4. “Igual o filho da caça, como dissesse o filho do camarão, é a mesma coisa” 145

4.5. Caminho de água: canoa de “guaripuvu” 147

4.6. Santos e festeiros 148

4.7. Brincando e ajudando 151

4.8. “Eu remato mandioca com as duas mãos até hoje” 151

4.9. “O palheiro do papai vivia lotado de gente” 154

Capítulo 5 – Do sítio enquanto lugar que *tinha tudo* 165

5.1. Pescando nas vagas 167

5.2. Tempo que era *liberado trabalhar* 175

5.3. “Um tempo que sempre foi” 183

Capítulo 6 - *Proibido Trabalhar* 195

6.1. Da *perseguição* 197

6.2. Da *expropriação* 208

6.3. Da *contradição*: “a gente mesmo tomava conta” 222

Conclusão 249

Bibliografia 271

Anexo 289

Introdução

No início da década de 1990 o professor Carlos Rodrigues Brandão realizou na Unicamp e, concomitantemente, na Universidade de São Paulo, como professor convidado, um curso em nível de pós-graduação em Antropologia -- no qual eu participava como ouvinte -- abordando o tema Homem-Natureza. Até aí nada de especial, considerando o tratar-se de um tema norteador da Antropologia desde sempre. Porém, o curso reuniu um número significativo de graduados e pós-graduandos de ciências humanas preocupados especificamente com a questão ambiental. Nesta mesma época, a Fundação à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP abria aos pesquisadores uma nova linha de financiamento denominada *grupo temático*, com o objetivo de estimular pesquisadores em diferentes níveis de formação, cujos projetos individuais de pesquisa estivessem centrados num mesmo tema, a trocarem experiências e ampliem o escopo teórico-metodológico sobre o assunto. Os professores Brandão (Departamento de Antropologia Social/UNICAMP) e Márcio Campos (Departamento de Astronomia/UNICAMP), levando em consideração a demanda de estudiosos voltados para o tema, concorreram ao financiamento junto à FAPESP com um projeto denominado “*Homem, Saber e Natureza - sistemas cognitivos de classificação e representação da natureza e sistemas normativos de apropriação patrimonial do meio ambiente entre pescadores caiçaras e camponeses tradicionais do Litoral, da Serra do Mar e da Serra da Mantiqueira, no Estado de São Paulo*”, o HOSANA, conforme ficou conhecido afetivamente¹.

Este projeto temático atraiu algumas dezenas de pesquisadores (o número variou de ano para ano), das mais diversas áreas de conhecimento (educadores, historiadores, sociólogos, antropólogos, biólogos, matemáticos, etc.), de graduandos a pós-graduados, interessados na problemática ambiental. As pesquisas individuais aí realizadas, cuja abrangência espacial circunscreveu o litoral paulista e serra da Mantiqueira, trouxeram ao grupo aprofundamento conceitual e uma amplitude do olhar sobre os problemas ligados à questão ambiental.

¹ Nesta época eu já havia realizado minhas primeiras incursões de pesquisa junto aos moradores do Parque Estadual da Ilha do Cardoso e estava em processo de revisão do projeto. No capítulo dois, “No Campo dos Dados, na Trilha dos Sinais”, forneço maiores esclarecimentos acerca da evolução e amadurecimento da pesquisa, principalmente após minha inserção no projeto HOSANA.

A importância do HOSANA para minha formação foi fundamental. A partir dele conheci e estabeleci vínculos com pesquisadores que já atuavam/estudavam a problemática ambiental ou passaram a fazê-lo, constituindo parte dos profissionais hoje atuantes no meio acadêmico, em núcleos de pesquisa e instituições, governamentais e não-governamentais. Estivemos juntos em importantes ambientes de debate sobre o tema.

Acredito que esta dissertação é um dos últimos trabalhos que desenvolvidos no âmbito do dito grupo temático, vem a público apenas agora. Sinto-me devedora do estimulante ambiente de debate e trabalho que o grupo proporcionou; e gratificada por fazer parte da história do HOSANA.

Este estudo está baseado em dados e entrevistas coletados nos últimos anos da década de 1980 e primeiros anos da década de 1990, período correspondente à finalização de minha graduação em Ciências Sociais e ingresso no programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, para a turma de 1991. Por motivos particulares não pude defender a dissertação junto com meus colegas de turma e recandidatei-me ao programa em 2007, com o intuito de socializar o rico material a mim confiado pelos entrevistados, suas memórias de perdas e alegrias.

Jamais conseguimos fazer justiça à riqueza que os sujeitos da história nos colocam à disposição, mas meu coração me alertava não ter eu o direito de deixar o que não me pertence guardado em algum arquivo pessoal. Neste sentido, sinto-me gratificada pela oportunidade de devolver este material à sociedade, especialmente aos *filhos da Ilha* do Cardoso.

Meu orientador e eu decidimos focar nesta dissertação os dados coletados naqueles anos, apesar de cientes de que uma atualização se fizesse necessária e pertinente para confrontação e/ou complementação dos problemas apresentados.

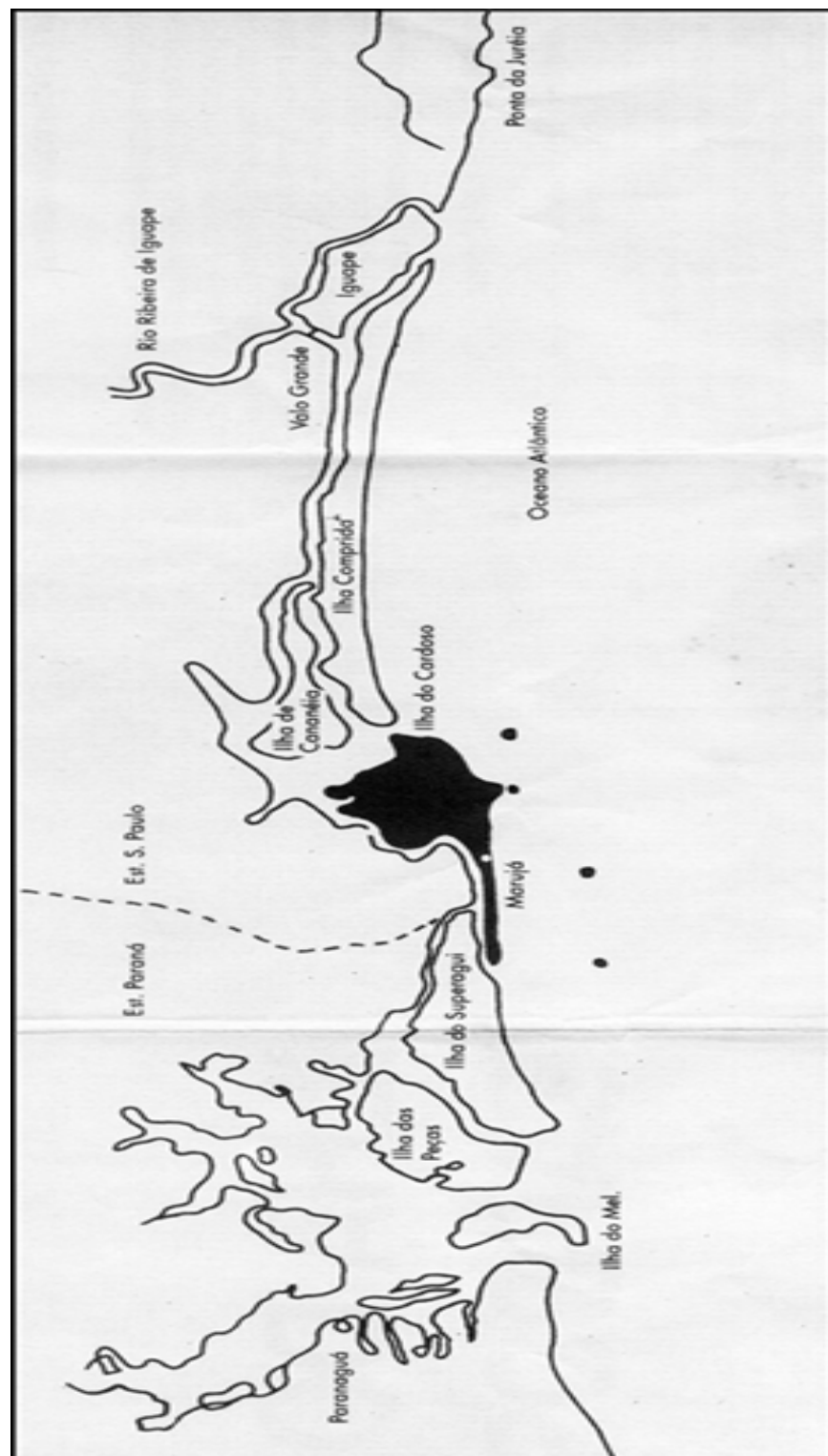
Além dos dados coletados no período citado, o trabalho de gabinete também se desenvolveu em diferentes momentos. Optei por manter o tom da descoberta etnográfica que marcou os primeiros anos de meu contato com o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, por considerar o processo de pesquisa parte do distanciamento crítico necessário ao estudo antropológico.

* * *

Parte desta pesquisa foi realizada no Parque Estadual da Ilha do Cardoso e parte no município de Cananéia, da qual a Ilha faz parte. É certo que antropólogos não pesquisam lugares, mas nos lugares e, nestes lugares, dialogam e entrevistam pessoas. Nesta pesquisa entrevistei pessoas que tinham suas histórias de vida ligadas a um passado de vida e a um presente de memórias da Ilha do Cardoso. E é desta história que trata esta dissertação.

Cananéia é o último município litorâneo do Estado de São Paulo, fazendo divisa com o Paraná, e é formado, além da parte continental, por um conjunto de ilhas, das quais as maiores são a Ilha de Cananéia, onde se localiza a sede do município, e a Ilha do Cardoso. Outras duas importantes ilhas que compõem a barra de Cananéia são a Ilha Comprida, hoje um município independente dos municípios de Cananéia e Iguape, e a Ilha do Bom Abrigo, importante marco para a entrada da sua barra.





2

² DEPARTAMENTO DE PESQUISA DE RECURSOS NATURAIS. *Ilha do Cardoso*. Folder.

Cananéia está localizada na Baixada do Ribeira que, por sua vez, faz parte do Vale do Ribeira. A expressão Vale do Ribeira consiste, na verdade, no vale do Rio Ribeira de Iguape, um importante rio federal que nasce no Estado do Paraná e tem a maior parte de sua bacia na região sul do Estado de São Paulo.

Conforme Pasquale Petrone, São Paulo é um Estado planaltino, pois os planaltos abrangem 93% de seu território. Já a planície litorânea paulista, que corresponde portanto aos 7% restantes do território paulista, está separado do planalto pela serra do Mar ou Paranapiacaba³. Nesta faixa correspondente ao litoral, a bacia do rio Ribeira de Iguape fornece uma paisagem totalmente diferenciada de todo o resto do litoral paulista. A serra do Mar vem praticamente beirando o litoral desde o sul do Estado da Bahia, porém próximo ao município paulista de Peruíbe ela forma um arco em direção ao interior, fechando novamente próximo a Cananéia e Paranaguá⁴. É no interior deste arco, que se afasta do litoral por uns 80 km, que está a maior parte da bacia do Ribeira de Iguape, constituindo “96,29% das terras estaduais entre 0 e 100m e 31% da vertente atlântica paulista”⁵, formando a Baixada do Ribeira. O Vale do Ribeira, porém, não é composto apenas de terras baixas. Parte de seus municípios está localizada em áreas serranas e há serras isoladas, inclusive na parte da Baixada do Ribeira, especificamente em Cananéia, onde a Ilha do Cardoso é a maior formação serrana da Baixada.

São dezenove os municípios do Estado de São Paulo que estão integralmente abrangidos pela bacia do Ribeira de Iguape; e sete são abrangidos parcialmente por ela⁶. Cananéia não está às margens do rio Ribeira de Iguape, mas é influenciada pela ampla rede dos inúmeros rios ligados a ele. O rio Ribeira de Iguape entra no Estado de São Paulo pelo Alto Ribeira junto ao município de Iporanga, passa por Eldorado e, na altura de Sete Barras, faz uma curva em direção ao litoral, passa por Registro e vai desembocar na barra de Icapara no município de Iguape.

³ Pasquale PETRONE, A Baixada do Ribeira, *Boletim* n.283, Cadeira de Geografia n.14 : 25.

⁴ Comissão Geographica e Geologica do Estado de S.Paulo. *Exploração do Rio Ribeira de Iguape*.

⁵ Pasquale PETRONE, *op. cit.*, 19, 26.

⁶ Abrangidos pela bacia: Cananéia, Iguape, Ilha Comprida, Eldorado, Iporanga, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, Pariquera-Açu, Sete Barras, Barra do Turvo, Juititaba, Cajati, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Barra do Chapéu. Abrangidos parcialmente: Apiaí, Ibiúna, Itariri, Piedade, Peruíbe, Tapiraí, São Lourenço da Serra. (In: Carlos R. BRANDÃO et alii “Os números do Vale do Ribeira de Iguape”.)

Para além de características morfológicas e climáticas (temperaturas elevadas, umidade térmica, altos índices pluviométricos), o que caracteriza a região são também os aspectos ligados a história econômica e a forma como ela esteve ligada ao rio Ribeira de Iguape, enquanto meio de comunicação com o litoral do Estado.

Os municípios litorâneos de Iguape e Cananéia desempenharam um importante papel na economia, desde o início do período colonial até aproximadamente o início do século XX, e esta importância deveu-se fundamentalmente por ter eles não apenas iniciado o povoamento do Vale do Ribeira como, posteriormente, por seus portos terem servido de escoamento de toda a produção do Vale, produção esta que se desenvolveu nas margens do rio Ribeira de Iguape, seus afluentes e tributários⁷. Atualmente a imagem mais veiculada sobre o Vale do Ribeira pelos diferentes meios de comunicação deve-se a dois aspectos de sua realidade, em boa medida contraditórios: a pobreza econômica e a riqueza ambiental.

O Vale do Ribeira concentra o maior número de unidades de conservação ambiental do Estado de São Paulo e tem 51% de sua área total legalmente protegida.

*“A região abriga um dos mais importantes patrimônios espeleológicos do Brasil, além de mais de 2,1 milhões de hectares de florestas, equivalente a aproximadamente 21% dos remanescentes de Mata Atlântica de todo o país, 150 mil de restingas e 17 mil de manguezais, todos extremamente bem conservados. Em 1999, a reserva de Mata Atlântica do Sudeste, constituída por 17 municípios do Vale do Rio Ribeira de Iguape, tornou-se uma das seis áreas brasileiras a serem consideradas Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura). Há 24 unidades de conservação integral ou parcialmente inseridas no Vale”.*⁸

No que diz respeito ao litoral, a principal característica ecológica é a presença do manguezal, que compõe o complexo estuarino-lagunar desde Paranaguá, no Paraná, até Peruíbe, no Estado de São Paulo⁹. Da região abrangida por este complexo, 60% está protegida por unidades de conservação. Nesta área há um conjunto diferenciado de unidades de conservação que se sobrepõem, umas mais restritivas e outras menos, no que diz respeito ao uso direto ou indireto. Elas estão submetidas a diferentes níveis de atuação governamental (federal, estadual e municipal). A parte relativa ao Estado do Paraná

⁷ Sobre a história de Cananéia e Ilha do Cardoso, ver artigos diversos de Antonio Paulino de ALMEIDA.

⁸ Fernanda ROTTA e Raul S. T. do VALLE. Fórum debate estratégias de desenvolvimento para o Vale do Ribeira. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org>>. Acesso em: 01/04/2003.

⁹ As informações referentes ao complexo estuarino-lagunar estão in: SÃO PAULO. *Regulamentação da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe*.

compõe a Área de Proteção Ambiental Federal de Guaraqueçaba; e a do Estado de São Paulo, está composta pela Área de Proteção Ambiental Federal Cananéia-Iguape-Peruíbe e pela Área de Proteção Ambiental da Ilha Comprida.

O principal problema que o Vale vem enfrentando nos últimos anos é a compatibilização entre a proteção ambiental e o desenvolvimento social e econômico. Entre os vários tipos de unidades de conservação, a Área de Proteção Ambiental (APA) é a menos restritiva, sendo de uso direto ela contempla o uso sustentável dos recursos naturais, disciplinando a ocupação e as atividades econômicas desenvolvidas nas áreas de sua abrangência. A especificidade das populações locais, quanto aos aspectos histórico-culturais de usufruto dos recursos naturais, graças à organização da sociedade civil (na forma de movimentos sociais e outros tipos de participação política), tem sido gradualmente considerada na legislação ambientalista¹⁰. Isto significa porém que na prática estejam sendo encontradas soluções compatíveis entre os interesses da população local e os diferentes graus de restrição que definem os tipos de unidades de conservação, soluções estas dependentes também das condições físicas e de recursos humanos dos órgãos governamentais (não apenas ambientais como também os da justiça), de forma a diminuir a distância entre pobreza econômica e riqueza ambiental.

Sobrepostas à APA Cananéia-Iguape-Peruíbe existem as unidades de conservação de caráter mais restritivo no conjunto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC: são as estações ecológicas e os parques. São elas: Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), Estação Ecológica dos Chauás (EEC), Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC), Parque Estadual de Pariquera-Abaixo (PEPab) e o Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ). O Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Decreto n.40.319, de 03/07/1962), lócus central desta pesquisa, é um dos primeiros atos legais de proteção ambiental do Estado de São Paulo¹¹.

¹⁰ É o que se pode verificar na Lei n.9.985, de 18/07/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Capítulo II, Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que, entre outras: III- assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação; IX- considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais; X- garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos.

¹¹ SÃO PAULO. *Op. cit.*

A educação ambiental, o turismo ecológico e a recreação são, entre os objetivos do SNUC, as atividades através das quais a população nacional pode ter acesso às unidades de conservação. E é exatamente pela via do turismo e da recreação que conheci o Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

Aliás, nada do que escrevi acima eu sabia em minha primeira viagem à Ilha do Cardoso, como turista, num feriado prolongado de 1987. Neste passeio, não posso omitir, viajei em busca do exótico, constituído por um imaginário formado pela mistura de informações daqueles que já tinham estado lá -- estórias de piratas, de fantasmas, de grutas e lagoas misteriosas, de esqueletos de baleias, pingüins e navios, etc. -- com minhas próprias representações sobre ilhas, matas, barcos, praias desertas, forjadas, fundamentalmente, sobre o cinema e a literatura de aventuras. A condição de ilha e de área de preservação ambiental, bem como as dificuldades de acesso a Marujá, seu balneário turístico¹², pareceram-me à época motivos a mais para alimentar a idéia de um lugar exótico e praticamente deserto.

A chegada a Marujá, porém, tal como narro na Parte I desta dissertação, provocou na então estudante de ciências sociais a primeira forte impressão a partir da qual surge o impulso à reflexão e pesquisa antropológica, fundada em outra forma de estranhamento.

Deixo para o capítulo segundo, “No Campo dos Dados, na Trilha dos Sinais“, a apresentação do processo de construção do problema de investigação. Aqui saliento apenas aquele que posso considerar como o primeiro real estranhamento, a partir do qual comecei a compreender a reflexão antropológica. Este estranhamento diz respeito à idéia do vazio demográfico. Um “vazio” de gente, de povos e de culturas que o “governo” ainda nos faz acreditar existir aqui no Brasil. Uma imagem bastante divulgada quanto aos projetos de colonização que, em nome do desenvolvimento e do progresso, justificaram a invasão de terras de indígenas, de pescadores, de lavradores e de quilombolas. Terras transformadas, na “melhor” das hipóteses, em pastos e monoculturas, e na pior, em terra de negócio, como a especulação imobiliária e, também, o desmatamento para comercialização de madeiras e

¹² Cananéia se distancia de São Paulo em aproximadamente 300 Km, que são percorridos de ônibus entre cinco e seis horas. De Cananéia até Marujá são mais 30 km que, em função da potência da maior parte das embarcações particulares de Cananéia e a da barca pública, pode custar até três horas a mais de viagem.

seus derivados¹³. O que constatei na Ilha do Cardoso é uma variação deste tema tão presente na história nacional.

Recordo que a minha primeira viagem à Ilha do Cardoso foi precedida de impressões sobre a mesma, vindas de uma pessoa que tinha lá estado e que me informara que em Marujá podia-se cruzar com pescadores muito pobres, que se ofereciam, em troca de algum dinheiro, para conduzir os turistas aos locais pitorescos da Ilha. Embora esta pessoa tenha feito menção à existência de casas, em que o adjetivo “pobre” aparecia vinculado às construções de madeira com cobertura de palha, eu não cheguei a formular a imagem de uma comunidade ou vila de pescadores, induzida provavelmente pelo meu próprio imaginário. A bem da verdade, ao chegar em Marujá, porém, deparei-me com tal afluência de sinais indicativos de uma organizada ocupação do espaço e de ordem social, que eu não soube identificar imediatamente o sentido do termo “pobreza”, conforme dissera minha conhecida.

Os moradores de Marujá realmente cobram pelos serviços prestados ao turismo, mas isto não indica necessariamente que o façam por pobreza, como se estivessem esmolando. Eles o fazem como uma fonte de renda a qual se adaptaram em função da valorização turística das áreas de praia de uma forma geral, e daquela advinda dos pressupostos das unidades de conservação ambiental; ou seja, eles o fazem devido à imposição de um mundo de valores dominantes, próprios da cultura ocidental urbano-industrial, assim como por determinações legais e políticas (que reificam os mesmos valores) e sobre as quais eles não

¹³ O próprio Vale do Ribeira de Iguape apresenta inúmeros exemplos dos conflitos sociais advindos das mudanças político-econômicas nacionais, donde a questão fundiária tem sido seu maior problema. Com relação às consequências da expansão do sistema capitalista de produção — sobre as relações de trabalho na pesca e na produção agrícola, sobre o problema da posse e propriedade da terra (especulação imobiliária, grilagem, titulação de terras, valorização turística das áreas litorâneas, enfim, a problemática dos conflitos advindos da sobreposição de “terra de trabalho”, “terra de negócio”; “terra de lazer” e “terra de reserva”), sobre a sobrepesca e demais consequências ambientais, etc. —, há, acerca do Vale do Ribeira, uma vasta bibliografia: Antonio P. de ALMEIDA, *Condições de vida do pequeno agricultor no município de Registro* (1953); Pasquale PETRONE, *A Baixada do Ribeira: estudo de geografia humana* (1966); Fernando A. MOURÃO, *A pesca no litoral sul do Estado de São Paulo da região lagunar de Iguape-Cananéia* (1967) e *Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo* (1971); Maria I. de PEREIRA DE QUEIROZ, *Vale do Ribeira – pesquisas sociológicas* (1967); Antonio C. S. DIEGUES, *Pesca e marginalização no litoral paulista* (1973), *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar* (1983) e diversos outros estudos publicados pelo Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas do Brasil/USP; Geraldo MULLER, *Estado, estrutura agrária e população* (1980); José R. ZAN, *Conflito de terra no Vale do Ribeira* (1986); Lourdes de F. B. CARRIL, *Terras de negros no Vale do Ribeira* (1995); Renata PAOLIELLO, *Conflitos fundiários na Baixada do Ribeira* (1992) e *As tramas da herança* (1998); Ruben C. QUEIROZ, *Atores e reatores na Juréia* (1992); Carlos R. BRANDÃO et alii, *Olhares Cruzados* (1998) e *Os Números do vale do Ribeira de Iguape* (1998); Roberto U. RESENDE, *As regras do jogo* (2000); Carmem L. RODRIGUES, *Limites do consenso* (2001).

tiveram condições de optar. Sabemos bem que o mesmo aconteceu em outras várias regiões do Brasil.

Ora, se a vida social e cultural própria de Marujá pode ser praticamente ignorada pelo visitante, ansioso que está para “curtir” a natureza e descansar mente e corpo, o que dizer da história de toda a Ilha do Cardoso, uma vez que Marujá é apenas uma parte desta história?

Por motivos que explico na Parte I, no seu capítulo segundo, esta pesquisa não se restringiu a Marujá. Acabei por ampliar o lócus da pesquisa, indo levantar em Cananéia as famílias que tinham abandonado a Ilha durante a época da desapropriação da mesma, à época da implantação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

Esta dissertação está dividida em duas partes.

A Parte I, denominada **“Da Ciência e do Método: da revelação do objeto e da construção do problema de investigação”**, consiste, como o próprio subtítulo esclarece, em explicitar o processo de construção do problema de investigação.

O Capítulo 1, **“Impressões & Vestígios”**, é uma espécie de relato de viagem. De caráter mais impressionista, traço neste capítulo o que posso considerar o meu trajeto de passagem da turista à pesquisadora, da apreciadora da paisagem à observadora da cultura, de como a ecologia foi cedendo lugar à história. Frente à forma clássica de apresentação de dissertações, há aqui certa inversão de ordem. O leitor não encontrará de imediato a explicitação dos pressupostos teóricos e metodológicos, que só figurarão no capítulo segundo, pelos motivos que aí serão esclarecidos.

O Capítulo 2, **“No Campo dos Dados, na Trilha dos Sinais”**, é complementar ao capítulo anterior. Nele explico o processo de minha pesquisa e a partir das dificuldades iniciais em encontrar o problema de investigação apresento o meu próprio *anthropological blues*¹⁴.

¹⁴ “Por *anthropological blues* se quer cobrir e descobrir, de um modo mais sistemático, os aspectos interpretativos do ofício de etnólogo. Trata-se de incorporar no campo mesmo das rotinas oficiais, já legitimadas como parte do treinamento do antropólogo, aqueles aspectos extraordinários, sempre prontos a emergir em todo o relacionamento humano. De fato, só se tem Antropologia Social quando se tem de algum modo o exótico, e o exótico depende invariavelmente da distância social, e a distância social tem como componente a marginalidade (relativa ou absoluta), e a marginalidade se alimenta de um sentimento de segregação e a segregação implica em estar só, desembocando tudo — para comutar rapidamente essa longa cadeia — na liminaridade e no estranhamento.” (Roberto Da MATTA. *Relativizando*, p. 156).

A Parte II, denominada “***Proibido Trabalhar***”, onde apresento a etnografia, fruto de meu trabalho de campo, contém quatro capítulos. A intenção é reconstruir e desconstruir o *tempo do sítio*.

No Capítulo 3, “**Dos Tipos de Herança**”, descrevo a distribuição espacial dos sítios e as principais categorias nativas e antropológicas que permitem nos aproximarmos da campesinidade.

O Capítulo 4, “**Do Cotidiano Rememorado**”, trago os dados etnográficos para descrição de cenários do *tempo do sítio*, que nos facultam imaginar aquele cotidiano.

O Capítulo 5, denominado “**Do Sítio como Lugar que Tinha Tudo**”, trabalho a noção de *fartura*, incluindo aí a posição da pesca naquele modo de vida.

O último capítulo, Capítulo 6, “***Proibido Trabalhar***”, (re)conto o fenômeno da desapropriação da Ilha. O trabalho enquanto valor já terá emergido como o ponto nevrálgico do drama e sua proibição fornece o sentido da *perseguição*. Mas isto porque “a maneira de trabalhar é um modo de produzir pessoas”; ainda mais, “além de produzir cultivos, o trabalho produz cultura” ¹⁵.

Finalmente, na “**Conclusão**”, que foge também da forma clássica de apresentação, retomo aspectos de um teor quase mais político e ideológico sobre a problemática ambiental, estimulada pela leitura de estudos mais recentes sobre o Parque Estadual da Ilha do Cardoso. É a um antropólogo conhecido, Marshall Sahlins, que devo, no entanto, a base teórica desta abordagem.

¹⁵ Ellen WOORTMANN & Klaas A.A. WOORTMANN. *O trabalho da terra*, passim.

PARTE I

DA CIÊNCIA E DO MÉTODO:

**revelação do objeto
e construção do problema de investigação**

Capítulo 1

Impressões & Vestígios ¹⁶

1.1. Da natureza

Quem já teve a oportunidade de fazer o passeio de Cananéia até a Ilha do Cardoso não pôde deixar de se encantar com as belezas naturais do trajeto.

Ao contornar com o barco, pelo Mar Pequeno, o Morro São João em Cananéia, ao longe se avista a Ilha do Cardoso. Uma massa de um verde escuro à semelhança de uma serra, com destaque para algumas formações montanhosas, algumas mais baixas outras mais altas (a maior possui 890 metros de altitude), contraposta ao céu e às águas que a desenham no horizonte. Por vezes uma neblina branca cobre o cimo das montanhas, cujas encostas podem estar pinceladas de rosa e lilás pelas quaresmeiras em flor. Das águas à terra firme o mangue reina, ora mais seco, ora mais cheio, dependendo da estação. E em suas árvores de raízes quase verticais e desnudas, ostras, garças, caranguejos, biguás residem atentos.

Quando se toma a barca pública na Ilha de Cananéia, cruzando-se inicialmente a baía de Trapandé para, em seguida, entrar pelo canal que separa a Ilha do Cardoso do continente, chamado canal de Ararapira, até Marujá, são praticamente três horas de viagem e de admiração das belezas e contornos da Ilha do Cardoso, situada a esquerda de quem tem as costas voltadas para Cananéia, sentido norte-sul, com aproximadamente 30 Km de um pontal a outro, e uma largura máxima de 10 Km ¹⁷. Trata-se de uma ilha de origem continental, ou seja, ilha que outrora estivera ligada ao continente e deste se separou graças a variações do nível do mar¹⁸. O que significa que as montanhas da Ilha do Cardoso fazem parte da Serra do Mar. Sua formação vegetal compõe o Domínio da Mata Atlântica, de cujo

¹⁶ Versões desde capítulo foram publicadas anteriormente: sob o título “De Itaquatiara a Parque Estadual da Ilha do Cardoso: o sentido da mudança”, em Crismere G.TSUKIOKA. *Anais de Etologia*, 12 : 71; e sob o título “Ilha do Cardoso - o ‘olho mágico’”, em IDEM, *Revista Temática*, nº 7 : 129.

¹⁷ Antonio P. ALMEIDA. Memória histórica da Ilha do Cardoso. *Revista Arquivo Municipal*, v. cxi : 20.

¹⁸ Sueli ÂNGELO et alii *Ilhas do litoral paulista*.

bioma resta hoje menos de 5%, defendidos por inúmeras leis de proteção ambiental, como o de 03 de julho de 1962 (Decreto-Lei 40319) que cria o Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

O canal de Ararapira, a partir de seu início nas proximidades da baía de Trapandé, onde é ainda um pouco mais largo, vai se estreitando de forma que, a partir da ilha das Laranjeiras até o extremo sul da Ilha do Cardoso, a viagem transcorre como se tocássemos a Ilha com os braços.

A não ser que o passageiro distraia-se com a leitura de um livro, tire uma soneca ou perca tempo irritando-se com o barulho do motor da barca, estas três horas de viagem permitem uma verdadeira terapia mental, dessas que causam torpor ou devaneios. Neste caso, para além da majestade das montanhas e árvores, tudo leva à contemplação: o movimento das águas e dos ventos, dos peixes, tartarugas, botos, patos, gaivotas; o apito da barca, que somente notamos ser um sinal ao divisarmos do meio do manguezal uma canoa que traz ou vem buscar alguém ou alguma coisa à barca. As inúmeras curvas do canal pontilhadas por cercos de pesca (armadilhas para peixe em forma de espiral feita de taquaras fixadas no fundo do canal e próximas ao mangue); a variação de formas de outras embarcações, das lanchas modernas às canoas de um só pau; enfim, a aproximação de Marujá e o descortinar de outra paisagem.

Eu desconhecia o fato de ali viver uma população, pois as poucas informações que possuía reduziam-se ao apelo paisagístico do lugar e a possibilidade de, eventualmente, cruzar com um ou outro pescador. Mas, de longe já se podia observar, disposto ao longo do canal, uma carreira de casas e barracões (locais onde se guardam os apetrechos de pesca, como barcos e redes), dois trapiches (portos de desembarque), alguns cercos e uma placa da Secretaria do Meio Ambiente. Nela podia-se ler: "Parque Estadual da Ilha do Cardoso - Marujá". Tudo pincelado com o colorido das barracas dos campistas, denominados de barraqueiros pelos moradores de Marujá. Enfim, Marujá não era apenas o nome de uma praia conforme haviam me dito.

Marujá compreende uma média de 30 casas de moradores permanentes e, praticamente, o mesmo número de casas de veraneio¹⁹. Em paralelo à pesca seus moradores exploram o turismo, nos períodos de temporada de férias e feriados, oferecendo estadia em suas casas; água, banhos e refeições aos campistas e transportando-os em seus barcos no

¹⁹ Dados coletados em 1987.

trajeto de Cananéia à Ilha, ou conduzindo-os aos pontos mais pitorescos do lugar. Há ainda em Marujá uma Igreja católica, um posto de saúde, uma escola, algumas pousadas e alguns poucos bares que servem também de armazéns. Desta forma, o espaço "consumido" pelo turismo é, ao mesmo tempo, o meio de integração social de Marujá e o lugar de suas diversas atividades sócio-culturais, das econômicas às de lazer.

Aproximando-se de Marujá, porém, o que parece chamar mais a atenção, para além da grande concentração de casas e do movimento de pessoas atraídas pela chegada da barca, é a paisagem. Se até então avistavam-se apenas montanhas, agora a ausência delas é total. A topografia é praticamente plana, a não ser pela formação das dunas.

O extremo sul da Ilha do Cardoso, onde está localizada Marujá, é uma extensa restinga semelhante a uma língua, banhada a oeste pelas águas do Ararapira e a leste pelo "mar grosso", como dizem os cananeenses. A restinga tem aproximadamente 18 km de comprimento, e nos seus pontos mais largos, possui no máximo 1 km de largura, e estende-se até o Estado do Paraná. Marujá está localizada praticamente no início desta restinga, no sopé do último morro da Ilha (para o lado sul), o Morro do Tapera. Tanto o tipo de sedimentação como o tipo de vegetação aí encontrado são denominados de restinga. O solo é arenoso, coberto em sua maior parte por gramíneas e vegetação rasteira. Da praia para o canal há uma formação de dunas devido ao movimento dos ventos e marés, produzindo uma leve ondulação no terreno. Na parte mais central entre a praia e o canal existe uma vegetação arbustiva mais densa.

A origem desta parte da Ilha do Cardoso, assim como da Ilha Comprida e da própria Ilha de Cananéia, enfim, de praticamente todo o Vale do Ribeira, não é continental como sua parte montanhosa, mas sedimentar. É formada pelo acúmulo de pequenas partículas arenosas, consequência da ação do mar, dos rios e da destruição e transformação físico-químico-biológico (intemperismo) das rochas de terrenos elevados. Trata-se de um terreno mais recente que o da Serra do Mar²⁰. Este processo de formação é contínuo e parece devido ao movimento das marés e tempestades, apresentando variações topográficas observadas por seus moradores em períodos de tempo relativamente reduzidos, se comparados aos grandes períodos analisados pela geologia.

²⁰ Ver Luiz H.D.C.L OLIVEIRA. *Curso de integração*.

Sempre que as pessoas mais idosas de Cananéia relatam fatos antigos do município, fatos de aproximadamente cinquenta anos atrás, referem-se ao antigo pontal da Trincheira, ao sul da Ilha Comprida, e ao pontal norte da Ilha do Cardoso como referências sobre variações topológicas à entrada da barra de Cananéia. Observam que o mar avançou em direção à Ilha Comprida fazendo desaparecer, sob suas águas, o antigo forte erguido na entrada da barra, e transformando o alto barranco (perau) localizado mais para dentro da baía numa pequena praia. Já na Ilha do Cardoso, existe hoje uma extensão de areia outrora inexistente, exatamente em frente ao local em que na Ilha Comprida erguia-se o forte, e também na entrada da barra, onde antigamente os navios passavam rentes ao morro ali localizado²¹.

Mourão²², no final da década de 1960, fez referências a estas variações, quanto a Ararapira e Enseada das Baleias, a primeira localizada no canal de Ararapira, no continente, à altura aproximada do centro da restinga onde está localizada Marujá e, a segunda, no centro da própria restinga. Numa das oportunidades que tive de ir eu mesma a Ararapira, pude constatar o grau de aproximação do chamado “mar interior” com relação a algumas construções que num passado recente ainda se distanciavam do mar. Para minha surpresa os moradores de Ararapira explicaram que outras casas já haviam sido levadas pelas águas. É como se o solo, à mercê das marés, estivesse em constante movimento, tirando de um lado e colocando no outro.

No que diz respeito à região, não é apenas o deslocamento dos sedimentos que chama a atenção, mesmo porque ele depende também do movimento das águas, ora calmas ora agitadas. Nunca se deve olhar apenas para a água e se deliciar com o seu movimento suave e relaxante, sem observar conjuntamente o movimento dos ventos. Água calma e vento podem significar grandes tragédias, pois traiçoeiramente este vento é capaz de levantar em segundos ondas de vários metros de altura. E à primeira grande onda, não há dúvidas de que outras seguirão e, a não ser por um golpe de sorte ou milagre, sepultarão sob as águas o mais exímio pescador ou nadador. Assim tem acontecido inúmeras vezes na baía de Trapandé e na entrada de sua barra.

²¹ Há referências sobre esta variação topológica em Antonio P. ALMEIDA. O forte da Ilha Comprida. *Revista Arquivo Municipal*, v. xx; IDEM. Da ação dos piratas e fortificações do litoral. *Revista Arquivo Municipal*, v. cix; IDEM. A Ilha Comprida. *Revista Arquivo Municipal*, v..cxxxvii.

²² Fernando A. MOURÃO. Os pescadores do litoral sul do Estado e São Paulo.

O que dizer então das águas agitadas? Ah, as tempestades! É como se o dilúvio estivesse sempre rondando e Deus quisesse "mostrar o castigo da sua cólera contra os habitantes deste País". Não é apenas o volume das águas que descem do céu e correm pelo leito dos rios que fazem o contorno do dilúvio. Ele aguça todos os sentidos, dos espirituais aos físicos, pois ao alarma da inundação -- que faz o povo correr aterrorizado, abandonando tudo em busca de locais mais altos -- as águas ameaçadoras carregam, confundidas com seu próprio estrondo, os berros dos animais aflitos e até mesmo casas inteiras vêm à tona d'água numa "verdadeira hecatombe" ²³.

“Dilúvio” é um termo que não poucas vezes se ouve em todo o Vale do Ribeira, e parece ser um termo bastante próprio para os acontecimentos designados por ele. Já é bastante conhecido o caso das enchentes do Vale, de que resultaram estudos sociológicos na década de 1960, procurando criar subsídios para a Secretaria dos Serviços e Obras Públicas, do Departamento de Águas e Energia Elétrica, para a implantação de uma barragem em Eldorado, no curso médio do rio Ribeira de Iguape²⁴.

A meio caminho entre o oceano e a Serra do Mar, o Vale do Ribeira sofre os efeitos dos ventos marítimos que, carregados de umidade, resfriam-se ao encontrarem a barreira da Serra, precipitando-se sob a forma de chuvas ou nevoeiros²⁵. Trata-se de uma região de alto índice pluviométrico.

É bom acrescentar ao movimento dos sedimentos e do volume das águas — sem que se ignore que tanto um quanto o outro está relacionado ao movimento dos ventos —, os tremores do solo e as erupções. Pois foram pelo menos quatro as vezes que as terras tremeram em Cananéia, nos anos de 1889, 1919, 1922 e 1946. Aos tremores pode-se acrescentar também, no ano de 1932, a morte por asfixia de inúmeros peixes para o lado do mar grosso, desde o extremo sul da Ilha do Cardoso até o meio da Ilha Comprida. Neste caso, supõe-se alguma erupção no fundo do mar e na linha da costa, dado que a maior parte dos peixes habitava nas proximidades da arrebentação²⁶.

Bem, voltemos a Marujá, onde a viagem apenas começou.

²³ Antonio P. ALMEIDA. As grandes enchentes. *Revista Arquivo Municipal*, v. cxlii. *Passim*.

²⁴ Ver Maria Isaura PEREIRA DE QUEIROZ. *Vale do Ribeira: pesquisas sociológicas*.

²⁵ Luiz H.D.C.L OLIVEIRA, op. cit.

²⁶ Antonio P. ALMEIDA. Da ação dos piratas e fortificações do litoral, *Revista do Arquivo Municipal*, v. CIX; IDEM. Memórias memoráveis, *Revista do Arquivo Municipal*, v. CXX

O traçado das ruas e casas praticamente respeita as linhas de um antigo loteamento em Marujá²⁷. Desta forma, há duas "ruas" em linha reta, no sentido do comprimento da restinga, cortadas por várias outras "ruas" menores que ligam o canal à praia. As ruas são os caminhos por onde moradores e visitantes percorrem Marujá. Por demais batidas por tantos pés elas já não possuem mais nenhuma gramínea e, por isso mesmo, destacam-se da vegetação lateral pela intensidade branca de sua areia. As ruas menores são muitas, seguindo-as todas levam o visitante até a praia. A cada duas ou três casas mais ou menos, ou melhor a cada quarteirão do traçado do loteamento, há uma destas ruas, que raramente passa rente a uma construção, pois elas estão, de uma forma geral, ladeadas pela vegetação da restinga.

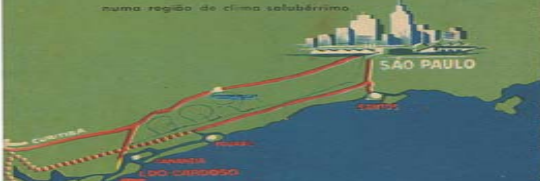
Do canal para a rua paralela mais próxima, respeitam-se os trinta metros exigidos pelo Ministério da Marinha em terrenos de litoral, embora seja justamente nesta faixa que está distribuída a maior parte do comércio de Marujá, como seus bares e mercearias e, certamente, todos os barracões de pesca. Quase todas as casas estão com suas fachadas voltadas para esta primeira rua e, portanto, estão de frente para o canal. Nesta faixa estão localizadas ainda a escola e o posto de saúde. A Igreja e uma das mais antigas construções que servem de hotel a Marujá são praticamente as únicas construções erguidas na rua "dos fundos", ou seja, naquela que está na retaguarda da faixa de casas acima descrita. A Igreja possui a frente voltada para o canal. Sendo localizada num terreno um pouco mais alto que os demais, tem-se a partir dela e sobre o topo da densa vegetação central uma vista panorâmica de todas as casas e do canal.

A rua dos fundos praticamente divide ao meio a vegetação de restinga, acima referida. Esta vegetação separa por alguns metros da rua de trás, o fundo das casas e separa, ainda, da praia a rua onde está localizada a Igreja.

²⁷ Há na próxima página a reprodução (reduzida) do folder da Companhia Três Coroas Ltda sobre o loteamento em Marujá. Quando conheci Marujá soube posteriormente por minha mãe que em meados da década de 1950 ou início da década de 1960 ocorreu uma acirrada campanha de venda destes lotes a médicos da capital paulista, categoria da qual meu pai pertence. Certo dia, quando eu já havia definido a Ilha do Cardoso como lócus de trabalho de campo, minha mãe me presenteou com este folder, encontrado, literalmente, no fundo de um armário.

LOCALIZAÇÃO

Os terrenos do Parque Balneário Marujá estão situados na ilha de Cardoso, no litoral paulista, a curta distância da cidade de Cananéia. Possui duas frentes para o mar, descontinuada-se maravilhosas paisagens, recortadas de montanhas e grandes rochedos. São terrenos planos e secos, numa região de clima subtropical.



SÃO PAULO

VIAS DE COMUNICAÇÃO
O Parque Balneário Marujá está ligado a São Paulo, Santos, Paraty, e Curitiba. O acesso é realizado atualmente por via marítima, em lancha, por estrada de rodagem e via aérea. A construção da estrada ligando-o ao continente, tornará ainda mais fácil as suas viagens, assim sendo, desenvolverá uma rápida visitação dos terrenos.

INFORMAÇÕES E VENDAS:
S. I. U.
TRES COROAS LTDA.
Rua Libero Badurá, 92
Fone 37-7601 - São Paulo



Parque Balneário
Marujá
Um paraíso à sua espera!

Pescarias... Caçadas... esportes náuticos
no mais belo cenário da mais bela ilha do Atlântico Sul!







O Parque Balneário Marujá reúne os mais belos atrativos para o que procuram um refúgio onde possam retemperar energias, em ambiente tipicamente praiense. Possui alguns dos melhores pontos de pesca, com abundância de camarão e peixes finos. Nas montanhas que cobrem a ilha e regiões vizinhas, realizam-se ótimas caçadas. Os amantes dos esportes náuticos têm à sua frente o imenso Oceano Atlântico e as águas mornas do Mar Pequeno, onde poderão velejar, correr de lancha ou praticar o "sky" aquático.

Realizando as aspirações dos que apreciam as
prazeres e alegrias da vida praziosa, em ambientes
onde a extasiante beleza natural se alia a uma
completa tranquilidade, - S. I. U. Três Coroas Ltda. lança
o Parque Balneário Marujá, loteamento modelo, em
fase de urbanização. Será difícil encontrar outro recanto
de nossa litoral que reúna tantas atrações e
proporção tão variadas emoções. Oferece, ainda,
facilidades para a construção de sua casa de praia,
existindo no local uma construtora, em produção.
Captação de águas de fontes naturais com
encanamentos e luz elétrica. Está em construção o Grande
Hotel Clube de Pesca, dotado de toda a conforto.

LOTEAMENTO
Parque Balneário
MARUJÁ
"ILHA DO CARDOSO"

ADQUIRA O SEU
TERRENO NESSE MARAVILHOSO RECANTO
a longo prazo e em suaves prestações mensais

Da “rua” da Igreja para praia são raras as construções. Uma casa de veraneio de dois andares aparentemente abandonada num lote próximo à praia chama em especial a atenção, pois talvez o que sobra de suas janelas, vazias para o além mar, e de suas portas, sujeitadas aos desígnios dos ventos, suscitam no observador estórias da infância, acrescidas de trechos da história real.

Neste aspecto, relembro que praticamente toda manhã dos meses de maio e junho, época da chamada corrida da tainha, vinda do sul do país, meu anfitrião, em Marujá, seu Salvador Rodrigues, vai em direção à praia e, de uma duna, olha atentamente para o mar. Das características da água e do céu ele “tira os sinais” do tempo e da pesca: da cor da água, por exemplo, detecta os cardumes de tainha. Eu, no entanto, quando o acompanhava, ou em outras ocasiões, também perdia meu olhar no tempo e conseguia distinguir no horizonte, muitas vezes sob as formas reais das embarcações pesqueiras atuais, as formas de outras embarcações dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, que navegaram aquele mar e aportaram inúmeras vezes aquelas ilhas (Bom Abrigo, do Cardoso, Comprida, Cananéia) em busca de víveres, água, abrigo, ouro, naturais da terra, caminhos para o sertão, etc.

Entretanto mesmo com tantas histórias que tocaram e tocam aquelas águas, tem-se na praia de Marujá a impressão de alguém que pisa pela primeira vez o solo, dada a ausência de vestígios humanos. Quando o visitante se distrai um pouco a passear e deseja retomar o caminho de volta, o olhar desatento e desacostumado percebe que localizar da praia a rua que para lá o levou não é tarefa tão fácil. A restinga parece exatamente igual para qualquer lado que se olhe, e aí pequenas entradinhas falsas enganam.

O horizonte para o sul parece infinito, a praia e a restinga se estendem a perder de vista. Caminhando para este lado quase nunca será visto outro ser humano, e o barulho do mar e das gaivotas, os vários e diferentes animais são a única companhia. Poderia ser exatamente assim se, a aproximadamente uns seis quilômetros de Marujá não se cruzasse com uma chácara de veraneio que corta a restinga, com frente para o canal e costas para a praia.

O horizonte ao norte é barrado pelo morro do Tapera. Os turistas em Marujá quase sempre procuram saber o que tem atrás deste morro e descobrem uma outra praia, a praia do Laje, bastante longa também, embora diferente por localizar-se na parte montanhosa da Ilha. Para se atingir esta praia atravessa-se o Tapera, da mesma forma como os moradores

da Ilha, através de um caminho no meio da mata, ou então pela encosta rochosa beira mar. E assim se procede para se atingir as outras praias da Ilha, até Itacuruça, localizada na entrada da barra de Cananéia. Devido à sinuosidade desta parte montanhosa, do Laje ao Itacuruça supõe-se que a trajetória seja tão longa quanto para se atingir do morro do Tapera, o extremo sul da Ilha.

Nem todas as casas de Marujá são de moradores. Pelo menos metade delas é propriedade de veranistas e está fechada a maior parte do ano, a não ser pelos cuidados dos caseiros, moradores de Marujá. Estas propriedades de veraneio foram adquiridas ainda na década de 1950 e 1960, vendidas por empresa imobiliária na forma de loteamento de terras compradas de antigos moradores. A transformação em Parque em 1962 deu fim ao loteamento, impedindo inclusive a construção de casas nos lotes já adquiridos. Mas não tem podido evitar a ação dos turistas que, muitas vezes a preços irrisórios, convencem o morador tradicional a vender sua casa. Parece ter sido o que sucedeu com a chácara acima referida, localizada na restinga, construída em 1984, após haver sido comprado o terreno e a casa de um morador tradicional. A construção de novas casas é um dos impedimentos da legislação ambiental, e tem dificultado os próprios moradores desejosos de constituir novas famílias²⁸. Desta forma, adquirir-se casas de veraneio por meio de compra das casas já existentes passou a ser um dos poucos recursos que o turista dispõe para realizar o seu sonho de possuir uma casa próxima à praia e à natureza. Um outro recurso que tem sido tentado, tanto por turistas quanto por moradores locais é o da construção clandestina, muitas vezes, inclusive, com a casa sendo erguida em poucas horas. Esta situação gera sérias tensões entre moradores e turistas, e grandes dificuldades para a fiscalização do Parque.

Pode-se acrescentar que os embaraços na competência administrativa pela preservação ambiental criam enormes problemas às áreas protegidas. É dessa forma que pode ser entendido o conflito gerado para a Ilha do Cardoso a partir de setembro de 1992, devido a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de passar para a competência da União o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, até então sob jurisdição do Estado de São

²⁸ Este capítulo mantém o conteúdo original dos dados e conflitos observados entre 1989 e 1990. Porém algumas importantes conquistas do morador tradicional ocorreram posteriormente, em função de sua participação no Comitê de Gestão do PEIC, a partir de 1996, inserido no *Projeto de Preservação da Mata Atlântica* (PPMA). Voltarei a isto na Conclusão da dissertação. A apresentação dos problemas, tal como eu os encontrei no período apontado, visa explicitar a construção da questão de minha investigação.

Paulo. *"A decisão coloca a ilha em limbo, porque muitos passaram a acreditar que, como as terras são da União, o parque, criado pelo governo estadual, já não existe"* ²⁹. Desta forma, num prazo aproximado de dez meses cinco novas casas foram construídas na restinga. De fato, em função dessa situação de liminaridade, relativa à indefinição da esfera administrativa responsável pelo Parque, e as incertezas relativas a adequação da legislação, pôde-se constatar em conversas informais as dúvidas de antigos moradores da Ilha do Cardoso com relação a poderem retomar atividades até então proibidas pela legislação.

Conforme dados fornecidos pela prefeitura de Cananéia em dezembro de 1993, Marujá possui uma população de 174 pessoas. Quando a conheci, em 1987, uma parte da população atendia o turismo na época de temporada de férias e feriados, recebendo-os em suas casas como diaristas. Para tanto, enquanto alguns cediam seus próprios quartos e salas, outros já haviam levantado dependências específicas para esta atividade, pois parece que a reforma das casas já existentes não sofre da mesma forma o controle dos órgãos fiscalizadores. À época já existiam alguns prédios, dois com certeza, que possuíam o caráter de hotel ou pousada. Mas de lá para cá outras construções já assumiram este papel. Assim também, algumas residências que costumavam receber o turismo têm investido na ampliação de seus cômodos. Desta forma, além dos veranistas proprietários em Marujá há também o turismo do tipo acampamento, e o turismo diarista nas pousadas e casas dos moradores. O número de turistas que aportam em Marujá, principalmente no período das férias escolares pareceu-me ser, em 1989 e 1990, bastante grande se comparado com o número de seus moradores³⁰.

É importante salientar que, conforme Diegues³¹, desde aproximadamente o início deste século e, principalmente, a partir das políticas de incentivo para o desenvolvimento da indústria pesqueira nacional (Decreto-Lei n.221 de 1967), Cananéia viu-se transformada em produtora de pescado. Limitada pelo acesso à tecnologia, pois os incentivos fiscais beneficiaram prioritariamente os empresários do setor pesqueiro, e também por fatores de ordem ecológica, a região caracterizou-se economicamente como de pesca artesanal sujeita

²⁹ Denúncia do deputado federal Fábio Feldman no Jornal *O Estado de S.Paulo*, 25 de julho de 1993. Ecologia - Ameaçado controle ambiental da Ilha do Cardoso.

³⁰ Conforme dados fornecidos pelo representante de Marujá no "Encontro das Ilhas", realizado na cidade de São Sebastião/SP em dezembro de 1990, estiveram 2.200 turistas em Marujá no ano de 1984.

³¹ Antonio C.S. DIEGUES. *Pesca e marginalização no litoral paulista e Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*.

às consequências do sistema de exploração capitalista na pesca, que ignora ou desconhece os ciclos de reprodução das espécies e áreas e épocas próprias à desova e criação. Este fato causa a sobrepesca de espécies de grande valor no mercado, e invade áreas destinadas à pesca artesanal, etc.

Em Marujá a pesca é voltada fundamentalmente para o mar interior ou região lagunar, com canoas a remo ou motorizada, ou pequenos barcos motorizados (as bateiras), realizando pesca de cerco fixo ou de espinhel. No “*mar de fora*” ou “*grosso*”, realiza-se a pesca de anzol nos costões rochosos, ou a pesca de arrastão de praia, hoje bastante prejudicada pela pesca empresarial que tem causado a sobrepesca de algumas espécies como, por exemplo, a da tainha. Fora da temporada turística parte do pescado é reservada para o consumo doméstico, e parte é entregue no CEAGESP em Cananéia. Na época da temporada o pescado visa abastecer o próprio turismo, principalmente na forma de alimento incluído na diária, ou refeições em avulsas para o turismo de barraca, os “*barraqueiros*” ou “*campistas*”, que povoam Marujá nesta época.

No entanto, esta face de balneário turístico e de pequena produção pesqueira apresenta-se confundida com outras faces. De uma forma geral, há referências a outro tempo, nostalgicamente referido como o *tempo do sítio*. A referência a esse tempo vem ligada à explicitação das restrições legais impostas à população, em função do caráter de área de proteção ambiental, como a proibição da caça, do roçado, da criação de animais e outras atividades de usufruto dos bens naturais.

Desta forma, em conversa com as pessoas mais idosas de Marujá, um contraponto entre um tempo-espço antigo e um tempo-espço presente começou a delinear-se. Pois eles lembravam que “*aqui no sítio antigamente*” podia-se plantar a rama, a mandioca para se fazer a farinha, enquanto que nos dias de hoje se é obrigado a comprar a farinha e também a carne, que foi abundante quando era “*liberto caçar*”.

1.2. Da Cultura

Em 1993 fiz minha primeira visita ao lado norte da Ilha do Cardoso, cuja paisagem descrevi em linhas gerais. Esta descrição não se diferencia substancialmente das impressões paisagísticas que eu sempre tivera da Ilha nas inúmeras viagens de Cananéia a Marujá. As impressões diferenciaram-se bastante no momento em que me aproximei deste lado norte, logo ao desembarcar, em confronto com minhas experiências anteriores em Marujá.

Quando duas pessoas, a pesquisadora e seu anfitrião, caminham juntos por uma estreita picada no meio da mata da Ilha do Cardoso, e olham para a mesma paisagem, eles vêem "coisas" diferentes. Um "vê" uma habitação ou uma roça onde o outro vê apenas árvores. Então é quando Gaston Bachelard e a sua poética do espaço me vêm à lembrança. A pesquisadora sabe, pois observa no semblante de seu acompanhante e no tom de sua voz, que identificar o lugar onde outrora se erguera a casa de seus pais, de seus avôs e bisavôs, e onde passara a sua infância, não se restringe ao gesto que apenas o localiza. Lá no fundo de seu ser imagens outras são evocadas. Na realidade, ele vê através do tempo, e em alguns segundos repassa para si mesmo toda a sua história. *"Ao devaneio pertencem os valores que marcam o homem em sua profundidade. O devaneio tem mesmo um privilégio de autovalorização"*, diria Bachelard ³².

Até então parecia existir apenas o Parque Estadual da Ilha do Cardoso e Marujá, como balneário permitido pela legislação. Ou seja, enquanto Parque, como algo que se define praticamente pela fauna e pela flora, um ecossistema em equilíbrio e, enquanto Ilha, como a condição de um ambiente insular de frágil equilíbrio ecológico³³, o que justifica a sua preservação. É difícil perceber mais do que isto quando seus próprios valores geram certo efeito de sentido sobre o mundo natural, como o da apologia da natureza intocada e das belezas paisagísticas³⁴.

Essa imagem da Ilha alterou-se significativamente com o levantamento em Cananéia das famílias desapropriadas da Ilha durante a época da implantação do Parque. Só então pude entender melhor o que conhecera em Marujá. Pois a partir deste momento a Ilha

³² Gaston BACHELAR. *O novo espírito científico*, p.113.

³³ Sueli ÂNGELO, op. cit. .

³⁴ Sobre percepção e valores da cultura ocidental sobre a natureza ver: Keith THOMAS. *O homem e o mundo natural*; Alan CORBIN. *O território do vazio*; Eni P. ORLANDI. *Discurso do confronto*; Flora SUSSEKIND. *O Brasil não é longe daqui*; Roberto VENTURA. *Estilo tropical*; Antonio C.S. DIEGUES. *O mito moderno da natureza intocada*.

do Cardoso esfacelou-se nos sítios que o Parque Estadual da Ilha do Cardoso havia “engolido”.

Em Cananéia, logo no dia seguinte ao momento em que conheci uma das antigas famílias da Ilha, lá estava eu como convidada para uma visita ao lado norte da Ilha do Cardoso. O passeio começou em um braço de rio que passa rente ao Morro São João, um dos bairros de Cananéia, de onde, saindo de um pequeno porto, partimos de canoa para a baía de Trapandé em direção à Ilha. Neste passeio, além da pesquisadora, viajavam mais quatro pessoas: o dono da canoa e sua esposa, um irmão e uma irmã desta, sendo que a mais nova das quatro pessoas tinha uma idade aproximada de 53 anos e a mais velha 68 anos. Todas nasceram, criaram-se e constituíram novas famílias na Ilha do Cardoso, de lá saindo já adultas.

Iniciamos a viagem por volta das oito horas de uma manhã que prometia um belo dia de sol, depois de vários chuvosos, para percorrermos em aproximadamente uma hora, em canoa a motor, os sete quilômetros de Cananéia até o local denominado sítio Salvaterra, onde desembarcaríamos. A baía estava com suas águas bastante calmas e não havia vento algum. Ao longe estavam alguns barcos de pesca, entre oito a dez mais ou menos. Estavam na entrada da barra, saindo para o mar, formando uma espécie de procissão pela disposição que, de onde nós os víamos, compunham uns com os outros. Não posso deixar de me referir também aos botos e biguás que sempre nos distraem nestas águas. Lá estavam eles como que para me alertar de que eles não povoam apenas o discurso dos ambientalistas e dos amantes da natureza intocada.

O traslado parece fazer a Ilha ir crescendo à nossa frente, acentuando e distinguindo as cores da Mata Atlântica e do manguezal, de tal forma que esquecemos estar ainda sobre as águas.

Se estiverem corretos aqueles que estudam os efeitos das cores sobre os sentidos humanos, posso dizer-lhes que nada pode explicar esta sensação e não ousarei fazê-lo. Somente posso adiantar-lhes que estar numa canoa no início da baía de Trapandé ou ao pé da serra da Ilha do Cardoso, seja pela conjugação de seus diferentes elementos, seja pela difusão de cores ou ainda pela somatória de tudo isto, em ambas as situações nossos corpos reclamam sensações diferentes.

Já nos aproximávamos da margem e eu ainda não conseguia distinguir o local onde desembarcaríamos. Procurava por um porto e só via mangue, procurava o rancho para onde íamos e só via o mangue e, depois dele, a mata. Somente quando a canoa já estava bem próxima ao manguezal pude distinguir um pequeno rastro na lama por onde ela entraria.

A canoa parou alguns poucos metros da costa, onde ainda havia profundidade de água, pois devido ao seu motor ela não poderia avançar mais. Para desembarcarmos, assim como os objetos que levávamos, foi necessário que nos transferíssemos para a outra canoa que vinha a reboque, de menores dimensões e sem motor. Dividiu-se o grupo em dois e foram feitas duas viagens. Para se atingir a terra firme foi necessário empurrar a canoa com os remos forçando o fundo do mangue em sua parte mais rasa e bastante alagadiça, o que é realizado, pareceu-me, sob um grande esforço físico de quem conduzia a canoa.

Descemos numa parte mais seca do mangue e, em seguida, começamos a subir por um terreno mais elevado de terra, que deixava à vista algumas rochas aqui e acolá. O estridente canto das gralhas substituiu o barulho do motor da canoa e a vegetação também mudara. Não estávamos mais entre as árvores características do mangue, mas caminhando numa picada quase imperceptível para mim, pela mata de encosta, com densidade e formas diferentes da vegetação que havíamos deixado mais abaixo. Esta mata é, no entanto, ainda diferente daquela da serra, localizada alguns quilômetros mais adiante. A diferença entre as duas deve-se à maior ou menor distância do mar, assim como dos efeitos da maresia. Deve-se também à quantidade de luz recebida, à altitude em que nascem e crescem suas plantas e, conseqüentemente, às variações de umidade, pois a mata que está em altitude mais elevada está mais sujeita às nuvens e neblinas.

Estávamos no sítio Salvaterra, pertencente à família que me convidara. Tenho certeza de que esta família não gostaria de ver seu sítio descrito da forma como fiz aqui, enfocando apenas os seus aspectos ecológicos. Esta descrição, no entanto, faz jus à realidade sob a qual os diversos sítios da Ilha do Cardoso se reduziram em um momento histórico determinado: a criação do Parque Estadual. A beleza do sítio Salvaterra e de outros tantos espalhados pela Ilha do Cardoso está representada na memória dos “nativos” como o *tempo do sítio*. E no caso da localização geográfica do sítio Salvaterra, podia-se contemplar sua beleza ali do canal, onde então haveria um porto, e as encostas do morro

carpidas deixariam à vista as plantações de frutas, os ranchos, as pessoas nos seus afazeres diários.

“*Nada*”, foi a definição dada a mim por um *filho da Ilha* à minha pergunta sobre o que havia no local do sítio hoje. Certamente esta representação é indicativa de diferentes apropriações de um mesmo espaço. Se há naquele lugar a mata, que justifica a condição de Parque, não há “*nada*” para quem o tem como seu sítio de vida e de trabalho produtivo em tempos de outrora, cuja apropriação ou posse se garante menos pelo documento, que porventura exista, e mais pelo trabalho nele realizado, e através da rede de relações entre os sítios e das obrigações e deveres entre vizinhos e compadres. Foi esta condição de trabalhador que o Parque expropriou quando da desapropriação. Como bem expressou um entrevistado, membro de uma das famílias que permaneceu no seu sítio apesar da desapropriação, procurando refletir sobre a lógica da *perseguição* e, ao mesmo tempo, justificar sua atitude de resistência: “*perseguiu, mas ainda que ... [Sendo que se] morava aqui toda a vida, ninguém é proibido de trabalhar, ninguém, ninguém!*”

Entre a época dos sítios e a data da pesquisa transcorreram aproximadamente 30 anos. Isto implica que a recuperação da Mata Atlântica esconde, por um lado, o processo histórico e sócio-cultural que deu origem aos sítios, e, por outro, o processo conflitivo de desapropriação da Ilha do Cardoso, bastante doloroso para os que ali moravam. Ser “*perseguido*” e ser “*escorraçado*” de seu sítio são os termos utilizados para definir a atuação do “*Governo*” através da figura do “*Florestal*” (termo usado para referir-se ao guarda-florestal). A perseguição consistiu desde a destruição a facção da canoa à destruição das roças, à apreensão da caça destinada ao alimento da família, ela chega até a ostentação e utilização de armas de fogo como forma de intimidação. Tudo isto resultou, enfim, em momentos de grande tensão, quando um estado pessoal de crise nervosa podia advir apenas pelo som longínquo do motor do barco do “*Florestal*”, em suas quase ininterruptas rondas pelos sítios.

É impossível não relembrar acontecimentos como estes, principalmente quando eles nos permitem questionar se o guarda-florestal obedecia a uma rígida orientação da Polícia Florestal; se suas atitudes apenas revelavam caráter pessoal ou, se houve “*apenas*” uma incompatibilidade entre diferentes sistemas de valores em torno de um mesmo espaço: a Ilha do Cardoso. A questão é bastante complexa, pois não encontrei uma única resposta por

parte dos sitiantes da Ilha. Entre todos, há os que saíram logo no início do processo de desapropriação, há os que resistiram por longos anos e acabaram por abandonar os seus sítios, e há, ainda, aqueles que lá permaneceram. Com certeza todos sofreram e tiveram dificuldades para reconstruírem suas vidas. Posteriormente muitas famílias retornaram à Ilha, recriando as suas concentrações populacionais atuais, dedicadas exclusivamente à atividade pesqueira, exceto Marujá, dedicada também, como já salientado aqui, à atividade turística.

Estava sendo a primeira vez que eu me envolvia diretamente com o significado do “*aqui no sítio*”, que tantas vezes eu havia ouvido em Marujá. Confesso que a localização de Marujá na restinga, com o grande apelo paisagístico do mar, a ausência de roças, proibidas por legislação, a genérica categoria sócio-econômica de pescador -- que procura definir tanto os moradores de Marujá quanto a maior parte dos habitantes da zona lagunar e ribeirinha, inserindo-os, portanto, num contexto histórico, político e econômico específico que visa transformar a região em produtora de pescado --, tudo isto, enfim, contribuiu para eu reduzir uma infinidade de caracteres culturais a estórias ou objetos pitorescos, como os instrumentos para se fabricar a farinha, o processo de fabricação de açúcar, as formas de socar o arroz, os hábitos dos animais de caça, o desejo de se comer carne vermelha, etc.

O Decreto n.40319, de 03 de julho de 1962, em seu artigo III, orienta as medidas necessárias à desapropriação de terras particulares. No entanto, apenas duas foram as indenizações. Para a quase totalidade das muitas famílias lá estabelecidas por várias gerações, a lei foi implacável. Expulsou-as simplesmente, obrigando-as a abandonar valores móveis e imóveis, materiais e afetivos. Obrigou-as a deixarem os seus sítios: casas, animais de criação, roças, plantações de laranja, de café, pés de jabuticaba, as águas das cachoeiras e das bicas, as ruínas das casas de seus avós, o jequitibá que indicava o local de residência de um avô.

Com isto, o padroeiro de cada sítio deixou de ser festejado; as roças abandonadas deixaram de (re)criar os ajutórios e mutirões; a rama de mandioca não foi colhida, ficando na vontade a farinha e o beiju, assim como o cuscuz de arroz com café. As casas entristecidas deixaram de tremer ao ritmo dos tamancos e modas dos fandangos, regadas à rabeca e viola e a muito arroz e feijão com carne seca. O “*mundéu*” esquecido não caçou mais nenhum porco do mato, porque este também se foi, por já não encontrar nenhuma roça

para invadir. As “*visagens*” (assombrações) passaram a perseguir os palmiteiros que invadiram a Ilha, e o palmito, que nunca nenhuma família do sítio comia, já não mais compõe a paisagem florística do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, devido às contradições da lei de proteção ambiental que persegue o sitiante, e não persegue da mesma forma o palmiteiro.

Concretamente o Parque engoliu o trabalho, as casas, as roças, os pomares, etc. Só não engoliu as lembranças e as esperanças daqueles que hoje, já aposentados ou em vias de, visitam seus sítios e procuram refazer e preservar os seus ranchos e carpir as árvores frutíferas outrora plantadas.

Desde este dia em diante não pensei mais no Parque ou na Ilha como algo homogêneo, constituído apenas de flora e fauna. O que aprendi a ver estava na infinidade de seus sítios: Salvaterra, Santa Cruz, Andrade, Pereirinha, Ipanema, Itacuruça, Jacariú, sítio do Cardoso, Barreirinho, Camboriu, Pedro Luis, e tantos outros.

Mas, voltemos ao sítio Salvaterra. A uns cinqüenta metros mais acima do local onde a canoa aportou, localiza-se o rancho. Ele é uma casa de madeira de uns três cômodos, bem disposta num terreno mais plano e sob um calçamento de pedra, tendo ao seu lado direito as ruínas de uma antiga construção de pedras. O rancho havia sido levantado no mesmo local onde, por volta de uns trinta anos atrás existia a casa dos pais dos três irmãos. O calçamento de pedra e a proximidade de uma jabuticabeira permitiram aos seus proprietários precisar o local onde nasceram e onde se criaram.

Quanto às ruínas, foi o senhor mais velho do grupo quem me contou sua história. Ele havia morado nela logo que se casou, vivendo ali por uns cinco anos antes de mudar-se para Cananéia. Nesta época ele mesmo a havia recuperado, aproveitando o seu andar térreo, pois tratava-se originalmente de um casarão de dois andares que um dos irmãos de sua mãe havia comprado em 1908 quando se casara. Disse-me que havia muitas outras ruínas destas espalhadas pela Ilha e que a do sítio Santa Cruz, vizinho ao Salvaterra, que logo depois conheci, era do seu avô materno. Nesta, sua mãe lhe contava que havia um quarto onde se enterravam os escravos no *tempo da escravatura*. Além das ruínas da casa -- alguns pilares, vestígios de paredes e calçamento -- há ainda as ruínas do engenho de seu avô e o canaleta de pedra que levava a água da cachoeira ao engenho. É possível localizar ainda no local um piso feito de cal de ostra que, à época do engenho, servira como “*enxugador de café*” e

mais tarde foi reutilizado para “*enxugar o arroz*” antes de ser socado. Os pilares mais bem conservados, e boa parte destas antigas construções são também aqueles que sustentam hoje enormes figueiras. É realmente instigante observar como estes pilares desaparecem sob as voltas que as grossas raízes destas árvores lhes fazem em busca do solo.

Em Marujá muito eu já havia ouvido falar do *tempo da escravidão*, tempo, aliás, que é do conhecimento de muitas pessoas, principalmente as mais idosas, nascidas em algum sítio da Ilha do Cardoso. Para se compreender o profundo significado que este tempo assumiu na história local, é importante observarmos a seguinte narração que ouvi quando de minha visita ao sítio Santa Cruz:

No tempo que foi liberado os escravos, então, muitos ficaram alegres, outros ficaram tristes. Aí, tinha um patrão deles que era muito bom para eles e eles também eram muito bons para o patrão deles e eles estavam fazendo uma canoa de canela preta. Aí, o patrão falou assim: 'Já que vocês estão fazendo a canoa e vocês são liberados fiquem com a canoa pra vocês dois'. Aí, fizeram tudo, banquearam, tudo bem banqueadinho e [disseram]: 'agora vamos dividir'. Aí, eles cortaram a canoa no meio.

Certamente que é uma piada, como outras tantas que me divertiram nesta minha primeira visita aos sítios Salvaterra e Santa Cruz, pois “*uma canoa cortada ao meio não tem nenhuma serventia, estaria inutilizada*”, esclareceu-me o narrador desta piada.

É justamente desta familiaridade com a memória de um cotidiano cômico e trágico, ao mesmo tempo, desde o *tempo da escravidão* até outros tempos, que podemos ir reconstituindo uma história que não está necessariamente perdida no passado, pois pertence também ao tempo presente. Ou seja, o conhecimento do *tempo da escravidão* não foi adquirido através do livro didático, mas do repertório das lembranças de quem ouviu na infância as histórias de seus avôs ou de seus próprios pais, pois num ou noutro caso o pai “*já era menino grande quando acabou a escravidão*”.

Desta forma, as lembranças contam detalhes do cotidiano do *tempo da escravidão*, como, por exemplo, a dos escravos que vinham toda madrugada de Cananéia para a Ilha buscar leite e se surpreenderam certa vez “*no caminho do Rei*” (pontal de Itacuruça) um bicho muito grande. Como não tinham como se defender jogaram sobre ele um dos garrafões de leite que se quebrou. Quando chegaram a Ipanema, pertencente a José Muniz, que cuidava do gado, bisavô de quem me contou a história, demonstravam muito medo não só pelo animal que desconheciam, como pelo fato de terem quebrado o garrafão o que lhes

renderia, provavelmente, algum castigo por parte de seu dono. O garrafão foi substituído pelo próprio Muniz, compadecido dos cativos. Quanto ao animal, ele foi identificado através de suas pegadas, como sendo uma onça, muito comum na Ilha do Cardoso.

Um dia, em Marujá, o mesmo entrevistado que me contou a história acima, narrou-me haver dito para um homem, que foi a Cananéia comprar material de construção, que Cananéia foi feita das coisas da Ilha do Cardoso:

As telhas de Cananéia -- por exemplo -- foram feitas na Ilha do Cardoso na olaria de dona Joana, virado por escravo. Sabe como é que eles amassavam o barro? A dona Joana tinha um cercado grande, cercado de tábua. Ela depositava o barro dentro daquele cercado, então, os negros corriam dentro, pra amassar, jogavam água e corriam com o pé porque os coitados eram cativos, tinham que amassar aquele barro com o pé; [esta olaria ficava no Barreirinho,] no meio do canal que vai pra Cananéia, e lá morriam os negros, morriam e pinchavam n'água. Tem um barco afundado ali no Sambaqui Mirim que era barco que tirava barro. É mal assombrado. Negro era enterrado ali mesmo. Neste tempo os negros tinham alguma categoria? Não. Era igual cachorro.

A telha de Cananéia é aquela telha do canal. Eu conheci a telha da dona Joana. Sabe como é que é a marca da telha dela? É três dedos na telha, aquele risco de três dedos. Naquele tempo ninguém sabia marcar o zero, número, nada, então, eles faziam três dedos.

Desta forma, as atuais ruínas dos sítios Salvaterra e Santa Cruz, como tantas outras espalhadas pela Ilha, foram enormes casarões de pedra, residência dos “*donos da escravatura*”. Ou foram engenhos de açúcar, de arroz ou de aguardente construídos pelos escravos. É com esta mesma mão-de-obra, entre tantos outros serviços, que se construiu também os canaletes que conduziam a água das cachoeiras morro abaixo para movimentar o maquinário dos engenhos. Com ela se fabricou a cal de ostras para as construções; com ela se amassou o barro para o cozimento das telhas e se lavrou a terra para a cana-de-açúcar, o arroz e outros alimentos.

Quanto à hidrografia da Ilha do Cardoso, ela parece ter sido condição natural significativa para seu povoamento pelo que tem sugerido a disposição das ruínas. Há uma grande quantidade de rios e cachoeiras na Ilha do Cardoso, tanto para o lado da baía e do mar interior, quanto para o lado do oceano. Muitas vezes o nome dos morros de onde partem as cachoeiras, como o nome destas e o dos sítios do qual fazem parte, são os mesmos. Assim por exemplo, tem-se Jacariú, Cardoso, Canudal, Barreiro, Pedro-Luiz, Cachoeirinha, Cachoeira-Grande, etc. A maior parte destas cachoeiras apresenta

"considerável volume de água, sendo que de muitas se aproveitaram os antigos lavradores como força motriz para os seus engenhos de pilar arroz, de moagem de cana ou serrarias".³⁵.

Do sítio Salvaterra fomos a pé para o sítio vizinho, o Santa Cruz, onde conheci uma das raras famílias que resistiram à fiscalização à época da desapropriação, lá permanecendo apesar das perdas que isto significava, principalmente no que diz respeito às relações de vizinhança e, com certeza, às novas condições de vida impostas pela legislação ambiental. Com um dos membros desta família, primo de um dos homens que me acompanhava, eu e o grupo seguimos mata a dentro por uma picada bem conservada. A picada que seguíamos nos levaria à proximidade das ruínas do casarão do sítio Santa Cruz, acima referido. Hoje, já bastante coberto de mato, ela não está mais tão só, pois desde o final do ano de 1992 ela participa, silenciosa, da vida de uma pequena família de índios Guarani que para lá foram por autorização da prefeitura de Cananéia. Os Guarani e a família moradora no sítio Santa Cruz mantêm boas relações de vizinhança. Desta forma, fomos apresentados a um rapaz do grupo, e conversamos um pouco sobre a história do sítio Santa Cruz, sobre a origem paraguaia daquele grupo indígena e sobre a roça por eles plantada.

Enquanto cruzávamos a roça dos Guarani em direção à cachoeira que me haviam prometido conhecer, o homem que reside no Santa Cruz e que tem observado as necessidades por que vêm passando os Guarani, lamentou que não tivéssemos levado nenhum alimento para presentear-los. Disse-nos já ter feito esta crítica há poucos dias a uma pessoa que costuma levar turistas, estrangeiros principalmente, para conhecer os índios.

Percorrer este caminho até as ruínas do sítio Santa Cruz, embora não muito longo (aproximadamente dois quilômetros), foi um dos acontecimentos mais significativos para minha pesquisa. Enquanto caminhávamos os dois primos iam recordando para eles mesmos e mostrando para mim o local onde há duas ou três décadas atrás erguiam-se as casas dos compadres e comadres, a localização de um pomar, de um terreiro, etc. Foi este trajeto que me inspirou o segundo parágrafo que inicia este subitem, pois ele para além de Bachelard, remete-nos também a Ecléa Bosi, quando esta diz que *"o encontro de um amigo que se tenha sentado nos mesmos degraus nos traz uma espécie de euforia e tranqüilidade. Deixamos de ser, por um momento, os visionários da cidade antiga* [neste caso, de um

³⁵ Antonio P. ALMEIDA. Da ação dos piratas e fortificações do litoral, *Revista do Arquivo Municipal*, v.

modo de vida do passado] *que só existia em nós, e que, de repente, ganha a sanção de uma testemunha: passa a ser uma lembrança coletiva, portanto uma realidade social*”³⁶

Nesta visita, a pesquisadora também aprendeu que, na realidade, não estava caminhando por uma mata original ou virgem, como por vezes pensamos quando visitamos áreas de preservação ambiental, mas pelo que se denomina de capoeira, as matas secundárias crescidas sobre antigos campos de cultivo, e que constitui uma parte da vegetação da planície de encosta da Ilha do Cardoso. Para os leigos é quase impossível diferenciar uma mata virgem de uma capoeira. Mas para os botânicos e lavradores isto é muito fácil, pois as formações vegetais são diferenciadas a ponto de determinadas espécies vegetais ocorrerem em uma e não em outra. Mas este conhecimento não para aí. Ao olhar do lavrador, as características de uma capoeira permitem precisar quantas roçadas aquele solo já suportou, qual o tipo de cultivo ele recebera, e por quanto tempo a terra está descansando desde sua última colheita. O tempo de plantar dependia deste conhecimento, pois este orientava a escolha de uma área para o roçado, o tipo de cultivo que seria efetuado e a produtividade da colheita. O saber do lavrador-caçador-pescador da Ilha do Cardoso é uma somatória de conhecimentos geográficos, climáticos e biológicos; ele é um conhecedor dos solos, dos ventos, das estrelas, das águas, da fauna e da flora.

Certo dia um homem que tentava me fazer ver a diferença entre uma mata virgem e uma capoeira tentou, também, convencer-me não ser preciso nem mesmo estar à beira de uma cachoeira seguindo a corrida de suas águas para não se encontrar perdido na mata. Pois de qualquer ponto interior da Ilha do Cardoso é possível ouvir a “*bulha*” (barulho) do mar para se localizar. Ou então, achando-se no mar (interior) numa serração muito forte, pode-se ouvir claramente a “*bulha*” das cachoeiras do Cardoso. Achando tudo isto muito fácil, ele propôs uma situação hipotética mais complexa. Por exemplo, de que forma a pessoa é capaz de se direcionar ao estar numa noite de chuva em uma mata desconhecida,? Com um facão efetuam-se cortes ao longo da circunferência de um tronco de árvore de madeira grossa, “*na parte do oeste a madeira é mais dura que na parte do leste, e aí, tendo as duas faces, você divide norte/sul - leste/oeste*”.

CIX.:25.

³⁶ Ecléa BOSI. *Memória e sociedade*, p.335.

Estes são uns poucos exemplos de um saber adquirido da relação costumeira com o mundo natural da Ilha do Cardoso, hoje preservado pelo Parque. Mas, este conhecimento não deve ser pensado apenas como complementar ao das várias áreas das ciências naturais. Pois nele reside um aspecto pouco contemplado por aquelas ciências. Trata-se do caráter integrativo entre o homem e a natureza. Não é preciso repetir que o Parque expropriou os *filhos da Ilha* de grande parte de seus valores materiais e afetivos com o intuito de melhor proteger e preservar o mundo natural, a rica fauna característica da Mata Atlântica. No entanto, quase todo entrevistado avalia que a quantidade de animais de caça encontrados na Ilha hoje não se compara ao que havia na época dos sítios. Muitos deles, inclusive, eram verdadeiras pragas para as roças, como o porco do mato e o cateto. Os *filhos da Ilha* crêem que os animais dependiam de certa forma do alimento fornecido pelas roças e pelas árvores frutíferas. Devido à ausência das roças, os animais migraram para o continente, pois até mesmo o tatu, bastante pesado, é capaz de cruzar a nado o canal de Ararapira, embora muitos deles morram.

Se a condição de Parque pressupõe a proteção da fauna, fica sempre no ar a pergunta: “*no tempo que era liberto para caçar havia caça e hoje não, por quê?*”.

O que de tudo isto se depreende é a simultaneidade de percepção de duas paisagens.

No Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas (Decreto n.25341, de 04/06/1986), entre as normas que definem e caracterizam os Parques está clara a proteção e preservação dos ecossistemas englobados e as paisagens naturais de grande valor cênico contra quaisquer alterações que os desvirtuem. Mas, o que significa “uma paisagem natural de grande valor cênico”?

Com certeza trata-se da paisagem que eu me esforcei por descrever acima: a serra crescendo à minha frente, majestosa e imponente, com seu mangue aparentemente impenetrável, sua mata de cores fortes e contrastantes perante as tonalidades da água e do ar, ora cobertas de neblina ora pinceladas de lilás, guarnecidas pelas rebuscadas raízes da vegetação do mangue, com seus pássaros, botos e caranguejos.

Paisagem esta que outrora estivera substituída por outra, também de “grande valor cênico” para o ex-sitiente da Ilha do Cardoso. Uma paisagem composta pelas laranjeiras em flor, o cafezal, a roça de feijão e de mandioca, tudo isto ladeado pela mata virgem, lugar de morada da caça, dos pássaros, da madeira para o fogão e do pau para a confecção da canoa,

das ervas para os remédios, de roças antigas e futuras, e também dos fantasmas das antigas construções de pedra.

Desta forma, para o turista a paisagem que prevalece é a do patrimônio público-lugar de natureza, lugar de apreciação da natureza e descanso. Para a maior parte dos *filhos da Ilha*, não ignorantes da paisagem-patrimônio-público, parte do qual lhes serve para obterem seu sustento via serviços prestados ao turismo, como os moradores de Marujá por exemplo, o que referenda a sua permanência naquele lugar, assim como o que referenda o sentimento de pertencimento daqueles que já não moram na ilha, é a paisagem patrimônio-familiar, lugar do sítio.

A partir da imersão do “nativo” na natureza que ele habitou no *tempo do sítio*, mas da qual foi expulso “no tempo do Parque”, a pesquisadora pôde, enfim, compreender a nostalgia de um *tempo de antigamente*, compreendendo-a inclusive como parte de um conflito social iniciado com a transformação da Ilha em Parque.

Capítulo 2

No campo dos dados, na trilha dos sinais

De uma forma geral as dissertações começam por apresentar o balanço da literatura acerca do tema em estudo, bem como explicitar os pressupostos teórico-metodológicos e os conceitos a partir dos quais o trabalho de campo foi iniciado e os dados interpretados. No entanto, não é este o trajeto que sigo neste escrito, por um motivo muito especial: experimentei mudanças significativas entre o que eu pretendia estudar inicialmente e o que foi efetivamente estudado. A este percurso estou chamando de processo de pesquisa e pretendo aqui explicitá-lo. Julgo pertinente tratar desta questão porque a considero como tendo um caráter epistemológico.

Neste aspecto, as reflexões de Edson de Oliveira NUNES, em *A Aventura Sociológica*; as de Roberto DA MATTA, em *O Ofício de Etnólogo, ou como Ter “Anthropological Blues”* e em “Trabalho de Campo”, terceira parte de *Relativizando*; as reflexões de Ruth CARDOSO, em “Aventuras de Antropólogos em Campo ou Como Escapar das Armadilhas do Método”; e, ainda, as de Roberto CARDOSO DE OLIVEIRA sobre o olhar, o ouvir e o escrever, primeiro capítulo d’ *O Trabalho do Antropólogo*, tiveram enorme ressonância em minha pessoa.

É por isso que praticamente inicio a dissertação pelo capítulo “Impressões & Vestígios”. Apesar de imitar o gênero de um relato de viagem, “Impressões...” é esclarecedor sobre desenvolvimento ou evolução de um problema de pesquisa. Enquanto texto tem um valor especial, pois foi escrito de uma só vez (com poucos acrescentamentos posteriores) após o retorno de um campo, momento em que senti amadurecer finalmente o cerne da pesquisa. Refiro-me ao trabalho de campo de 04 de dezembro de 1993, quando visitei pela primeira vez o lado norte da Ilha do Cardoso, ou melhor, quando fui remetida no tempo e “vi” o sítio de antigamente e, finalmente, compreendi o paradoxo da preservação. Compreendi o conflito que a densa vegetação do Parque hoje acoberta. Trata-se do tal “momento da descoberta etnográfica” ou “contexto da descoberta”, de que nos fala Da Matta e Nunes, respectivamente.

A pesquisa de campo pode ser dividida em dois momentos distintos: (1º) entre 1989 e 1990, em Marujá, na Ilha do Cardoso; e (2º) entre 1993 e 1994, na Ilha de Cananéia. Considero a primeira etapa da pesquisa como o momento de aproximação ao problema de investigação. O período entre 1990 e 1993 correspondeu a um significativo avanço na minha formação disciplinar. A segunda etapa é o momento de amadurecimento da pesquisa.

Em outubro de 1989 fui pela primeira vez à Ilha do Cardoso com a idéia de pesquisar concepções de saúde e conhecimento sobre ervas medicinais³⁷. As permanências anteriores em Marujá pareciam indicar o tema como relevante, devido ao contato com pessoas idosas, em geral adoentadas, que lamentavam seu estado de saúde geral e se tratavam concomitantemente com a medicina alopática e seus medicamentos, conforme tivessem acesso a eles, e ervas medicinais conhecidas tradicionalmente. Parecia não haver uma doença nos termos que eu estava acostumada: tal ou qual órgão afetado (o coração, os rins, o estômago, etc.) por um ou outro mal; havia um mal estar generalizado, cuja origem e desenvolvimento estavam relacionados a fatos de suas histórias de vida: a perda de um filho, um susto, ingestão de um alimento inadequado, qualidade do alimento, etc.

O que acabou acontecendo efetivamente nas primeiras entrevistas, em Marujá, foi uma grande variação dos assuntos³⁸. Embora iniciasse a entrevista inquirindo sobre a saúde, caso a conversa mudasse de rumo, o que foi regra, eu não interferia, permitindo que a pessoa falasse sobre o que melhor lhe conviesse. Assim, ora a entrevista girava em torno da questão específica das ervas medicinais se eu estivesse conversando com uma parteira; ora sobre o cuidado com a família, os afazeres domésticos, a educação das crianças, se a entrevistada fosse uma mulher de idade. Ora, ainda, sobre os hábitos dos animais de caça e técnicas de caça se eu estivesse conversando com um caçador; ou sobre hábitos dos peixes, técnicas de pesca, organização e divisão do trabalho e distribuição do produto, se a conversa fosse com um pescador. Com isto fui coletando um mosaico do cotidiano dos moradores de Marujá. Porém -- e isto foi algo que chamou bastante a minha atenção -- não apenas um cotidiano contemporâneo à minha visita., mas, em geral, um cotidiano que retornava ao passado.

³⁷ Ainda na graduação, eu cumpria a exigência de elaboração de um projeto de pesquisa para duas disciplinas que versavam sobre metodologia.

³⁸ Tendo cumprido a exigência curricular, senti-me tentada a desenvolver a pesquisa e o fiz num caráter não formal, sem vínculos institucionais.

Quanto a isto, recordo-me em especial de dois entrevistados desta primeira etapa de pesquisa. A primeira é dona Maria, parteira e conhecedora das ervas, moradora afastada do que posso considerar o centro “urbano” de Marujá. Tendo-lhe explicado o motivo de minha visita e o nome de quem havia me indicado, dona Maria começou a me mostrar as ervas que tinha no quintal e seus usos. Atrás da casa, no entanto, havia um objeto que jamais eu havia visto. Tratava-se de um tipiti, que estava pendurado numa árvore. Interessei-me sobre seu uso e dona Maria também se interessou em falar sobre ele. E mais. Quando entramos em sua cozinha, um cômodo separado da casa, mostrou-me outro importante objeto que, junto com o tipiti e outros objetos que só vim a conhecer mais tarde, dão origem à farinha de mandioca: o forno, uma espécie de tacho de cobre, herança de família, com “mais de duzentos anos”, de acordo com a ênfase temporal de dona Maria. Assim, o rumo da conversa deslocou-se para um passado recente, quando a roça de mandioca se fazia presente na vida da família, e a farinha era fabricada para a venda, cuja comercialização dependia do deslocamento por canoa pelo canal de Ararapira até o centro comercial, fosse ele Cananéia, Iguape ou Paranaguá. Dona Maria soube transmitir-me impressões profundas “daquele tempo”, principalmente a partir do relato dramático de uma viagem de canoa que seu esposo fizera até Paranaguá, quando atingido por uma tormenta quase morreu, já nas proximidades da casa.

O segundo entrevistado, Paulo Mendonça, um verdadeiro contador de histórias, narrava as histórias do passado, das quais muitas protagonizadas por ele mesmo, tornando vivo o modo de vida do sítio de antigamente. De forma não linear, Paulo forneceu informações que iam desde o tempo da escravatura até o momento atual de impedimento à caça e à lavoura. Explicou o modo de fazer açúcar; o que se plantava e com quem se plantava no sítio, da relação entre irmãos, da organização das festas religiosas, dos hábitos dos animais de caça, da perseguição do “*Florestal*”. Paulo foi um “informante” especial em Marujá e devo a ele praticamente a metade das entrevistas lá realizadas.

Por volta do final de 1990 refiz o projeto de pesquisa³⁹. Dada a “antiguidade” da população moradora de Marujá, cuja memória revelava anterioridade à realidade do Parque, a proposta de pesquisa migrou para o estudo da adaptação daquela comunidade de

³⁹ Com o qual ingressei no programa de pós-graduação em Antropologia Social da Unicamp e no Projeto Temático “Homem, Saber e Natureza – HOSANA” (Fapesp), denominado “Marujá: a arte de navegar (identidade e resistência de uma comunidade de pescadores do litoral sul de São Paulo)”.

pescadores artesanais à condição do Parque. Ele circunscreveu, portanto, a preocupação teórica com a reprodução sócio-cultural. Mas há nessa nova proposta de pesquisa um equívoco.

Percebe-se o quanto ser antropólogo não precede o trabalho antropológico, mas se constitui num processo. O olhar e o ouvir, mas, também, o escrever estão disciplinados, talvez, antes de tudo para duvidarem, mesmo que em muitos momentos esta dúvida seja ainda apenas um estranhamento, a impressão de uma inadequação qualquer e, não de imediato, a formulação de um problema teórico ou de investigação.

Em Marujá o que eu via e o que eu ouvia estavam como que em dissonância. Eu via uma comunidade de pescadores que conciliava a pesca com o serviço prestado ao turismo. Eu ouvia histórias de um modo de vida que não condizia com o que eu via. Se, apesar da sua ausência, eu já havia notado a importância da roça para o morador de Marujá, por que, então, em vez de problematizar a reprodução sociocultural, eu propunha uma pesquisa acerca da adaptação dos pescadores à realidade do Parque? Certa imaturidade disciplinar, a ausência de um senso crítico mais agudo não apenas quanto às teorias disponíveis, como também quanto à leitura que fiz da literatura sobre a região.

Tomando como ponto de partida a atividade pesqueira em Marujá, sem problematizá-la, eu me debrucei na literatura acerca da questão da pesca em Cananéia⁴⁰ e, por conseguinte, levantei uma ampla literatura sociológica e antropológica sobre pesca e pescadores no Brasil. Os estudos da década de 1970 estão voltados para a análise das transformações provocadas pela expansão capitalista industrial sobre os diferentes âmbitos da vida nacional e, principalmente, as suas conseqüências sobre modos de vida ou economia das camadas sociais consideradas tradicionais. Os estudos sobre o setor pesqueiro não foram diferentes, apontando via de regra para as transformações sociais e culturais dos pescadores-lavradores e pescadores artesanais, considerados como uma camada tradicional⁴¹.

⁴⁰ Fernando A. MOURÃO. A pesca no litoral sul do Estado de São Paulo da região lagunar de Iguape-Cananéia; IDEM. Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo; Antonio C.S. DIEGUES. Pesca e marginalização no litoral paulista; IDEM. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*

⁴¹ Emilio WILLENS. *Nota sobre habitações temporárias de caiçaras*; Emilio WILLENS & Gioconda MUSSOLINI. *A ilha de Búzios*; Aziz SIMÃO & Frank GOLDMAN. *Itanhaém*; Fernando A. MOURÃO. A Op., cit.; Antonio C.S. DIEGUES. Op., cit.; Luiz F. DUARTE. *As redes do suor*; Marcos S. QUEIROZ. *A lógica do quente e frio*; Gioconda MUSSOLINI. *Cultura caiçara*; Anamaria A. BONIN. *A pesca e seus trajetos*; Kilza SETTI. *Ubatuba nos cantos das praias*; Violeta R. LOUREIRO. *Os parceiros do mar*,

Em função disto considerei pertinente avaliar em que medida os pescadores artesanais de Marujá sofriam as conseqüências da expansão capitalista sobre o setor pesqueiro. Da literatura a respeito de Cananéia, tomei as categorias pescador-lavrador e pescador artesanal como aquelas que diziam respeito à pesquisa, em função das características de Marujá. Uma das transformações provocadas pela industrialização da pesca e a ampliação da demanda do pescado, apontadas pela literatura, foi o abandono das roças pelos pescadores-lavradores, para uma dedicação exclusiva à atividade pesqueira, engrossando assim a camada dos pescadores artesanais que já tinham na pesca a sua principal atividade, e ampliando sobremaneira os problemas sociais que esta camada já vinha sofrendo pela entrada do capital no setor. O problema da legislação ambiental, restritiva quanto à derrubada e abertura de roças, já vinha sendo apontada na literatura como uma das causas da passagem dos pescadores-lavradores à pesca exclusiva.

Mas, o prognóstico do desaparecimento desta camada social, a dos pescadores-lavradores, já estava apontado pelo menos desde a década de 1940, através dos estudos de comunidade. Neste sentido cometi dois equívocos: tomei o prognóstico como fato e fiz a leitura acerca dos pescadores-lavradores como sendo uma categoria que encontrava na pesca e não na lavoura a sua principal atividade econômica, através da qual passaria a sua identidade social.

No entanto, no campo, ante o desejo de realizar uma monografia clássica acerca de uma comunidade específica, cujos protagonistas principais eram pescadores e suas famílias, eu me deparava com outro “personagem” que se interpunha a todo o momento no trabalho, a memória de um “*tempo de antigamente*”.

Revisitei a literatura e soube ver ali mais do que havia observado anteriormente. Afora a literatura, outros campos e ambientes de debate e reflexão abriram meu horizonte com relação ao que eu ouvia e pressentia como problema em Marujá. Tais campos e ambientes foram em síntese os relacionados ao Projeto “Homem, Saber e Natureza – HOSANA”, a uma maior proximidade minha ao Programa de Populações Humanas e Áreas

natureza e conflito social na pesca da Amazônia; Alex F. MELLO. *A pesca sob o capita*; Maria Luíza MARCILIO. *Caiçaras: terra e população*; Simone MALDONADO. *Pescadores do mar*; IDEM. *No mar: conhecimentos e produção*; IDEM. *Entre dois meios*; IDEM. *Mestres & mares: espaço e divisão na pesca marítima*; Lúcia H.O. CUNHA. *Entre o mar e a terra*; Glaucia OLIVEIRA DA SILVA. “*Tudo o que tem na terra tem no mar*”; Ana Luíza B. MARTINS-COSTA. *Uma retirada insólita*; Maria Tereza D.P, LUCHIARI.

Úmidas do Brasil – PPCAUB/USP e suas publicações, e a presença em importantes contextos de mobilização e participação de diferentes atores envolvidos com a problemática ambiental, especificamente contextos referentes ao problema da intersecção entre conservação de ecossistemas/unidades de conservação e populações tradicionais.

O projeto HOSANA já se fazia presente em nossas vidas mesmo antes de escrito, de encaminhado à FAPESP e por ela aprovado, em 1991, isto porque, como já salientei na introdução desta dissertação, ele nasceu da observação dos professores Carlos Rodrigues Brandão e Márcio O. Campos, no exercício de suas atividades docentes na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e na Universidade de São Paulo – USP, ao reunirem um número significativo de estudantes de graduação e pós-graduação preocupados ou já desenvolvendo pesquisas nas quais o tema ambiental estava presente, de forma central ou paralela. O Projeto circunscreveu famílias e comunidades de ilhas e continente do Litoral de São Paulo, da Serra do Mar, da Zona Bragantina e da Serra da Mantiqueira.

À FAPESP assim se definiu a relevância do projeto:

“um interesse urgente e, em certos casos, quase exagerado pelas questões ambientais hoje, no Brasil e em todo o Mundo, não tem sido acompanhado de uma prática consistente de estudos teóricos e de trabalhos empíricos provenientes das Ciências Sociais. Há casos de exceção, aqui mesmo nas universidades paulistas, mas até agora é visível um descompasso entre, de um lado, a contribuição das ciências biológicas, notadamente da Ecologia, a este campo de questões, assim como também da Etnociência e, especialmente, da Etnobiologia, mas abordando quase que exclusivamente sociedades tribais e culturas indígenas, e, de outro lado uma contribuição ainda incipiente e fragmentada, de parte das Ciências Sociais.
(...) [Objetivo teórico:] O esforço de pensar interdisciplinarmente questões associadas às relações de tipo homem-natureza, assim como antigos e novos problemas derivados de inadequação de tais relacionamentos, tal como isso tem sido muito evidenciado hoje em estudos e denúncias de ecólogos e ambientalistas.
(...) [Objetivo empírico:] A investigação etnográfica de sistemas cognitivos de uma “lógica da natureza” e de padrões culturais de uma “ética do ambiente”, entre produtores populares de bens, serviços e sentidos cotidianamente vinculados ao mundo natural através do trabalho: pescadores artesanais e camponeses tradicionais de São Paulo”⁴².

As contribuições do HOSANA para a problematização e reflexão acerca da minha pesquisa no Parque Estadual da Ilha do Cardoso foram significativas. Entre os inúmeros

Caiçaras, migrantes e turistas; Ellen WOORTMANN. Da complementaridade à dependência; Maria Del Carmen M.H. CALVENTE. No território do azul-marinho.

⁴² Carlos R. BRANDÃO & Márcio. O. CAMPOS. Homem, saber e natureza.

projetos e reflexões individuais que compuseram o projeto temático, gostaria de destacar o de Célia Serrano, “A invenção de Itatiaia”, o de Lúcia da Costa Ferreira, *Os Fantemas do Vale: qualidade ambiental e cidadania* e Ruben Caixeta Queiros, “Atores e reatores na Juréia: idéias e práticas do ecologismo”.

Com Serrano, aquele primeiro estranhamento que relato na introdução, a idéia do “vazio demográfico”, foi entendido para além do projeto desenvolvimentista — promotor de estímulo e isenções fiscais para expansão de monoculturas, pastagens e reflorestamento em regiões do Brasil propagandeadas como vazios demográficos.

As práticas e concepções acerca da implantação de unidades de conservação são resultado do “investimento (...) pela sociedade de valores e sentidos profundos” na concepção de “espaço natural”, com relação ao qual a “idéia de intocabilidade” está associada ao deleite paradisíaco e ao prazer da apreciação e desfrute das belezas cênicas⁴³. Com Célia Serrano, ao revelar a construção da idéia de natureza na cultura ocidental, especificamente no Brasil, e ao trabalhar a idéia de como parques e outras unidades de conservação — especialmente o Parque Nacional do Itatiaia, primeiro Parque brasileiro (1937) — foram sendo pensadas e vividas pela sociedade e maior parte dos que lutam pela preservação ambiental como lugares de natureza, eu me dei conta de um dos mais importantes mitos de nossa história: a idéia de natureza intocada. Como lugares exemplares de natureza, os Parques naturalizam a idéia de vazio demográfico. Assim, a partir da leitura de “Invenção do Itatiaia” aprofundi a concepção tão generalizada (e também decretada: Decreto 40.319/1962), de ser o Parque Estadual da Ilha do Cardoso lugar de Mata Atlântica primitiva e vazio de gente e cultura. Nesta concepção, a realidade histórica e a presença dos moradores tradicionais entram em choque com o mito, constituindo um paradoxo perante o imaginário da natureza intocada, sendo, enquanto uma incongruência lógica, algo “resolvido” através da invisibilidade e/ou expulsão do morador tradicional.

Ou seja, como toda cultura a nossa também tem os seus mitos.

Outros importantes mitos sofreram também a dura experiência da desconstrução e/ou da dúvida: o “mito de pujança do parque industrial de Cubatão” e o “mito das soluções

⁴³ Célia SERRANO. A invenção do Itatiaia, p.6-19.

técnicas”, demolidos quando do desastre ambiental ocorrido no parque industrial da cidade litorânea paulista de Cubatão, na década de 1980⁴⁴.

A importância de Cubatão “reside no pioneirismo do debate e no caráter emblemático que lhe foi conferido”, que de mito do desenvolvimentismo passou a exemplo de “saturação dos ecossistemas naturais”, à “imagem de uma cidade doente”, à identificação dos “filhos da poluição”, ao estigma de “Vale da Morte”⁴⁵.

Para Ferreira, Cubatão

“redimensiona a face pública do mito desenvolvimentista e expressa o início de um longo processo de estigmatização que atingiu o Brasil como um todo. O mito desenvolvimentista, na medida em que não se realiza concretamente e funciona apenas como proclamação ideológica, é substituído através das condutas emergenciais pela imagem da devastação. Seja a devastação dos sistemas naturais stricto sensu, como é o caso da destruição de florestas úmidas da Amazônia ou na Mata Atlântica, bem como a devastação que atinge as camadas de baixa renda, reveladas em Cubatão, por exemplo, através de estatísticas sobre saúde ocupacional e saúde pública geral.

“Cubatão inaugura um debate caloroso e funcionando como caso concreto, desempenhou um papel central às condutas voltadas à politização das representações sobre qualidade ambiental”⁴⁶.

As contribuições de Serrano e Ferreira ao projeto HOSANA e ao meu projeto particularmente, para além do conhecimento específico sobre as realidades que estudaram, desnudam-nos a nós mesmos enquanto produtores e reprodutores de valores. Afinal, o quanto nossas ações e percepções estão permeadas por estes e outros mitos?

Entre as contribuições ao HOSANA, o estudo que mais influência exerceu diretamente sobre minha pesquisa na Ilha do Cardoso foi a de Queiroz, na Estação Ecológica Juréia/SP. Isto porque o morador tradicional, entre outros atores sociais, mereceu atenção da pesquisa devido a um acontecimento histórico-político recente, o da de implantação da Estação Ecológica entre os anos de 1986 e 1990, o que gerou vários conflitos sociais decorrentes. Foi o primeiro estudo que tratava diretamente deste problema, com a proposta de analisar as idéias e práticas de dois movimentos sociais em torno da Juréia. O movimento ecológico “Pró-Juréia”, nascido de atores sociais moradores na cidade de São Paulo e preocupados com a preservação da Mata Atlântica e das praias de Juréia,

⁴⁴ Lúcia C. FERREIRA. *Os fantasmas do Vale*, p. 39-46.

⁴⁵ IDEM. *Op. cit.*, 13-15

⁴⁶ IDEM. *Op. cit.*, p.16.

contra a especulação imobiliária e interesses militares, como o da instalação de usinas nucleares. E o movimento dos moradores da Juréia, criado em 1990, a “União dos Moradores da Juréia”. Privados do usufruto dos bens naturais e proibidos de roçar em suas terras, os moradores organizaram-se na defesa ou constituição de direitos perante a implantação da Estação Ecológica, e enfrentaram a ideologia e as práticas preservacionistas dos técnicos, funcionários e membros do movimento “Pró-Juréia”.

Apresentando significativa diversidade de moradores na Juréia quanto à atividade econômica — pescadores, caseiros, funcionários públicos, prestadores de serviço ao turismo, palmiteiros e caçadores, aposentados, moradores que trabalhavam fora da Estação — aqueles que viviam da pequena agricultura como principal fonte de renda, e tendo na pesca e na caça recursos de complementação alimentar, eles expressaram, em conjunto e mais de perto conflitos semelhantes àqueles ouvidos por mim em Marujá. Na categoria de pequeno agricultor, aqueles que se identificaram como filhos do lugar, em depoimentos que relatavam o trabalho familiar, os mutirões, as festas, na mesma medida em que reivindicavam a “liberdade para se trabalhar e viver”, pois “não podiam mais caçar, plantar, extrair palmito e pescar”. Conforme Queiroz, o que a maioria dos moradores argumentava era o desejo de *“continuar suas práticas tradicionais, não obedecer regras e normas de controle ambiental vindas de fora (eles seriam preservacionistas a seu jeito), não estar sujeitos às fiscalizações ao policiamento e sair da situação que chamam de cativeiro”*⁴⁷.

O contato com o Programa de Populações Humanas e Áreas Úmidas, coordenado pelo professor Antonio Carlos Santana Diegues⁴⁸, constituiu outro importante ambiente de reflexão e de acesso a publicações temáticas.

Os estudos de Diegues⁴⁹ revelaram para mim como se constituíram os problemas socioambientais do litoral sul-paulista, fundamentalmente após a expansão capitalista sobre o setor pesqueiro, estimulado pelo Decreto-Lei 221/1967, parte do projeto desenvolvimentista nacional relacionado à transformação da atividade pesqueira em indústria de base. Por meio de diversos recursos e incentivos fiscais, concedidos a

⁴⁷ Ruben C. QUEIROZ. Atores e retores na Juréia, passim.

⁴⁸ O atual Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras da Universidade de São Paulo - NUPAUB, criado em 1992, incorporou o Programa de Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil - PPCAUB, criado em 1988. O Núcleo permanece sob coordenação científica do professor Diegues.

empreendedores não necessariamente ligados à atividade pesqueira já existente no Brasil, “o objetivo era ambicioso: criar uma pesca empresarial-capitalista no Brasil”. Em pouco mais de uma década de aplicação desta política, sérias consequências ambientais e sociais já se faziam presentes⁵⁰.

Diegues foi um dos primeiros pesquisadores a estudar e se preocupar com a problemática socioambiental relacionada aos ambientes estuarinos, ribeirinhos e costeiros do Brasil. Para ele, em seu estudo sobre as transformações do setor pesqueiro em vários países do mundo e no Brasil⁵¹, “*confirmam-se, na pesca, as características da trajetória da expansão da produção capitalista em outros setores da produção social: ela se desenvolve esgotando as duas fontes de onde jorra a riqueza: o mar e os trabalhadores*”⁵². A exploração desmedida e intensiva dos recursos naturais, a concentração dos meios de produção nas mãos de uma minoria e na exportação, o assalariamento e marginalização dos pequenos pescadores, a pressão dos grupos imobiliários e turísticos nas áreas de praia constituíam os principais problemas socioambientais observados naquele período.

Na revisão da literatura procurei entender com mais densidade os aspectos ligados não “apenas” à ameaça da expansão capitalista sobre a conservação dos ecossistemas — quanto à atividade de caça predatória dos recursos pesqueiros e ação dos grupos imobiliários e turísticos — assim como às restrições ambientais impostas sobre os moradores tradicionais, relativas à implantação de unidades de conservação.

Em fevereiro de 1988 Diegues apresenta na 4ª Conferência da UICN – União Mundial para Conservação da Natureza, realizada na Costa Rica, um documento intitulado “Diversidade Biológica e Culturas Tradicionais Litorâneas: o Caso das Comunidades Caiçaras”, documento integrante do “projeto da União Mundial para Conservação da Natureza – UICN: Avaliação Econômica e Incentivos para Preservar a Diversidade Biológica”⁵³. Baseado nos levantamentos e estudos realizados nos ecossistemas costeiros e com as populações costeiras do Paraná, Rio de Janeiro e de São Paulo, inclusive as regiões

⁴⁹ Antonio C.S. DIEGUES. *Pesca e marginalização no litoral paulista e Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*.

⁵⁰ Antonio C S. DIEGUES. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*, p.3.

⁵¹ Em *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*, sua tese de doutorado, Diegues pesquisa o desenvolvimento da pesca e suas contradições no litoral brasileiro, especialmente o litoral sudeste, e nos mares do Atlântico Norte (Inglaterra, Escandinávia, Noruega, etc.), do Japão e da União Soviética.

⁵² IDEM. *Op. cit.*, p.272.

⁵³ IDEM. *Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas*.

de Iguape-Cananéia-Paranaguá, para Diegues a preservação da diversidade biológica está na dependência da manutenção das culturas tradicionais.

*“Ainda que o papel dos incentivos econômicos à conservação seja analisado, o autor dará ênfase aos processos pelos quais a perda ou redução das tradições culturais afetam negativamente a conservação dos ecossistemas naturais costeiros. Ou, de outra maneira, o objetivo deste trabalho é mostrar como a manutenção das culturas tradicionais ao longo da costa brasileira é uma das condições mais importantes para a preservação da diversidade biológica”*⁵⁴.

Aos inúmeros processos expropriadores, acima resumidos, pelos quais vêm passando as populações litorâneas, o autor acrescenta o problema da implantação de Parques, Reservas, Estações Ecológicas, etc., cuja legislação impede ou dificulta muito as suas vidas e a reprodução de suas culturas, por não reconhecer seus sistemas tradicionais de manejo.

No mês de julho do mesmo ano de 1988 e no mês de abril de 1989, Diegues organiza o “II Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil” e o “III Encontro de Ciências Sociais e o Mar: Pesca Artesanal – Tradição e Modernidade”, respectivamente, reunindo pesquisadores de diferentes áreas, como ecologia humana, antropologia, sociologia, lingüística, economia e biologia, que estudavam a relação entre populações humanas e os ecossistemas de áreas úmidas, do litoral, dos rios e dos lagos brasileiros. A tônica dos encontros e dos trabalhos apresentados resultou em diferentes contribuições acerca das preocupações de Diegues explicitadas no documento direcionado à União Mundial para a Conservação da Natureza – UICN.

A releitura que fiz dos artigos das coletâneas, buscando mais referências às minhas duas preocupações centrais — indícios acerca da nostalgia de um tempo de antigamente, quando havia liberdade para roçar e caçar, e o problema das restrições legais advindas da sobreposição de unidades de conservação e lugares de vida e trabalho das populações litorâneas e ribeirinhas — não foi, no entanto, de todo satisfeita. Poucos foram os artigos que fizeram referência aos pescadores-lavradores. Um fato compreensível, dado que Diegues e demais pesquisadores objetivavam demonstrar a diversidade cultural presente nas áreas úmidas do Brasil e concentravam os seus esforços no conhecimento acerca do

⁵⁴ IDEM. *Op. cit.*, p.3.

pescador artesanal, em seus aspectos tecnológicos, econômicos, sociais, culturais e de conservação dos ecossistemas em que vivem. Isto porque, para Diegues,

*“muito freqüentemente o estudo das relações entre as comunidades humanas e o mar está marcado pelo uso de conceitos e metodologias extraídos das análises das sociedades camponesas. Se alguns desses conceitos (ciclos agrícolas, parceira, mutirão, assalariamento rural) podem ser úteis para analisar aquelas comunidades humanas que associam pesca em ambiente litorâneo fechado (estuários, mangues) e agricultura, eles são inadequados para explicar as complexas relações que existem entre as comunidades de pescadores e o ‘mar de fora’, o oceano. (...) Trata-se de um problema de caráter epistemológico ou da própria determinação da identidade sócio-ecológico-cultural das comunidades humanas que vivem do mundo do mar em contraposição ao mundo da terra. Essa tentativa de caracterizar as comunidades humanas marítimas como tendo uma especificidade própria em contraposição às terrestres está dando origem a novas disciplinas tais como a Antropologia e/ou Sociologia Marítima”*⁵⁵.

Alguns artigos fizeram referência aos pescadores-lavradores⁵⁶, e confirmaram a existência destes enquanto especificidade cultural das regiões costeiras e ribeirinhas em paralelo aos pescadores artesanais. Isto considerando que os pesquisadores se referiam de modo geral a esta camada social como praticamente desaparecida, devido às consequências das transformações sociais relativas à pressão imobiliária sobre a terra, o turismo, à demanda do pescado ou serviços (ligados ao turismo, construção civil, etc.) e a restrições relativas à legislação ambiental. Com relação à Cananéia, após a análise das consequências socioambientais da expansão industrial pesqueira sobre os pescadores artesanais, Diegues afirma que,

*“inúmeras comunidades ligadas à laguna ... definharam por razões da diminuição dos estoques pesqueiros, especulação imobiliária, proibição do exercício de atividades tradicionais (agricultura, extração de palmito) pela implantação de áreas de proteção ambiental, etc.”*⁵⁷.

Assim, o Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil contribui para um amplo conhecimento do modo de vida dos pescadores artesanais, colocando em

⁵⁵ Antonio C.S. DIEGUES. Tradição e mudança nas comunidades de pescadores do Brasil, p.1.

⁵⁶ Renato J.R. SALES. Aspectos da pesca artesanal na região lagunar de Iguape-Cananéia; Fernando A. MOURÃO. Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo; Alpina BEGOSSI. Aspectos da dieta e tecnologia em uma comunidade de pescadores do litoral de São Paulo (Ilha dos Búzios); Antonio C.S. DIEGUES. Op. cit.; Tânia E. MAGNO DA SILVA. Beiradas de maré: estudo do professor leigo em comunidades camponesas pobres; IDEM. Os pequenos pescadores, trabalhadores para o capital.

⁵⁷ Antonio C.S. DIEGUES. Op., cit., p.1

foco uma nova perspectiva de proteção ambiental para a sociedade nacional, ao explicitar os sistemas de manejo tradicionais das populações moradoras em áreas hoje consideradas preservadas. Desta forma, compreendi primeiramente ser necessário reconhecer as especificidades culturais dos pescadores artesanais e dos pescadores-lavradores, e, em segundo lugar, buscar maiores informações acerca das restrições legais impostas sobre os moradores tradicionais advindas da implantação de UC's. Este cenário apresentou-se a mim como reivindicação para o (re)conhecimento da interdependência entre preservação dos ecossistemas e a manutenção das populações tradicionais, diversidade biológica e diversidade cultural. Ou seja, a reivindicação de Diegues e outros pesquisadores demonstra haverem-se constituído historicamente processos de mudança e conflitos sociais envolvendo as populações humanas moradoras nos ecossistemas estuarinos em função da implantação de unidades de conservação, em geral repressores e expropriadores. O que se propõe então é:

*“uma revisão do conceito de desenvolvimento em vigor e uma reorientação dos valores que comumente são utilizados nas práticas convencionais de pesquisa e planejamento. Um novo estilo de desenvolvimento — que pode ser denominado de ‘ecodesenvolvimento’ — pressupõe a adoção de estratégias, escolhas e metodologias de planificação que decorrem de uma concepção meramente tecnocrática e cientificista de desenvolvimento, formulada de modo alheio e distanciada das realidades regionais, mas de uma articulação técnico-política consistente entre os diversos atores sociais envolvidos direta ou indiretamente no processo”*⁵⁸.

É esta mudança de paradigma que Diegues vai defender na 1ª plenária do “Seminário Nacional – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica”, ocorrida em dezembro de 1991, na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp/SP⁵⁹.

Ao mesmo tempo em que eu (re)lia esta literatura, nos anos de 1990 e 1992 tive a oportunidade de participar dos Encontros organizados pelo Projeto “São Sebastião Tem Alma”, ocorridos na cidade de São Sebastião, litoral paulista, que reuniam as populações

⁵⁸ Lúcia H. O. CUNHA. Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental, p.54.

⁵⁹ “Criadas pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em 1972, as Reservas da Biosfera ... têm sua sustentação no programa ‘O Homem e a Biosfera’ (MAB) da UNESCO, desenvolvido com o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com a IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza e com agências internacionais de desenvolvimento” (RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA. Anais do seminário nacional, p. 26).

atingidas pelas unidades de conservação ambiental, ambientalistas, pesquisadores, instituições governamentais e não-governamentais⁶⁰.

Com o contato com os representantes dos “povos do mar e da mata”, presentes nos Encontros de São Sebastião, dei um “salto qualitativo” no meu modo de encarar a realidade da Ilha do Cardoso.

O que mais chamou a atenção nos Encontros de São Sebastião é que o tema da conservação/preservação ambiental e suas contradições permeavam praticamente todos os depoimentos dos representantes destas populações dos diferentes estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Alagoas, Paraná, Maranhão e Pernambuco). Estes segmentos sociais têm sofrido as conseqüências das restrições legais advindas das diferentes categorias jurídicas de preservação ambiental (unidades de conservação) que recaíram sobre seus locais de vida e trabalho. Os problemas referentes à enormidade de tipos de áreas de preservação, submetidas a diferentes esferas administrativas -- federal, estadual e municipal --, dificultam inclusive para todos os envolvidos o entender e o propor e encaminhar soluções.

Seus depoimentos ao mesmo tempo questionavam, procuravam respostas e colocavam em dúvida a lógica dos órgãos destinados à fiscalização, a da ação de seus funcionários e a da própria preservação. E mais, eles procuram entender as suas próprias posições, enquanto trabalhadores, enquanto organizações sócio-culturais, enquanto cidadãos perante estas mesmas lógicas.

Desta forma, a maior parte dos depoimentos possui um apelo dramático, fruto do desencontro entre duas práticas divergentes: a das comunidades que tiram do mar e da mata o seu sustento, e a dos funcionários dos órgãos destinados à proteção e preservação ambiental. Este desencontro tornam visíveis as diferentes ideologias e sistemas de valores e práticas sobre o ambiente e a Natureza.

O que chamou bastante a atenção nestes Encontros foi o seu alcance. O “Encontro das Ilhas”, de 1990, aglutinou fundamentalmente pescadores do litoral paulista; o “Encontro dos Povos do Mar”, de 1992, levou a São Sebastião pescadores de todo o Brasil; e, finalmente, o Encontro de 1994, além do caráter internacional, trouxe à tona os

⁶⁰ ENCONTRO DAS ILHAS. Carta do ilhéu; ENCONTRO DOS POVOS DO MAR. Carta dos povos do mar; ENCONTRO INTERNACIONAL DOS POVOS DO MAR E DA MATA ATLÂNTICA. *Jornal dos Povos do Mar*, nº 6, jan. 1995.

problemas comuns de pescadores e lavradores, ali denominados como “Povos do Mar e da Mata Atlântica”. Estes “povos” estavam tomando maior consciência da sua importância histórica e das semelhanças dos fatores históricos, políticos e econômicos que geraram suas especificidades sócio-culturais e seus problemas atuais. A partir da bandeira de luta pela problemática ambiental eles estavam tomando consciência de que seus problemas de sobrevivência devem-se a conjunturas bem mais amplas.

A tensão implícita nos Encontros era o desencontro dos valores que permeiam a relação do homem com a natureza e a dos homens entre si. Havia uma espécie de consenso entre os representantes dos “povos” ali presentes: o de que eles possuíam direitos históricos aos seus locais de trabalho e vida, e tinham algo a ensinar para a sociedade nacional, sob a forma de um saber-fazer tradicional⁶¹. O contato com esta população, entre eles os representantes de Marujá, fez com que eu repensasse os termos da pesquisa, não mais enfocando a questão da adaptação, mas o problema do conflito social.

Os Encontros, os depoimentos dos representantes das comunidades tradicionais, mostravam claramente que a implantação de unidades de conservação, o modelo de conservação ambiental — assim como o modelo desenvolvimento econômico — geravam sérios conflitos à sua sobrevivência e reprodução física e cultural.

Neste período, a minha releitura da literatura sobre Cananéia estava focada na busca de dados e esclarecimentos acerca da categoria pescadores-lavradores, pois foram eles os principais atingidos pela restrição legal advinda de condição do Parque na Ilha do Cardoso. Foi, portanto, a mesma literatura já lida sobre Cananéia que apontou os caminhos da nostalgia de um tempo de antigamente, notada em Marujá.

A insistência em declarar releituras e revisões bibliográficas compõe o sentido do processo de pesquisa. A primeira revisão bibliográfica que fiz para embasar a primeira versão (ou primeiras) do projeto, privilegiou dados e interpretações acerca do pescador artesanal. Nesta leitura os dados referentes a outras categorias culturais foram pouco

⁶¹ Em 1997 tivemos oportunidade de voltar a realizar um trabalho de campo no Vale do Ribeira de Iguape através do Instituto Socioambiental, que montara uma equipe interdisciplinar para realizar um Diagnóstico Socioambiental do Vale. Nesta pesquisa, cuja parte antropológica foi coordenada pelo professor Carlos Rodrigues Brandão, entramos em contato com outros municípios do Vale do Ribeira e constatamos que o quê se ouve e vê em Cananéia, na Ilha do Cardoso e nos Encontros organizados pelo Projeto São Sebastião Tem Alma, em termos dos conflitos sociais advindos da implantação das UC's, apesar das especificidades locais estava presente em todo o Vale. (Carlos R. BRANDÃO et alii. Olhares cruzados; IDEM. Os números do Vale do Ribeira de Iguape; IDEM. Vale do Ribeira de Iguape; IDEM. O cerco do verde.).

considerados por mim. A segunda revisão promoveu a valorização dos dados referentes aos pescadores-lavradores, mesmo quando estes dados fossem proporcionalmente menores àqueles do objeto de estudo do pesquisador.

Os estudos de Fernando de Albuquerque Mourão -- *A pesca no litoral sul do estado de São Paulo e o pescador da região lagunar de Iguape-Cananéia*, e *Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial* --, e de Antonio Carlos Diegues -- *Pesca e marginalização no litoral paulista* --, realizados entre o final da década de 1960 e meados da década de 1970, apesar de voltados para a problemática da expansão capitalista sobre o setor pesqueiro, e as consequências desta expansão sobre o pescador artesanal tradicional do litoral paulista, fornecem dados acerca dos pescadores-lavradores.

No relatório de 1967, que Mourão entrega à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, referente à pesquisa realizada entre os anos de 1963 e 1965 no município de Cananéia, para conhecimento de sua estrutura econômica e social, e cujos dados objetivavam fornecer subsídios à Superintendência do Vale do Ribeira para o Plano de Desenvolvimento da Pesca na região, ele diferencia os pescadores portadores de uma "ideologia da pesca", aqueles que migraram para a região (geralmente do sul do país) e que já possuíam uma história cultural voltada para a pesca, e os "caiçaras-pescadores" típicos de Cananéia. Diz Mourão que

*“a importância da agricultura [em Cananéia] foi tão grande que, mesmo os atuais pescadores, ex-sitiantes, em termos de cultura, estão muito mais ligados ao meio rural que abandonaram há anos do que propriamente à pesca, atividade que embora hoje seja a principal e, praticamente a única, ainda não determinou culturalmente o homem da zona do sistema lagunar”*⁶².

Se Mourão pôde notar no final da década de 1960 a formação de um novo estrato social, representado pelos pescadores artesanais motorizados, detentores de uma “ideologia de pesca”; ele também não deixou de notar que a formação desta nova classe de pescadores ocorreu em um processo de conflito entre as diferentes camadas sociais envolvidas: a “classe alta”, representada pelas famílias tradicionais urbanas, centralizadoras da compra e comercialização da produção agrícola; a camada de comerciantes empreendedores e

⁶² Fernando A. MOURÃO. *A pesca no litoral sul do Estado de São Paulo da região lagunar de Iguape-Cananéia*. P.28.

inovadores — muitos vindos de fora — que formaria posteriormente a “classe média”, forjada a partir da demanda comercial do pescado; e a camada dos lavradores que abandonavam seus sítios em busca de outras atividades, entre elas a pesca. Esta última categoria foi engrossada por migrantes pescadores de outras regiões, principalmente Santa Catarina, em busca de melhores oportunidades em regiões mais produtivas, como Cananéia. Mourão demonstra como a formação desse novo estrato social deu-se num processo de desorganização social, conflito social e de interesses. Para o autor, o conflito social gerado pela crise da agricultura exportadora na região, decorrente, entre outros fatores, da concorrência da produção de outras regiões do Estado e da precariedade dos meios de escoamento da produção, ao lado da emergência da atividade pesqueira como substituidora da economia local e aglutinadora das camadas marginalizadas pela crise, deveu-se justamente à vocação agrícola da região, há séculos fornecedora de importantes produtos ao mercado nacional, sendo o arroz e a farinha de mandioca os mais representativos. Ao se referir ao abandono dos sítios e da lavoura, e apesar de fazer referências ao problema do controle sobre o desmatamento, o autor não nota ser o abandono causado por expropriação, e analisa o abandono “apenas” pela crise da agricultura exportadora, forçando o sitiante a buscar na atividade pesqueira uma nova forma de alternativa econômica. Ao se referir à qualidade das terras para a agricultura em Cananéia, lembra que são “péssimas as condições do terreno, embora se registre exceções”, entre essas exceções inclui-se a Ilha do Cardoso. *“Na Ilha do Cardoso, a agricultura, para a qual há faixas de terras bastante boas, está proibida desde que o local foi considerado Parque Nacional. Na Ilha Comprida não há um mínimo de condições para a agricultura, o mesmo se dando na Ilha de Cananéia, com exceção de alguns pontos situados ao Sul”*.⁶³ Neste caso, o autor desvaloriza a fertilidade das terras em Cananéia, com o intuito de demonstrar a viabilidade da atividade pesqueira para uma população com poucas opções de trabalho. Isto apesar de haver enfatizado ter sido esta mesma população e esta mesma terra aquelas que em anos precedentes foram as responsáveis pela produção agrícola exportadora do município. Porém, mesmo desvalorizando a fertilidade das terras do município, declara serem as terras da Ilha do Cardoso boas para a agricultura, mas inviabilizadas em função da restrição ambiental.

⁶³ IDEM. Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo, p.:221.

Mourão observou no final da década de 60 que 63% dos domicílios por ele visitados na Ilha do Cardoso possuía o “tráfico da farinha”, um “conjunto do ralador, cesto de tipiti para prensagem, prensa de rosca -- mais rara -- ou de alavanca, forno e secador de cobre”⁶⁴, elemento representativo de uma tradição camponesa. Enquanto a Ilha de Cananéia apresentou um índice de 30% das casas pesquisadas. O autor não encontrou o tráfico da farinha na casa de pessoas dedicadas exclusivamente à atividade pesqueira.

Em 1968 66,7% dos entrevistados por Mourão na Ilha do Cardoso, exceto nos setores localizados perto da barra, admitiram que fazer roça. Nesta época, na Ilha de Cananéia, segundo o autor, a atividade pesqueira já dominava enquanto economia principal, haja vista que em 1965, 30% dos inquiridos na Ilha de Cananéia e no continente admitiam fazer roça⁶⁵.

Estes dados podem estar indicando que a passagem para a pesca enquanto principal atividade econômica -- como uma consequência “natural” da profissionalização e industrialização da pesca, prevista no plano de desenvolvimento da pesca em 1967 (Decreto-Lei 221) --, não parece ter afetado os moradores da Ilha do Cardoso.

Assim, em 1992 refiz o projeto de pesquisa⁶⁶ considerando a hipótese de ter entrado em contato com os lavradores-pescadores típicos do litoral paulista, e da impossibilidade da reprodução social deste grupo em face das restrições ambientais. Assim, eu inverti a ordem dos fatores. Em vez da expressão pescadores-lavradores, comum na literatura, eu proponho lavradores-pescadores⁶⁷. Pois, como veremos adiante, eles são lavradores que têm na pesca uma atividade complementar.

⁶⁴ IDEM. *Op., cit.*, p. 90

⁶⁵ IDEM. *Op., cit.*, p. 89.

⁶⁶ Este projeto, denominado “De Itaquatiara a Parque Estadual da Ilha do Cardoso: o sentido da mudança”, foi premiado em 1992 no *Segundo Concurso “Sociedade e Meio Ambiente - 1992”*, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e Fundação FORD.

⁶⁷ Dos estudiosos que fizeram referência a categoria lavrador-pescador e o significado da lavoura e da pesca artesanal na formação cultural das populações litorâneas, destaco Anamaria BECK. *Lavradores e pescadores: uma contribuição a discussão do conceito de pescador artesanal*; e Antonio C. S. DIEGUES, para o qual os “*pescadores-lavradores*” ou *‘pescadores-sitiantes’ exploram concomitantemente, através de um calendário complexo, os recursos do solo (agricultura de subsistência) e os recursos do ambiente litorâneo protegido, em geral estuários e lagunas*”, e são *‘pescadores estritamente vinculados à vida da terra, na qual a pesca entra como uma atividade complementar. Nesse caso trata-se mais de agricultor que de pescador, carecendo em geral de uma ‘ideologia da pesca’ de que fala Mourão (1971)’* (In: *Tradição e mudança nas comunidades de pescadores do Brasil*, p 2).

O cotidiano, “fragmentário, diferenciado, contraditório, multívoco, pluriforme”⁶⁸, é não apenas vivido desta forma pelas pessoas, como também assim se apresenta ao cientista social que pretende pesquisá-lo e compreendê-lo a partir da ótica dos que o vivem. Encontrar ou descobrir o problema ou tema de investigação não altera esta percepção da realidade, apenas a recorta analiticamente. Mas o recorte, o problema de investigação é, ao mesmo tempo, “apresentado”, “oferecido” pela realidade e construído pelo pesquisador. Isto significa que de um amplo leque de temas de investigação que uma dada realidade pode estar “oferecendo”, uma (ou mais de uma) chama em especial a atenção de um pesquisador. Isto também significa que a realidade, ao mesmo tempo em que não se reduz ao tema investigado, nele se reconhece. Finalmente, estava definido um problema de investigação que não foi construído arbitrariamente por mim, mas concedido a mim involuntariamente pela própria realidade social através da memória das principais “personagens”, testemunhas oculares de um evento significativo ocorrido há décadas, mas que ainda produz memórias, emoções e sentidos.

Em 1993 dei um novo rumo à pesquisa.

Em outubro de 1993 resolvi localizar em Cananéia as famílias que tinham abandonado a Ilha do Cardoso pela época de sua transformação em Parque. Eu possuía apenas uma referência em Cananéia: um antigo morador e natural da Ilha do Cardoso, seu Juvenal Rodrigues, que eu havia conhecido em 1990 num hotel da cidade, onde ele costumava tocar rabeca para os frequentadores.

O conteúdo de nossa conversa não foi muito diferente daquele de outras conversas que eu tivera em Marujá. Trata-se de trechos aparentemente desconectados de uma mesma história: “que tocava muita rabeca e dançou muito fandango (inclusive para um programa da Rede Globo)”; “que morou no Andrade, na Ilha do Cardoso”; “que pescava muito camarão, com montes muito grandes”; “que hoje não se pesca quase nada por causa dos arrastões que pescam os camarões pequenos”; “que não gostava de caçar porque tinha medo do porco-do-mato e das onças”; “que quando morava na Ilha, o pai dele foi até Iguape de canoa a remo e levou quatro horas, que eles foram também até Paranaguá e levaram dois dias”; “que naquela época tinha muita festa bonita com painel de fogos, que

⁶⁸ Luiz E. SOARES. *O rigor da indisciplina: ensaios de antropologia interpretativa*, p.10.

era lindo”; “que na Ilha pode plantar sim, isto de não poder é besteira porque se não puder plantar como é que fica? Como é que se vive?”.

Quando fui procurar seu Juvenal, praticamente dois anos depois, ele estava bastante doente. Mesmo doente seu Juvenal muito me ajudou, pois indicou-me um de seus irmãos também residente em Cananéia. As indicações para localização de casas e pessoas, nós sabemos, são sempre um pouco difíceis para quem não conhece o lugar, mas sempre conseguimos achar as pessoas certas mesmo que não seja exatamente aquela que nos foi indicada e, assim, começamos por (re)iniciar nosso trabalho.

A impressão de que em Marujá eu colhia peças disparatadas de um grande mosaico (a roça, o mutirão, o fandango, a fartura, etc.), alterou-se em Cananéia para a sensação de que as peças começavam afinal a se encaixar. Apesar de mais direcionadas as entrevistas, os entrevistados em Cananéia recolocavam espontaneamente os mesmos temas (as peças do mosaico) apreendidos em Marujá. Foi preciso certa soma de fragmentos de histórias individuais para fazer surgirem entrecruzamentos de tempos e espaços sociais. Isto por que: (1º) “uma ‘corrente de pensamento’ social é ordinariamente tão invisível como a atmosfera que respiramos”⁶⁹; e (2º) “a rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados”⁷⁰.

Se me fosse permitido voltar no tempo, eu complementaria a hipótese formulada em 1992 suspeitando de certa “campesinidade”, conforme sugerido por Klaas Woortmann⁷¹, como uma qualidade presente na visão de mundo dos moradores e ex-moradores da Ilha do Cardoso. Mas, só posteriormente, no momento em que interpreto ao mesmo tempo o processo de pesquisa e os dados de campo, é que compreendo efetivamente que “a *campesinidade pode ser apreendida de forma mais clara, em alguns casos, justamente nas situações menos camponesas, de um ponto de vista objetivo*”. Se o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, e também Cananéia a seu modo, são “o *lócus onde as relações de produção correspondem ao mínimo objetivo, é precisamente neste contexto que a campesinidade pode aflorar de maneira extremada no plano das representações e dos valores*”.⁷²

⁶⁹ Maurice HALBWACHS. *A memória coletiva*, p.40

⁷⁰ Jean DUVIGNAUD. In: Maurice HALBWACHS. *Op., cit.*, p. 14.

⁷¹ Klaas WOORTMANN. “Com parente não se negueira”. *Anuário Antropológico/87*.

⁷² IDEM. *Op. cit.*, p. 13.

Há distinção entre as entrevistas realizadas em Marujá e aquelas que realizei em Cananéia. Apesar da pesquisa estar pautada por entrevistas abertas, eu possuía em Cananéia um objetivo específico, o de saber por que as pessoas haviam abandonado a Ilha durante a época da implantação do Parque. Em Marujá, recordar o *tempo do sítio* surgia espontaneamente nas conversas informais e entrevistas. Em Cananéia falar daquele tempo era já uma solicitação minha, embora não direta, porém direcionada a partir do momento em que a atuação do guarda-florestal, o motivo do abandono dos sítios, só pôde ser sentida como *perseguição*, porque recaía sobre o modo de vida representado pelo *tempo do sítio*. De uma forma e de outra o fenômeno da memória está presente. Não sendo este um estudo sobre a memória qual será então o seu papel na pesquisa?⁷³.

Estou falando de memória apenas porque o foco central da pesquisa é a narração de um acontecimento do passado, e por que este acontecimento não está e nem estava escrito, documentado? Se fosse este o caso, eu estaria cometendo o equívoco de “*tratar a memória como um conjunto de documentos que acontece estarem dentro da cabeça das pessoas e não no Arquivo público*”, ou seja, não tratar a memória como fonte⁷⁴. É verdade que o processo de construção do problema de investigação deveu-se ao conhecimento por parte da pesquisadora da história de um *tempo de antigamente*. Trata-se de uma história não escrita, uma história presente na memória de testemunhas oculares daquele tempo. Porém, não se trata aqui “apenas” de uma preocupação com a reconstrução ou construção da história de um passado recente. Neste estudo a memória tem um valor heurístico que me abriu a uma compreensão antropológica da desapropriação vivida pelos entrevistados.

Como já foi salientado, para as pessoas mais idosas o tempo presente em Marujá está em geral envolvido na nostalgia de um tempo passado. A título de exemplo, numa de minhas primeiras viagens a Marujá, recordo que uma das vezes que eu visitei dona Virgínia Rodrigues e dei a ela, como agrado, uma fruta que eu havia levado para meu próprio consumo. Foi quando o seu semblante iluminou-se e remeteu a sua memória ao *tempo do*

⁷³ Certa vez um mestre muito especial disse a mim que em Antropologia estamos sempre trabalhando com a memória. É verdade. Anos mais tarde encontrei esta mesma proposição num livro sobre memória social, onde se pode ler: “*a memória, com efeito, penetra em todos os aspectos da nossa vida mental, dos mais abstratos e cognitivos aos mais físicos e inconscientes. A memória está sempre operante no nosso espírito; ler este livro, procurar um amigo, pensar nas notícias, tudo isso é, em parte, exercícios de memória*” (James FENTRESS & Chris WICKHAN. *Memória social*, p.17).

⁷⁴ James FENTRESS & Chris WICKHAN. *Memória social*, p. 14.

sítio, quando era *liberado* para trabalhar, para roçar. Disse gostar muito de frutas e também da dificuldade de obtê-las atualmente.

Evocar o passado mesmo quando não solicitado diretamente, como ponto de referência para se falar do presente, é um dos aspectos relacionados ao que estou chamando de valor heurístico da memória para esta pesquisa. Os questionamentos em torno do problema de investigação, conforme salientado mais acima, são devedores desta nostalgia⁷⁵.

O outro aspecto está ligado ao fenômeno da memória involuntária ou de associações de fatos durante a narração do passado. Ou seja, embora a segunda fase da pesquisa, realizada em Cananéia, já explorasse diretamente a recordação do tempo da desapropriação da Ilha, e, portanto, o acontecimento histórico que teria subtraído dos moradores da Ilha a liberdade de trabalhar, mesmo aí, no interior da narração deste acontecimento há o fenômeno de uma memória involuntária. Dois exemplos são suficientes para um melhor entendimento deste segundo aspecto.

O primeiro exemplo, advém da entrevista com dona Isabel Martins Rodrigues e refere-se ao problema da reciprocidade através da figura do mutirão. Dona Isabel explicava em detalhes o significado dos termos auxílio e mutirão. E, tal como acontecia em praticamente todas as entrevistas com os *filhos da Ilha*, as suas vozes firmes, quase sempre alegres, mudavam de tom subitamente para ínfimas e tristes, acompanhadas de suspiros, quando suas memórias de repente remetiam-se ao “*tempo da perseguição*”, quando tudo teria acabado. Pois bem, neste dia eu tentava trazer de volta a alegria de dona Isabel insistindo no tema da roça de mandioca. Ela passou a responder às minhas perguntas de forma breve, com frases de uma a oito ou nove palavras, ao contrário dos longos parágrafos como respostas às perguntas anteriores. Chegamos no tema do descanso da terra após algumas roçadas, falávamos de coivara e capoeirão, e ainda entristecida dona Isabel refletiu: “*agora já não vive mais assim, né? Mas, naquele tempo era assim*”; e continuou: “*que nem fandango, ninguém mais fala em fandango, né? Agora não é mais fandango, é forro que dizem*”. E eu, procurando aproveitar a deixa para voltar no assunto do par mutirão-fandango, inquiri: “Porque o fandango era depois de um dia de trabalho, né?”

⁷⁵ Maurice HALWACHS, Éclea BOSI e James FENTRESS & Chris WICKHAN são os autores que me concedem as bases para refletir acerca do valor da memória para este estudo.

Tendo parecido que nem havia ouvido a minha pergunta, dona Isabel estava com sua memória remetida ao fandango enquanto moda, enquanto dança, e ela já me explicava:

— *Era aquela moda batida. Batida que diz é uma que dançava só de tamanco. Então, tinha uma roda aqui e outra aqui, que é uma roda. Tudo tinha nome, a moda [suspiro]. O anu, os homens batiam e as mulheres no [?]. O [?] era no meio de dois homens e a mulher dançava aqui e tinha uma hora que trocava. Tinha que ver que coisinha mais linda! Tão bonito que era! Só que eu nunca dancei, que gostasse, foi a tonta. (...) Tinha a tonta, tinha o [?]. Então, a Tereza disse assim “mamãe eu lembro do – do quê que ela falou? – do lagarto”. Não, do São Gonçalo. Ela se lembra muito do São Gonçalo. Ela lembra de um fandango que nós demos faz muito tempo, é a “puxada da canoa”..*

P: Ah, é!? O que é, esta coisa de “puxar a canoa”...!. Tá vendo uma coisa puxa a outra, mas agora vamos puxar a canoa [risos]. Como é que é isso de “puxar a canoa?”

Já tendo deixado aparentemente a tristeza para lá, dona Isabel me contou da “puxada da canoa”, que é uma das categorias de mutirão.

-- Não é a canoa mesmo é o corte da canoa. Igual, Pedro sabe fazer canoa, ele faz. Então, lá em cima, no morro, ele fez uma canoa. Chegou de noite, nós já morávamos aqui, quando ele foi de manhã ele levou as meninas, as duas mais velhas, e eu fiquei com estas crianças. E Cácio [Rangel] veio até a cidade de tarde e [disse:] “dona Isabel eu vou agora lá.”. Ele veio buscar parece que a viola, não sei o quê. “Ah, Cácio, vou com você!” [rindo]. Peguei estas crianças e fui. Daí eles foram. Ele foi puxar a canoa e... perderam-se no mato. Anoteceu e toava esta gente no mato!

Vê-se aí uma cadeia de associações, sortilégio da memória involuntária. A partir da explicação intencional das formas de ajuda mútua do passado (ajutório, mutirão) segue-se a memória do sofrimento causado pela implantação do Parque e da constatação das mudanças culturais do presente, nas figuras do forró e do fandango. Daí engendram-se mais associações, como: o relato descritivo e sensível das diferentes modas do fandango, seguida da recordação de uma lembrança de uma das filhas (que era criança quando da desapropriação da Ilha) sobre a “puxada da canoa”; a reconstituição detalhada e alegre da lembrança deste dia especial – a ida do marido de manhã com duas filhas para o alto do morro, o convite do compadre à tarde para irem se encontrar com seu Pedro; o anoitecer e os homens perdidos no mato --, para em seguida dona Isabel me explicar em que consiste a “puxada da canoa”. É como um círculo que se fecha: a reciprocidade do trabalho-mutirão,

para a tristeza-“*tempo da perseguição*”, deste para a nostalgia-forró, que remete à alegria-fandango, que é a apoteose do mutirão-trabalho, a reciprocidade.

O segundo exemplo refere-se ao tema da “*fartura*”, do sítio como lugar que tinha “*tudo*”. Numa entrevista, quando estávamos no sítio Salvaterra, Cácio Rangel me falava sobre os vínculos de herança de sua família e a de sua esposa com aquele sítio. Nossa conversa havia se iniciado devido à presença no sítio Salvaterra da ruína do casarão de pedras do *tempo da escravatura*. E Cácio explicava para mim que seu tio materno havia morado nele em 1909. Contou dos avôs que ele conheceu e daqueles que não conheceu, da mistura entre italianos e pretos presente na geração de seus avós maternos, da morte dos avôs quando sua mãe ainda era pequena, e por associação, sua memória é remetida para uma imagem da qual o próprio Cácio é depositário: a recordação familiar da mãe criança brincando no cafezal. Esta lembrança praticamente se confunde na memória de Cácio com um tempo testemunhado por ele próprio, o da produção de café no sítio de sua família. Lembranças que desembocam num dos aspectos de maior orgulho da memória coletiva: o da “*fartura*” dos sítios. Vale a pena conhecer este trecho da entrevista.

P: A mãe dela [da mãe de Cácio] morreu também?

— Morreu. Ela era pequenininha. O pai e a mãe. Sei lá quantos anos ela devia ter, ela nunca explicou, mas era menina, criou-se com os irmãos e depois com Joaquim Cardoso, padrinho dela. Então, ela e o velho Seberiano, que é o pai deles [da esposa e cunhados do seu Cácio, presentes nesta visita ao Salvaterra], brincavam aqui no café, era lá por baixo, encostado no morro, até lá na ponta, sabe?

P: Tudo café?

— Pé de café. Para eles naquela época dava de sobra. Ninguém comprava café. Que nem lá no sítio também nós tínhamos café. Era o melhor café o nosso, também dava café que estragava no chão, que fica tudo branco, passarinho chapava tudo ele, morcego, e aquilo caía no chão e ninguém ajuntava. Nós éramos onze pessoas em casa, aliás, treze com papai e mamãe, eram onze irmãos e o café dava e sobrava pra gente, passava ano de um ano para o outro sem comprar. Então, existia fartura naquela época e não era só meu pai todo mundo tinha e agora esta miséria.

Tem-se a impressão que Cácio narra algo que ele viu: a mãe criança e o Seberiano criança brincando no cafezal. Esta impressão é reforçada pela descrição de localização do cafezal — “*era lá por baixo, encostado no morro, até lá na ponta*” —, indicando tratar-se, de fato, do mesmo cafezal que ele, Cácio, conheceu enquanto criança e adulto. Parece haver uma indiferenciação entre o tempo do cafezal no qual sua mãe brincava quando criança, e o tempo do cafezal contemporâneo do próprio narrador, seus irmãos e irmãs. Este tipo de

indiferenciação entre diferentes tempos históricos, enquanto manifestação involuntária da memória — considerando que os entrevistados deixam sempre muito claro o quê viveram ou testemunharam, quanto ao processo de perseguição, daquilo que ouviram dizer — sugere um “fio de continuidade” da memória coletiva. *“Com efeito, imagina-se que nada mudou, porque se reata o fio de continuidade. Essa ilusão, (...) terá pelo menos permitido que passemos de uma etapa a outra sem que a memória coletiva tivesse em nenhum momento o sentimento de se interromper”*⁷⁶.

A relação da memória coletiva com o espaço contribui ainda mais para o fio de continuidade dos diferentes tempos históricos. É isto que sugere o trecho acima. Ainda desta minha primeira visita ao sítio Salvaterra, eu aprendi a lição sobre como a memória coletiva se desenvolve num quadro espacial⁷⁷. Trata-se da descrição que apresentei no primeiro capítulo, quando Cácio Rangel e João Cardoso, primos em primeiro grau, mostravam a mim, por entre a mata, os locais onde outrora ergueram-se as casas e os terreiros dos antepassados. A trilha que nos levava do sítio Salvaterra ao sítio Santa Cruz refazia a trilha do *tempo do sítio*, assim como a presença, no Salvaterra e no sítio Santa Cruz, das ruínas dos *“casarões dos antigos”*. E as lembranças de ambos reconstituíam o modo de vida “daquele tempo”, preenchendo imaginariamente a trilha de coisas e gentes.

Isto porque,

*“é sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças”*⁷⁸.

Apesar destes dois exemplos estarem sendo dados sobre lembranças evocadas no espaço, a memória não necessita necessariamente de estar no espaço para vir à tona. É o pensamento que irá até o espaço; é ele que voltará imaginariamente para os lugares vividos e permitirá “que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças”.

Nas entrevistas que realizei fora do *lócus* do sítio, em Cananéia ou em Marujá, foi possível identificar os momentos da fala onde o narrador se desloca em pensamento para o

⁷⁶ Maurice HALBWACHS. *Op., cit.*, p. 84.

⁷⁷ IDEM. *Op., cit.*, p. 143.

⁷⁸ IDEM. *Op., cit.*, p.143.

espaço-tempo narrado. Em algumas passagens o uso dos advérbios de lugar “aqui” e “lá” denotarão estas transferências do pensamento para o tempo-espaço do sítio. Em algumas passagens nota-se inclusive um narrador “confuso” com os advérbios, pois ao descrever alguma lembrança do tempo do sítio, estando o pensamento remetido no tempo-espaço, dirá “aqui” por se achar mentalmente no sítio e logo corrigirá com um “lá”, ao perceber o equívoco.

Assim, é com o pensamento sobre o espaço que se reconstituem as lembranças. Os depoimentos são ricos em detalhes descritivos sobre os diferentes locais onde se desenrolava a vida social do *tempo do sítio*. É desta riqueza de detalhes e de meu conhecimento físico mínimo acerca de um ou outro sítio que eu retiro os elementos para “desenhar” o cenário daquele tempo.

Os traços de subjetividade podem ser notados nos trechos de entrevistas, mas não me debruço especificamente sobre eles. Interessa-me o lado público e social destas evocações⁷⁹. É preciso salientar que há “pequenos” acontecimentos ocorridos com uma pessoa em especial que ressaltam tensões coletivas. É o caso, por exemplo, de Marta Pires ainda menina, no sítio Pedro Luíz, já citado no capítulo primeiro. As rondas diárias do “*Florestal*” com seu barco, provocavam em Marta tal desespero e medo que num certo dia, apavorada, ela entrara em casa gritando pela mãe e colocara a mão sobre o fogão a lenha queimando-se. Ora, talvez apenas Marta tenha se queimado (literalmente falando) nesta história. Porém essa evocação e a maneira como ela narrou o acontecido trouxeram à tona emoções e sentimentos certamente compartilhados por outros membros de sua família, de seus parentes, de seus vizinhos, etc. O relato de Marta pode ser visto até mesmo como uma espécie de protótipo do ambiente tenso em que se desenrolou o período de desapropriação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

⁷⁹ “As recordações que partilhamos com os outros são aquelas que são relevantes para eles, no contexto de um grupo social de determinado tipo. (...) Halbwachs tinha por certo razão ao afirmar que os grupos sociais constroem as suas próprias imagens do mundo estabelecendo uma versão acordada do passado e ao sublinhar que estas versões se estabelecem graças à comunicação, não por via das recordações pessoais. (...) A nossa principal preocupação vai para o pensamento que explicitamente se refere a acontecimentos e experiências passadas (sejam eles reais ou imaginários); com efeito, a experiência passada recordada e as imagens partilhadas do passado histórico são tipos de recordações que têm particular importância para a constituição de grupos sociais no presente”. (James FENTRESS & Chris WICKHAN. Op., cit., p.:8).

Assim, a manifestação involuntária da memória em contextos comuns do cotidiano, no tempo presente, e também a evocação de marcos sociais durante a narração de acontecimentos outros, não necessariamente ligados a tais marcos, trazendo à pesquisa o vínculo entre os temas trazidos pelas lembranças, é o que constitui o valor heurístico da memória, a memória enquanto fonte antropológica. Ou seja, a memória apontou o problema de investigação e o caminho da “etnografia”. Na medida em que o momento da lembrança permitisse ou em outras oportunidades, teci perguntas direcionadas a um melhor entendimento do *tempo do sítio*, explorando fundamentalmente os aspectos descritivos de tais marcos sociais. De todo este conjunto de experiências “vivas e pensadas”, as representações sociais que emergiram fornecem os parâmetros quanto ao problema da campesinidade dos filhos da Ilha do Cardoso.

Há na tecitura desta dissertação e na organização, assim como na interpretação dos dados da pesquisa dois tipos de influência da produção sócio-antropológica brasileira voltada para o mundo rural. Esta influência deve-se aos diferentes enfoques que os dados do campo me impuseram.

(1º) Para o momento que a etnografia tenta a reconstrução do *tempo do sítio*, procurando descrever o cotidiano e analisar os conceitos articuladores do modo de vida do lavrador-pescador da Ilha do Cardoso, faço uso daquela literatura que hoje já podemos considerar como constituindo textos clássicos das ciências humanas no Brasil: Nice LECOCQ MULLER, *Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo*; Antonio CANDIDO, *Os parceiros do rio Bonito*; Maria Isaura PEREIRA DE QUEIROZ, *Bairros rurais paulistas - estudo sociológico*. É destes autores que herdamos as principais definições científicas do sitiante paulista.

A estes estudos unem-se os estudos de Pasquale PETRONE, “A Baixada do Ribeira: estudo de Geografia Humana”, e de Maria Isaura PEREIRA DE QUEIROZ, “Vale do Ribeira - pesquisas sociológicas”, que fornecem uma caracterização sócio-econômica geral da região. Também os estudos de Fernando de Albuquerque MOURÃO e de Antonio Carlos DIEGUES, já citados, e de Geraldo MULLER, “Estado, estrutura agrária e população: ensaio sobre estagnação e incorporação regional”, que trata diretamente do Vale do Ribeira de Iguape.

Ainda para a caracterização do modo de vida do *tempo do sítio*, na investigação da hipótese da campesinidade aqui proposta, a análise é devedora também de Carlos Rodrigues BRANDÃO, em *Plantar, colher, comer*, “Os nomes do trabalho”, *Partilha da vida* e *O afeto da terra*; de Margarida Maria MOURA, *Os herdeiros da terra*; de Beatriz M.A HEREDIA, *A morada da vida*; de Afrânio GARCIA Jr, *Terra de Trabalho*; de Giralda SEYFERTH, “As contradições da liberdade”; de Emilia Pietrafesa de GODOI, “*O trabalho da memória*”; de Ellen WOORTMANN, “O sítio camponês”, *Herdeiros, parentes e compadres*; de Ellen WOORTMANN & Klaas WOORTMANN, *O trabalho da terra*.

(2º) Para o momento que a etnografia foca a desconstrução do *tempo do sítio*, procurando descrever e interpretar o significado da *perseguição*, encontro condições de análise em alguns dos autores acima citados, como Ellen WOORTMANN, principalmente *O trabalho da terra* e Giralda SEYFERTH. Sou devedora, especialmente, de Klaas WOORTMANN, no seu “Com parente não se negueia` - o campesinato como ordem moral”.

Esta dissertação não pretende desdobrar-se em uma ampla discussão teórica. A ênfase é dada sobre a etnografia. A abordagem é eminentemente antropológica, focada sobre a interpretação que os *filhos da Ilha* tiveram sobre a desapropriação da Ilha do Cardoso. Não houve neste estudo a preocupação sociológica com outros interlocutores, outras perspectivas e opiniões acerca do que aconteceu àquela época, como a de guardas-florestais e outros funcionários dos órgãos envolvidos com a conservação ambiental no Estado de São Paulo.

Em termos metodológicos tomo como orientação a reflexão de Cardoso de Oliveira sobre o terceiro ato cognitivo próprio do trabalho antropológico, o escrever, que é o de “*inscrever* as observações — realizadas em campo — no discurso da disciplina”⁸⁰. Isto é literalmente o que faço na parte segunda da dissertação.

Em termos de formato do texto, há longos trechos onde “apenas” descrevo os dados, dando-lhes a forma de narração e, apenas depois vou introduzindo a interpretação antropológica.

⁸⁰ Roberto CARDOSO DE OLIVEIRA. *O trabalho do antropólogo*, p. 27, grifos do autor.

*

*

*

Pessoalmente estive em boa parte da Ilha. Conheci praticamente todo o seu lado Leste, o lado do “*mar grosso*”. Foi na verdade um passeio turístico. Junto com meu irmão, caminhei de Marujá até Itacuruçá atravessando praias, picadas na mata e costões rochosos. Recordo deste passeio o sítio de Camboriú, uma comunidade de pescadores à beira mar. Foi como turista também, com uma turma de amigos da universidade, com quem eu dividia aquele passeio, que estive de passagem pela Enseada da Baleia e pelo Pontal do Leste (extremo sul da restinga). Apesar de não ter realizado nenhuma observação antropológica naquela época, estas caminhadas puderam me proporcionar uma relativa dimensão das distâncias que os sítios localizados nestas paragens tinham dos centros de comércio e de serviços. Cananéia e Paranaguá (no Paraná) ainda hoje são os centros mais importantes. No entanto, em épocas passadas Ararapira e mesmo Ariri, localizados no continente, aproximadamente no meio da restinga onde fica Marujá, já foram povoados de relativa importância.

O sítio Cachoeira Grande, localizado na primeira curva do canal de Ararapira para quem vem de Marujá e vai para Cananéia, eu o conheci também na condição de turista, por tratar-se, como o próprio nome do sítio indica, de local de cachoeira. Foi aí, logo à chegada, exatamente no ponto desde onde iniciamos a subida do rio em direção à cachoeira, que vi pela primeira vez uma das ruínas da Ilha: uma construção de pedras, cujas paredes ainda estavam bem conservadas.

Estes passeios a partir de Marujá -- pelas praias de Itacuruçá até o Pontal do Leste, e a Cachoeira Grande --, são aqueles que os turistas que têm gosto pelas longas caminhadas e aventuras acabam fazendo. Foi o que fiz.

Afora estes sítios, conheci, já como pesquisadora, os sítios Grande, Salvaterra e Santa Cruz. Estive no sítio Pereirinha, na verdade, no CEPARNIC, como participante da “Reunião Preparatória para o Plano de Gestão Ambiental - Fase I do Parque Estadual da Ilha do Cardoso/ Cananéia”, em abril de 1997. Muitos entrevistados manifestaram a vontade de me levar a seus sítios, mas, infelizmente, não tive a oportunidade de fazê-lo. Apesar do pouco conhecimento físico dos sítios, a pesquisa colocou-me em contato com o

cotidiano do *tempo do sítio* e da realidade atual de inúmeros sítios: sítio Grande, sítio Salvaterra, sítio Santa Cruz, sítio Andrade, sítio Tajuva, sítio Canudal, sítio Jacariú, sítio Barreiro, sítio Pedro Luiz e sítio Ipanema.

Foram aproximadamente 140 dias de trabalho de campo, divididos entre as duas etapas. A primeira etapa correspondeu a 60 dias de pesquisa de campo, distribuídos entre cinco visitas curtas no aproveitamento de férias e feriados, donde a mais longa estadia correspondeu há 22 dias. Nestes períodos, afora o cotidiano de muitos contatos pessoais e conversas informais, realizei em Marujá 10 entrevistas, totalizando por volta de 10 horas de gravação. Em Cananéia, consegui realizar 18 entrevistas, totalizando aproximadamente 40 horas de gravação. Na segunda etapa realizei cinco viagens a Cananéia, apenas uma visita foi inferior a 15 dias de estadia, a mais longa por volta de 30 dias.

Os contatos em Cananéia ocorreram desta forma: cada um com quem eu conversava indica alguém mais, e assim por diante.

De forma geral conversei e entrevistei pessoas na faixa etária entre 35 e 70 anos, pais/mães e filhos/filhas. Eu conhecia ou era apresentada inicialmente a pessoas mais jovens, que depois me apresentavam seus pais ou outros parentes próximos.

Os mais jovens correspondem às pessoas que deixaram a Ilha com seus pais entre seus 8 e 12 anos de idade, mais ou menos. De forma geral, tanto quanto seus pais, são pessoas bastante críticas e revoltadas quanto ao período da desapropriação, e também expressam nostalgia do tempo em que lá viviam, embora todos admitam que tiveram mais oportunidade para estudar em Cananéia do que teriam na Ilha. As atividades atuais dos entrevistados no momento da pesquisa eram: funcionários públicos (da Prefeitura de Cananéia, da Secretaria do Meio Ambiente, do Instituto de Pesca e da rede estadual de educação); caseiros; comerciantes (restaurante, peixaria); pescadores e prendas domésticas.

Não encontrei nenhuma dificuldade para realizar as entrevistas, embora tenha ficado sabendo que há pessoas, as mais velhas, que após terem sido obrigados a abandonar seus sítios, recusaram-se desde então a falar sobre o assunto.

Posso afirmar que fui privilegiada por ter tido acesso a parte desta história, pois soube de pessoa que me concedeu entrevista, que tendo sido procurada posteriormente por outro pesquisador, disse a este já ter contado sua história a mim, e preferia se resguardar deste período triste de sua vida. Conto isto, por um lado, como uma forma de demonstrar

meu reconhecimento pela confiança depositada em mim e, também, como mais um exemplo das fortes marcas de sofrimento que esta história ainda guarda.

Alguns entrevistados disseram que nunca haviam pensado que um dia contariam sua história a alguém. Esta observação geralmente estava ligada ao contexto em que nos nossos diálogos eu considerava a relevância de suas histórias pessoais ou familiares, para a história social de Cananéia e do País. Apesar de todas as famílias terem sofrido as consequências da desapropriação, e apesar de terem guardado e compartilhado durante anos as mágoas deste processo, não creio que eles tenham construído juntos e consagrado uma versão dos acontecimentos como uma imagem coletiva que deixariam para a História. Eles não haviam pensado que sua história e seu drama ultrapassassem a dimensão pessoal e/ou familiar.

O eixo principal das entrevistas é a narrativa da perda dos espaços da vida social. O leitor perceberá que utilizo a expressão *o tempo do sítio* quando me referir ao modo de vida de antigamente. Mas uso o termo *sítio* sem conotação de passado, porque o espaço geográfico onde outrora existiu o *tempo do sítio* é ainda hoje representado como *sítio*. Mesmo levando em conta que a história local é dividida entre um antes e um depois da desapropriação e, neste caso, qualquer referência ao cotidiano do sítio é um dado do passado histórico. Pois se o *tempo do sítio* já não existe mais, a Ilha, no entanto, como um lugar de sítios, constitui o mapa mental e compõe o referencial geográfico dos *filhos da Ilha*. Ou seja, a desapropriação do Parque desalojou as famílias de seus sítios, mas a relação família-sítio permanece viva ainda hoje, embora as famílias estejam impossibilitadas de cultivarem a terra e explorar o meio ambiente.

Desta forma, a etnografia que será apresentada na parte segunda da dissertação, denominada “*Proibido Trabalhar*” é, na verdade, uma “etnografia”, uma vez que eu não observei diretamente o *tempo do sítio*, mas o reconstruí a partir dos relatos dos *filhos da Ilha*.

Em Cananéia estive em contato direto com os entrevistados, freqüentando as suas casas, tendo numa delas uma pousada acolhedora e conhecendo suas famílias. Mas não realizei aí uma etnografia propriamente dita. Não realizei nenhum tipo de levantamento e observação sistematizados sobre o cotidiano destas famílias em Cananéia. Nos capítulos aparecerão algumas representações relativas às dificuldades que os *filhos da Ilha*

encontraram quando mudaram para Cananéia e se adaptaram à cidade. Entretanto, mesmo aí trata-se de reconstrução daquele momento crítico.

Como qualquer município, Cananéia é dividida em vários bairros, é neles que estão espalhados aqueles que saíram da Ilha de Cardoso. Uma *filha da Ilha* disse-me que a maior parte dos que saíram da Ilha não conseguiram em Cananéia manter a proximidade física, em termos de moradia, daqueles que eram vizinhos no sítio. Ela considera que o caso de sua mãe e irmãs (não há irmãos na família) é uma exceção, pois conseguiram manter reunida, pelo menos uma parte da família.

Quanto ao nível de vida, a não ser por uma ou outra exceção, as famílias com as quais mantive contato pareceram-me estar relativamente “bem de vida”. Os entrevistados, porém, declaram que uma grande parte dos que saíram da Ilha não conseguiram se reerguer, vivendo na pobreza. E parte destes já aparece nos relatos de criminalidade do município.

Se a ausência de um roteiro de perguntas pode ter causado muitas lacunas na pesquisa, o procedimento mostrou finalmente ser eficaz em um outro sentido. Assim, a abertura que a entrevista possibilitou permitiu compreender quais são os elementos que dão forma ao conflito. Descrever a atuação do guarda-florestal não explica o sentimento de violência, se não se entender que o “*Florestal*” não atuava proibitivamente sobre o acesso a coisas físicas e materiais, mas sobre relações simbólicas e sociais.

O leitor notará em muitas entrevistas certo tom pedagógico do entrevistado, explicando detalhada e descritivamente o assunto tratado. Isto ocorreu porque, ao explicitar a eles em que consistia a pesquisa, eu pedi que tivessem paciência e me explicassem em detalhes, para que eu pudesse conhecer o modo de vida deles.

Quanto ao texto das entrevistas, realizei algumas correções. Um dos primeiros entrevistados em Cananéia, tendo eu pedido permissão para gravar a conversa porque depois eu utilizaria trechos da entrevista, pediu-me gentilmente que não escrevesse da mesma forma como ele falava, pois “*falava errado*” por não ter tido oportunidade de estudar. Teci considerações acerca do fato de que todos nós cometemos erros ao falar, e prometi que faria as devidas correções. Desta forma, como não estou procedendo a um estudo da linguagem, e da mesma forma que tendo a corrigir a parte da minha fala na transcrição, fiz intervenções no sentido de corrigir, fundamentalmente, o problema da

concordância verbal, de gênero e de número. De resto, procurei manter as características da forma de expressão dos entrevistados.

Durante a transcrição, em algumas passagens, eu não entendi parte do que se falava (trecho que vem representado por [?]) ou porque algum ruído externo atrapalhasse, ou devido à ínfima voz do entrevistado, embargada por emoção bem disfarçada, ou pela nítida atitude de quem se refere a pessoas ou acontecimentos do qual não se sente a vontade para falar. Tendo entendido desta forma à época da entrevista, eu não solicitava à pessoa que repetisse o que havia dito. Algumas palavras vêm imediatamente acompanhadas de uns parênteses com uma interrogação no centro -- palavra(?) -- neste caso apesar de eu ter dúvidas quanto ao entendimento do termo, mantive aquilo que tive a impressão de ser o que se falava.

Por algumas expressões e conceitos “nativos” adquirirem forte conotação na história local, como *filhos da Ilha*, *tempo do sítio*, *tempo da escravidão*, *tempo dos antigos*, *perseguição*, *respeito dos antigos*, *proibido trabalhar* eles figurarão ao longo da dissertação em itálico e sem aspas. As demais expressões, frases e terminologia “nativas” figurarão em itálico e entre aspas.



*“O pessoal saiu tudo de lá, da Ilha toda. Só que lá no Marujá mora gente e é o mesmo da Ilha do Cardoso.
No Marujá é porque tem muito turista que vai lá. É bonito pra lá! ”*



“Eu nunca fui pelo caminho; o emboca do caminho no rio eu já fui. Mas tem que ir pelo rio, aqui pelo mar pequeno.”



“O rio da Tapera, ele tem um caminho que sai no mar, sai na Laje, mar grosso.”

PARTE II

PROIBIDO TRABALHAR

P: Mas, naquela época tinham muitas famílias aqui?
CR: Tinha perto de umas 500 famílias aqui.
JC: É, por aí. [senhores CR e AA concordaram]
AA: Tinha sim, era bonito isto aqui, mesmo com todo este pessoal...
CR: Tinha casa no Pereirinha, neste costão, ia embora, pá, pá, pá....
AA: Desde Ipanema, de lá pra cá...
CR: Tinha ido, agora voltou um pouco..
(...)
CR: Aqui ficou João Cardoso aqui, os Cunha.
JC: Os Cunha.
CR: Anibal vem depois.
JC: Mas os Cunha também não tem mais ninguém..
CR: É, é. Anibal vem depois. E daqui só no Marujá, no resto não ficou ninguém mais.
P: E ali no Laje, tem uma família ali no Laje.
AA: No Laje tem.
CR: Camburiú.
JC: Lá é mar aberto também.
AA: É mar aberto. Faz frente pro Oceano lá.
AA: Mas aqui era bonito e era divertido. Sábado e domingo tinha o pessoal, fazia serviço, o mutirão, fandango, era gostoso.

(João Cardoso, aproximadamente 70 anos, Cácio Rangel, 68 anos e Aristides Alves, 59 anos. Herdeiros dos sítios Santa Cruz e Salvaterra. Entrevista realizada na casa de João Cardoso, no sítio Santa Cruz, em 04/12/1993)

Quando interrogados sobre o que aconteceu quando a Ilha foi transformada em Parque, os entrevistados declaram que foram *proibidos de trabalhar* e eles seguem relatando a forma de *perseguição* que sofreram pelo agente da desapropriação: o “*Florestal*”.

Embora descrevam as diversas facetas da fiscalização, tais como adentrar as casas para averiguar se havia caça nas panelas, estragar a golpes de facão o tronco destinado à confecção de uma canoa, fazer ronda dia e noite em torno dos sítios, os relatos concentram-se basicamente na fiscalização efetuada sobre o trabalho, um trabalho camponês tradicional: derrubada, queimada, roçado, colheita, etc. Todos os entrevistados especificam o que abandonaram no sítio quando, vencidos pelo “*Florestal*”, de lá “*correram*”: árvores frutíferas, roças, criação, “*tráfico da farinha*”⁸¹ e casas.

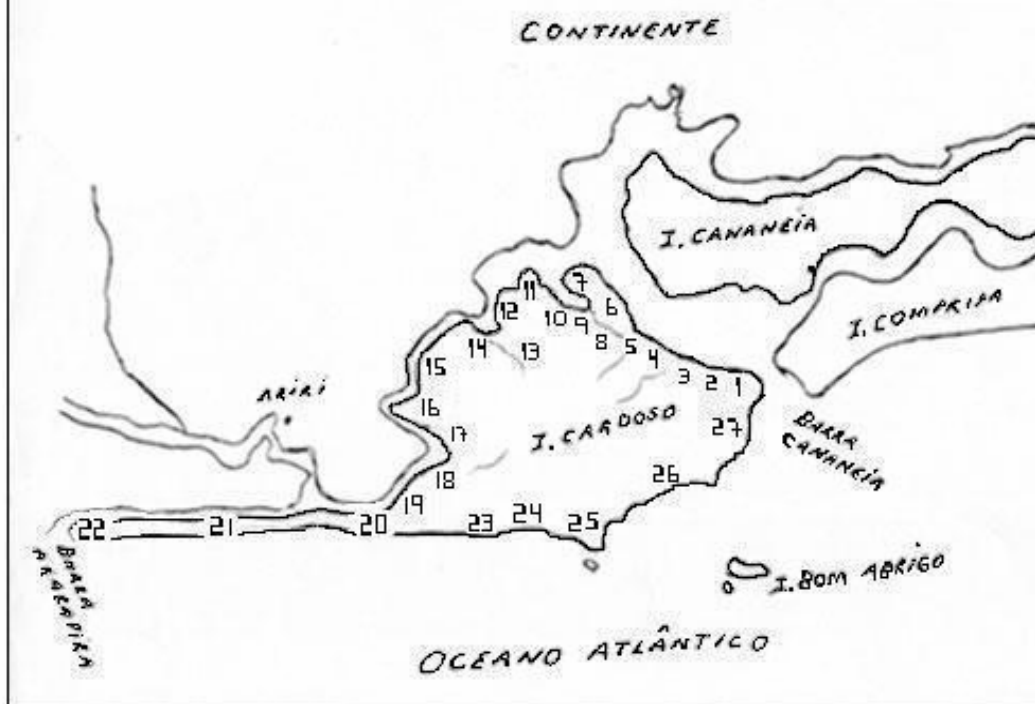
Creio já ter deixado clara a forma como o meu próprio mapa mental acerca da apropriação social da Ilha anterior ao Parque transformou-se, principalmente após as primeiras visitas aos sítios Salvaterra e Santa Cruz, criando a imagem lugar-ilha como um lugar de sítios. Destas primeiras visitas e da definição dada por um *filho da Ilha*, de que não há “*nada*” no sítio hoje, configurou-se para mim a oposição central deste estudo. A oposição entre a Ilha como “lugar de sítios” e a Ilha como “lugar de natureza”, representado por sua situação de Parque Estadual.

A desapropriação do Parque desalojou as famílias de seus sítios. Mas a relação família-sítio permanece viva ainda hoje, embora as famílias estejam impossibilitadas de cultivar a terra e explorar o meio. Assim, a Ilha do Cardoso está recortada por diversos sítios, dispostos quase todos à sua volta e parte deles no interior, seguindo os principais rios, formando como se fosse um anel em torno da Serra. Há na página seguinte um mapa sobre o qual um *filho da Ilha*, Romeu Mario Rodrigues, funcionário do Centro de Pesquisas Aplicadas de Recursos Naturais da Ilha do Cardoso- CEPARNIC, fornece a localização aproximada e os nomes de 27 sítios que sua memória alcançou: Pereirinha, Paneminha, Grande, Salvaterra, Santa Cruz, Andrade, Tajuva, Canudal, Fazenda, Trapandé, Morrete, Jacariú, Barreiro, Pedro Luiz, Sambaqui Mirim, Cachoeirinha, Boepeva, Cachoeira Grande,

⁸¹ “Tráfico da farinha” é o conjunto de maquinário e apetrechos utilizados para a transformação da mandioca em farinha. Nas próximas páginas encontra-se a descrição do maquinário e do processo de transformação da raiz em farinha.

1	SITIO	PERERINHA
2	"	PANEMINHA
3	"	GRANDE
4	"	SALVA TERRA
5	"	SANTA CRUZ
6	"	ANDRADE
7	"	TAJUVA
8	"	CANUDAL
9	"	FAZENDA
10	"	TRAPANDE
11	"	MORRETE
12	"	JACAREU
13	"	BAAREIRO
14	"	PEDRO LUIZ

15	"	SAMBAQUI MIRIM
16	"	CACHOEIRINHA
17	"	BOEPEVA
18	"	CACHOEIRA GRANDE
19	"	TAPERA
20	"	MARUJA - VILA
21	"	ENSEADA DA BALEIA
22	"	PONTAL DE LESTE
23	"	MORRETINHO
24	"	LAJE
25	"	CAMBURIU
26	"	IPANEMA
27	"	ITACURUÇA



Tapera, Marujá (antiga Praia do Meio), Enseada da Baleia, Pontal do Leste, Morretinho, Laje, Camboriú, Ipanema e Itacuruçá.

Ao longo da pesquisa fui anotando outros nomes de sítios: Limoeiro, Pirizal, Cardoso, Ilha da Casca, Morete, Barreiro Grande, Barreirinho, Saco.

É necessário um esclarecimento. O *tempo do sítio* não se restringe à Ilha do Cardoso, pois todo o município de Cananéia estava recoberto por sítios. Algumas pessoas, com quem mantive contato, possuíam as suas histórias de vida ligadas também a algum sítio fora da Ilha do Cardoso, referente à memória dos avós ou pais. Do que pude apurar, a *perseguição* do “*Florestal*” não se restringiu à Ilha, mas a todo o município. De forma tal que abandonar o sítio da Ilha não significou a possibilidade da reprodução desse modo de vida em Cananéia⁸².

Ninguém soube estabelecer precisamente o recorte temporal do processo de *perseguição*. A década de 1960 é, certamente, um marco, pois foi quando “*entrou o meio ambiente*” na Ilha. Calculando a relação “idade atual do entrevistado - idade que tinha quando saiu do sítio”, acredito que seja realmente a década de 1960 e início da década de 70 o período em que ocorreu uma fiscalização mais sistemática e violenta sobre os moradores da Ilha do Cardoso.

Embora cada família tenha respondido à *perseguição* de forma diferenciada, pois algumas saíram imediatamente à pressão e, outras, resistiram longamente, apesar das restrições e da fiscalização, é certo que houve um esvaziamento da Ilha durante aquele período, a não ser pela resistência heróica de uma única família, ainda hoje moradora no sítio Santa Cruz, e o lado do Marujá, que já constituía à época um pequeno pólo turístico. Posteriormente, algumas famílias retornaram, respeitando a legislação ambiental e dedicando-se a atividade pesqueira, que possui sua própria legislação disciplinadora e independente da do Parque.

⁸² Conforme Fernando A. MOURÃO, “o Censo populacional, realizado em 1970, constatou para o município de Cananéia, que 11,4% de domicílios estão fechados, ou seja, abandonados, porcentagem muito superior à média do Estado, que é de 3,2% e da região da Baixada do Ribeira, calculada em 2,7%. Este fato aliado à constatação que a população de Cananéia diminuiu nos últimos dez anos, passando de 6.251 pessoas em 1960 para 5.433 pessoas em 1970, mostra claramente o êxodo que se vem processando no município. Um levantamento realizado no cartório do 1º Ofício de Cananéia revelou que cerca de 50% dos títulos eleitorais transferidos para outros municípios pertenciam a lavradores”. (Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo, p.41).

Sabe-se que apenas dois sítios foram indenizados. Com relação ao sítio Itacuruçá, parece-me que a indenização foi paga a um senhor que à época havia comprado as terras de “herdeiros” daquele sítio. O outro sítio, Barreirinho, de indenização recente, foi pago aos “herdeiros” das famílias tradicionais. Os que comentaram estes casos comigo, salientaram o alto grau de instrução daqueles que entraram na justiça reivindicando seus direitos.

Algumas pessoas lembram que à época houve um levantamento dos moradores da Ilha. Quinhentos é o número que está na memória destas pessoas, mas elas não sabem precisar se esta cifra representava o número de pessoas ou o número de famílias ali residentes. Para alguns a cifra refere-se ao número de famílias. Quantidade que parece fazer sentido uma vez que, em 1993, a prefeitura de Cananéia forneceu-me as seguintes cifras quanto aos bairros/logradouros do município e relativas ao número das casas e de moradores dos logradouros da Ilha do Cardoso: Marujá, 58 casas e 174 moradores; Enseada da Baleia e Pontal do Leste, 43 casas e 129 moradores; Praia do Laje, 24 casas e 72 moradores, Costão do Andrade, 20 casas e 60 moradores e Itacuruça/Camboriú, 13 casas e 39 moradores. Se os *filhos da Ilha* consideram que praticamente não mora mais ninguém na Ilha hoje, ou seja, ela está esvaziada se comparada com o *tempo do sítio*, podemos considerar que quinhentos aproxima-se efetivamente do número de famílias moradoras naquele tempo.

Algumas famílias permaneceram no município de Cananéia, tendo ido morar no continente ou na Ilha de Cananéia, lugar da sede do município. Outros foram para mais longe: São Vicente, Santos, Cubatão, Iguape, Praia Grande, São Paulo, Santo André, Curitiba, etc. De alguns não se teve mais notícias. Quando conversamos sobre o destino das famílias, o entrevistado possui aproximadamente de cabeça um mapa do local onde estão em Cananéia os “da turma dos mais velhos” e os “herdeiros” destes. Quem está vivo, quem já morreu e, no caso de dúvida, vale consultar o compadre ou a comadre próximo: “Comadre, fulano(a) é vivo(a) ainda?”. E, assim, “os filhos do sítio [tal], ali mesmo, não tem mais nenhum”, ou “que era dono dali não tem mais ninguém”, ou ainda, “uma parte já morreram tudo, tem alguns filhos dele aí na cidade”, etc.

Nestas conversas, ao relacionarem nomes, sobrenomes e nomes de sítios, ou melhor, ao falarem dos moradores dos sítios no *tempo do sítio* ou atualmente, os entrevistados costumam usar preposições de lugar que indicam procedência “do(a)”, e posição “no(a)”.

Assim, um fulano pode morar no sítio X, mas não ser do sítio X ou então ele é do sítio X, mas mora atualmente no sítio Y; ou, ainda, todos do sítio X foram embora após a *perseguição* sofrida durante a desapropriação ou já morreram; ou, ainda, não há mais ninguém do sítio X morando por lá. Ao relacionar nomes, é comum ouvir também a expressão “ele é herdeiro do sítio [tal]”

A precisão no uso destas preposições está relacionada ao problema da relação sítio-patrimônio familiar, como veremos em seguida. A preposição do não sugere especialmente o fato de uma determinada pessoa ter nascido em tal sítio, pois muitas vezes a gestante podia ter seu filho num outro sítio. Ela está relacionada ao fato desta pessoa pertencer à família “*herdeira*” daquele sítio. De forma geral ter nascido no sítio ou ser do sítio é um motivo de orgulho.

Como disse alguém: “*eu mantenho as minhas raízes*”.

Capítulo 3

Dos tipos de herança

3.1. Nomes de sítios, nomes de famílias

— *Pois é, então... ali... primeiro era barro! Eu contava 25 casas... era um quarteirão!*

P: Onde que é essa parte que o senhor está?

— *Olha, começava dali, onde eu estou, até o final... até lá... os Costa...[sítio Andrade]*

P: Como é que é o nome dali onde o senhor está?

— *Ali é Paneminha.*

(15/10/1994. Pedro Pacífico Rodrigues, 72 anos. Sítio Andrade.)

Este trecho caracteriza bem o problema com o qual me deparei inúmeras vezes durante a pesquisa: o da nominação e localização dos sítios. Ele exemplifica uma espécie de naturalização da apropriação social daquele espaço, pois ele não disse “do Paneminha até o morro Andrade”, indicando nomes de pontos geográficos, mas sim até “os Costa”, nome de um grupo de parentesco, sugerindo a intersecção de espaço e tempo, a historicidade.

Neste caso, então, lugar não é apenas o sítio Andrade — termo que, embora indique um nome próprio de um passado ainda mais longínquo (de uma das primeiras famílias que se estabeleceram na Ilha no século XVII), atualmente parece descrever somente o nome do sítio e, para os *filhos da Ilha*, indicar a sua localização geográfica —, mas a configuração de relações sociais e de parentesco.

Já tive oportunidade de denominar os diversos sítios da Ilha. No entanto, é bastante comum durante as entrevistas ou conversas informais ouvir as pessoas falarem em nomes de famílias ou de grupos de parentesco, em vez de nomes dos sítios. Sem esperar fazer justiça à totalidade dos nomes de família dos sítios da Ilha, cito aqui aqueles com os quais estive em contato ou obtive informações, trata-se da “*turma dos*” ou “*os*”: Cardoso, Alves, outros Alves, Martins, Rodrigues, Xavier, Pires, Pontes, Costa, Rangel, Mendonça, Neves, Pacífico, Barbosa, Cunha, Nepomuceno, Gomes, Moura. Assim, quando se pretende arrolar uma sequência de sítios ou se deseja precisar a quantidade de moradores da Ilha à época da

perseguição, o entrevistado pode falar de uma sequência de nomes de família.

Então, a apropriação social do espaço da Ilha do Cardoso que existia no passado permanece como um mapa de referência presente ainda hoje, embora a apropriação social propriamente dita já não se realize mais. Isto é verdadeiro mesmo se os Costa não tivessem retornado a seu sítio após a expulsão, dedicando-se à pesca, pois este tipo de referência é bastante comum.

Para entender a “relação nome de sítio” – “nome de família”, é preciso “entrar” no sítio e mapear seu funcionamento do ponto de vista das suas unidades constitutivas: quem mora, por que mora, qual o regime da terra, qual a relação com outros sítios.

Em Cananéia eu costumava ficar hospedada na casa de Marta Pires, filha de dona Maria Xavier Pires, logo a seguir entrevistadas. O trecho abaixo é parte de uma entrevista realizada por acaso, num dia em que eu estava na casa de Marta copiando notícias do jornal *Correio de Cananéia*, coleção gentilmente emprestada a mim pelo senhor Armando Veiga, morador e família tradicional de Cananéia. Dona Maria entrou justamente no momento que eu havia encontrado uma notícia sobre o sítio Pedro Luiz, local de nascimento de dona Maria e de Marta. Li a notícia para ela.

Os trechos se complementam, na medida em que nos informam acerca não apenas do problema da “*herança*”, a “*parte*”, como também acerca do tipo de relação social que unia os moradores de um sítio.

P: Aqui, oh, num jornal de Março de 1921, o título da notícia é: "Mordido por uma Cobra": "Num dia do mês de fevereiro, no sítio Pedro Luís, situado na Ilha do Cardoso, um lavrador, senhor Pedro Mateus de Almeida, em uma caçada pelas matas da redondeza, aconteceu ser mordido por uma grande cobra, jararacuçu, que media 35 cm de grossura. Sendo felizmente lisonjeiro seu estado visto ter sido socorrido pelas pessoas presentes".

— Era no sítio onde nós morávamos. Aconteceu isso.

P: É? A senhora conheceu essa pessoa?

— Conheci muito!!! Era vizinho nosso. Eu lembro dele ser mordido. Mas ele sarou, não morreu não. Nessa época ele não morreu. Morreu depois.

P: Mas ele era do sítio Pedro Luís também?

— Ele morava lá também, no mesmo sítio. O pai da mulher dele também tinha uma parte lá. Também era... era da mesma família né. Ele não, mas ela... (...) Naquele tempo mudava de um sítio pra outro... assim... sem mais sem menos...

P: Ah, era costume, é?

— Era, tinha gente, assim vizinhança. Eles iam lá pediam um lugar, gostavam do lugar, então... a pessoa que tava no sítio autorizava eles irem; era tudo vizinhança, sabe, morar, trabalhar...

P: Quer dizer que o sítio era alguém que era o dono e o dono é que autorizava as

peessoas irem morar lá?

— *O dono do sítio era papai. (...) Papai tinha duas partes do sítio lá. Ele comprou uma e tinha o que era de mamãe. Parte de mamãe, depois ele comprou outra parte do tio de mamãe.*

P: Cada um desses sítios tinha um nome, né?

— *Não! Era tudo um sítio, né, só era dividido.*

P: Ah, era um sítio em várias partes?

— *É. Um sítio só, então... cada um tinha uma parte, mas era de um só sítio.*

P: O nome era o mesmo?

— *O mesmo nome. Tudo era Pedro Luiz.*

P: E aí tinha as partes deles...

— *É, aí tinha as partes, os herdeiros, né.*

P: Ah, aí, às vezes, um comprava do outro?

— *Era. E aí quando um queria vender, igual tio Wilson que vendeu pra papai. Casou-se, foi embora pra Iguape, aí papai comprou a parte dele. Ele ficou com duas partes. Entrou esse negócio de proibir aí, de Florestal, de coisa, acabou tudo.*

(19/10/1994. Maria Xavier Pires, 74 anos. Sítio Pedro Luiz)

— *Aí na Ilha do Cardoso mesmo a maioria abandonou o sítio. (...) Todo mundo era assim perseguido da mesma forma. Olha, neste sítio Barreirinho morava meu pai, meu tio, meus dois primos, morava senhor Antonio Pereira no outro sítio que era Barreiro Grande, era tudo vizinho. Esta era a diferença, tinha uma diferença que limitava o que era um sítio do que era outro. Nossa, tinha umas 15 famílias. No Pedro Luiz morava meu avô, meus dois tios, minha avó. Todo mundo abandonou.*

P: Mas quando você diz 15 famílias você está falando o nome ou você está falando das casas?

— *Não, das casas, eram umas 15 residências.*

P: Isto ali no Pedro Luiz e...

— *Pedro Luiz e Barreirinho. É, tinha meu avô, meu tio Francisco, meu tio José, meu tio Maneco, tinha meu padrinho, tinha meu tio Bernardo, meu pai, meu primo Joaquim, André Pires, tio Pedro, senhor Antonio Pereira, João, Francisco Pereira também, tinha senhor João Alves. É tinha umas 15 famílias. Quer dizer, nasceram, depois casaram e cada um foi construindo sua família e era gostoso, era assim: um matava uma caça hoje todo mundo comia.*

(15/12/1993. Marta Pires, 37 anos. Sítio Pedro Luiz)

Neste trecho, é possível perceber que a entrevistada domina mais intimamente um determinado conjunto de sítios. Não encontrei uma única pessoa que não conhecesse boa parte dos nomes dos sítios e nomes de família da Ilha. No entanto, ao falar sobre o cotidiano do *tempo do sítio* os *filhos da Ilha* falam com maior desenvoltura sobre um certo conjunto de sítios, conjunto este que corresponde, de uma forma geral, à parte relacionada diretamente à sua própria história de vida. A tendência é um maior conhecimento sobre o espaço dominado por uma “*vizinhança*”, caracterizada pela relação entre “*famílias*” de um número restrito de sítios que possuem, em geral, relações de parentesco e compadrio estabelecidos e endossados por uma teia social de reciprocidade. Da mesma forma, apesar

de se referirem à Ilha como um todo, quando solicitados a descreverem aspectos ecológicos, como a localização e as características de rios, cachoeiras e morros, por exemplo, o entrevistado demonstrará maior facilidade em falar daqueles relacionados ao circuito dos sítios vinculados à história familiar.

A “vizinhança” não parece estar reduzida a um conjunto de “famílias” aparentadas, pois havia rotatividade entre os sítios de famílias que não possuíam terras. Os “donos” de sítio costumavam ceder a estas famílias um lugar para trabalharem e morarem. Com o tempo, possivelmente houve uma incorporação destas famílias à rede de parentesco, através de alianças matrimônios ou compadrio.

No trecho da fala de Marta, além de apresentar o tipo de relação que uniam as famílias dos sítios Barreiro, Barreirinho e Pedro Luiz, a entrevistada esclarece também o sentido do termo “*família*”, que significa unidade familiar e é representada pelo chefe da família. O termo “família” também é usado como referência à existência de filhos para um casal. Assim, dizer que uma pessoa tem família significa dizer que tem filhos: “*uma família*”, “*duas famílias*”, “*três famílias*”, e assim por diante. Desta forma, o que pude observar é que quando perguntado sobre o número aproximado de pessoas que moravam na Ilha à época da desapropriação, os entrevistados calculam, invariavelmente, o número de unidades familiares de seu grupo de localidade ou de vizinhança, listando para tanto os nomes dos chefes de família destas unidades.

Para comentar o outro trecho, o que trata do problema da herança da terra, representado pela categoria “*parte*”, é importante que se diga que a pesquisa não explorou a problemática da relação entre regras de casamento e a preservação do patrimônio representado pela terra⁸³. Porém, foi-me possível aproximar do tema indiretamente, através do relato do conflito relacionado ao processo de desapropriação. Assim, tecerei considerações acerca de alguns dados, deixando aqui registrada uma hipótese sobre esta relação.

Notei um forte vínculo afetivo dos entrevistados com os sítios de origem de suas mães, embora as pessoas façam constantes referências aos sítios de origem dos pais e, também, coloquem maior ênfase no lado masculino da herança ao falarem das gerações.

Certa vez um senhor me transmitiu o que posso considerar como um modelo ideal

⁸³ Conforme Ellen WOORTMANN. *Herdeiros, parentes e compadres*.

de casamento. Tratava-se de seu próprio casamento. Durante uma Festa do Divino Espírito Santo, em Cananéia, ele viu pela primeira vez a moça que se tornaria mais tarde sua esposa, moradora de um sítio distante oito horas a remo. Nesta época ele tinha 19 anos e ela 12. Disse a ela que um dia ele apareceria em sua casa, mas não definiu data. Levou cinco anos para que ele realizasse a promessa. Neste meio tempo ele começou a fazer a sua roça separada da do pai, mas continuou a trabalhar na roça familiar e entregar ao pai todo o dinheiro que arrecadava da venda de peixe e produtos da roça. Quando estava com 24 anos foi pedir ao seu pai autorização para se casar e este lhe perguntou que condição tinha para isto. Respondeu-lhe que tinha uma boa roça. O pai perguntou, então, se ele tinha uma casa, e como negasse, concedeu-lhe autorização para construí-la. Com a casa pronta ele foi manifestar ao pai da moça o desejo de casar-se. A moça não estava presente na hora do pedido, mas foram-lhe perguntar se era de seu gosto casar-se, ao que ela respondeu favoravelmente. O pai da moça quis saber do noivo quando poderia ser realizado o casamento e recebeu como resposta que no dia seguinte se quisesse. Explicou-me este senhor que um rapaz que pede uma moça em casamento não pode pedir tempo algum, ele deve estar pronto para o casamento, o pai da moça sim, tem o direito de pedir o tempo que desejar. Neste caso, o casamento se realizou quase dois anos após o pedido.

Desta forma, a moça teria se mudado para o sítio do pai do noivo, do sogro. Esta versão foi confirmada por outros entrevistados, porém com a ressalva que “às vezes”, “depois”, voltava-se para o sítio dos pais da moça: “quando não dava certo, então ele voltava pro sítio do sogro; um pro sítio do cunhado, outro pro sogro”. Os relatos realmente mostram estas “migrações”, do tipo “casei, fui morar no sítio do meu marido, depois voltei pro sítio do meu pai”. Quando os sítios são próximos uns dos outros, formando uma vizinhança, não há necessariamente deslocamento do jovem casal, apenas a formação de um novo núcleo familiar. Assim, a questão sobre se é a moça que vai para o sítio do sogro ou vice versa, fica dissimulada.

Esta interpretação coincide com o que transcrevo abaixo.

— *Comprou a metade deste sítio com este casarão aqui [o tio materno de Ego], em 1909. Depois ele morou mais sei lá quanto tempo aí, depois ele morreu. Casou o filho, [que] morreu e ficou a velha viúva com um filho, aquele moço doido. Depois [a viúva] casou com o Seberiano [Alves], que é o pai desta turma aí. Aí ficaram aí, mas esta casa não existia mais, já tinha sido destruída. Em que época foi destruída eu não sei também, mas quando o velho Joaquim [Cardoso] comprou a casa foi em*

1909.

P: *E ele veio morar logo para cá?*

— *É, talvez ele morasse no Santa Cruz, no nosso sítio, que ele é filho daqui.*

P: *Ah, ele já é nascido aqui também?*

— *É nascido aqui. É irmão de minha mãe, sabe, aqui do Santa Cruz, do casarão lá.*

Aí, ele ia casar, a moça era daqui... sei lá bem como foi a história dele, aí ele comprou a metade deste sítio com o casarão. É. Eu sei que... deve ter muita história antiga aqui, sabe. Eu não tenho... só que a gente não sabe bem a fundo dela, nunca ninguém explicou pra gente ao certo.

(04/12/1993. Cácio Rangel, 68 anos. Sítio Santa Cruz e sítio Salvaterra.)

Acrescentando informações que poderão ser verificadas em outros trechos ao longo da dissertação, sugiro o seguinte modelo: o tio materno de Ego comprou uma parte do sítio X vizinho ao sítio Y onde nasceu (sítio de origem da avó materna de Ego). A compra desta parte no sítio X, supõe-se, deveu-se ao casamento do tio materno de Ego com moça deste sítio. A mãe de Ego, embora criada pelo irmão e padrinho no sítio X, é herdeira do sítio Y e ao casar-se vai morar neste sítio, juntamente com seu marido, que herda a parte da mulher (mãe de Ego) quando esta morre, e a vende (para um homem de Santo André) pela época da *perseguição*, momento que Ego já está casado com moça do sítio X, e mora neste sítio. Atualmente, dada a dificuldade financeira de abrir o inventário do sogro, Ego diz estar segurando a posse do sogro, ainda na esperança da indenização pela desapropriação da Ilha do Cardoso.

Acima, dona Maria diz que o pai da mulher casada com o homem mordido pela cobra tinha “*parte*” no sítio Pedro Luiz, porque ela “*era da mesma família, ele não, mas ela...*”; e diz também que seu pai tinha duas partes no sítio, a que ele herdara da esposa, mãe de dona Maria, e a que comprara do tio da esposa.

A hipótese é a de que todos os “*herdeiros*” do “*dono*” de um sítio, filhos e filhas, tinham a sua “*parte*” na herança, mas a terra permanecia ligada ao grupo de parentesco feminino. Ao casar, a filha recebia a sua parte e permanecia morando no sítio (ou voltando a este após um tempo no sítio do sogro), enquanto o irmão tenderia a sair do sítio dos pais em direção ao do sogro, podendo vender a sua parte, preferencialmente para um cunhado. Desta forma evitava-se a fragmentação das terras, permanecendo o sítio ligado a um grupo de parentesco pela linha feminina. Notei alguns casos de casamentos entre primos em segundo grau, em geral um homem da geração dos “*primos-irmãos*” paralelos, contraindo casamento com uma prima em segundo grau, independente do ser esta filha de um primo ou

de uma prima da geração dos primos-irmãos. Se se confirmasse este tipo de casamento como preferencial, haveria um acrescentamento interessante à hipótese acima, no sentido das estratégias culturais da preservação da terra enquanto patrimônio familiar.

Talvez tivéssemos aí uma explicação para a “correspondência” entre a “*turma dos*” (o nome de família) e o nome do sítio. Há um outro aspecto que deve ser levado em consideração: a questão da transmissão dos sobrenomes. Muitas pessoas assinam o sobrenome da mãe e, não, o do pai. Como me disseram, “*antigamente*” era costume as pessoas se casarem apenas no religioso. Assim, os filhos não podiam ser registrados com o sobrenome do pai, mas com o da mãe. Conheci diversas pessoas nestas condições. Há também casos especiais. Um de meus entrevistados tentou várias vezes corrigir um erro do cartório de Cananéia, pois ele deveria assinar o sobrenome da mãe, no entanto, seu registro não traz nem o sobrenome da mãe e nem o do pai, uma vez que foi registrado apenas com o primeiro e segundo nomes, de forma que o segundo nome virou sobrenome.

De qualquer maneira, a imagem que percebo estar sendo perpetuada é a de uma certa indivisibilidade do sítio através do mapeamento da Ilha pelo nome das famílias, e a relação aproximada destes nomes com os nomes dos sítios. Aproximada, porque o nome de um sítio pode remeter a mais do que um nome de família, assim como o nome de uma família pode nos remeter a mais do que um nome de sítio. Assim, por exemplo, o sítio Andrade, remete à “*turma*” dos Martins, dos Rodrigues e dos Costa; o sítio Santa Cruz remete aos Cardoso; o sítio Salvaterra tem sua história ligada aos Alves e aos Rangel, sendo que estes últimos também têm parte no sítio Santa Cruz; os Pires e os Pontes, estão relacionados aos sítios Pedro Luiz, Barreirinho e Barreiro Grande; os Mendonça ao sítio Ipanema; os Gomes aos sítios Cardoso e Jacariú; ao sítio Jacariú estão ligados também os outros Alves; e assim por diante. Não creio que minha pesquisa tenha alcançado a intersecção precisa entre os nomes de família e os sítios (e nem mesmo a totalidade dos nomes de família da Ilha), de forma que a relação que acabei de estabelecer entre a turma dos e certos sítios não faz necessariamente jus à complexidade da história de cada sítio e/ou de cada família.

Os *filhos da Ilha* do Cardoso que entrevistei são “*donos*” ou “*herdeiros*” de “*parte*” dos sítios aos quais estão ligadas as suas histórias de vida familiar. Aqueles a quem eu perguntei sobre a existência de documentação do sítio, obtendo a confirmação desta

existência, soube também estarem estes documentos na dependência da abertura de inventário⁸⁴. Este inventário, por sua vez, se colocados em mãos de advogados estes exigiriam honorários que os *filhos da Ilha* não têm condições de pagar.

Alguns herdeiros providenciaram suas folhas de partilha:

Depois que meu tio mais velho morreu cada um tirou sua folha de partilha. João Cardoso tirou a dele, que era do pai dele, eu tirei a minha, Júlio Cardoso tirou a dele. Tinha bastante herdeiro aí. Tem bastante gente. Quer ver quanto herdeiro tinha aí? João Cardoso, Maneco Cardoso, Targino Cardoso, Onória e Maria. Seis herdeiros.

(06/12/1993. Ambrósio Martins, 67 anos. Sítio Andrade)

Ser “*herdeiro*” não significa “apenas” ter o direito a uma “*parte*” no sítio da família, mas também herdar “*parte de planta*”, “*parte no tráfico da farinha*”, “*parte na casa*”, “*parte nos apetrechos de pesca*”, etc.

O “*tráfico da farinha*” é um conjunto de aparelhos e utensílios destinados ao preparo da farinha de mandioca. Consiste, fundamentalmente, em três equipamentos separados, referentes às três etapas da transformação da mandioca em farinha: a roda, o

⁸⁴ Para o leitor que deseje estudar o problema da herança da terra na Ilha do Cardoso, sugiro a investigação da guarda do documento de titulação do sítio. Quando inquiridos acerca do documento, os entrevistados sabem aproximadamente, com relação àquele conjunto de sítios ligados a sua história de vida, qual herdeiro está de posse do documento. Contou-me um entrevistado que o pai “*deu uns papel pro meu irmão. Acho que ele tem uns papéis até hoje, do sítio lá*”. Outro entrevistado disse: “*Eu sei que uma parte está com A ... Não sei qual é a parte. É bastante folhas. Tinha bastante folhas, eu não sei qual foi a parte que T pegou. (...) Da minha sogra eu ouvi falar do documento. Ele [o sogro] tem um ciúmes do documento que, meu Senhor, não dá na mão de ninguém! Um dia foi me mostrar, morava lá no sítio, ele me mostrou, mas ele trazia fechado que só ele sabia onde estava. E, depois quando a velha morreu, o velho... Acho que ficou um pouco com T, acho que pegaram uma parte que podia pegar e o resto ficou com o velho, que entregou para o A*”.

Sobre sua própria herança, que foi vendida pelo pai como condição de sair do sítio à época da perseguição, disse este mesmo senhor que “*a parte de mamãe era registrada em cartório, tudo direitinho, que foi de partilha dela, que era do inventário do meu avô, e minha mãe fez tudo direitinho para repartir. Papai trouxe no cartório aí e registrou. Ela fez tudo direitinho. Então, a única parte mais direita que tinha lá era do papai mesmo, de mamãe lá*.” Quando inquirido sobre se seu primo possui o documento do outro sítio relacionado a sua história familiar, este senhor explica: “*Ele tem a partilha do pai dele também. Ele tem o documento velho do sítio que também está com ele. (...) Quando o meu pai morreu deixou em casa de A, minha irmã. Quando foi vendida a parte do papai, da mamãe, a minha irmã, que tomava conta do sítio, os documentos ela deu pro J. Para o J guardar. Um dia que você for lá pergunte pra ele. Vê se ele não jogou fora ainda. Está muito rasgado, muito velho, muito antigo, coisa muito antigo. Aquilo ali nem sei que época que meu avô comprou aquilo. (...) A data que meu avô comprou aquilo sítio lá, eu não sei*.”

Maristela P. ANDRADE, em *Terra de índio*, observou entre camponeses, no Maranhão, o papel social associado à guarda dos documentos antigos, estando este relacionado aos laços de parentesco. Vê-se, também, nos trechos acima, que o entrevistado se refere à parte do pai como sendo da mãe, e a parte do sogro como sendo da sogra, o que condiz com a hipótese acima levantada sobre a preservação do patrimônio pela via materna. O dono do sítio é o pai, mas a parte vem da mãe e pode ser acrescida pela compra da parte de um outro herdeiro do mesmo sítio.

fuso e o forno.

Muito difícil a família que não tivesse no sítio o “*tráfico da farinha*”, que podia ficar dentro da própria casa do sitiante, se a cozinha fosse grande, ou fora, na casa da farinha. Os que não tinham o “*tráfico*” usavam o do vizinho. Quando os pais morriam, o “*tráfico da farinha*” era dividido entre os herdeiros, cada um pegava uma “*parte*”. Após a divisão, aquele que se interessasse vendia ou dava a sua “*parte*” para outro irmão para que este pudesse reunir o maquinário e os apetrechos do “*tráfico*”. O forno, pareceu ser a parte mais importante da herança, pela dificuldade de adquiri-lo e pelo valor afetivo que contém, conforme a preocupação de um *filho da Ilha*, hoje pescador, com o forno que está na casa da filha: “*este forno você não dá pra ninguém, que tenho parte neste forno*”. Já as outras partes do “*tráfico*” podiam ser confeccionadas pelos próprios sitiantes, com a madeira retirada da mata..

Outros pertences dos pais são divididos da mesma maneira. A casa é desmanchada e são repartidas as telhas e o assoalho (chão de tábuas), quando existe. Da mesma forma acontecia com os apetrechos da pesca, conforme o caso de dona Isabel:

eu fiquei com uma rede que naquele tempo chamava-se picaré, a rede que pescava camarão, agora não é este nome mais, que não tem mais esta rede aqui. Eu fiquei com a rede que eu vendi para um compadre meu. O que foi mais!? Ah, um pouco de telha que eu vendi pro meu irmão, um pouco de tábua que eu vendi também.

As árvores frutíferas também são repartidas entre os herdeiros, de forma que se há, por exemplo, 12 pés de jabuticaba, conforme um caso real, e há muitos herdeiros, cada um fica com um pé. Quem me contou este caso é uma herdeira de aproximadamente 70 anos, e que disse saber onde é o pé de jabuticaba de seu pai. Ela declarou que ela só tira a fruta de seu próprio pé, pois não é correto pegar do pé de outro, só se tiver autorização: “*se quiser cortar de lá, corte! Por mais repartido que seja a jabuticaba e outras plantas, cada um sabe o que é seu*”. Do seu pé de café, herança no sítio Andrade, esta senhora colheu há pouco tempo as frutas, colocou para enxugar, torrou e orgulhosa fez o café para os netos que, infelizmente, não gostaram dizendo ter gosto de folha.

Caso a “*parte de planta*” morra por algum motivo — derrubada por uma ventania, por não ter sido tratada, etc. — a pessoa deixa de ter este tipo de herança naquele sítio, pois não se trata de herdar o terreno onde está a planta, mas de herdar aquela planta específica. Porque, tal como dizem os *filhos da Ilha*: “*o terreno não tem repartição*”..

O trecho que segue é ilustrativo quanto aos cuidados com as frutíferas.

P: Mas o senhor está morando aqui [Cananéia] agora?

— Moro aqui, moro lá, eu tenho casa lá também.

P: Não é mais tempo de jabuticaba, né?

— Já acabou. No Andrade não tem, no Santa Cruz tem.

P: Ah, no Andrade não tem!

— Lá no sítio, na minha parte não tem, tem na parte do meu primo, o A.

P: O A que é casado com a T? Eu conheci a T.

— A mãe dela é minha irmã. T mora no Andrade. T está nesta quadra, eu moro aqui e aqui são os Costa.

P: E lá não tinha jabuticaba por quê?

— Lá tinha um pé só, secou. Já nos Costas tem, no A tem. No sítio de dentro, onde está o JC, no Santa Cruz ali, JC tem uns dois pés, três pés, alguma coisa assim. Lá prá dentro tem bastante, lá nos índios, lá tem bastante.

P: Quem plantou estas jabuticabas?

— Foi meu bisavô mesmo. Aquilo é muito velho, tem tronco assim [abrindo os braços]. No Santa Cruz tem... do JC lá tem mais ou menos uns 20 pés. Perto daquela cachoeira caiu um, desbarrancou, caiu, não faz muito tempo não. Naquele caminho ali é... no JC tá limpo, agora prá cá, eu não tenho andado quase. A gente andava muito no tempo que a gente tinha liberdade de roçar, então, o caminho vivia limpo, depois o Florestal proibiu, não podia roçar mais, né.

(06/12/1993. Ambrósio Martins, 67 anos. Sítio Andrade)

Há neste relato outros aspectos que já foram comentados aqui e que vale à pena reforçar: a questão da “parte”, a “herança” no sítio e o grau de parentesco dos herdeiros de partes vizinhas. Ele traz também uma visão que complementa idéias já colocadas: a rede de caminhos entre os sítios e o detalhado conhecimento do entrevistado quanto à quantidade, localização e situação atual das jabuticabeiras estabelecidas no circuito espacial de um número específico de sítios. Tudo isto remete à questão da “vizinhança” por um lado e, por outro, à relação sítio-patrimônio familiar.

Este trecho pode fornecer a falsa idéia de que o sítio esteja ainda hoje em pleno funcionamento.

Durante o processo de *perseguição*, foi concedido aos *filhos da Ilha*, sempre através da figura do “*Florestal*”, o direito de colherem os produtos das roças já plantadas e as frutas de suas frutíferas. Algumas famílias jamais deixaram de ir ao sítio para “*manter limpo*”, “*cuidar*” ou “*tratar*” da plantação, neste caso apenas das frutíferas, uma vez que a roça era proibida. Outras famílias, dada a violência do processo, abandonaram tudo para trás, não voltando nem mesmo para colher suas roças. Com o passar do tempo, com o “relaxamento” da fiscalização, se comparada com a dos primeiros anos, e mais, dada a suspeita ou constatação de que não receberiam a indenização em função da complexidade na

regularização dos documentos de partilha dos sítios, a posse por usucapião passou a ser uma esperança de indenização.

Porém, se “*tratar da plantação*” hoje pode ser interpretado por nós como cuidar da posse, não encobre apenas isto, conforme pode ser constatado abaixo, num outro trecho da entrevista com o mesmo seu Ambrósio.

P: Me diga uma coisa seu Ambrósio, o senhor vai sempre lá para o sítio?

— Vou, ihhh!!

P: Mas o senhor está morando aqui agora?

— Moro aqui, moro lá. Eu tenho casa lá também. Tenho uma casinha lá. A mulher quase não vai para lá mas eu vou, gosto muito de lá.

P: Gosta é?

— Gosto. Lá eu tenho uns pés de laranja, roçando banana...

(...)

N: Na verdade, o irmão me diga uma coisa, agora que o irmão conhece a televisão, o rádio, tudo aquilo que oferece de conforto aqui na cidadezinha, daquilo que o irmão participa, né. O irmão deve ter sua geladeira dentro de casa, seu ferro de passar roupa, então tem certas coisas. Regalias que o irmão não tinha lá no sítio.*

— Ah, é verdade.

N: Mas se fosse hoje, o irmão escolher entre isto e o sítio, criar seus filhos no sítio, seus netos no sítio, você preferia estar onde?

— Lá no sítio.

N: No sítio. Mesmo que tivesse que arrancar o sustento do trabalho da terra ali?

— Ah, ihh, eu mesmo não paro aqui, passo a maior parte do tempo lá.

N: O irmão fica lá. O irmão tem o que, uma casa, alguma coisa?

— Tenho uma casinha lá, tenho uma plantaçãozinha lá, trato lá..

N: Ah, o irmão planta alguma coisa ali, o que o irmão planta?

— Não, plantação velha que tinha já, quando eu vim pra cá eu trato dela.

P: O senhor nunca deixou de tratar lá?

— Não, não, não, nunca deixei.

(06/12/1993. Ambrósio Martins)

Percebe-se o orgulho nos cuidados com o sítio e a manifestação espontânea de que o conforto da cidade não substitui o “conforto” do sítio. O sonho de voltar para o sítio está presente para algumas das pessoas que conheci, porém com conotações diferenciadas. Enquanto alguns manifestam o desejo de voltar a trabalhar no sítio, para plantar sua roça e dela tirar seu sustento, outros, talvez por considerarem impossível resgatar o *tempo do sítio*, pensam nesta volta com uma conotação mais de lazer, pois viriam ao sítio para fazer “uma

* Senhor Nelson (N), paulistano, era dono do Hotel Chalé, em Cananéia, onde eu estava hospedada neste período da pesquisa. Foi ele quem me apresentou seu Ambrósio, pessoa de seu círculo religioso, ambos crentes da Assembléia de Deus. Como seu Nelson esteve presente durante toda a entrevista, fazendo também muitas e intrigantes perguntas, mantive suas intervenções.

coisinha ou outra”, manter limpo, descansar.

O próximo item ajudará a desfazer o equívoco de supor que “*segurar a posse*” ou ir “*tratar da plantação*” (mesmo que sem a idéia de segurar a posse) é igual ao *sítio do tempo do sítio*. Embora o *sítio* possa ser, no seu sentido mais restrito, o lugar da casa de uma família, mais a plantação de frutíferas próximas e a criação, o *tempo do sítio* inclui dimensões mais amplas, tanto físicas (na geografia local) quanto sociais (constituída não apenas por relações entre homens, mas também por relações entre homens e coisas).

Há ainda, creio outro tipo de herança que os *filhos da Ilha* detêm sem o saber. Se meus entrevistados são testemunhas oculares e protagonistas do *tempo do sítio*, suas memórias alcançam um tempo ainda mais longínquo, o *tempo dos antigos*, dos “*donos da escravatura*”.

JC: Existia engenho aqui virado a força de água. Não é do meu tempo, é do tempo de meu pai, do pai dele também [dirigindo-se a CR]. Engenho tocado a força de água.

CR: Este engenho não é nem de nosso pai, sabe, meu avô que é seu avô também [dirigindo-se a JC] comprou Santa Cruz. Já compraram com o casarão velho, antes dele já tinha aquilo ali, igual com Salvaterra. Salvaterra ainda tá com a gente...

JC: Mas, dona Julica, a mãe de Ernestina [esposa de JC], conheceu virando o coiso assim tocado por água, então, é do nosso avô, do nosso avô.

Esta porta aqui foi feito pelos escravos. A cachoeira que eu falei, pra virar o engenho lá, foi feito tudo pelos escravos. Você vai lá tem um valo, uma coisa assim.

CR: Eu expliquei pra ela. Nós não temos a precisão do ano, mas foi feito pelos escravos.

JC: Então, neste tempo dos escravos era tudo feito, canoa, tudo de canela preta que nem este aqui [apontando o batente da porta de sua casa], de canela preta. Canoa, ninguém fazia desta madeira branca. Este batente de porta, era tudo feito de canela preta também, sabe. Eu lembro disso aí, muita coisa eu lembro.

CR: Levar ela lá pra mostrar a ruína, a casa velha de nosso avô lá.

JC: Ah, sim!

CR: Lá no nosso... casarão do nosso avô, mamãe dizia que tinha um quarto... cemitério dos escravos. Mas não sei também localizar o lugar, nunca mostrou onde que é, mas mamãe falava neste quarto.

JC: Também tem a casa dos escravos.

Quer dizer que no tempo que foi liberado os escravos — Cácio deve saber —⁸⁵ no tempo que foi liberado os escravos, então, muitos ficaram alegres, outros ficaram tristes. Aí tinha um patrão deles que era muito bom pra eles e eles também eram muito bons pro patrão deles. Tavam fazendo uma canoa de canela preta: “Vocês são liberados fiquem com a canoa pra vocês dois” [disse o patrão]. Aí fizeram tudo, banquearam, tudo bem banqueadinho e “agora vamos dividir”. Cortaram a canoa no meio. [risos]

Também tem outra. Quer ver? Já virou piada, né? Cácio deve saber também essa aí. Então, cê conhece [se dirigindo a CR] toca [uma espécie de formiga], tem guaju, que

⁸⁵ Trata-se do trecho já citado no capítulo primeiro desta dissertação.

é miudinho assim e tem toca. Então, quando tinha a toca... os pretos, os negros sempre na frente, os escravos sempre na frente, aí os escravos na frente falavam: "toca-grande-no-caminho, toca-grande-no-caminho, toca-grande-no-caminho". ["tô cagando no caminho", é o sentido que adquire quando se fala de forma rápida] [muitos risos]

JC: Cada coisa!! [risos]

P: Então tem piada desde aquela época, né?

JC: Desde aquela época. Cácio, você ainda sabe muitas poesias daquele tempo que a gente tava na escola, sabe, lembra?

CR: Olha, muito pouco!

JC: Eu lembro ainda poesia do meu tempo, Nossa Mãe!

CR: Estas coisas eu me esqueci bastante.

JC: Quanto tempo! A gente era criança, naquele tempo como era gostoso! Pra cachoeira, nós saíamos correndo.

CR: Tinha o poço grande!! [JC e AA concordaram]

CR: Não sei se a senhora quer ir lá!?

P: Eu gostaria.

JC: Quer ir lá?

CR: Quer ir lá nós vamos até lá.

P: Pra mim tá.

AA: Quer ir lá vamos.

CR: Conhecer, ver aquela aguinha do nosso avô lá.

[Fomos todos: seu João Cardoso (aproximadamente 70 anos), seu Cácio Rangel (68 anos), seu Aristides Alves (59 anos), dona Jurdilina Alves Rangel (aproximadamente 58 anos), esposa de seu Cácio, dona Isabel Alves Moura (53 anos), irmã de Aristides e Jurdilina.]

(04/12/1993. Entrevista realizada na casa do seu João Cardoso. Sítio Santa Cruz)

Representantes de três famílias, na faixa etária entre 65 e 70 anos, referiram-se à geração dos seus avós como “*donos de escravatura*”⁸⁶.

⁸⁶ Há referências da doação de terras em Cananéia e na Ilha do Cardoso no século XVII. As primeiras de que se têm notícias na Ilha do Cardoso, foram a do Capitão Lourenço Rodrigues de Andrade, morador da face norte da Ilha, no local que ainda hoje guarda o seu nome, o morro do Andrade, e a de Domingos Cardoso, que dá nome à Ilha. Foram através de escrituras lavradas nas Notas do Tabelião da Vila de Cananéia, referentes à troca de propriedade efetuada pelos herdeiros de Domingos Cardoso, que ficaram esclarecidas as antigas denominações da Ilha do Cardoso: a Ilha do Marco ou Itaquiara, por referência aos marcos de pedra depositados pelos portugueses no século XVI, no pontal de Itacuruça. A Antonio Pereira de Aquino e Antonio dos Ouros também foram concedidas sesmarias na Ilha do Cardoso nos anos de 1777 e 1779. Entre outros documentos, o inventário de Domingos Cardoso, bem como o de Pedro Luiz (e documentos de seus herdeiros: André Luiz, Antonio Luiz e Francisco Luiz), que também recebera uma sesmaria na Ilha do Cardoso, lugar que ainda guarda seu nome, foram consumidos pela queima do Cartório em 1751, determinada pelo Corregedor da Comarca, devido à grande presença de cupins.

O historiador Antonio Paulino de ALMEIDA, que realizou o levantamento destes documentos nos arquivos do Estado, é nativo de Cananéia, e nos anos da década de 1940, testemunhará que a maior parte dos proprietários da Ilha do Cardoso ficou com escrituras de compra e venda, transmitidas aos herdeiros, sem continuidade na abertura de inventários. Diz o historiador: “*Quanto às demais propriedades da Ilha, a começar pela sesmaria do Camborupú, junto à barra, são elas as seguintes: Camborupú ou Camboriú, como querem outros, Ipanema, Itacurussá, Outeirinhos ou Pereirinha, como dizem atualmente, Barra do Perequê, Japaguareú ou Sítio do Rasgão, Salvaterra, Santa Cruz, Andrade, Tajuva, Limoeiro, Jacareú, Assungui-assu, ou sítio do Cardoso, Canudal, Japajá, Cangioca, Barreiro, Barreirinho, Pedro Luiz, Cachoeirinha, Boipeva,*

Na primeira visita ao sítio Salvaterra, nas imediações das ruínas do “casarão” deste sítio, seu Cácio Rangel e seu Aristides Alves teceram considerações acerca do estado atual dos outros casarões que eles conhecem. Alguns deles já são inexistentes, devido à destruição provocada por aqueles que procuram tesouros enterrados nos alicerces e nas paredes destas construções, pois, acredita-se, que os “antigos” guardavam ali as suas economias. Existem vestígios destas construções nos sítios: Salvaterra, Santa Cruz (no Pirizal), no Rio Grande, Andrade, Jacariú, Cardoso, Cachoeirinha, Morete, Pedro Luiz. *“Vai até a Cachoeira Grande, [lá] tem o último, já fica pertinho do Marujá, onde tem a praia. Tudo tem casarão velho. Difícil o lugar que não tenha. Pereirinha também tinha casa antiga. Do Sítio Grande pra cá”*⁸⁷.

Denominados de “casarões” ou de “sobrados”, parte destas construções foram engenhos de açúcar e engenhos d’água para socar arroz; outra parte constituía o casario de moradia. Os sobrados de moradia eram brancos, pintados com a cal de ostra. A forma de transformação da ostra em cal foi explicada a mim por seu Cácio Rangel, ainda naquela visita ao Salvaterra:

os antigos faziam aquele morro de casca, depois faziam uma fogueira grande. Cortavam madeira no mato, chamava caieira(?), faziam aquele enorme fogueirão, grande assim [abrindo bem os braços], aí colocavam um quarto(?) de lenha rachada bem no meio e enchiam de ostras em volta até uma altura assim [mais alto que um homem tamanho médio]. Aí tocavam fogo, deixavam arder à noite, pegava fogo à noite inteira. De manhã estava tudo queimado, a lenha e as cascas de ostra, aí carregavam água da fonte, tinha um tipo de um remo feito, aí jogava água e moía as cascas [batendo com o tal remo] enquanto estava quente. Virava cal.

Cachoeira das Pedras, Cachoeira Grande, Sambaqui, Tapera, Bopuca, Ribeirão do Saibro, Indaiaieiro, e finalmente, os sítios Vigia e Lage, que já se acham sobre a costa do mar grosso. Entretanto, na restinga ou pontal, existem vários pequenos sítios conhecidos somente pelos nomes dos moradores, como sejam Tobias, Rodrigues, etc.” (Memória histórica da Ilha do Cardoso, Revista do Arquivo Municipal, vol.CXI, p.29).

⁸⁷ “Nos tempos provinciais era a ilha do Cardoso um dos lugares mais habitados do município, não só pela fertilidade de suas terras e abundância de peixes em todos os seus recôncavos, rios e parciais, como também pela facilidade dos meios de transportes, que eram feitos sobre água, em grandes canoas e até mesmo em lanchas e hiatas. Era então considerada como dos melhores celeiros do município, onde se erguiam as mais prósperas fazendas com seus engenhos de pilar arroz, fábrica de aguardente, olaria e até mesmo um estaleiro de construção naval situado à entrada do canal, defronte do lugar ainda hoje conhecido por Japajá. Bastante pitoresco era então o aspecto que apresentava, de preferência na encosta sobre a baía de Trapandé, quando, de encontro ao verde da montanha se destacava refletindo nas águas tranqüilas, a casaria branca das fazendas ali localizadas. Eram sobrados construídos de pedra e cal, cujos pilares ainda hoje, como sentinelas mudas, surgem em meio das matas frondosas. Não poucos eram os agricultores abastados que, senhores de grande escravatura, residiam na extensão do canal, à borda do qual se encontravam as propriedades do Cardoso, Morrete, Canudal, Jacareú, Barreiro, Pedro Luiz, cachoeirinha, cachoeira-Grande, e tantas outras de que atualmente não restam mais vestígios, enquanto que de algumas ainda podem ser vistos os longos paredões das casas do engenho, do tráfico, dos paiões ou mesmo o velho forno da olaria.” (IDEM. Op., cit., p. 22).

Este saber-fazer o cal do *tempo da escravatura*, transmitido aos atuais *filhos da Ilha* pelos *antigos*, seus pais e avós, é o mesmo que foi praticado por eles próprios enquanto o *tempo do sítio* representou a apropriação social da Ilha do Cardoso.

Conforme já salientei no capítulo primeiro, quando se visita Marujá como turista e por curiosidade conversa-se com os moradores mais velhos da Vila, pode-se deliciar com o que o turista ouve, como se ouvisse estórias pitorescas de assombração, tesouros enterrados em panelas de ferro ou barro, vestígios de casarões antigos e peças de engenhos e outras estórias que lhe parecerão fantásticas. Mas, porém, trata-se de lembranças herdadas pela história cultural em sua esfera menos histórica e mais “estórica”. Casos preservados também, e talvez, pelo forte componente divertido e recreativo que eles contêm. Sem que, no entanto, deixem de indicar e de compor, enquanto sinais da memória e resíduos de uma arqueologia histórica camponesa, a formação histórico-cultural do modo de vida do *tempo do sítio*.

N.: O bisavô dele tinha 50 escravos aí na ilha do Cardoso.

A.: Minha avó quando veio da Itália ela tinha 12 anos.

P.: A avó do senhor como se chamava?

A.: A avó chama-se Leonor. (...) Minha bisavó, da parte de minha mãe, já é francesa.

P.: O senhor lembra o nome dela?

A.: Uma é Maria, a minha avó, agora de minha bisavó eu não lembro também.

P.: Maria do que?

A.: Maria Godoi [Godoy].

P.: E o avô?

A.: O avô eu não lembro o nome dele. Agora o meu avô da parte do meu pai é João Martins, nascido aqui mesmo.

P.: Aqui em Cananéia ou na ilha [do Cardoso].

A.: Em Ararapira. É na Ilha mas lá embaixo, bem para baixo do Marujá, descendo aquela costa, lá no final. (...) Meu avô vem de lá. Casou com Leonor que morava aqui no Santa Cruz.

P.: Aí ele veio pra cá?

A.: Aí ele veio pra cá e não voltou mais.

P.: Esta data que o senhor tem aí [escrita na mão] o que é?

A.: É a data que o meu pai nasceu: 1891.

(06/12/1993. Ambrósio Martins, 67 anos. Sítio Andrade.)

Paulo Mendonça, filho do sítio Ipanema e descendente dos Muniz, “*donos de escravatura*”, traz na memória histórias do tempo dos antigos, preservada por seus ascendentes. Diz Paulo que ele é gente dos Mendonça e dos Muniz, os mesmos Muniz de Iguape, “*tudo da mesma família*”. José Muniz era pai de Ana Muniz, avó do Paulo

Mendonça, mãe de seu pai. Este Muniz era dono de Ipanema, tinha “*escravatura*”, tinha 400 cabeças de gado no Itacuruçá, tinha engenho de açúcar de cana⁸⁸.

Paulo Mendonça conta também, de forma vivaz, assim como João Cardoso, o cotidiano da escravidão da Ilha do Cardoso, conforme lembrei no capítulo primeiro: o movimento dos escravos entre Cananéia e a Ilha para buscar açúcar, buscar leite, buscar o gado; o caminho mal assombrado que eles tinham que percorrer para chegarem em Ipanema; o medo da onça; o trabalho dos escravos nas olarias da Ilha, e o sofrimento dos escravos; suas almas assombrando o lugar onde morreram.

Além deste trabalho cotidiano, os escravos construíram também os engenhos da Ilha do Cardoso: os engenhos de açúcar, os de socar arroz, que são de água e que ficam nas imediações dos rios. Trabalhavam também nas olarias, localizadas nos locais onde há muito barro ou barreiro. Assim, diz Paulo Mendonça:

O engenho de socar arroz é tudo a água. Jacariú, perto da minha tia, é a água... casa feita de pilar. Em Salvaterra tinha sobrado... casa virado à água. O sobrado do Salvaterra chamava-se sobrado do Veríssimo. De toda parte do mar via-se aquele sobradão, Nossa!! No Santa Cruz, minha cunhada foi criada lá, tinha engenho da escravidão, virado a água. Agora, depois que entrou o engenho central, a máquina central em Cananéia, acabou. A máquina central de socar arroz, quando meu pai era rapaz, acabou com os engenhos do sítio, né.

(...)

Meu pai era lavrador de arroz. Plantava muito arroz.

(...)

Então, na época que chegou o engenho central lá em Cananéia foi acabando tudo isso aqui. Era aquele engenho que dava a fartura. Aquele pó que saía, criava aquela grande galinhada, criava porco de todo tamanho. Acabou aqui e em tudo, foi acabando, foi sumindo Cananéia.

(...)

No tempo da dona Joana, no tempo da escravidão, aqui na Cachoeirinha, não, no Barreirinho, no Barreiro Grande, tinha olaria. Sambaqui Mirim é lugar de tirar barro. Então, as telhas que cobriram Cananéia foram feitas na Ilha do Cardoso, na olaria da dona Joana, virada por escravo. (...) Dona Joana tinha dois fornos. O forno dela era feito no morro, no chão mesmo. Então a telha era embutida tudo dentro do forno e queimava-se a lenha por cima. Não é como eles fazem agora, com aquela parede de bloco. Não. Da dona Joana era no próprio chão. Tem lá no Barreirinho, o forno ainda existe lá. (...) A dona Joana tinha milhares de escravos. Ela era viúva. Naquela época ela que tomava conta.

(18/07/1990. Paulo Mendonça, aprox. 70 anos. Sítio Ipanema)

⁸⁸ “Em 1836 os escravos representavam cerca de 31% da população total” do município de Cananéia. Em 1836, o município detinha 12 engenhos de beneficiamento de arroz e 3 destilarias de aguardente; em 1887, havia 22 engenhos de beneficiamento de arroz movidos por água em Cananéia. (Pasquale PETRONE. A Baixada do Ribeira. *Boletim* n.283, p.87-91)

Por algum motivo especial, entre características pessoais ou familiares, Paulo Mendonça sabe traçar aproximadamente o vínculo histórico entre ele mesmo e as famílias dos *antigos*, do período da escravidão. Isto, porém, é exceção e não regra entre os *filhos da Ilha*. Entre os outros entrevistados o *tempo da escravidão* figura como história da Ilha que ouviram dos *antigos*, mas não, necessariamente, como parte de suas próprias histórias familiares.

Disse um senhor, também de idade, que já é morto, falou um dia para mim que o meu avô tinha muito dinheiro. Falou que quando foi para dividir o dinheiro, o dinheiro do meu avô, naquele tempo eu não sei se eram réis, era de meio alqueire — tinha uma vasilha grande assim que a gente chamava de meio alqueire —, disse que era medido naquilo assim, derramava para depois repartir o dinheiro. Mas, eu não sei, mamãe nunca falou nada disso. Só que, mamãe, quando o pai dela morreu, mamãe era pequenininha. (...) [Então ele] falou que meu avô tinha muito dinheiro, o pai de mamãe. E também tinha escravo, parece, não sei se tinha ou não, mas parece que tinha escravo.

(17/12/1993. Cácio Rangel)

Cácio Rangel, por exemplo, apesar de contar as histórias que ouvira da mãe e outros membros mais velhos da família sobre o *tempo da escravidão*, pouco sabe sobre de que forma este tempo antigo diz respeito a si mesmo. Está aí colocado, inclusive, um dado interessante de pesquisa, pois meus entrevistados sempre souberam diferenciar o que testemunharam diretamente e aquilo que contavam de “ouvir dizer”. Está certo, porém, que tudo o que antecede cronologicamente o próprio narrador, conta-se de “ouvir dizer”. Mas isto ocorre apenas desde um ponto de vista histórico, e não de um ponto de vista antropológico⁸⁹. Conforme acentuei no capítulo segundo sobre o valor heurístico da memória, seu valor enquanto fonte antropológica, aí está colocado o tal fio de continuidade da memória coletiva. Não tem a menor importância de como se herda a história, se de forma consciente, tendo condições de fornecer dados e informações precisas, ou se de forma inconsciente, evocando marcos simbólicos (um saber-fazer cal, por exemplo) e

⁸⁹ “A criança recebe do passado não só os dados da história escrita; mergulha suas raízes na história vivida, ou melhor, sobrevivida, das pessoas de idade que tomaram parte na sua socialização. Sem estas haveria apenas uma competência abstrata para lidar com os dados do passado, mas não a memória. (...) É graças a esta ‘outra socialização’, à qual a Psicologia tem dado pouca atenção, que não estranhemos as regiões sociais do passado: ruas, casas, móveis, roupas antigas, histórias, maneiras de falar e de se comportar de outros tempos. Não só não nos causam estranheza, como, devido ao íntimo contato com nossos avós, nos parecem singularmente familiares. (...) É a essência da cultura que atinge a criança através da fidelidade da memória. Ao lado da história escrita, das datas, da descrição de períodos, há correntes do passado que só desaparecem na aparência”. (Ecléa BOSI. *Memória e sociedade*, 31-33)

concretos (o tacho de cobre, conforme dona Maria, citada no capítulo primeiro; as ruínas dos sobrados, etc.) de tais vínculos.

Percebe-se claramente uma história não vivenciada por eles próprios, dada a caracterização dela no período escravocrata. Porém uma “história” transmitida com tal teor de vivacidade que praticamente traz o *tempo da escravidão* para o presente. Neste sentido, vê-se haver aí um outro tipo de herança, para além daquelas heranças concretas trabalhadas acima.

Ser herdeiro de uma história, esta é a questão. Dos fatores históricos e econômicos que fizeram a evolução das fazendas escravocratas para os sítios, temos todos uma idéia aproximada. Por ora estou chamando a atenção para a antiguidade da ocupação da Ilha do Cardoso, estando esta, por sua vez, ligada a grupos de parentesco que se reproduziram biológica e culturalmente, conformando a base da memória social do tempo presente.

Sobre esta questão vale lembrar um dado de pesquisa que não compõe necessariamente a etnografia do *tempo do sítio* e tem a ver com o processo de rememoração e revalorização da história vivida.

Cácio Rangel, contente por poder me ajudar na pesquisa, relacionava para mim nomes de *filhos da Ilha* mais idosos do que ele e que poderiam narrar-me com mais detalhes sobre o *tempo dos antigos*. Indicando um senhor de noventa anos, senhor Teixeira, considera Cácio ser apropriado conhecê-lo, pois “*ele é nascido lá, criou-se lá, então ele conhece aquelas partes de engenho. Aquelas coisas antigas ele deve conhecer porque o engenho [é] dele lá*”⁹⁰.

Sobre outro senhor, Francisco Alves, do sítio Jacariú, apenas um ano mais velho que ele, Cácio considerou valer à pena procurá-lo também, haja vista que

ele... o casarão — eu conheci também de pé, sabe, o casarão dos antigos, eu conheci de pé — ele [seu Francisco] criou-se neste casarão. Depois demoliram. Embaixo do porão do casarão eu ainda conheci uma peça do engenho deles, do avô deles, sei lá de quem era. Mas, Chico viveu neste casarão lá até quando casou, depois desmancharam a casa lá. E tinha a casa de Silvino. Também tinha uma casa que era dele lá, que eles venderam, eu não sei por que foi que venderam. E tinha a casa da dona Santana, a mãe, os pais dela, também. Eu conheci de perto, sabe?
(17/12/1993. Cácio Rangel)

⁹⁰ Não tive oportunidade, no entanto, de entrevistar as pessoas indicadas.

Este Chico mantém ainda um forte vínculo com seu sítio, no Jacariú, lá ele “*fica semana, mês, [num] ranchinho deste tamaninho assim*”. Cácio admira a coragem de Chico, que fica ali, um lugar “*esquisito, isolado mesmo, não tem vizinho, ninguém*”.

A preocupação de Cácio em me indicar outras pessoas para entrevistar deve-se a auto-avaliação quanto ao seu pouco conhecimento da história. Diz ele:

Eles podem até ter uma história boa pra contar. Lembrar de mais coisas. Eles conhecem outras coisas que eu não conheci porque eu tenho 68 anos, mas quando eu cheguei a conhecer alguma coisa, lembrar alguma coisa com 9 [anos] em diante. Naquele tempo ninguém ligava para nós também. Hoje a gente lembra que aquilo tudo tinha valor, mas naquela época nós não tínhamos valor de nada.
(17/12/1993. Cácio Rangel.)

No entanto, além de considerar que Cácio proporcionou informações tão valiosas como provavelmente seriam as das pessoas que ele me indicou, reconheço a importância deste trecho de sua fala como uma tomada de consciência dele para com a história vivida pelos *filhos da Ilha* do Cardoso. Isto porque “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar”⁹¹.

3.2. Vizinhança e mutirão

O item anterior apontou informações importantes que contribuem para a caracterização do *tempo do sítio*, como sendo um modo de vida amplamente definido pela literatura sócio-antropológica acerca da realidade rural paulista tradicional.

O que vimos foi em síntese o seguinte: (1º) a Ilha do Cardoso, na sua situação de Parque foi percebida inicialmente por mim (e é também assim representada no seu diploma legal) como algo “naturalmente” homogêneo, um lugar de natureza; (2º) a pesquisa “esfacelou” esta homogeneidade em diversos *sítios*, representados inicialmente por seus nomes; (3º) os **nomes dos sítios** existem em paralelo a **nomes de famílias** (a *turma dos*); (4º) os sítios estão compostos internamente por *partes*, correspondentes a *herdeiros* de terras e de nomes de família; (5º) cada “*parte*” corresponde a uma *família*; (6º) o conjunto de famílias forma um grupo de parentesco que, por sua vez, (7º) juntamente com outros núcleos familiares de *não herdeiros* compõem socialmente uma *vizinhança*, maior ainda maior quando entre sítios próximos e distantes há laços de parentesco e de amizade. A

categoria local “*família*”, quando se refere à unidade residencial, corresponde ao núcleo familiar ou grupo doméstico⁹². Esta expressão, por ser mais abrangente, contempla a possibilidade de incorporação no núcleo familiar de outros indivíduos para além dos pais e filho(a)s solteiro(a)s, como um afilhado(a), por exemplo. Soube de casos de uma filha ou irmã viúva voltarem à casa do pai ou irem para a do irmão com os seus filhos.

O caso descrito acima, aquele que considerei como um modelo ideal de casamento, fornece-nos informações acerca do papel do pai de família no governo da casa. Enquanto o jovem não contrai casamento ele é orientado pelo pai. No entanto, continuará devendo respeito aos pais mesmo depois de adulto. “*Você pode crescer do tamanho da Ilha do Cardoso [mas] se você errou comigo você apanha*”, é um exemplo da autoridade do pai sobre o filho. Esta frase foi dita pelo pai ao rapaz de 18 anos (hoje com quase 70 anos), logo depois de uma surra, quando o rapaz passou próximo ao pai e a um seu compadre sem os cumprimentar.

Um senhor explicou-me que quando ele e seu irmão eram solteiros, embora já trabalhassem e tivessem sua própria fonte de renda, não foram autorizados pelo pai a adquirirem uma casa em Cananéia, para terem onde parar quando fossem à cidade. Quando casou-se, porém: “*então já fiz por minha conta. Não tinha que pedir conselho nem pro pai, nem pra mãe, nem pra ninguém. Fiz por minha conta já*”. O casamento transforma o jovem num chefe de família que responderá pelo seu núcleo familiar ou grupo doméstico.

A forma como cada família reagiu à pressão do guarda-florestal à época da desapropriação, corresponde à autonomia do chefe de família nas decisões pertinentes ao seu grupo doméstico.

Espera-se que cada grupo doméstico supra com seu próprio trabalho as suas necessidades de subsistência, o sustento da casa. Há, também, uma produção destinada a comercialização, cujo trabalho é exercido prioritariamente pelo grupo doméstico. Porém, tanto a produção pro consumo, quanto à destinada a comercialização contam com a troca de trabalho entre vizinhos.

⁹¹ Ecléa BOSI. *Op., cit.*, p. 17.

⁹² Carlos R. BRANDÃO. Os nomes do trabalho. *Anuário Antropológico*/85.

O nosso modo de trabalhar no sítio aqui é muito sacrificoso. Que nós aí nunca tivemos animal, animal éramos nós mesmos. Nós é que carregávamos a banana nas costas, nós que carregávamos o arroz, carregávamos o feijão, e carregávamos a lenha, trazia mandioca da roça, tudo no cangote, o milho que vinha da roça, o que dava lá tudo carregava nas costas, então, era muito sacrificoso isso pra nós.

Às vezes nós fazíamos, quando tinha bastante coisa pra carregar, então fazia mutirão. Cuidava um pouco de gente lá e ia lá pra roça. Se era arroz, ia lá catava os cachos de arroz lá, enchia um monte de sacos de arroz, de tarde botava nas costas e trazia pra casa, sabe. E à noite baile. Quando tinha bastante e a gente não conseguia colher sozinho, cortar sozinho, então fazia mutirão. Mas o resto mais era tudo a custa da gente mesmo, animal não tinha, ninguém tinha. Único lugar que tinha animal era no sítio Grande, mas era boi só.

(01/06/1994. Cácio Rangel.)

Quando a casa se distanciava da roça de um tanto que pudesse prejudicar o melhor aproveitamento do dia de trabalho, podia-se fazer um “*ranchinho na beira da roçada*”. Para este, levava-se a comida para o almoço, “*pra não perder tempo, pois tinha que colher rápido, senão estragava o arroz, o milho também tem que ser com bom tempo pra colher, tempo de sol, se chovesse estragava, o feijão também*”. No rancho ia guardando a produção e quando terminava a colheita carregava tudo para casa.

O pai, o chefe de família, era o “*dono da roçada*”, “*da roça*”, e era ele quem determinava a “*precisão de um mutirão*”. Podia-se organizar um mutirão para “*plantar a rama*”, a mandioca. Neste mutirão trabalhavam homens e mulheres, enquanto os homens cortavam a rama e faziam o buraco, as mulheres “*semeavam*” a rama, punham nas covas. Mas,

P: E depois que fazia isto, que plantava quem cuidava da roça?

— Quem cuidava era o dono da roça, depois não fazia mutirão. Depois a gente ia carpindo, não deixava criar mato.

P: Aí é tanto o homem quanto a mulher que cuidava?

— É tanto o homem quanto a mulher carpir, é mais a mulher.

P: É mais a mulher que mantinha... como que chama é “manter limpo”?

— É manter limpo.

P: Manter limpo a roça, né? E quanto tempo leva pra crescer a mandioca?

— É um ano. Pra ficar madura é ano e meio, mas um ano já dá pra arrancar.

E o feijão é seis meses. Feijão, cará, a batata é um ano também. Batata-doce...

P: Mas, não planta junto com a ...?

— Planta tudo junto na roça.

P: Ah, na mesma roça?!

— Na mesma roça planta feijão, planta cará, batata, rama...

P: Ah!! Então quando tem um mutirão pra plantar está plantando tudo isto já?

— Não, só planta a rama, então, o dono da roça depois vai plantar estas coisas. E quando a roça tem feijão, você joga, sabe, semeia que eles diziam. Semear o feijão, eles iam cavando e já ia ficando ali na cova. Quando era pequena a roça, a gente

plantava, e depois a gente ia plantar abóbora, melancia, tudo planta assim na roça de rama.

Tudo isto nós já plantamos. Depois tivemos que sair de lá, né. Quando nós saímos de lá deixamos um paiol de arroz, deixamos não, né, porque fomos buscar. Paiol de arroz é colocado assim, socado assim, então chama-se paiol. Milho, tinha bastante galinha que ficou e depois eu fui buscar. Nós plantemos ainda, mas não foi mais assim, não deu mais certo o negócio do Andrade. Depois as crianças ficaram pra cá, né, não dava pra deixar muito tempo. Aí nós paremos de plantar. Um bocado de tempo que tinha parado no Santa Cruz. Ia lá às vezes cortar banana.

(02/06/1994. Isabel Martins Rodrigues, 70 anos. Sítio Andrade.)

Vê-se, portanto, que parte do trabalho era realizada diretamente pelos membros do grupo doméstico enquanto a outra parte, aquela que exige mais esforço físico em breve tempo, necessita da ajuda dos vizinhos.

Do grupo doméstico todos colaboravam: pai, mãe, filhos e filhas. Havia, no entanto, trabalho que só os homens faziam, pai com filhos, como o derrubar a roça, o cortar e o tirar os galhos. Mas, o ser um trabalho para homens não significa que mulheres não o façam. Uma *filha da Ilha*, do sítio Pedro Luiz, com seus 40 anos mais ou menos à época da entrevista, disse que como os seus irmãos eram ainda pequenos quem ajudava o pai na roça eram ela e suas irmãs. O pai derrubava o mato, tirava os paus maiores com o machado e elas iam tirando os menores. De forma geral os meninos ajudavam o pai na roça, na pesca e na caça, e as meninas ajudavam a mãe nos afazeres da casa.

Dar comida e água para a criação (galinha, peru, pato), ir para a roça capinar; lavar roupa na cachoeira, fazer a farinha, pilar arroz, torrar café, fazer açúcar de cana, etc. Estes são exemplos das principais atividades de manutenção da casa, do grupo doméstico.

Os trechos acima não apenas reforçam o papel do chefe da família, como nos trazem outras importantes características do gênero de vida do tempo do sítio: o trabalho familiar auxiliado quando necessário pela solidariedade dos vizinhos, e a policultura.

“Sitiente é todo o pequeno produtor rural que, responsável pela lavoura, trabalha direta e pessoalmente a terra com a ajuda de sua família”, com produção preponderantemente “policultora”, proprietário ou não do sítio em que mora⁹³. Esta é a base da definição do sitiente paulista.

Sobre o caráter do trabalho direto com a lavoura, do cunho familiar deste trabalho, e da diversidade de alimentos plantados, foi possível aqui uma compreensão, mesmo que

⁹³ Nice LECOCQ MULLER. Sítios e sitientes no Estado de São Paulo. *Boletim de Geografia*, n.7, p.27-8.

mínima. Quanto ao problema do regime da terra, tento realizar agora uma aproximação.

No caso da Ilha do Cardoso os “*donos*” dos sítios, ou pelo menos parte daqueles que entrevistei, possuem a documentação de seus sítios. Em pesquisa realizada no Vale do Ribeira, com relação a Cananéia especificamente, Maria Isaura Pereira de Queiroz classificou “a população de acordo com a propriedade da terra e as relações de trabalho” em cinco categorias. Considero o caso dos *filhos da Ilha* como incluídos na categoria “proprietários por herança indivisa: aqueles que receberam as terras em herança, mas que não tendo sido feito inventário, não estão por isso repartida entre os herdeiros” . Ou seja, não estão repartidas entre os herdeiros de um ponto de vista do Código Civil Brasileiro, mas, sim, de um código costumeiro de transmissão da herança⁹⁴.

Apesar da referência ao *sítio* e ao *tempo do sítio*, jamais ouvi um *filho da Ilha* se autodenominar sitiante, embora Antonio Paulino de Almeida, nativo e historiador de Cananéia e do Vale do Ribeira, se refira aos lavradores da Ilha do Cardoso como sitiantes. Quando perguntado sobre como era chamado quem trabalhava no sítio, quem era do sítio, os *filhos da Ilha* forneciam o conceito de “*lavrador*”. Mas, neste caso, trata-se de categoria relacionada diretamente ao trabalho que se realiza ali, ou seja, “a condição da pessoa que se define pelo que faz”, e não “de acordo com a relação de posse”⁹⁵.

E ainda, no caso dos *filhos da Ilha*, em função mesmo da história que me contavam, dizer “quem eram” era, acima de tudo, “de acordo com sua origem por nascimento ou procedência antecedentes”⁹⁶. Neste caso, poderia estar sendo acentuada, porém não parecia que estivesse, uma ideologia que recorresse a antiguidade das famílias ou a genealogia como confronto à desapropriação e reivindicação de direitos (aliás, termo que nunca me foi pronunciado). Sugiro que isto seria feito por uma via indireta. Dizer orgulhosamente que se é *filho da Ilha* é, ao mesmo tempo, dizer correspondentemente que se é *do sítio*; dizer que se é “*do sítio*”, do “*tempo do sítio*”, “*da turma dos*”, “*do sítio*” tal, ou de tal “*vizinhança*”, é mais do que definir uma pessoa “pelo que faz”, é definir um complexo constructo de cultura patrimonial⁹⁷, empapado de símbolos e de saberes e de significados de identidade social.

Mas, vamos por partes. Num primeiro momento “*vizinhança*”, na forma como ela

⁹⁴ Margarida M. MOURA. *Os herdeiros da terra*.

⁹⁵ Carlos R. BRANDÃO. Os nomes do trabalho. *Anuário Antropológico*/85, p.93,108.

⁹⁶ IDEM. *Op., cit.*, p. 108.

figura em trecho acima, por expressar uma forte ligação afetiva da entrevistada com as famílias vizinhas, corresponde a um sentimento de localidade. Trata-se do sentido mais restrito de bairro rural: “uma porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando certa unidade diferente das outras”⁹⁸.

Porém, não se tratando “apenas” de um conjunto de famílias, aparentadas ou não, morando próximas umas das outras, cada uma cuidando de si mesma, para além da cooperação interna ao grupo doméstico que configura o trabalho familiar, o bairro rural configura também uma cooperação entre famílias. Se por um lado o grupo doméstico se esforça em realizar todo o serviço necessário à sua subsistência, nem por isto ele deixa de estar atento às suas próprias limitações e a dos outros. Como no caso da produção de arroz, por exemplo, “*quando tinha bastante e a gente não conseguia colher sozinho, cortar sozinho, então fazia mutirão. Quer dizer, as pessoas ali nasceram, depois casaram e cada um foi construindo sua família e era gostoso, era assim: um matava uma caça, todo mundo comia*”.

Assim, o bairro rural se define não apenas pelo sentimento de localidade, mas também por uma rede de solidariedade, de reciprocidade entre vizinhos. “*Mutirão*” e “*ajutório*” são as modalidades de ajuda mútua que configuram a recíproca cooperação vicinal, ou seja, cooperação entre vizinhos, o trabalho coletivo⁹⁹. Ainda mais, não se trata de uma rede de reciprocidade estabelecida exclusivamente em torno de um número restrito de sítios próximos, contíguos. Parentes e amigos vivem espalhados por muitos outros sítios no território da Ilha do Cardoso ou fora dela, e o trabalho coletivo pode contar com esta ampla rede.

Desta forma, pode-se ampliar ainda mais a abrangência do bairro rural:

“um bairro rural poderia, deste ângulo, definir-se como o agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua. É membro do bairro quem convoca e é convocado para tais atividades. A obrigação bilateral é aí elemento integrante da sociabilidade do grupo, que desta forma adquire consciência de unidade e funcionamento”.¹⁰⁰

⁹⁷ Ellen WOORTMANN. *Herdeiros, parentes e compadres*.

⁹⁸ Antonio CANDIDO. *Os parceiros do Rio Bonito*, p.65.

⁹⁹ IDEM. *Op., cit.*, p.67-71.

¹⁰⁰ IDEM. *Op., cit.*, p.67.

“Ninguém cobrava dia”. O “ajutório” ou “ajuntamento” é um tipo de cooperação entre vizinhos cuja troca é realizada ou com um serviço de mesmo teor ou de outro tipo. Uma casa, por exemplo, “se precisasse construir, chamava lá uma pessoa pra ajudar. Então, podia pagar com roçada, com outro serviço qualquer, não precisava pagar com a ajuda de fazer casa também”. Então, conforme, se num sábado um vizinho trabalhava na sua roça, então, você “no outro sábado já trabalhava pro outro”. Também fazia um ajuntamento para se roçar um caminho entre sítios e outras coisas mais.

Tinha também a *“puxada da canoa”*, a *“varação”*. Mas, *“não é a canoa mesmo, é o corte da canoa”*. Está o pau lá em cima do morro, o guapiruvu, *“aí num cabo de coisa do mato, assim de cipó do mato, puxava quatro, cinco, seis homens, que a canoa é uma coisa grande”*. No caso da *“puxada da canoa”*, de noite vinha o fandango, trocava-se o serviço pela festança. O fandango é uma *“moda batida”* que dançava com tamanco, cada moda tinha um nome: anu, tonta, lagarto, São Gonçalo, e outras mais. Todas as modas eram (e são) muito apreciadas: *“tinha que ver que coisinha mais linda, tão bonita que era! Então, mutirão é quando a noite tinha dança, o fandango. Quando não tinha dança era ajutório”*.

Às vezes, gente de fora vinha *“trabalhar pra levar um pouco de arroz pra comer, porque tinha gente ali que não plantava”*.

As categorias de mutirão são: *“para roçada”, “para derrubar o mato”; “para a planta de rama”, “para colher o arroz”, “para bater o arroz”*.

Geralmente o *“dono da roçada”*, convidava no domingo a *“turma”* para trabalhar no outro sábado. Porém a semana que antecede o mutirão é uma semana de muito trabalho também:

-- Quando fazia aquele ajutório, assim, o pessoal trabalhar para nós, o mutirão, ficava fazendo beiju. A gente fazia o beiju, depois corta talhadinho assim e põe no forno, abafa, amanhece que...

P: Tinha que fazer muito, né?

-- Fazia um meio alqueire, meio alqueire são vinte litros.

P: Eu não consigo nem calcular isto.

-- Meio alqueire são vinte litros e um alqueire é quarenta litros.

Então, socava o arroz, meio alqueire de arroz, vinte litros de arroz. Porque não era comprado. Socava o arroz, levava uma semana socando este arroz. Só o que eles compravam é feijão, quase nunca a gente tinha feijão, assim pra fazer mutirão não tinha.

P: Mas tinha feijão pra casa?

-- Tinha.

P: Mas não era suficiente para o mutirão?

-- Não, não era. No Andrade quase que nunca deu feijão assim, dava mais pra cá, no Batatal. Então, ele comprava o feijão.

Chegava cinco horas da tarde o pessoal estava tudo alegre: "vamos dançar, né". Ah, era gostoso aquele tempo, ih!!

(02/06/1994. Isabel Martins Rodrigues, 70 anos. Sítio Andrade.)

Então, naquela semana era só trabalhar naquela ... fazer farinha, matar peixe, limpar, socar o arroz, quando não tinha que ir comprar. Aquela semana era só praquelas coisas. Limpeza da casa...

(IDEM)

-- Mutirão era assim tradicional, de você ter carne seca no almoço. No sítio tinha carne seca, mas era carne do mato. Mas, no mutirão tinha que ser esta carne seca daqui [cidade].

P: Tinha que vir buscar aqui então?

-- Tinha porque como o povo lá era difícil comer esta carne seca... Já era uma tradição, era um prato especial de mutirão, era essa carne seca com feijão cozido, né. Tinha o café a tarde, quando o pessoal chegava da roça e a noite, à meia noite tinha a ceia, carne seca com arroz.

Então, todo mundo dançava até meia noite, quando era meia noite tinha a ceia, a ceia era arroz com carne seca. Era picado bem miudinho. Arroz com carne seca e temperado em gengibre.

(15/12/1993. Marta Pires, 37 anos. Sítio Pedro Luiz)

Tudo preparado, do bom e do melhor, com muita fartura, chegava o sábado. Se caso fosse mutirão para abertura de roça na mata, mutirão para roçada, podiam chegar doze, quinze homens. Quando vinham de longe, de sítios distantes “*de a pé*” ou “*de remo*”, vinha a esposa também, pro fandango de noite. Caso contrário, à tarde o homem ia para a casa, tomava o seu banho e voltava com a mulher pro baile. Porque, “*às vezes, pra ir no mutirão lá do outro vizinho, tinha que ir de canoa*. Enquanto para um tinha caminho para o outro tinha que ir de cano”.. Se acaso fosse roça para plantar a rama, então, vinha toda a família. Os homens iam cavando e as mulheres plantando. “*O homem cortava a rama, assim de planta, e ia cavando e a semeadeira que semeava nas covas. A semeadeira era a mulher que semeava*”, que colocava na cova.

Havia mutirão para colher o arroz e tinha mutirão para bater o arroz.

Espalhava o arroz na sala inteira, fazia uma esterada, fazia uma roda de arroz assim bem grande e aí o povo vai correndo por cima, vai batendo. E quando fica só a palha, fica só aquele talinho, puxa aquela palha e ensaca aquele arroz. Pisa outra vez, se fizer três carreiras dá uns 40, 50 quilos que são 20 sacos, 25 sacos. Depois eles limpavam bem a sala, tem viola, tem janta, tem café, tem tudo, é bonito aquilo!

(13/07/1990. Paulo Mendonça, aprox. 70 anos. Sítio Ipanema)

Como vimos, o recíproco de mutirão é fandango. Não se trata apenas de perceber o mutirão confirmando os laços de vizinhança e reciprocidade. Através da alegria do trabalho coletivo e das modas de viola, é certo que se reencontravam parentes e amigos, mas também criavam-se novos laços, ensaiava-se a constituição de novas famílias: “*tinha um mutirão lá!! Nós dançávamos pouco!!* [risos] *Era tão gostoso!! Era no fandango que arrumava namorado*” [risos].

Raramente se recorda o mutirão sem se referir ao fandango. A referência aos dois é sempre feita com alegria, com muita risada. Risadas de cumplicidade que escondem segredinhos de fofocas, namoros, etc. Mesmo durante um relato triste sobre os acontecimentos do processo de desapropriação, ao referir-se ao par mutirão-fandango, o narrador irremediavelmente o fará entre termos de regozijo, acompanhado das demais pessoas próximas ao ambiente da entrevista, e até então discretas ou parecendo distraídas quanto à própria entrevista.

O que vimos até agora sobre *tempo do sítio* sugere uma organização cultural baseada na família enquanto unidade solidária de trabalho e consumo, com produção policultora, sustentada por uma rede de reciprocidade representada por uma vizinhança de parentes e amigos. Vimos, portanto, que economia, sociedade, cultura, parentesco, enfim trabalho e vida estão intimamente relacionados. Os aspectos até aqui salientados acerca do modo de vida da Ilha do Cardoso trazem ao sitiante de Cananéia características do camponês¹⁰¹.

“Caiçara” ou “praiano”, “ribeirinho” e “capuava”, são estas as categorias que Pasquale Petrone apresenta para a identificação dos habitantes das áreas litorâneas, das margens dos inúmeros rios e canais, e das zonas de matas do Vale do Ribeira de Iguape¹⁰².

¹⁰¹ Para reforçar. Ser camponês não é apenas ser habitante do campo, assim como nem toda agricultura familiar é camponesa. Ricardo ABRAMOVAY, esclarece estar a agricultura familiar presente também na empresa agrícola capitalista, não podendo ser aí considerada camponesa. Diz o autor que “*na maioria dos casos, os economistas não analisam de maneira minimamente satisfatória o ambiente social onde a vida camponesa transcorre e suas leis operam*”. É a partir das teorias antropológicas que compreende-se as particularidades sociais e culturais do campesinato. Particularidade marcada, fundamentalmente, pela “*partilha de laços comunitários, bem como [n]um conjunto de regras coletivas*”. Assim, diz Abramovay: “*mais que um tipo econômico, o camponês representa, antes de tudo, um modo de vida. (...) A família e a comunidade, de certa forma, emprestam sentido à atividade camponesa. Trabalho e vida não são duas dimensões cindidas: as crianças, as mulheres, enfim um organismo único produz com base no objetivo de gerar não só os meios de vida, mas sobretudo um modo de vida*” (*Paradigmas do capitalismo agrário em questão*, p. 24, 100-2, os grifos são do autor).

¹⁰² Pasquale PETRONE. Op., cit., p.213-38

O autor constitui estes “tipos humanos” através do sistema de cultivo ou do tipo de utilização do solo. Primeiramente define-se o empreendimento agrícola da Baixada como sendo de caráter modesto, com predominância de áreas cultivadas entre “2 a menos de 5 hectares” e entre “5 a menos de 10 hectares”. No caso de Cananéia, para o Censo de 1950, tem-se para o primeiro grupo 46% das áreas cultivadas do município e, para o segundo grupo, 35% das áreas; o que no conjunto corresponde a 81% das áreas cultivadas entre 2 e menos de 10 hectares¹⁰³. Empreendimentos de caráter modesto (na sua maioria sem títulos de propriedade), de elevada percentagem de lavouras de subsistência, de caráter itinerante (sistema de roçada, após a derrubada da mata e uso da queimada, deixando a terra descansar por dois ou três anos e colocando nova roçada ou abrindo nova clareira na mata), onde, no Vale do Ribeira, o arroz é cultura tradicional desde o período colonial; e de “cultivadores diretos (praticamente apenas a família para toda a propriedade)” são as características comuns entre os “tipos humanos” acima arrolados. O que, aliás, conforme Nice Lecocq. Muller, faz o “‘ribeirinho’ ou ‘capuava’, o caboclo [ser] sempre aí um sitiante”¹⁰⁴; e, conforme Petrone, o caíçara ser sempre um caipira, o representante litorâneo paulista da chamada “civilização rústica”¹⁰⁵.

O sistema de roçada e as técnicas utilizadas são as mesmas, o que diferencia um do outro são a fertilidade e tipos de solos a que têm acesso, sendo que o plantio da mandioca é maior na zona litorânea, onde, também, assim como para o “ribeirinho”, associa-se à captura de pescado.

Para Petrone, há na Baixada do Ribeira outro “tipo humano” associado à propriedade da terra. Nota-se nele, além da roça de subsistência, com maior variedade de plantas cultivadas, a lavoura comercial, a lavoura permanente como a do café, a existência de pomares e alguma criação. Dado os limites da propriedade, a itinerância da lavoura é reduzida, com tendência a consorciação entre rotação de terra e de culturas. Este “tipo humano” seria herdeiro da organização do espaço agrícola originário de colonos estrangeiros (italianos, alemães, poloneses, etc.) interpenetrado pelas características do sistema de cultura do “capuava”, do “ribeirinho” e do “caíçara”.

¹⁰³ IDEM. *Op.cit.*:216.

¹⁰⁴ IDEM. *Op.cit.*:216.

¹⁰⁵ Maria Isaura PEREIRA DE QUEIROZ. *Bairros rurais paulistas*, p. 68-70.

Em função das características observadas no modo de vida dos *filhos da Ilha do tempo do sítio*, principalmente a presença da lavoura permanente, representada pelas frutíferas, e, também, a antecedência histórica das famílias, nota-se, para o grupo estudado, um diferencial com relação ao tradicional “tipo humano” observado no Vale do Ribeira de Iguape.



“Toquei muita rabeca e dancei muito fandango”



*“Aí, às 10 horas tinha o terço em homenagem ao Santo;
à tarde tinha uma pequena procissão com o Santo no caminho, no trilho do caminho...”*



*“Este prédio (...) era muito bonito que a mamãe falava, meu pai...
(...) Minha mãe morreu com 96 anos. Eu estou com 354 anos!” [risos]*

Capítulo 4

Do Cotidiano Rememorado

AA: *Mas aqui era bonito e era divertido. Sábado e domingo tinha o pessoal, fazia serviço, o mutirão, fandango, era gostoso.*

JC: *Você sabe o que é mutirão, né?*

P: *Sei, que trabalha...*

JC: *Que trabalha de dia, de noite tem fandango... [risos]*

AA: *Sábado e domingo a rapaziada se juntava tudo aqui pra cidade, arrega o [?] de uma canoa, duas, ia aquele bocado de canoa, ia pescando, era divertido.*

Agora, ihh, agora tá este silêncio, um silêncio!! Era gostoso aqui.

(04/12/1993. João Cardoso e Aristides Alves)

Todo mundo ajudando o outro. Ninguém media favor, era um ajudando o outro. Uma beleza!

Neste capítulo procuro tecer uma espécie de arqueologia do cotidiano do *tempo do sítio*. Lembremo-nos que não me foi permitido observar o dia-a-dia dos *filhos da Ilha* no *sítio* porque o mesmo existe agora apenas na memória. Tenho descrito o *sítio* baseada nas lembranças de um cotidiano, melhor dizendo, na evocação de importantes marcos sociais. O mutirão, o fandango e a fartura do *tempo do sítio* são os mais evocados para se recontar aquele tempo.

Não cheguei a solicitar a meus entrevistados que descrevessem o cotidiano do *tempo do sítio*. A idéia do capítulo surgiu depois do trabalho de campo e em função de inúmeros trechos de entrevistas que apontavam aspectos daquele cotidiano, aspectos considerados por mim relevantes para compor o modo de vida dos *filhos da Ilha*. São pequenos trechos sobre temas diversos, temas estes de interesse antropológico, como atestam inúmeros estudos sobre a maioria deles, mas que, no entanto, não foram por mim explorados e aprofundados.

O leitor não encontrará aqui uma descrição linear do cotidiano familiar de trabalho e lazer, desde a alvorada da manhã até o anoitecer, tal como é costume em estudos sobre o “mundo camponês”. Trata-se mais de pequenos cenários do *tempo do sítio* do que propriamente a descrição de seu cotidiano. Em algumas passagens veremos a descrição da técnica e tecnologia de construção das casas, noutras o cenário das canoas de “*guaripuvu*” singrando o canal, para o trabalho ou para o lazer. Em um momento teremos a descrição da

invasão das roças pelos bichos da mata, noutro a diferença da pesca nos diversos “mares” da Ilha. Ou veremos explicitada a devoção aos Santos, ou os cuidados de uma jovem com a roupa que usará no fandango.

Os cenários são outras tantas peças do mosaico, a que me referi no segundo capítulo, e contribuem para imaginarmos a Ilha como lugar de sítios.

4.1. “A não ser aqueles casarões que tem lá, a casa do povo nós chamamos de ripa”

Qual seria a paisagem da Ilha no *tempo do sítio*?

Da baía de Trapandé veríamos um porto e um pequeno conjunto de casas compondo um sítio. Ao fundo as serras, realmente majestosas, ora mais próximas ora mais distantes do ambiente mais restrito do sítio, composto pelo conjunto de casas. Se fosse o sítio Salvaterra, por exemplo, a ruína do sobrado de pedra, o “*casarão dos antigos*”, estaria reformada como moradia de um jovem casal. À sua volta, porém, dois outros tipos de construção se destacariam. As chamadas casas de “*tabuado*” e as de “*entulho*”, conhecidas na literatura sócio-antropológica por pau-a-pique. A de tábuas, sendo “*de canela, madeira assim de lei, então vai muito tempo, não pondo ela com o pé no chão*”, fazendo um “*alicercinho*”, dura muito tempo. Agora, disseram-me que, afora a casa de tabuado e

a não ser aqueles casarões que tem lá, a casa do povo nós chamamos de ripa. Pegar a ripa assim lascada, inteirinha, inteirinha chama pau-a-pique em pé e entulhada de lenha, que nem lenha, toco de madeira rachadinha assim, bem entulhadinha. Nós chamávamos de entulho aquilo. Depois levava o barro. O barro, depois passava cal por cima, fica branquinha. Quantas casas existiam assim!
(01/06/1994. Seu Cácio Rangel)

Ou seja, a estrutura da casa

é assim: tem o pau-a-pique assim, pau-a-pique é o pau liso, põe até lá em cima, amarra bem, então, põe bambu lascado um por lá outro por cá e amarra e vai entulhando com jacatirão, com pedaço de pau.
(02/06/1994. Dona Isabel Martins Rodrigues, 70 anos. Sítio Andrade.)

Com aquele barro “*linguento*” vai barreando esta estrutura, mas “*tem alguns que não barreia, fica assim mesmo, só o quarto, a parte do quarto para não entrar vento, mas o resto era bem entulhado só*”.

Portas e janelas feitas de tábuas e cobertura feita de palha do morro, a “*guaricana*”, porque a palha da areia, a “*gamirova*”, não presta para cobrir as casas. A cobertura consistia em pegar uma ripa, “*rachava, limpava e fazia tecido, chamava de esteira, então, depois puxava em cima da casa e ia cobrindo*”. Durava três, quatro anos e quando “*começava uma goteirinha aqui outra goteirinha ali, aí ia no mato trazia mais um pouco de palha e reformava*”.

4.2. Divisas e caminhos

A paisagem de um sítio estaria composta ainda de alguma criação (galinhas, patos, perus, etc.) solta em volta da casa. E quem nasceu na década de 1920-30 ainda pegou a manada de bois do sítio Grande. Eles ficavam soltos e chegavam até o terreiro do sítio Salvaterra. Isto até aproximadamente a década de 1940.

Em torno das casas, destacar-se-iam ainda as árvores frutíferas, umas mais próximas e outras mais distantes.

Um conjunto semelhante de casas, nós veríamos também mais adiante, tanto à esquerda quanto à direita, formando o patrimônio familiar dos sítios Grande e Santa Cruz. E assim sucederia se rodeássemos toda a Ilha¹⁰⁶. Porém, afora as casas, o que limita um sítio do outro é estabelecido de outra maneira. “*Pelas madeiras mais altas, mais velhas, mais antigas*” entre os sítios identificaríamos suas divisas. No sítio Andrade, por exemplo, um pé de figueira marca a divisa com o outro sítio, seguido da “*fila assim de madeira até a chapada do morro. E aquilo é respeitada, ninguém corta aquela madeira ali. Tanto de um sítio respeita, não corta, do outro sítio também. Isso é uma coisa que ficou*” desde os “*antigos*”, um “*acordo dos antigos*”. A esta mata virgem, esta “*madeira que a turma respeitava*”, chamava-se “*aceiro*”. Por entre esta “*madeira*” e demais vegetação a rede de

¹⁰⁶ Vale reforçar algo dito linhas atrás: a Ilha detém diferenças ecológicas. A leste ela é banhada pelo *mar grosso*, o Oceano Atlântico, ali os morros e a vegetação Atlântica, que sofrem diretamente os efeitos dos ventos e da maresia, estão separados do mar pelas praias estreitas e costão rochoso. Ao sul a alongada faixa onde está Marujá é arenosa (restinga) e é influenciada concomitantemente pelo Oceano e pelo *mar de Arapira*, o canal de água salobra. Neste trecho a formação do mangue fica para o lado do continente. Seguindo de Marujá pelo canal de Arapira em direção à Cananéia, todo o lado oeste da Ilha é guarnecido pelo mangue. É neste lado que deságuam a maior parte dos rios formados pelas cachoeiras das serras. O mangue acompanha o desenho da Ilha até o norte e noroeste desta, ou seja, até a baía de Trapandé, a barra de Cananéia, rareando conforme se aproxima da entrada da barra, onde se faz presente a maior formação de restinga de sua parte montanhosa.

“caminhos” fazia por terra a ligação entre os sítios. Um rio também constitui uma marca de divisa.

As especificidades ecológicas diferenciam também os portos de acesso aos sítios. Assim, por exemplo, um porto pode ter mangue, outro pode ter pedra. Ou seja, areia, mangue e pedra podem caracterizar a via de entrada aos sítios quando esta via se realiza pelo *mar* (oceano, baía ou canal) e, não, pelos “caminhos”. No caso do sítio estar localizado seguindo um dos rios da Ilha, como o sítio Pirizal, que entra pelo rio Jacariú, então “às vezes seca a maré e não dá pra ir porque é só pedra, só com a maré cheia”.

4.3. “Mar grosso”, “mar de dentro” e mangue

No porto, além do “trapiche”, um “rancho” se fazia presente para guardar a canoa e demais apetrechos da pesca. Ao lado do rancho ou sentado no trapiche, um pescador poderia estar remendando ou confeccionando sua rede de pesca. Houve um tempo que não existia rede de nylon que existe hoje. A linha tinha que ser feita a mão desfiando o algodão, ou “tirava da embaúba, que é outra que dá linha. Eles puxavam a corda pra fazer o artifício pra pescar. Até que não faz tanto tempo isto!” A família acordava com o galo cantando, às quatro horas da manhã e, antes de ir para a roça, ia fazer a rede, fazer um remo, às vezes, umas colheres de pau, de caixeta, para vender e comprar o açúcar, o sal, uma roupa.

Em direção ao “mar grosso”, na Praia do Meio, Marujá como chamam hoje, ou no sítio Ipanema, enfim em toda costa do mar, havia a pescaria da tainha em maio. O peixe começava a aparecer na costa por volta do dia quinze de maio. Conforme meus entrevistados, naquela época os pescadores chegavam a “lancear” e matar mais de mil tainhas. Boa parte desta produção era destinada as festas do mês de agosto em Cananéia.

No “mar de dentro”, como são chamadas às águas do canal de Ararapira, do Mar Pequeno, e da baía de Trapandé, os pescadores demonstram ter pouco conhecimento sobre a pesca da tainha, pois neste meio, como dizem, há outra “qualidade de peixe” e outras técnicas de caça. Do mangue retirava-se a ostra, o mexilhão, o caranguejo.

Sempre havia no mangue alguma *filha da Ilha* mariscando.

E eu andava pouco! Eu até me perdia no mangue! Me perdi uma pá de vezes [risos]. Ah, eu saía na beira do mar e a canoa tava lááááá [longe]. Ah, mas eu gostava de pegar caranguejo, ih! Na minha vida, destas coisas, cada coisa eu fiz um pouco. Eu

tirava ostra, tirava mexilhão, pegava almeja, pegava caranguejo, pescar de rede sozinha. Pescava lá naquele rio do sítio Grande. De redinha, pegava a rede e ia pescar. Eu gostava de pescar. Atravessava a rede e ficava lá esperando, quando o peixe batia na rede eu ia lá tirar. [risos]
(02/06/1994. Isabel Martins Rodrigues.)

4.4. “Igual o filho da caça, como dissesse o filho do camarão, é a mesma coisa”

Existem inúmeras cachoeiras na Ilha; muitos rios e morros. No entanto, os entrevistados declaram que mesmo eles não conhecem toda a Ilha, acreditam que tem *filho da Ilha* que “*criou-se ali, morreu velho*” e não chegou a conhecer todos os morros ou serras. Os que talvez vieram a ter maior conhecimento sobre os morros foram os caçadores, em busca de caça mais difícil, como o veado ou o bugiu. Porém, nem havia a necessidade de entrar no mato pra caçar, pois existia toda uma “*qualidade de bicho*” que costumava ir se servir da plantação das roças. Aliás, declaram meus entrevistados que a quantidade de caça no *tempo do sítio* devia-se à quantidade de roças. Parecia haver uma espécie de troca: o homem punha a roça, o bicho comia da roça e o homem comia o bicho.

Para o *filho da Ilha*, apesar dos “*bichos*” terem medo do homem, ao mesmo tempo eles gostam e têm curiosidade, se sentem atraídos pelo barulho que os homens fazem, como o cortar uma madeira: “*olhe, o que faz eles virem é a gente. Porque os bichos, eles [até] têm medo da gente, mas eles gostam da gente. Desde os pássaros. Os pássaros gostam da gente, donde a gente está, sempre vêm os pássaros*”. Tinha também a fala dos peixes.

O peixe fala, que nem a gente porque ele tem a fala deles! Na hora da maré... tem a hora da maré... está a pescada falando. A gente sabe. A corvina. Até aquele carangá, que dizem, aquele peixinho pequeninho, até aquilo fala! Lá na baía tem um monte!. Não dá pra gravar, esse daí eu acho que não!

(...)

Dentro do meu rancho, da minha casa lá a gente escuta muito bem a fala da pescada na maré! (...)

A pescada amarela faz assim: “páu-páu-páu!”. Desse jeito mesmo! Eu sou imitador ... [risos]. A corvina faz: “tó-tó-tó-tó, tó-tó-tó-tó!”. Pode ir, um dia escutar, vai ser assim. A [?] faz: “pó, pó, pó, pó!”. E aí tem os vários tipos de peixe! [risos].
(15/10/1994. Pedro Pacífico Rodrigues, 72 anos. Sítios Paneminha e Grande)

A única caça que não fazia barulho era o veado. Outros animais, como os porcos-do-mato, por exemplo, por andarem em “*vara*” ou “*tropa*”, podia-se ouvir sua aproximação. Algumas famílias cercavam a roça para tentar evitar a invasão dos porcos-do-

mato. Além dos cuidados com a roça, o próprio *filho da Ilha* tinha que se precaver. Contou-me uma *filha* do sítio Pedro Luís: “*quando o cachorro começou a latir neles, eu com minha mãe vínhamos vindo quando nós vimos que eles pegaram o trilho do caminho, nós subimos na árvore e aí eles passaram por baixo. São grandes. E acho que naquele tempo eu tinha tanta coragem!*”. O porco-do-mato, ou queixada, é tido como um bicho brabo. Eles provocam estragos na roça: “*quando eles passam deixam só a terra. É um bicho faminto, ele não tem regra de comida*”. Eles atacam a roça em qualquer hora do dia, embora seja mais no clarear do dia e no tardar da noite. Algumas famílias não cercavam a roça, neste caso o “*dono do sítio*” tentava afugentá-los, momento em que “*matava dois às vezes, uma carga pra carregar*”, tentando assim assustar o restante¹⁰⁷.

A outra forma de caçar era com armadilha: o mundéu. Levantado no “*carreiro do bicho*”, ele era como uma gaiola, uma cerca cuja altura dependia da espécie da caça, com uma arapuca embaixo, de tal sorte que quando o bicho passava ali ele ficava preso.

Isto tudo resguardava o *respeito dos antigos*. Assim, na época que “*tava criando*” o mundéu estava fechado. A “*turma dos mais velhos*” sempre aconselhava a conservar as terras — “*senão vamos comer mais tarde o quê?*” — e para não matar na época que a caça estava criando — “*que não caçassem que os bichos estavam pequenos, deixasse eles crescerem que nunca acabava. E, não sendo assim, ia acabar*”. A mesma coisa ocorria com

¹⁰⁷ Antonio P. ALMEIDA, relata quanto à década de 1940: “*Para os sitiantes residentes na ilha do Cardoso, três são as pragas que a assolam durante o ano e que constituem um verdadeiro desastre para a lavoura: os porcos do mato ou queixadas, as capivaras e, finalmente, as maitacas. (...) Há regiões sobre a parte elevada da serra do Cardoso onde a lavoura é sempre problemática, devido ao aparecimento e passagem das grandes varas que, nas ocasiões de corso, permanecem nas roças, destruindo-as, arrasando-as completamente. São verdadeiros exércitos, em regra compostos de duzentos a trezentos animais voracíssimos, cuja aproximação é sempre precedida por um grande estrondo e que, como uma fúria, tudo devastam em sua passagem dantesca e tumultuária, atravessando cachoeiras, varando grotões e transpondo quebradas, percorrendo a montanha de um extremo a outro. São travessias mais ou menos periódicas, e que não podem ser evitadas, pois é sabido que as queixadas quase sempre andam à noite, em conjunções de lua, o que torna impossível e até mesmo perigosa qualquer ação contra eles. E aí das roças que lhe ficarem no caminho... Bastará uma noite apenas para que sejam reduzidas a tigüieras... Nessas peregrinações mais ou menos constantes, atravessam toda a ilha avançando por uma das encostas e retornando pela outra, para finalmente se entocarem em lugares inacessíveis. Por isso e apesar de serem as terras do morro próprias para a cultura do milho e da cana de açúcar, bem poucos são os lavradores imprevidentes que delas se utilizam para cultura. Não menos prejudiciais são as capivaras, que, sendo abundantes em toda a parte baixa, principalmente junto às margens dos rios, prejudicam enormemente os arrozais, devorando-o também durante a noite. Como os porcos do mato apreciam as noites claras, porém não respeitam as ocasiões de chuva para a destruição das lavouras. E apesar de perseguidas e constantemente apanhadas nos mundéus e armadilhas feitas com espingardas, cada vez mais numerosas se tornam, causando grandes aborrecimentos aos lavradores que com mil dificuldades raramente conseguem salvar parte das suas plantações e isso mesmo quando situadas nas proximidades de suas casas*”. (Memória histórica da Ilha do Cardoso, *Revista do Arquivo Municipal*, vol.CXI, p30)

pesca: “*tinha época certa. Igual o filho da caça, como dissesse o filho do camarão, é a mesma coisa*”. Então, a caça era permitida apenas em certos períodos do ano.

Outro cuidado que os *filhos da Ilha* tinham era o de caçar apenas o suficiente para o alimento da família e para dividir com a *vizinhança*.

Dava um pedaço para cada um, entende? Matasse uma caça hoje, ia lá no mundéu lá, que fazia pra pegar caça, aí tinha lá, trazia, limpava o bicho e aí dava um pedaço para cada um. Todas as quinze famílias comiam, a não ser que alguém também tivesse pegado, mas quem não pegasse todo mundo comia e eles também dividiam. Todo mundo quando pegava. Era assim. E peixe também, quem pescava chegava com aquele monte de peixe, aquele grande monte de peixe, matava, as mulheres se reuniam, então, todo mundo se reunia para limpar o peixe pra salgar depois de limpo. Todo mundo limpava junto. Aí, depois cada um levava um pouco, pra colocar lá em cima do fogo pra secar, pra comer. (...) Era gostoso, era uma comunidade unida.

(15/12/1993. Marta Pires; os grifos devem-se à ênfase dada pela entrevistada)¹⁰⁸

4.5. Caminho de água: canoa de “*guaripuvu*”

Ainda tecendo uma imagem, cenário ou paisagem do *tempo do sítio*, visto dali da baía, talvez, nos “*portos*”, junto a seus “*trapiches*”, estivessem paradas as canoas feitas do tronco do “*guaripuvu*”, denotando, conforme a hora da observação, com a chegada de uma ou a saída de outra, da ou para a pescaria, da ou para a venda dos produtos da lavoura, de um ou para um mutirão, etc. Poderíamos ser surpreendidos até mesmo com um grande número de canoas “*aportando*”, e mais as pessoas vindo a pé pelos caminhos, parentes próximos e distantes, “*peessoas que gostam de ajudar*”, chegando para um mutirão. Para este dia, um sábado certamente, como já vimos mais acima, o grupo doméstico, as mulheres especialmente, deixariam beneficiados o arroz, o feijão, o café, etc. Ao chegarem, as pessoas tomariam o café num burburinho de vozes e seguiriam para a roça que,

¹⁰⁸ Em outubro de 1989, em Marujá, época que minha pesquisa apenas iniciava, eu e meu irmão Rubens havíamos acompanhado seu José Rodrigues até o costão, que separa a praia do Meio e a praia do Laje, onde ele costumava pescar. Tratava-se de minha primeira entrevista em Marujá. Ficamos um longo tempo por ali até que deixamos seu José e voltamos para Marujá. Pouco tempo depois soubemos que seu José havia pescado uma raia bastante grande. Trata-se de um animal que luta bastante com o pescador. Ele abre suas largas “asas” fazendo pressão sobre o fundo do mar, por sobre a areia, procurando escapar da armadilha. Por parte do pescador a força, a destreza e a paciência são seus principais trunfos. Do costão, lugar em que um escorrego pode levar qualquer um à arrebenção do mar e ao risco da morte, seu José foi conduzindo o animal para o lado da praia do Meio até que pôde trazê-lo para fora d’água. Não chegamos a ver o animal. Estávamos hospedados a certa distância da casa do seu José. Houve um burburinho na vila sobre a raia pescada por seu José que chegou aos nossos ouvidos. Quando meu irmão chegou ao seu rancho de pesca

provavelmente, não estaria ao alcance de nossos olhos se fosse o pé do morro, lugar do “*vargado*”, mais para o interior do sítio. Ao longo deste dia o movimento no sítio seria diferenciado dos dias comuns. Desde a chegada haveria maior e menor concentração de pessoas próximas à casa do “*dono da roçada*”: a hora do café, a hora do almoço seguida de uma moda de viola e dança para relaxar, o café da tarde, e, finalmente, o fandango, a festança à noite.

JC: *Daqui, assim, era mais limpo isto aqui* [apontando para o canal em frente ao sítio Santa Cruz]. *Eu contava sabe quanto...? Nunca tinha uma canoa a motor, eu contei até 18 velas* [senhores CR e AA concordaram]. *Que a turma do sítio vinha tudo à vela, correndo a vela, um querendo passar do outro, outro querendo passar do outro...*

AA: *A remo...*

JC: *18 velas, eu lembro de ter contado. Sabe vela?*

(04/12/1993. João Cardoso e Aristides Alves)

4.6. Santos e festeiros

Um grande movimento de canoas e pessoas também poderia estar relacionado com a festa do padroeiro do sítio. Semelhante ao mutirão, a festa de um Santo, no sítio, demandava também, uma semana aproximadamente de preparativos para o grande dia. O beneficiamento e preparo dos alimentos, a “*roçada dos caminhos*”, etc. O “*festeiro*”, em geral o “*dono do sítio*”, era o responsável pela organização e oferecimento da refeição no dia da festa. Os momentos mais significativos, aqueles que ficam guardados na memória daqueles que viveram estes momentos no *tempo do sítio* são: as novenas durante a semana, a “*alvorada*”, momento de abertura do dia do Santo, com uma grande salva de rojões; a erguida do mastro, da bandeira com a imagem do Santo; a procissão pelos caminhos; o leilão e/ou o bingo; as brincadeiras para adultos e crianças, como corrida de canoas, corrida de saco, etc.; o almoço e, finalmente, o fandango à noite. Tudo acompanhado, de preferência, por muitos fogos de artifício. Do sítio Pedro Luiz, por exemplo, contaram-me:

Lá a festa assim do padroeiro do sítio era de Santo Antonio, era no dia 13 de junho. Então, dia 13 de junho era assim: 5 horas da manhã era feito o soltar do rojão, aquele puta rojão, que era feito no chão, de pólvora; era feito de rojão às 5 horas da manhã, que era a alvorada, aí tinha a erguida de mastro. Colocava a bandeirinha do Santo lá e cantava a romaria e subia o mastro. Aí, às 10 horas tinha o terço, em

ainda apreciou a etapa final de distribuição da carne para as famílias, tendo nós recebido uma parte também e ali ele soube detalhes de como tinha sido a luta de seu José para tirá-la d'água.

homenagem ao Santo, a tarde tinha uma pequena procissão com o Santo no caminho, no trilho do caminho...

P: *Limpava o caminho...*

-- *Limpava, enfeitava. Era legal.*

P: *Cada sítio tinha um padroeiro?*

-- *Cada sítio tinha um padroeiro.*

P: *Então, quando havia festa num sítio ia na festa do outro...*

-- *Havia festa sempre. Ia, era **todo mundo junto**. Então, uma semana antes da festa se organizava pra festa. Havia aquele monte de beiju, de cuscuz pra servir o café, pra fazer a comida. Nossa, era uma delícia!! O almoço pra **todo mundo** que ia.*

P: *Vinha gente de toda a região?*

-- *De todo sítio, é. Todo sítio. Aí, à noite, fazia o fandango.*

(15.12.1993. Marta Pires; os grifos devem-se à ênfase dada pela entrevistada)

Uma festa desta não é oferecida ao Santo apenas porque ele é o padroeiro do sítio, muitas vezes o dono do sítio “*gostava de fazer a festa de Santo Antonio*”, por exemplo, “*não que fosse padroeiro é que ele gostava de fazer*” a festa pro Santo.

A não ser em Marujá, que é considerada pelos *filhos da Ilha* como uma Vila, os outros sítios não possuíam capela. Na ausência da capela e da visitação do padre, em dias de festa ou dias comuns as orações eram realizadas pelos próprios sitiantes. Nesses dias a família reunia-se na própria casa junto ao oratório, e ali realizavam a reza. Aos domingos um adulto da família reunia as crianças e “*lia o catecismo e ensinava as orações*”.

Havia também as festas do calendário cristão. Elas eram realizadas junto à Igreja Matriz em Cananéia, como a do Divino Espírito Santo, por exemplo. Porém, o dia da festa propriamente é apenas uma parte da festividade. Há toda uma seqüência ritual, temporalmente iniciada com a saída da Bandeira no dia 03 de maio e finalizada no dia 17 de junho, dia de São João, com a festa. Espacialmente a festa era iniciada na casa do “*Imperador da Bandeira*”, o “*festeiro*”, que é quem faz a entrega formal da Bandeira, seguido do percorrer a casa dos fiéis, nos sítios e na cidade, e finalizada na Matriz de Cananéia em torno da qual se realiza a festa do padroeiro.

Segundo o mestre Maneco, esta festa

é uma tradição muita antiga, é do tempo dos antepassados. O dia de ela sair [a Bandeira] é 03 de maio, dia de Santa Cruz, então, é o dia que ela sai pros sítios. (...)
Nós não recebemos diretamente da Matriz, nós recebemos da casa do Imperador da Bandeira. Dia 02 à noite a gente vai na casa do Imperador lá e recebe a Bandeira, canta pra receber a Bandeira que está lá com ele. No outro dia cedo, a alvora na porta da Igreja, cinco horas da manhã. Saída do Império, vai na porta da Igreja, alvora, depois volta novamente, aí oito horas que a gente despede que vai pros sítios. A despedida lá no porto pra gente ir pros sítios é dez horas da manhã. A gente volta

na Igreja e depois despede no porto e vai embora. E quando vem dos sítios visita primeiro a Igreja pra depois ir pra casa do Imperador, do Império.
(05/06/1994. Maneco, mestre do Divino)

À noite do dia 02 de maio, tendo recebido a Bandeira das mãos do “Imperador” sorteado para aquele ano, o mestre juntamente com os demais membros do cortejo da Bandeira -- os tocadores de viola, rabeca e caixa (espécie de tambor) -- iam no dia 03 de maio numa “romaria” que durava aproximadamente um mês e meio. O cortejo toca e canta -- nas vozes do mestre cantador, do tenor e do tipi -- em versos de improviso, agradecendo a oferta e a acolhida, realçando aspectos particulares da decoração do altar e da hospitalidade do anfitrião em cada casa em que se manifestava o desejo de receber o cortejo. Neste momento o anfitrião fazia uma oferta para a festa do Divino junto ao altar, em geral montado na sala. O canto tradicional é do tipo

verso no repente, porque de acordo com que encontra nas casas tem que fazer os versos, uma casa está de um jeito noutra casa está de outro, então, do jeito que está a casa faz o verso. Se tiver numa casa que tem luz acesa, que tem imagem de Santo, então, tem que entrar de um jeito e quando não tem já tem que entrar de outro jeito. Então de acordo com o que vai vendo vai fazendo o verso.
(05/06/1994. Maneco.)

O mesmo ritual se repetia a cada casa. Era costume que o anfitrião soltasse uma salva de rojões à chegada da Bandeira. Alguns fiéis faziam questão de assim receber a Bandeira. Quando realizado nos sítios o trabalho iniciava-se de manhã e terminava no começo da noite. Já na cidade a Bandeira fazia suas visitas também à noite. O deslocamento entre as casas era sempre acompanhado de outros fiéis. A volta pelos sítios e pela cidade tinha que ter seu término por volta do dia 15-16 para que a festa se realize no dia 17 de junho.

Em 1994 eu soube que até dois anos anteriores saiam duas Bandeiras: uma ia para o lado de Iguape, para o norte, e outra ia para o sul, pro lado do Ariri. No momento da pesquisa estava saindo uma só Bandeira que já havia ido a Pedrinhas, Porto de Cubatão, Mandira, Itapitangui, Ariri, Barra do Ararapira, Marujá, Enseada da Baleia, Pontal do Leste. Ela estava, naquele momento, dia 05 de junho de 1994, percorrendo as casas da cidade. Até três anos anteriores a Bandeira ainda ia até o Paraná.

4.7. Brincando e ajudando

Nos dias comuns, no entanto, a paisagem do sítio estaria composta dos membros dos grupos domésticos nos seus afazeres domésticos. Assim, o dia de um menino no sítio consiste, mais ou menos,

levanta de manhã cedo e, pronto, o quê que tem pra fazer? Então aquilo já ficava como rotina de trabalho. Então, tem que levantar cedo e fazer o quê? Dar comida para as galinhas, dar comida para a criação. Aquilo já era um serviço meu. Acordava de manhã, pega o milho, tal, vai no galinheiro dar comida para o pato, o peru, dá para a galinha. Depois, o que tem que fazer? Dar água para os animais, tal. E depois o que tem que fazer? Ir pra a roça e tal, carpir, capinar lá, a roça não vai ficar no mato, capinar. Depois volta para casa, almoça, vai para escola. Depois da escola tem que fazer o quê? Ah, tem que passar uma rede e tal, pega a rede, passa a rede... (14/12/1993. Romeu Mário Rodrigues, 46 anos. Sítio Andrade)

O domingo era “*liberado*”, então, no canal ou na baía de Trapandé, um grupo de meninos e rapazes poderia estar fazendo uma competição de canoas, e em outro momento deste mesmo dia o grupo de amigos já teria jogado uma partida de futebol.

AA.: Ih, agora está este silêncio, um silêncio! Era gostoso aqui. Você imagina naquele tempo aprender, ir para a escola, ô meu Senhor do Céu! Eu aprendi um pouquinho por ser teimoso. Chegava, era só mandar sentar pra fazer uma lição [alguém dizia], “olha, você tem que ir lá vender doce”, “olha, tem que ir lá...”. (...) CR.: Nossa escola daqui, era no mato aí. As professoras que vinham eram formadas, inteligentes, davam uma lição pra gente! Eu, o primeiro ano que saí daí, eu fazia conta de dividir por seis a chave, tirava a prova real, tirava os nove fora, sabia fazer tudo isto.

(04/12/1993. Aristides Alves e Cácio Rangel)

4.8. “*Eu remato mandioca com as duas mãos até hoje*”

Durante a semana o movimento de um grupo doméstico e da vizinhança mais próxima poderia também nos chamar a atenção. Da roça viriam os homens carregados da mandioca — acondicionada em cestos ou sacos — dirigindo-se à casa da farinha, ou ao local onde o “*tráfego da farinha*” estivesse instalado. Ali durante todo o dia ou por alguns dias seguidos, homens, mulheres, e talvez as crianças dedicar-se-iam a uma das mais importantes indústrias do mundo rural brasileiro: o beneficiamento da mandioca¹⁰⁹.

¹⁰⁹ A mandioca e seus derivados, bem como os aspectos sócio-culturais a ela ligados foram devidamente homenageados num estudo realizado por Carlos B. SCHMIDT na década de 1950, intitulado “O pão da terra”, publicado pela *Revista do Arquivo Municipal*, v..clxv.

Derrubar, plantar, colher, beneficiar e comer, estão aí as cinco principais ações relacionadas a mais importante produção deste modo de vida¹¹⁰. Tudo começava assim: primeiro saía o pai para o mato e *“escolhia aquelas terras que eram mais secas, sabe, que não tinha muita umidade, então, escolhia pra plantar mandioca ali”*. A primeira etapa do trabalho denomina-se *“derrubar a roça”*. O pai com os filhos ou algum compadre ou vizinho ou ainda várias pessoas chamadas para um mutirão derrubavam aquele mato com o machado. Para este momento usa-se o termo *“coivara”*, porém com diferentes conotações, três pelo menos. Um de seus significados diz respeito ao estágio da formação vegetal que será derrubada. Um mato que nunca foi derrubado é chamado de *“coivara: pau que nunca foi mexido nele; quando é madeira grande é coivara”*. Este sentido estaria indicando uma primeira apropriação da natureza: *“coivara é a primeira vez que nunca ninguém plantou ali; a primeira vez que a pessoa vai plantar então chama coivara”*. Uma outra conotação é o da ação propriamente dita. Neste caso, no sentido de derrubar as árvores, usa-se o termo como verbo: *“coivarar”* — *“aí ele (o pai) coivara, na hora de tirar a madeira ele tirava o pau maior, cortava com o machado os maiores e nós com os menores, nós tirávamos os menores”*. *“Coivara”* é também uma técnica: *“coivara, eles falam assim, é quando o hábito de queimar a roça, de melhorar uma derrubada. Uma derrubada, porque tira as árvores mais grossas tal, aí vamos coivarar. Coivarar é colocar fogo na roça pra preparar a terra, como se fosse arar a terra”*. Assim, aquele lugar que foi plantado diz que foi *“coivarado”*.

“Plantar” ou *“semear a rama”* é a etapa seguinte, já com a ajuda das mulheres. Durante os meses seguintes a família vai *“capinando”*, *“mantendo limpo”* para *“não criar o mato”*. *“Aí leva dois anos, dois anos e pouco pra colher a fruta, um ano e meio em diante pra começar a colher”*.

Depois de colhida a mandioca é raspada, ralada, prensada, peneirada e forneada. Parece que apesar de trabalhoso era bastante divertido tudo aquilo. Na hora de ralar a mandioca configurava-se uma disputa, uma brincadeira entre quem rala e quem ceva a mandioca. Os homens girando a roda ligeiro para ver confirmada a prática da *“comadre”* no arremate da mandioca, no segurar a mandioca até o finalzinho, junto ao ralador da roda. A mandioca é ralada por uma espécie de dentes, feito de uns pregos de latão ou cobre, e se o

¹¹⁰ Carlos R. BRANDÃO. *Plantar, colher, comer*.

“cevadeiro” não estiver atento e agir rápido pode machucar-se seriamente. Conforme dona Isabel, em geral o homem

rala mais e a mulher ceva. Põe a mandioca ali. Põe a mandioca assim com as duas mãos. Eu remato mandioca com as duas mãos até hoje. Tem gente que não remata com as duas mãos, eu remato. Rematar é ir até o fim, sabe. Até o fim da mandioca na roda então diz rematar. A mandioca é assim, põe a mandioca, quando piquinho assim tem gente que não vence, não segura de medo de que corte o dedo, então, põe outra em cima. (...) Tem muita gente que tem medo. Segura a mandioca assim e quando é um homem que rala devagar então roda menos, se ralar ligeiro então...[risos]. Põe a mandioca assim, quando está pequeninha assim pega a grande, pega a outra da gamela e a pequeninha a gente põe em cima.
(02/06/1994. Isabel Martins Rodrigues)

Todo o processo de transformação da mandioca em farinha é realizado junto ao “tráfico da farinha”. Vimos que é um conjunto de aparelhos e de utensílios, em geral reunido num cômodo contíguo à cozinha ou separado da casa, na casa da farinha. Dois dos três equipamentos que constituem o “tráfico”, a “roda” e o “fuso”, são peças de madeira de tamanho considerável. Tive a oportunidade de ver uma roda com diâmetro aproximado de um metro e setenta centímetros, obtendo depois a informação de que se tratava de uma roda pequena. Junto a este mesmo equipamento, na visita a um dos sítios, alcancei ver, encenado para mim pela família anfitriã, o funcionamento do “tráfico”. Nela, depois de descascada a mandioca, inicia-se o trabalho com a “roda”, que serve para ralar a mandioca e acomodar a massa ralada. Exige o trabalho de duas pessoas. Enquanto uma gira o “eixo” dentado (geralmente o homem) a outra (geralmente a mulher) “ceva” a mandioca; segura firme a mandioca contra o “eixo” dentado para ralá-la. A massa vai caindo no “cocho” que fica sob o aparelho. O “fuso” serve para retirar da mandioca sua parte líquida, a “mandicuera”. Trata-se do segundo equipamento, em que a massa da mandioca estará acondicionada numa espécie de saco, denominado “tipiti” (feito da trama de uma fibra vegetal que permite a filtragem do líquido) que será prensado por uma peça superior, o “fuso”, propriamente dito. O “fuso” ou “prensa” é uma rosca que contém um furo (do diâmetro de um pau de vassoura) que o atravessa. Ele está preso à parte superior do aparelho e, com a força de um homem, através de um pau introduzido no tal furo, vai sendo girado de tempo-em-tempo por sob o “tipiti”, forçando a saída da “mandicuera”. Esta última vai sendo acondicionada numa “gamela” para decantar a “goma”, usada para fazer o “beiju”. Depois que sai do “tipiti” a massa é peneirada e vai para o “forno”, o terceiro equipamento do “tráfico da

farinha". O "forno" é uma peça de cobre ou ferro redonda colocada sobre uma construção baixa de taipa com uma abertura para a introdução da lenha. Enquanto a lenha queima sob o "tacho" as pessoas se revezam mexendo a massa da mandioca até o ponto de farinha.

A feitura do beiju e da farinha seriam atividades de muito trabalho; no entanto, *"tinha aquilo com fartura, é negócio de quantidade, quantidade mesmo, se chegasse vinte ou trinta pessoas ainda sobrava muita coisa"*.

Aliás, do tempo da escravatura, na "tapera" do avô de Cácio Rangel e de João Cardoso há tempos atrás foi encontrada enterrada uma chaleira grande de ferro, porque *"antigamente a turma do sítio usava chaleira grande pra fazer mutirão, pra fazer bastante café, quando tinha 10, 12, 15, 20 pessoas, além, 30, 40, 50, conforme a turma se reunia, precisava daquele chaleirão grande"*. Sobre este achado suspeita-se que havia ouro enterrado dentro desta chaleira, pois era costume dos "antigos" enterrar suas economias em panelas de ferro.

Naquele tempo, os patrões dos escravos sempre tinham dinheiro. E naquele tempo só existia ouro e prata. Papel assim não existia. Depois passou a ter dinheiro de cobre, esse mil réis de cobre, mas, naquele tempo, era mais — como é que é aquele dinheiro inglês? — libra esterlina, parece que a maior parte do dinheiro, de ouro daquele tempo, era libra esterlina. Eu escutei falarem deste negócio de libra esterlina, em ouro.

(17/12/1993. Cácio Rangel)

A história destes achados é sempre incerta. Nenhum dos meus entrevistados tem absoluta certeza se alguém encontrou ou não tais tesouros. Das chaleiras ou outros utensílios domésticos, fala-se do que viu; dos tesouros, fala-se do ouvir dizer.

4.9. "O palheiro do papai vivia lotado de gente"

No cotidiano o grupo doméstico encontrava-se sempre em atividade, seja na transformação da mandioca em farinha, seja debulhando o milho, seja fazendo o açúcar. Não o açúcar branquinho que se compra, mas um açúcar mais escuro, que nem todo mundo apreciava.

P: Como é que faz açúcar seu Paulo?

-- É fácil de fazer. Que dá trabalho é só no moer a cana, carregar e moer, porque a cana sendo graúda... Chovesse, seja lá o que fosse, sempre moia cana. Nós tínhamos um tacho que pegava 40 litros de garapa. Porque uma lata dessas de querosene, que nós tínhamos primeiro, é 20 litros, esse tacho pegava duas latas, é 50 litros. Dá dez

quilos de açúcar, às vezes dá mais, se a cana é mais doce dá mais do que dez quilos. Então a gente punha aquele tacho no fogo com garapa e atiça, atiça. Não atiça muito prele não surgir(?) porque no tacho aquela boca dele é grande assim ... e seca rápido. Porque no ferver vai saindo aquele ar, seca rápido. Então a gente põe aquele tacho de bem cedo no fogo -- dá uns dez quilos de açúcar -- e vai moer a cana, mas não deixa azedar porque se azedar já não forma açúcar, já estraga..

P: *Como que azeda?*

-- *A garapa passando um pouquinho da hora já azeda.*

P: *Ah! Tem que fazer logo...*

-- *Tem que fazer logo. Então quando acaba de moer aquele tacho já está quase bom de apurar o açúcar, mas, daí demora meia hora, uma hora já aquele está pronto. A gente tira, desce o tacho pra num deixar endurecer, vai mexendo com uma pá forte, tem que dar força porque ele fica rijo, vai mexendo, mexendo e enxuga-se, põe uma farinha.*

Pra enxugar usa só uma xícara de farinha.

A gente derrama no tacho, põe aquela garapa e já põe no fogo que (?) já não azeda mais, pode até deixar pro outro dia se quiser que já não azeda mais. Pra mutirão nós fazíamos assim... , pra serviço de roça, fazia açúcar de cana, dão 20 litros, 25 litros por dia.

Enquanto acaba de moer pode ir buscar outro feixe de cana. Já está tarde!. Amanhã de manhã vai buscar outro feixe, a noite fazia.

(13/07/1990. Paulo Mendonça)

Na época do milho, havia trabalho desempenhado de dia e trabalho desempenhado à noite. Após a colheita as espigas de milho eram estendidas ao sol por longas horas, ou secadas com o calor do fogo por meio da sua disposição sobre um “girau”.

As espigas eram debulhadas à noite, por via de duas técnicas: bater uma espiga na outra ainda com a palha, assim os grãos iam se soltando por dentro da palha; ou esfregar uma espiga na outra para soltar os grãos, como forma de evitar os calos nos dedos, bastante comuns neste tipo de atividade. Dependendo do ritmo do trabalho era possível encher um ou dois sacos de 60 quilos de milho por noite.

Os *filhos da Ilha* estavam sempre em atividade, seja para debulhar o milho, para fazer o açúcar ou a farinha de mandioca, para limpar uma roça, para derrubar um mato, para festejar o padroeiro, seja para receber, num feriado, famílias e amigos, paro almoço — “lá é direto gente, direto, num feriado ia almoçar trinta e poucas pessoas lá em casa. Só um dia não, sempre, sempre que tinha feriado. O palheiro do papai vivia lotado de gente. Aí, então, nós pegávamos a violinha, tocava, cantava, se divertia e depois saía o almoço. A turma pousava lá”. Enfim, são tantos os exemplos, da família à vizinhança em que os *filhos da Ilha* estavam sempre reunidos, trabalhando, rindo, cantando, dançando.

E ainda agora dá para ouvir as gargalhadas de Marta, contando da saia plissada da prima que no dia do mutirão:

tinha uma prima minha que ela gostava muito de dançar. Ela era mocinha, uns 16 anos. Mas, às vezes, pra gente ir no mutirão lá do outro vizinho, tinha que ir de canoa. Um tinha caminho mas o outro tinha que ir de canoa. Então, esta minha prima ela tinha cuidado para que a saia dela não se amassasse, então, além dela passar a ferro a brasa ela pegava prega — porque usava toda saia pregueada — .então, ela pegava preguinha por preguinha, ela passava, depois ela alinhavava. Ela alinhavava a barra, depois ela passava mais um alinhavo no meio pra não amassar a saia.

Às vezes a gente fica contanto [risos], "lembra isso?" Mas a gente quase morre de rir.

Daí, na hora que ela ia tirar da mala, aí ela pegava e puxava o fio e aí ficava passadinho. Porque a saia dela tinha que ser [a mais linda]... Aí, por baixo — sabe aquele saiote? — uma saia engomada, era engomada a saia [saiote] para que esta saia [plissada] ficasse bem armada, bem bonita.

Ah, tem dias que a gente quase morre de rir! [risos].

(15/12/1993. Marta Pires)



“É uma tradição muito antiga, é do tempo dos antepassados. O dia dela [Bandeira do Divino] sair é 03 de maio, dia de Santa Cruz, então, é o dia que ela sai pros sítios”



“Nem lá na serra, em cima, tem muita gente que nunca foi. Eu conhecia um pouco, sabe. Toda não”



“É fogo na praia, é fogo de andar! Cê olha aquela fumaça que não vê nada. Dá desânimo de andar. Anda, anda, anda, cansa, olha e a mesma fumaça. Aí tinha um vizinho lá meia praia, um tal de Vicente. Ele vendia vinho, vendia bolacha, vendia as coisas. Aí digo: ‘vou chegar aí’”



“Ela disse que eu trouxesse uma mala de roupa que ela tinha lá, um pouco de louça. Tudo puxei pela pedra. Saí de Ipanema bem cedo, cheguei aqui quase meio dia, meio dia e meia, quase morto com as coisas dela, pela pedra”

Capítulo 5

Do sítio enquanto lugar que *tinha tudo*

O nosso alimento ali sempre o arroz, o feijão, isso plantava mesmo, pra vim o ano. Nós não medíamos esta parte aí. Nós plantávamos pra guardar.

Ninguém tinha dinheiro, mas fartura era barbaridade. Se ficasse um mês sem trabalhar, fartura tinha.

A gente vinha do sítio, trazia barcada de arroz aqui no porto da cidade. Vinha, época de arroz, agora nesse tempo, mês de maio!!

Era arroz. (...) Muitas barcadas, canoas chapadas de laranja. Chamada de barcada, sabe. Tinha... tinha de tudo!! Tinha mandioca, tinha o... às vezes teve melancia, pro lado do Paulo Mendonça lá, trazia canoa chapada de melancia. (...) Melancia não tinha pra quem vender quase. Abóbora, enfim, trazia tudo.

Meu pai comprou sítio aqui na Ilha de Cananéia, pagou aquele sítio com farinha!

Na roça lá nós tínhamos de tudo: mandioca, farinha, arroz, feijão, cana e banana. De cada coisa nós tínhamos um pouco. Nós tínhamos um cafezal grande também, de passar o ano inteiro torrando café lá no pilão e sobrava, jogava fora ainda! Nunca nós compramos café, nós tínhamos... Papai tinha de tudo um pouco. Só não tinha criação de animal lá. Uma galinha também tinha. Bastante galinha e produzia, sabe! E produzia na pescaria também, nas vagas estava tudo pescando. Sobrevivia também vendendo. Então, assim nós sobrevivíamos. Não era só da produção da roça e nem só da produção da pesca.

P: O mar não era o principal, a pesca?

CR: Não, não, o mar não era o principal. Aqui tinha tudo, igual eu falei, produzia mesmo o Cardoso aqui!

JC: Nossa Senhora, produzia mesmo!!

CR: Tinha com fartura caça a vontade, que nem eu falei pra você.

P: É, que o senhor estava falando.

CR: Agora não tem, não tem mais nada, agora acabou. A não ser estes corvinhos que tão brincando por aí [rindo].

CR: Não tem nada mais [com voz triste].

Este capítulo tratará especificamente do ideal da “fartura”, tratará do sítio como um lugar que “*tinha tudo*”. Já tivemos uma noção desta fartura pela descrição etnográfica engendrada nos capítulos anteriores. Aqui trato então do mesmo tema por outro viés, o da dinâmica entre os sítios e a cidade de Cananéia, particularmente enquanto centro comercial, quando mostra ser um importante componente da representação de “fartura”.

Há neste capítulo três itens: “pescando nas *vagas*”, “tempo que era *liberado trabalhar*” e “um tempo que sempre foi”. Nesta altura da dissertação já temos uma relativa compreensão do problema central da investigação, que é a campesinidade como articuladora do entendimento do *proibido trabalhar*. Porém, apesar do tema da pesca já haver figurado aqui e ali ao longo do texto, não se deu a ela até agora a devida atenção. Esta atenção é fundamental, uma vez que compreendendo a posição da pesca no modo de vida do *tempo do sítio* e, também, a sua posição atual enquanto meio de vida de parte daqueles que saíram do sítio, emergem daí elementos de reforço à hipótese da campesinidade.

O tema da pesca alerta-nos também para o problema epistemológico da interpretação formulada sobre o “discurso público”¹¹¹. Com o item “pescando nas *vagas*”, introduzo pela primeira vez algo sobre o que descreverei com mais detalhes no capítulo sexto, o problema da pós-expulsão dos sítios. Para não parecer ao leitor ter eu perdido o foco do tema da fartura, a intenção é a de explicitar ser a pesca elemento integrante do “*tudo*” que o sítio representava, sem ser propriamente um elemento integrante da identidade dos *filhos da Ilha*. Descrevo o que aconteceu depois da expulsão do sítio, porque é através da narração deste contexto que melhor fica esclarecida a posição da pesca no *tempo do sítio*, assim como a sua posição no tempo presente.

No item “tempo que era *liberado trabalhar*” trato da “*fartura*”, não diferenciando a produção para consumo daquela voltada para o mercado. Foi possível notar, espero, nos capítulos anteriores que o *tempo do sítio* como um todo representa um tempo de “*fartura*”: de canoas singrando o canal, de caça invadindo as roças, de produção da lavoura, de quantidade de pessoas participantes do mutirão e de número de mutirões, de festas e fandangos, de divisão de trabalho e alimento, de sacas de arroz e de milho, de número de vizinhos, etc. Não é apenas a idealização (fantasia, imaginação) de um tempo passado, mas a narração de um tempo bom. Conforme bem interpretou Cácio Rangel: “*hoje a gente lembra que aquilo tudo tinha valor, mas naquela época nós não tínhamos valor de nada*”. Trata-se, então, de (re)valorizar o que foi bom, condensar este tudo de bom na explicitação de como era aquele tempo.

Na percepção deste tempo de fartura não há necessariamente uma separação nítida

¹¹¹ Ellen WOOTMANN. F. Da complementaridade à dependência. *RBCS*, nº 18.

entre o que se produz para o consumo (valor de uso) e o que se produz para o mercado (valor de troca). É o trabalho analítico o que as diferencia¹¹². É nítido o momento narrativo em que os *filhos da Ilha* referem-se à produção para consumo. Notei o seu surgimento em duas ocasiões: ao falarem da pesca no *tempo do sítio*; ao interpretarem o *tempo da perseguição*. A alusão é aí, um recurso expressivo de contrariedade à proibição, como um ato que recai sobre um princípio básico: a sobrevivência da família.

Ao retratar a “*fatura*” associada à produção para consumo e à produção para comercialização, estou preservando o modo de expressão dos entrevistados e procurando retratar, como o fiz no capítulo quarto, uma espécie de cenário do *tempo do sítio*.

O último item, “um tempo que sempre foi”, teço considerações sobre a ausência de uma ideologia dos ascendentes, ou uma “experiência fundadora” normalmente encontrada entre camponeses, principalmente face a processos de expropriação.

5.1. Pescando nas *vagas*

P: *Havia mais pesca naquela época do que tem hoje?*

— *Não, hoje, meu Deus!!! Naquele tempo não tinha pescador! Agora que tem!, Agora sim! Agora, o povo, a maioria vive todo mundo de pesca. (...)*

P: *Na época do sítio o senhor pescava também?*

— *Ah, eu pescava, mas eu pescava só pra comer! Só pro gasto. No sítio só pescava pra comer... (...) Não era pra venda. Nunca vendi peixe, quando eu tava no sítio não vendia.*

P: *Ah, não?*

— *Não, senhora. A gente trabalhava, chegava um dia a gente tinha vontade de comer um peixe, a gente pegava tarrafa — nem rede não tinha!!! No sítio, a gente só pescava de tarrafa. Pegava a tarrafa, ia naquele poço. (...)*

Matava um balaio, dois balaies de peixe. Levava pra casa, limpava, põe em cima do fogo, defumava, depois ia comendo! Mas, pra vender não, só pro gasto!

(05/06/1994. Antonio Firmino, 53 anos. Sítio Pedro Luiz)

P: *Pescar ou caçar? O que exige mais conhecimento?*

¹¹² Afrânio GARCIA Junior refere-se à “falácia da oposição ‘agricultura de subsistência’ – ‘agricultura de mercado’”. Esta oposição marcou boa parte dos estudos sobre o mundo rural, estando também na base da idéia de que o isolamento (o não contato com o sistema econômico capitalista) justifica a sobrevivência da cultura tradicional. Ela deve-se à suposição de “que a categoria ‘mercado’ defina o campo de relações propriamente econômicas, e a ausência de relações consideradas ‘mercantis’ é confundida com a ausência de leis econômicas. (...) A predominância de lavouras cujos produtos estão na base do consumo doméstico é assimilada à ‘pouca importância do mercado’. A única verdade que esta afirmação encerra é que, no roçado do pequeno proprietário, nem toda produção é uma produção diretamente mercantil. Há no roçado uma produção diretamente mercantil, denominada ... ‘lavoura comercial’, e uma produção que tanto pode ser vendida quanto autoconsumida, denominada ... ‘lavoura de subsistência’”. (Terra de trabalho, p.127 e nota 29).

— Olhe, eu penso que pescar é... assim... não é profissão, é meio um esporte! Era uma necessidade que a gente tinha naquele tempo. Naquele tempo nós não tínhamos como comprar um quilo de carne!

— Porque naquele tempo ninguém tinha essa pensão, ninguém tinha nada disso. Então, não tinha dinheiro! Pra comprar carne tinha que pegar do mato! Hoje não! Hoje uma parte é melhor, é pior e é melhor, tudo mundo sempre tem, é mixaria mas sempre entra aquele dinheirinho. Mas no nosso tempo, no começo da minha vida não tinha.

P: Mas precisava de dinheiro naquela época?

— Precisava! Não tanto porque tinha da lavoura!

(15/10/1994. Pedro Pacífico Rodrigues. Sítios Paneminha, Grande e Andrade)

Sobre a pesca enquanto profissão, meio de vida:

P: Naquela época o senhor se considerava um lavrador?

— Ah é, era como lavrador, é.

P: Depois que o senhor começou a...?

— É, depois que eu vim pra cá, aí...

P:... começou a tentar como pescador?

—:... como pescador! Sou, me legalizei, sou pescador. Pago minha caderneta de pesca.

P: Hoje o senhor se considera um pescador?

— Pescador! É minha profissão, do que eu vivo dele. Faz dezoito anos que eu tirei... do tempo do Magalhães ainda. Faz dezoito anos que saiu daqui de Cananéia, que eu tenho a minha caderneta de pesca. Pago imposto, todo ano.

(...)

P: Mas, assim, pra virar pescador profissional tem que ter muito conhecimento! Porque a pessoa conhece bem os peixes, que tipo de equipamento usa prá cada peixe...

— É, depois que eu vim prá cá, aí eu comecei a pescar. Eu comecei a pescar com gente que já era pescador, que vivia aqui. Gente que foi nascido e criado aqui na beira do mar. Aí eu comecei a pescar com eles, eu aprendi com gente assim, que eu não entendia, aí eu comecei a pescar. Aí comecei a trabalhar com cerco, que aí era a minha profissão, aí eu me dediquei, aí aprendi a trabalhar com rede, pescar de rede, pescar de cerco. Aí fui obrigado a aprender. E aprendi!!! Foi difícil mas eu fui obrigado a aprender!

(05/06/1994. Antonio Firmino, 53 anos. Sítio Pedro Luiz)

P: Naquela época, seu Cácio, mais ou menos na década de 1960, quando o pessoal teve que sair da ilha, a pesca já era considerada uma profissão?

— Ah, era, desde que eu era criança a pesca era profissão.

P: Profissão mesmo!

— É, profissão. Eu sou profissional há 51 anos, vai fazer agora. Meu pai, minha turma toda era profissional, sabe, muita gente. (...) Era obrigado ir na Capitania [dos Portos]. É lá que faz o registro. Nós chamávamos na nossa linguagem matrícula.

P: E essa matrícula o quê? A pessoa vai lá e se matricula como um pescador...?

— ... como um pescador profissional. (...) O certo tem que registrar tudo: ele [o pescador], canoa e os companheiros. (01/06/1994. Cácio Rangel)

O primeiro trecho de entrevista permite observar a atividade da pesca como uma

complementação alimentar. Vemos aí a pesca como atividade paralela à lavoura, sem, no entanto, possuir o mesmo grau de importância.

Percebe-se pelos relatos acima que quando questionados sobre a questão da pesca no *tempo do sítio*, encontraremos três tipos de respostas: a de que não havia pesca no *tempo do sítio* (Antonio Firmino), sendo apenas para o consumo; a de que a pesca era um tipo de esporte (Pedro Pacífico Rodrigues e Cácio Rangel) praticado nas “vagas” para trazer algum recurso e para o consumo; a de que a pesca já era uma profissão, e havia um orgulho em se identificar como pescador profissional (os três entrevistados).

Retomo os três entrevistados acima arrolados como representativos do significado da pesca atualmente e no *tempo do sítio*. Antonio Firmino e Pedro Pacífico Rodrigues vivem hoje exclusivamente da pesca. Já Cácio Rangel continuou tendo na pesca uma atividade complementar.

Nota-se certo orgulho no ser possuidor da carteira de pesca, salientando-se, inclusive, o número de décadas em que se a possui. Este orgulho foi observado não apenas entre os que passaram a viver exclusivamente da pesca após a expulsão do sítio, como também naqueles que mantiveram a pesca como uma atividade complementar, paralela ao serviço que lhes garantia o sustento da família.

Da complementaridade da pesca e da caça no modo de vida do *tempo do sítio*, obtive as melhores entrevistas justamente entre as pessoas que hoje vivem exclusivamente da pesca, como Antonio Firmino e Pedro Pacífico. Este último, inclusive, era alcunhado de a “*Fera do Mato*” e “*Lobo do Mar*”, devido os seus conhecimentos e habilidades na caça e na pesca, respectivamente. Apesar de alegar que a pesca já era profissão no *tempo do sítio* — porém como se fosse uma espécie de esporte — e ele próprio já possuir carteira de pesca há 55 anos, mesmo assim, ao ser perguntado sobre no quê as pessoas passaram a trabalhar depois que foram expulsas do sítio, disse que não havia serviço porque era proibido roçar. Ou seja, mesmo alegando ser a pesca uma profissão e ele próprio um profissional, a atividade não é acionada enquanto valor essencial.

Foi ainda Pedro Pacífico quem melhor descreveu a invasão das roças pelas queixadas, e as formas de caça, como também melhor lembrou do *respeito dos antigos*, quanto ao “*tempo da criação*”, e da percepção de que os animais gostam de ficar perto das pessoas. Contou-me também de suas iniciativas em introduzir novos equipamentos (tipos

de motor, por exemplo) e apetrechos na atividade pesqueira, quando poucos ainda mal os conheciam, ou não tinham acesso a estes meios de produção, aspectos importantes de auto-valorização profissional.

Quanto a Cácio Rangel, no momento em que ele me falava de sua carteira de pescador, e eu quis saber a que tipo de “*serviço*” as pessoas dedicaram-se depois que saíram dos sítios, a sua resposta foi que “*cada um se arranhou como pôde*”. Ele mesmo exerceu diferentes serviços. Foi cobrador de ônibus em Santos, Cubatão e São Vicente. Manteve por seis meses um bar em São Vicente, e quando o vendeu abriu outro em Cananéia, que também vendeu pouco antes de ser contratado pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, órgão do Estado de São Paulo, em regime de CLT, na função de operador de máquina rodoviária, onde ficou até se aposentar.

Afora a permanência em Santos e em São Vicente, Cácio disse que sempre pescou “*nas folgas*”, e entregava o pescado no Entrepasto de Pesca em Cananéia, posteriormente CEAGESP. Assim:

— *Eu tinha cerco, eu tinha rede de parati, tainha, sempre tinha, sabe. Uma época eu tinha rede para camarão. Então o que me ajudou a criar os filhos foi isto aí porque o salário não era muito bom, sabe!*

(...)

— *Eu pescava, na minha folga. No meu dia de folga eu pescava. (...)*

P.: *Aí o senhor pescava e continuava entregando no Entrepasto?*

— *Quando tinha, quando sobrava, como dizemos nós caiçaras, quando sobrava da bóia, de comer, quando sobrava da comida, aí nós vendíamos.*

Nota-se que a pesca continuou figurando como uma atividade complementar. A história deste período da sua vida após a inviabilização do trabalho no sítio, assemelha-se a tantas outras que ouvi em Cananéia e demonstra que muitos daqueles que saíram do sítio não tentaram fazer da pesca a sua principal atividade profissional¹¹³. Cácio, por exemplo, fez várias tentativas de se estabelecer financeiramente até ser contratado pelo DAEE. Porém, quando perguntado se a pesca já era uma profissão na década de 1960-70, época da *perseguição*, Cácio lembra, orgulhoso, “*sou profissional há 51 anos, vai fazer agora*”,

¹¹³ Entre os entrevistados por Mourão na década de 1960, mesmo entre aqueles que se “inscrevem na pesca como verdadeiros profissionais”, e perante a crise da agricultura, as expectativas destes profissionais quanto ao futuro de seus filhos não é a pesca, mas os setores terciário, industrial, motoristas e mecânicos. (Fernando A. MOURÃO. Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo, p.222.)

citando seu pai e toda a sua “*turma*” também como profissionais¹¹⁴.

Ser um profissional da pesca, ter a carteira de pescador, possuir uma canoa (motorizada ou não) e apetrechos de pesca, assim como dominar alguma técnica de pesca, não significa dizer que se vive única e exclusivamente dela. Há casos em que sim. Porém mesmo aí há pescadores que alegam ter vontade de voltar para o sítio, ter um sítio para trabalhar, como o caso do Antonio Firmino, que repetiu inúmeras vezes o desejo de voltar a trabalhar no (num) sítio.

Estão aí colocadas as interfaces do discurso público¹¹⁵. Se nos pautarmos por uma fala abrangente e de cunho político-econômico, diríamos que o nativo do litoral de Cananéia é um trabalhador que tem na pesca sua principal fonte de renda, pois a valorização deste profissional compunha o discurso da política desenvolvimentista nacional.

Se nos pautarmos por um outro discurso público também abrangente, porém local, veríamos uma camada social marginal de “coitados” que “gastam o dinheiro no bar”, como o observado por Mourão na década de 1960. E perceberíamos então certos preconceitos de classe. Desconfiaríamos assim de um conflito social que esconderia uma crise econômica. Uma crise cuja origem “estava na própria agricultura e não na passagem para a pesca”¹¹⁶. Este discurso sobre a marginalização do pescador já estaria presente desde o início do século XX, haja vista as crônicas jornalísticas que então apontavam o motivo da crítica: o

¹¹⁴ Sobre a profissionalização e capitalização da pesca no Brasil e no mundo ver Antonio C.S. DIEGUES, especialmente “Pesca e marginalização no litoral paulista” e *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*, e Fernando A. MOURÃO, em “A pesca no litoral sul do Estado de São Paulo da região lagunar de Iguape-Cananéia” e *op. cit.* Os autores nos esclarecem as consequências do processo de industrialização da pesca do ponto de vista socioambiental. Vale à pena assinalar que o período histórico analisado por estes autores, que corresponde a implantação da política nacional de industrialização da pesca, coincide com o decreto de implantação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Ver também Maria Isaura PEREIRA DE QUEIROZ, *Vale do Ribeira*, que faz diagnóstico de viabilidade sócio-econômicas na construção da barragem do médio Ribeira (Eldorado) e do Centro Pesqueiro de Cananéia.

¹¹⁵ Ellen WOORTMANN, *op. cit.*, alerta o pesquisador para os riscos de se privilegiar o discurso público em detrimento do discurso privado. No caso estudado por ela, numa comunidade de pescadores do litoral do Rio Grande do Norte, o discurso público apresenta a comunidade como pesqueira, pois privilegia o ponto de vista do homem, sendo que a atividade com a agricultura, paralela em importância econômica à da pesca, é exercida pelas mulheres e preterida quando do discurso da identidade. Diz a autora que “a identidade é um processo político”, e que, no caso estudado por ela, “a identificação entre identidade de grupo e identidade masculina é uma política de gênero”. O discurso público pode, de fato, confundir o pesquisador desavisado. No caso de Cananéia, o discurso público apresenta o habitante da orla litorânea, da zona lagunar e dos inúmeros canais como um pescador. Este discurso é devedor da política pesqueira nacional e da expansão do capitalismo sobre o setor, cuja racionalidade econômica exige a profissionalização do trabalhador. Os estudos de Fernando A. MOURÃO, *op. cit.*, e Antonio C.S. DIEGUES, *op. cit.*, o demonstram.

¹¹⁶ Fernando A. MOURÃO. Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo, p.10.

abandono da lavoura pelos lavradores¹¹⁷. A fala local, advinda das classes altas (observado desde as crônicas dos primeiros anos de 1900 até a pesquisa de campo de Mourão, na década de 1960), outrora detentoras do poder econômico ligado à agricultura, tende para a valorização do lavrador em detrimento do pescador, haja vista a impossibilidade financeira e estratégica desta camada à introdução de atividades econômicas para as quais não tinha condições de ascender¹¹⁸.

As interfaces às quais me referi quanto ao discurso público são: (a) o discurso mais

¹¹⁷ “A perspectiva de uma ideologia da pesca engloba ainda a relação que se verifica entre os pescadores motorizados e o estrato superior urbano, a ‘classe alta’, integrada por famílias tradicionais e, normalmente, em má situação financeira. O pescado de primeira e o camarão, o sete barbas, que é o que atualmente mais aparece, é capturado de preferência no mar de fora, onde só atuam embarcações motorizadas. Em consequência, o preço exigido pelos pescadores é muito alto para a população local, compreendida a referida, ‘classe alta’, da qual não fazem parte aqueles que podemos denominar de comerciantes empreendedores e inovadores. Toda uma crítica se faz ouvir contra os pescadores, ‘esses coitados’ que depois ‘gastam o dinheiro no bar’, situação que recorda as crônicas que apareciam, em princípio do século, nos jornais locais, criticando os lavradores que abandonavam a lavoura — base do comércio de Cananéia e sustentáculo de uma parte das famílias da ‘classe alta’ — e passavam a se dedicar à pesca, passando de uma economia de troca para uma economia monetária. Os pescadores do grupo indicado não baixam os preços, e acusam a ‘classe alta’ de não ter evoluído, razão por que não têm condições para comprar o pescado. Na realidade, a origem da crise estava na própria agricultura e não na passagem para a pesca. Na medida em que o produto básico, o arroz, passa a sofrer forte concorrência nas praças comerciais, à qual não resistiu, parte da população viu-se obrigada a migrar para a pesca”. (Fernando A. MOURÃO. *Op., cit.*, vol. 2, p.10)

¹¹⁸ Vê-se no caso de Mourão (*op., cit.*) aquilo que Woortmann (*op., cit.*) alerta quanto ao próprio pesquisador repetir o discurso público. Ele reforça a própria ideologia dominante de integração do contingente nacional considerado tradicional à sociedade global, modernizada pela industrialização. Esta integração ocorre quanto à passagem de relações de trabalho de cunho familiar e dependente do capital local, por meio de relações pessoais, para relações de trabalho baseadas na racionalidade individualista e informais de mercado — “com a pesca, a unidade de produção básica deixou de ser a família para ser o indivíduo-pescador”. (Fernando A. MOURÃO. *Op., cit.*, p.223) O autor descreve três casos (dois deles na Ilha do Cardoso, no extremo sul da restinga onde se localiza Maruja) por ele observados em que a tradição comunitária — família, vizinhança e compadrio — fazia frente à atividade pesqueira, conciliando-a à forma de organização social tradicional. Chama-lhe a atenção, inclusive, para o fato de que uma das comunidades é regida por um líder religioso protestante-presbiteriano, sem, no entanto, ter-se regido pela racionalidade da ética protestante. Diz ele: “é extremamente curioso salientar que na Prainha — (pertencente ao continente, próximo à baía de Trapandé) — esse esquema ideológico não se aplica, pois, embora se trate de um grupo protestante-presbiteriano a meta a se atingir resume-se num certo equilíbrio da vida familiar e não na simples idéia de êxito. Valoriza-se a possibilidade de aumentar a produção pesqueira, na medida em que tal aumento não implique no abandono total da roça. Esse fato, observamo-lo in loco. Estamos perante um momento de processo de mudança; enquanto em outros setores próximos se manifesta, em decorrência da passagem para o trabalho profissional, uma certa tendência para a individualização, a meta para a maioria dos moradores da Prainha, pelo menos para os adultos sujeitos à liderança familiar, vem ainda a ser o equilíbrio da própria vida familiar. Com a morte do atual líder familiar é natural que as coisas mudem e que as metas a atingir passem a ser definidas ao nível de cada um dos moradores no setor. A velha tradição familiar brasileira, ainda se sobrepõe aos princípios da ética protestante. (...) O quadro da Enseada da Baleia, comunidade católica (pertencente à Ilha do Cardoso), aproxima-se (...) do modelo da Prainha. É curioso salientar que o filho mais velho de seu Valeriano, que dirige atualmente as pescarias na enseada da Baleia, se não tem as condições de liderança religiosa do velho pai, na medida em que já pode ser considerado um empresário-inovador em relação a essa pequena comunidade, poderá contribuir decisivamente para a sua integração à sociedade

geral (urbano-industrial) que foca o habitante ribeirinho como pescador; (b) o discurso científico que pode reforçar o discurso geral e, quando da ausência dos caracteres que compoñham a “ideologia da pesca”, naturalizar a assimilação desta ideologia; (c) a fala do próprio pescador, valorizando a condição de profissional e declarando-se dedicado profissionalmente a atividade. Mas estas versões “escondem” uma versão privada de valorização do modo de vida do *tempo do sítio*, mesmo que esta organização social já não exista mais.

Assim, os trechos de entrevista não apenas possibilitam o entendimento da posição da pesca no modo de vida do *tempo do sítio*, como também, mesmo ao declararem identificação com a atividade pesqueira, reforçam a hipótese da camoesinidade dos *filhos da Ilha*.

Para seguirmos até o próximo item, “tempo que era *liberado trabalhar*”, vejamos o quê mais esclarece Cácio ainda na mesma entrevista. Aproveitando do tema da carteira de pesca eu o questiono acerca de como se definiam aqueles que moravam no sítio naquela época.

P.: A gente estava falando de uma pessoa que vai pescar, tem o registro da pesca é um pescador. O senhor se considera um pescador. Agora, e quem trabalha no sítio?
— Aqui na nossa linguagem é lavrador. É, mas agora não lavra nada mais, mas é lavrador! (...)

P.: Quem trabalhava no sítio naquela época chamava-se lavrador?
— É. Só na roça, plantava um milho, plantava um arroz, negócio simples, né, era lavrador... na época.

P.: Agora, existia algum documento, ele tirava também como se fosse da pesca?
— Não... os terrenos mesmo, os documentos do terreno que tinha.

P.: Os documentos do terreno?
— Do terreno.

P.: Mas ele não tinha nenhum registro assim como esse [de pescador]?
— Não, não tinha não. Não tinha.

P.: O seu pai, ele se considerava o quê: um lavrador ou um pescador?
— Pescador e trabalhava a roça também um pouco, de tudo ele fazia um pouco. Ele fazia os dois. Na roça lá, nós tínhamos tudo: mandioca, farinha, arroz, feijão, cana e banana, de cada coisa nós tínhamos um pouco. Cafezal, nós tínhamos um cafezal grande também, de passar o ano inteiro torrando café lá no pilão e sobrava, jogava fora ainda! Nunca nós compramos café, então, nós tínhamos... Papai tinha de tudo um pouco. Só não tinha criação de animal lá. Umas galinhas, também tinha galinha bastante e produzia, sabe. E produzia na pescaria também, nas vagas tava tudo pescando... Sobrevivia também vendendo. Então, assim nós sobrevivíamos. Não era só da produção da roça e nem só da produção da pesca. Agora, ele era pescador

global, através do tratamento adequado dos elementos que estão na base do processo organizatório geral” (Op., cit., p. 224-5).

profissional, sabe.

(...)

P.: Eu não sabia o nome... esse nome... como se chamava a pessoa que trabalhava no sítio é o que eu não sabia.

— Ah, aqui pra nós, aqui é lavrador, sabe.

P.: Antigamente também falava assim?

— Então, antigamente era lavrador, agora chamam, sei lá como chamam, produtor de mandioca, de farinha, sei o que lá, sei lá bem dizer como chama agora, mas na época era lavrador.

P.: Lavrador mesmo. Ah, tá certo, isto que eu não sabia mesmo.

(01/06/1994. Seu Cácio Rangel)

O leitor deve ter notado que uma das citações que vai como epígrafe deste capítulo (a penúltima citação) consta deste trecho de entrevista. A intenção é a de mostrar que, mesmo em face de perguntas mais objetivas, o entrevistado sempre descreverá a “*fartura*” do *tempo do sítio*, o mundo da lavoura. E o mesmo não acontece com relação ao tema da pesca.

Toda a descrição do *filho da Ilha* pende para a riqueza de detalhes quanto ao trabalho no sítio. Mesmo quando estou conversando com um pescador suas descrições quanto ao *tempo do sítio* são as de um lavrador, entrando a pesca como atividade complementar, embora reconhecidamente valorosa, do ponto de vista de proporcionadora de recursos e do ponto de vista prazeroso.

Há no trecho de entrevista acima uma espécie de síntese do *tempo do sítio* e do tema da “*fartura*”; do sítio como um lugar que “*tinha tudo*”: mandioca, farinha, arroz, feijão, cana, banana, café (“*jogava fora ainda*”), galinha, pescaria. E “*sobrevivia também vendendo*”, da produção da roça e da produção da pesca.

5.2. Tempo que era *liberado trabalhar*

P: *É Ipanema, né, que o senhor morava?*

-- *É Ipanema. A gente morava bem de encontro ao morro, saía de casa já sobe no morro assim, pra caçar dali, pra tudo era bom porque era pertinho*

P: *O senhor plantava no morro mesmo?*

-- *Era no morro, plantava muita cana no morro, no vargio dá demais. Porque o vargado lá é de barro, não é assim de areia. É aquele vargado plano que vai s'imbora, estreito assim, no pé do morro, é barro. A gente planta cana ali. Chega no morro fica bonita a cana, ela faz assim [inclinando os braços].*

Nós plantávamos mandioca, rama. Feijão colhia também demais e a cana, mas a cana deita assim!! Carregava que é demais banana também, banana tinha pro consumo lá. Também ganhava bastante dinheiro, mas naquele tempo não ganhava nada banana. Nós levávamos às vezes por fora, depois compramos uma canoa, levava por fora, levava três dúzias, quatro dúzias às vezes a três cruzeiros. Não, três cruzeiros a dúzia, né, a dúzia do cacho, três e quinhentos a dúzia do cacho. Quer dizer que doze cachos de banana eram três e quinhentos, não ganhava nada.

P: *O que o senhor vendia que era mais caro?*

-- *Ah, era arroz. Antigamente era arroz, arroz e milho. Nós plantávamos milho lá, amontoava aí uma serra de milho assim quando tava perto de nós irmos pra Cananéia. (...) Nós fazíamos um saco ou dois por noite de milho, era saco de 60 quilos que o milho é pesado, é ... 30 litros de milho dão 60 quilos, dá quase mais, não, dá 60 quilos.*

E o arroz, o arroz pra nós dava mais. O arroz dava... comparação: um alqueire de arroz que é 20 litros, plantava 240 litros, é igual 70, 80 alqueires, né. Nós colhíamos às vezes 60, 70 sacos, 60, né, fazíamos aquele enorme fandango de serviço só pra bater porque nós colhíamos o cacho, catava o cacho e empilhava.

(13/07/1990. Seu Paulo Mendonça)

Paulo Mendonça foi o único *filho da Ilha* que entrevistei representante de um sítio localizado no lado do oceano. Decorre daí que, apesar da riqueza de detalhes por ele fornecida acerca da organização social voltada para a lavoura, temia generalizar este caso para todo o lado leste da Ilha. No entanto, outros autores trazem dados relativos a estes sítios. Dados que podem completar a narração de Paulo Mendonça e indicar, apesar das diferenças ambientais, que um modo de vida de características camponesas representou a maior parte da realidade social da Ilha no *tempo do sítio*.¹¹⁹

Duas coisas fazem brilhar os olhos e mudar o tom de voz dos *filhos da Ilha* quando

¹¹⁹ Temos dados fornecidos pela geógrafa Carmem L. RODRIGUES, em sua tese de doutoramento, que, apesar de não realizar uma análise antropológica, coleta algumas histórias de vida dos moradores do lado leste da Ilha do Cardoso, do lado do mar grosso, que reforçam a campesinidade dos seus nativos. Em Foles, por exemplo, disse seu Tenório, seu morador mais idoso: “minha profissão é lavrador. Pescar, pescava só para mantimento” (Limites do consenso, p.98). Fernando A. MOURÃO, *op., cit.*, também faz referências às comunidades de Enseada da Baleia e Pontal do Leste, onde ele mesmo pôde observar o trabalho com a lavoura.

falam do *tempo do sítio*: o mutirão e o movimento das canoas vindo dos sítios, “*chapadas*” sob os produtos da lavoura. Isto porque do sítio provinha a produção da roça: “*tinha de tudo um pouco, e produzia na pescaria também, nas vagas tava tudo pescando, e sobrevivia também vendendo*”. Tanto da lavoura quanto da pesca produzia-se o suficiente para a aquisição de itens que o sítio não tinha condições de produzir, como o sal, o açúcar refinado, o óleo, tecido para roupas, etc.

As canoas vinham não apenas dos sítios da Ilha do Cardoso mas também dos vários sítios localizados nas outras ilhas e no continente. Elas rumavam pelo canal de Ararapira e pelos inúmeros rios, canais e mares interiores em direção ao porto de Cananéia para comercializar a produção. Descrever o movimento do porto, a concentração de canoas, o vai-e-vem dos inúmeros navios que vinham buscar a produção e voltavam carregados dos produtos dos sítios, é motivo de uma lembrança cheia de orgulho para os *filhos da Ilha*. “*Naquele tempo ninguém tinha canoa a motor. Era só no remo. Tinha dez, doze, dia de sábado tinha até doze canoas no porto da cidade*”. A “*turma*” encostava a canoa no porto para descarregar a produção. No porto ficavam expostas montanhas de sacos de “arroz de casca” a serem levadas para o engenho para beneficiar. Os navios de fora vinham buscar o arroz beneficiado.

Vimos em trechos acima como o *tempo dos antigos*, o *tempo da escravidão* era uma época de muito movimento entre a Ilha do Cardoso e Cananéia. Observemos que Paulo Mendonça praticamente indiferencia os dois tempos (o do sítio e o da escravidão), seja porque os “*donos da escravidão*” e os “*donos de sítio*” fossem contemporâneos, seja porque o *tempo do sítio* -- do pai lavrador de arroz e do engenho central em Cananéia -- segue de perto o *tempo da escravidão*.

De qualquer forma, tanto o *tempo da escravidão* quanto o *tempo do sítio*, representaram um intenso comércio que ligava os sítios a Cananéia e, através dele, a outros centros como Rio de Janeiro e Santos. E, ainda, destes para o exterior via exportação da produção de todo o Vale do Rio Ribeira de Iguape¹²⁰. Há como que um orgulho histórico

¹²⁰ Com relação a este aspecto gostaria recordar de passagem um tema já superado pelas ciências humanas, mas que ainda está presente nas representações da sociedade brasileira de forma geral. Trata-se do isolamento que foi durante muito tempo considerado um fator que favoreceria a sobrevivência cultural e o atraso sócio-econômico. Neste aspecto, remeto o interessado à leitura dos artigos de Maria Isaura PEREIRA DE QUEIROZ, em *O campesinato brasileiro*. Conforme a autora, uma das mais importantes contribuições de Antonio CANDIDO, em *Os parceiros do rio Bonito*, é justamente a de ter superado teoricamente por meio do

na fala dos entrevistados, desde os *tempos da escravidão, dos antigos e dos sítios*. De certo modo não era Cananéia quem servia aos sítios; pelo contrário: “*aqui tinha tudo, [quem] produzia mesmo [era] o Cardoso aqui!*”.

E vinha arroz de tudo estes sítios do Cardoso, da Ilha do Cardoso, tudo. Dia de terça-feira a senhora via as canoas chegarem: tempo de laranja era laranja, tempo da planta da melancia, era banana, era o café, era a farinha, era tudo, tudo, era a lenha, enchia de.... Mas foi indo, foi indo, foi indo... Beneficiava arroz, daqui inda mandava para outro lugar ainda, daqui de Cananéia, é!! Olha, agora, só vem, só vem de fora, aqui ninguém traz nem um nada.
(12/12/1993. Aristides Alves).

Tábua nós trazíamos prá vender. Lenha partida. Êh, quantas vezes... quanto tempo eu vim vender lenha em Cananéia!! Eu fazia lenha, eu partia pau assim no mato prá vender aqui em Cananéia, aqui no porto de Cananéia. Êh, pois eu cansei de vender tábuas pra esse finado Paulo Paiva!! Arroz... todas essas outras coisas...

P: Lá também o senhor plantava arroz?

-- Plantava!! Plantava arroz no sítio. Ê, eu plantava arroz; rama [que] chama, fazia farinha... é... mandioca. Que dava mandioca, a rama. Plantava!

(...)

P: Nessa época [1963] ainda produzia arroz aqui?

-- Tinha!! Meu Deus do Céu!! A gente vinha, o povo, todo mundo vinha do sítio trazia canoa de arroz, farinha, banana, êhh!! Pois eu, quantas vezes eu remei canoa lá do sítio prá vim trazer farinha, banana, arroz, êhh!!

P: Eu pensei que isso fosse de uma época mais antiga, que vocês não tinham pegado esta época de produção?

-- Não, eu me lembro, eu me lembro.

P: Quer dizer que acabou há pouco tempo então?

-- Faz uns vinte anos, depois que entrou esse “meio ambiente”.

(05/06/1994. Antonio Firmino.)

P: E a farinha de mandioca também vendia?

-- Vendia também. Só que era preço barato. Eu mesmo depois que casei... Ali [no sítio Salvaterra] tinha um engenho de farinha. Eu com a mulher, naquele tempo era nova, Tunico com a mulher, com Belmira, nós ficávamos ali semana inteira só fazendo farinha prá vender. Trabalhava direto, principalmente quando chovia e não podia pescar, existia muita mandioca, tacava farinha direto aí.

P: E vendia?

-- Vendia, vendia, barato mas vendia, né. É equivalente com agora, você agora vende caro também, compra tudo caro, né.

(01/06/1994. Cácio Rangel)

Vê-se que, num contexto de entrevista cujo tema central é a comercialização, o

conceito de bairro rural (e sua relação com a região e o exterior) a representação social do isolamento relativa a esta camada social rural brasileira.

principal produto da lavoura camponesa, a mandioca, emerge como item de comércio na sua forma transformada: a farinha (fazendo o papel inclusive, de valor de troca). E, vale lembrar o arroz tem sido ao longo tempo uma das principais lavouras de comercialização de todo o Vale do Ribeira de Iguape.

Nos relatos não percebemos haver necessariamente uma separação entre o que se produz para consumo e o que se produz para a venda. Mesmo o arroz, produto destinado a venda, servia também ao consumo familiar.

Alguns sitiantes dedicavam-se também ao comércio. Eles compravam a produção dos outros sitiantes — banana, mexerica, farinha, etc. — e levavam para a venda da cidade. Porém, todos os sitiantes fazem menção a um importante comerciante de Cananéia, Paulo Paiva, para quem entregavam a sua produção. Tratava-se de um comprador confiável da produção dos sítios. Ele era o dono do engenho a motor que beneficiava (descascava) o arroz, que, por sua vez, tinha também os compradores certos: os navios -- Taipava, Nascimento, Alaide, etc. -- da Companhia Lloyd Brasileira. *“Daqui eles carregavam, chegaram a exportar daqui prá Santos, de Santos ia pro Rio até 40 mil sacos de arroz beneficiado. Hoje não sai nem um quilo. Só vem importado, tudo, tudo”*. Paulo Paiva teve um importante papel à época do *tempo do sítio*. Além de adquirir a produção de arroz, intermediava também o comércio de tábuas e era dono da única venda do município, etc.

Tudo leva a crer que Paulo Paiva atravessou longos anos na história de Cananéia, prestando serviço ao município até mesmo em delicados momentos da história nacional cujos reflexos se fizeram sentir no município.

Conforme a idade do entrevistado, em função mesmo dos diferentes significados em suas histórias de vida, tive a oportunidade de conhecer fragmentos de um *tempo do sítio* que vai, aproximadamente, da década de 1920 até meados da década de 1970. Dois importantes acontecimentos nacionais dos anos trinta, a Revolução de 1930, entre sulistas e paulistas, e a Revolução Constitucionalista de 1932, fazem parte da memória local. A Segunda Guerra Mundial também é lembrada, principalmente por aqueles que à época da entrevista possuíam por volta de 70 anos de idade, sendo jovens portanto no período da Guerra, alguns recém casados, iniciando a vida de responsabilidades de um novo núcleo familiar.

Estes três acontecimentos históricos são não apenas lembrados por aqueles que

viveram tais anos, como também por aqueles a quem pais e avós transmitiram suas impressões. Todos estes momentos repercutiram no cotidiano da sede do município e nos sítios. Assim, por exemplo, o tempo da *Revolta* de 1932 não teve racionamento, mas no tempo da Guerra sim, mais para o final da mesma. “*Da Revolta não ficou porque Paulo Paiva era negociante, então ele pegava aqui e levava. E a Revolta não levou muito tempo também, mas a Guerra levou 7 anos. É, foi em quarenta e pouco*”¹²¹.

Mesmo ao falarem da produção dos sítios, os *filhos da Ilha*, vez por outra, ao se referirem aos anos 40, fazem-no tomando por referência a Segunda Guerra Mundial. Apesar da tensão da Guerra, em algo este período trouxe alguma vantagem para uma ou outra família. Paulo Mendonça, por exemplo, contou que neste período ele produziu muito açúcar no sítio Ipanema, porque não havia açúcar refinado para comprar em Cananéia. Disse que chegou a vender um saco de açúcar por semana naquela época.¹²²

O ano de 1945 consistiu numa espécie de marco de mudanças sócio-econômicas,

¹²¹ Os anos das Revoluções foram vividos intensamente por homens e mulheres. As mulheres ajudavam a esconder maridos, irmãos e filhos com medo de serem levados pelos soldados para servirem no “*combate*”. As Revoluções de 1930 e a de 1932 não se diferenciam na memória coletiva quanto à precisão de suas motivações políticas. O “*combate*” que se estabeleceu ali, sabe-se que se deveu ao um embate de interesses entre São Paulo e os estados do Sul do País -- Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul -- enfim, entre paulista e gaúchos, que se concentravam ali mesmo no Ariri. Também há conhecimento de que o problema das eleições e do voto estava no centro do conflito. Para quem viveu aqueles anos há a recordação de que Cananéia ficou “*que nem uma tapera, um lugar abandonado, porque eles vieram, atiraram, como que diz, bombardearam. Todo mundo fugiu de Cananéia prá outros lugares. Muitos se esconderam na Ilha do Cardoso, permanecendo um pouco de gente na casa de um e de outro*”. Logo que conheci Marujá, dona Virginia Rodrigues (falecida) havia me contado dos soldados descendo ali de avião, correndo e entrando nas casas, gerando pânico e medo entre os moradores. Disse-me que sua sogra escondia as noras, as moças, no quarto e impedia que os soldados adentrassem a casa. Contou-me o caso de uma vizinha que teria ficado bastante doente com o susto que sofrera numa destas invasões de soldados, não recuperando mais a saúde. Não há praticamente alusão na literatura acerca do papel de Cananéia nestes acontecimentos da história nacional. Encontrei apenas uma referência a tal fato num artigo do Boletim de Agricultura do ano de 1938, escrito por Edmund KRUG. Diz ele ter assumido o cargo de Delegado Technico na cidade de Cananéia, que foi sede da Delegacia Technica, durante a Revolução Constitucionalista de 1932, sob o Comando de Santos. Krug narra um dos acontecimentos ocorridos neste período quando ele e uma equipe se dirigiam à Ilha do Bom Abrigo para resgatar um avião que lá caíra e teriam sido bombardeados por um navio inimigo. Conseguiram voltar à barra de Cananéia a salvo apesar de uma lancha inimiga vir em seu encalço, não adentrando porém a barra porque a “*Delegacia technica tinha mandado constar que a barra de Cananéia estava minada e que as lanchas de pesca e canoas tivessem cuidado ao entrar na barra*”. (A Ribeira de Iguape. *Boletim de Agricultura*, série 39, nº único.)

Em Cananéia houve também ação do governo estadual no sentido de evitar o apoio da população ao guerrilheiro Carlos Lamarca. Isto aconteceu de meados para o final da década de 1960 e, em Marujá, consistiu também em ações rápidas, adentrando a casa dos moradores, vasculhando os cômodos e apreendendo armas e munição, usadas em geral para a caça. As casas de veraneio mesmo desocupadas foram também vasculhadas da mesma maneira.

¹²² Fernando A.MOURÃO, *op., cit.*, faz referência a II Guerra Mundial como um período de grande demanda na pesca, principalmente quanto ao camarão sete-barbas.

devidas em parte à alteração do meio de escoamento da produção: do fluvial para o rodoviário e ferroviário¹²³. Alguns *filhos da Ilha* declaram que depois que entrou a “*lei florestal*” a produção do sítio “*decaiu de uma vez*”. No entanto, já se sentia nos anos antecedentes uma queda na produção, interpretada ora como consequência da ênfase no escoamento rodoviário, ora remetida ao importante papel representado por seu Paulo Paiva. Ele foi o dono do engenho de beneficiar arroz, intermediário na venda da produção dos sítios, dono da venda onde os *filhos da Ilha* compravam o que o sítio não produzia, etc. Quando de seu falecimento ele não foi substituído por ninguém, fazendo silenciar o engenho. No dizer do próprio *filho da Ilha*, depois que

*o Paulo Paiva ficou velho e também ficou doente e morreu, acabaram os engenhos aí. Depois que acabaram os engenhos, acabou o arroz também e acabou a produção. Acho mais que a queda da lavoura também naquela época, foi por falta de engenhos e de compradores*¹²⁴.

Os produtos do trabalho do sítio que eram então vendidos em Cananéia eram: arroz matão, o branco, de casquinha branca (que era plantado no morro, terreno mais seco), amarelão, agulha; farinha de mandioca, açúcar, milho verde, milho seco, laranja, melancia, abóbora, mexerica, jabuticaba, café, peixe e camarão salgados. Da indústria doméstica vinha a farinha de mandioca e o açúcar. Outros produtos sofriam também algum processo de transformação exigindo alguma forma de tratamento, como a bateção do arroz, a secagem do milho e a salga do peixe, entre outros.

Se posso afirmar que todos os sitiantes plantavam arroz e demais produtos de roça e que todos comercializavam parte desta produção, o mesmo já não pode ser dito quanto aos demais itens aqui referidos. Quanto a este aspecto é necessário retomar brevemente questões relativas às histórias familiares e introduzir o tema dos inúmeros outros “*artifícios*” de que os *filhos da Ilha* eram capazes de realizar naquele tempo.

Já vimos brevemente a história familiar do Paulo Mendonça. Quanto a Antonio

¹²³ Pasquale PETRONE. *A Baixada do Ribeira*.

¹²⁴ Esta interpretação encaixa-se perfeitamente na análise de Geraldo MULLER sobre as décadas da incorporação do Vale do Ribeira de Iguape ao desenvolvimento industrial do Estado. Diz o autor que “*o diminuto capital comercial local vai sendo negado como garantia da realização dos valores produzidos regionalmente e substituído pelo capital industrial e comercial urbano, relacionado à realização dos valores locais*” (*Estado, estrutura agrária e população*, p. 18). Do meu ponto de vista a incorporação atinge Cananéia apenas no sentido da negação do capital local, mas não na substituição. No que diz respeito à pesca, conforme notado por Fernando A. MOURÃO, *op.*, *cit.*, e Antonio C.S. DIEGUES, *op.*, *cit.*, o capital e a

Firmino, que disse partir pau para lenha e serrar madeira para tábuas, ele é descendente de família vinda de Santa Catarina. Uma família que comprara um sítio em Cananéia, no continente, chamado Bombicho. Seu avô paterno teria vindo com a família, e neste sítio “fizeram um tipo de um engenho, tinham uma serraria”. Conforme me contou: “*meu pai se lembrava! Eu ainda vi! Eu era moleque, mas alcancei a casa lá... ainda... o pilar, o esteio... Eles vieram de lá e fizeram! Tinha uma carcaça, tinha aquelas coisas que eles faziam. Trouxeram boi, puxavam madeira prá serrar!*”.

Trata-se de família que teria se instalado de meados ao final do século XIX em Cananéia, sendo pertencente a um nível diferenciado de estratificação social. A entrevista com um primo-irmão do pai deste senhor revelou tratar-se de família que num tempo mais antigo teria sido “*dona de escravatura*”. Este seria então, ao lado dos casos já relatados, mais um exemplo das mudanças sociais ocorridas com o fim das empresas escravocratas. Tais empresários, os donos de engenho, caso não migrassem para o planalto, engrossaram a camada dos sitiantes que, paralelamente às empresas do período escravocrata, já constituía uma camada de homens livres, proprietários de terras e produtores de gêneros de abastecimento em regime de trabalho familiar¹²⁵.

Outro aspecto que pode ser salientado está relacionado aos tipos de herança. Um tipo de herança não concreta, semelhante ou paralela àquela descrita páginas atrás. Trata-se da herança de um saber-fazer. Além dos produtos da lavoura, o meu informante serrava madeira e produzia tábuas que eram vendidas em Cananéia para um comerciante específico. Seria apenas uma coincidência o fato de seus ascendentes terem sido donos de serraria ou pode-se sugerir a transmissão de um saber-fazer? Seria também apenas uma coincidência que o mesmo homem que explicou como fazer o açúcar de cana fosse descendente de dono de engenho de açúcar da Ilha do Cardoso?

Ao lado da venda direta para um comerciante certo, havia também a comercialização local. Ao longo dos trechos apresentados aqui percebe-se que os sítios não possuíam condições ecológicas idênticas, facultando que todos eles produzissem os mesmos itens. Porém, apesar das diferenças ecológicas, em que talvez o fator do oceano de um lado e o do mangue e do canal do outro, seriam os principais diferenciais, nota-se que

comercialização provém de indivíduos de fora.

¹²⁵ Maria Sílvia de C. FRANCO. *Homens livres na ordem escravocrata*.

no *tempo do sítio* todos os sítios, inclusive aqueles voltados para o oceano, tinham na lavoura sua atividade principal, cujo melhor exemplo nesta dissertação diz respeito ao sítio Ipanema. Assim, por exemplo, nem todos os sítios produziam a melancia, daí que a produção deste item no sítio Ipanema fosse comentada mesmo por quem não era daquele sítio. Outro exemplo é que nem todos os sitiantes se referem à cana-de-açúcar, lavoura, inclusive, que seria um motivo de orgulho para os sitiantes do Ipanema. Assim, enquanto uns produziam seu próprio açúcar, para outros este era um item a ser adquirido pela compra. Quanto a este aspecto, em conversa com um pescador artesanal, tudo indica que a comercialização em Cananéia possuía o caráter de feira local. No trecho abaixo, vovô Géli, pescador artesanal e morador de Cananéia, ao contar-me acerca da comercialização dos peixes que pescava, introduzindo o tema das formas de acesso aos produtos do trabalho de diferentes categorias de trabalhador:

Já tínhamos os compradores aqui. Quando nós pegávamos os peixes, rezávamos que tivesse sol pra secar. Às vezes fazia uma fumaça em baixo, né. [?] preparado coberto de palha, não de telha, de palha, mas bem alto, né. Aqueles varais ali secavam [o peixe], fazia uns feixes assim, uns pacotes prá vender. Tinha um barquinho que vinha de Iguape também, o Nelson. Também comprava uma certa quantidade. Vendia pra um, vendia pra esse pessoal. Ah, antigamente, lá de Itapitangui [no continente], aquelas serras pra lá eles faziam plantação. Tinham criação de gado ou de porco ou... Então eles traziam, mas era nos cavalos, burros. Fazia aquele jaca, né. Acho que vocês já viram. Uma jaca pra cá outro pra cá. E ali trazia, punha as coisas tudo ali, a carne de porco, o feijão, o arroz e trazia pra Cananéia pra vender. Esses [?], nós às vezes comprávamos certas coisas deles, né, e vendia peixe seco pra eles levar lá pro centro. E ali espalhava tudo, vendia tudo logo. Aí a gente matava aquela certa quantidade que desse pra... pro negócio não ficar empacado.
(18/10/1993. Gílio dos Santos Sobrinho, 82 anos. Nascido em Cananéia).

5.3. “Um tempo que sempre foi”

A descrição etnográfica e a literatura antropológica utilizadas até este capítulo trataram de (re)construir o *tempo do sítio* enquanto realidade histórica e conjunto de valores que definem um modo de vida rural paulista tido por tradicional: o do camponês do litoral. Esta caracterização foi possível devido ao trabalho voluntário e involuntário da memória, que nos trouxe o conhecimento dos marcos de vida social, combinados e recombinações de forma a reforçar uma campesinidade. Não se trata “apenas” de identificar nos relatos este ou aquele marco de vida social, nem se trata de acesso a esta ou aquela descrição de uma atividade de trabalho ou lazer. O valor heurístico da memória, conforme acentuei no capítulo segundo, é o da combinação involuntária entre representações culturais que reforçam os tais vínculos, é o de permitir as “conexões de sentido que são significativas para os sujeitos”¹²⁶.

O que chamou bastante a minha atenção ao longo da pesquisa é que jamais ouvi um *filho da Ilha* reivindicar qualquer tipo de direito sobre a propriedade do sítio¹²⁷. E nem vi qualquer ideologia de valorização de certo pioneirismo dos ascendentes¹²⁸. O que vi lamentarem de fato, e o que veremos mais detidamente no próximo capítulo, é a proibição ao trabalho. Eles lamentam o fim de um tempo quando se era “*liberado trabalhar*”. Lamentam, também, as contradições que observaram entre terem sido *proibidos de trabalhar* para preservar a Ilha e a “*devastação*” da mesma por ação dos palmiteiros e

¹²⁶ Klaas WOORTMANN. “Com parente não se negueia”, *Anuário Antropológico*/87, p.13.

¹²⁷ Vimos nos capítulos antecedentes um entrevistado alegar, quanto ao sítio, estar atualmente segurando a posse do sogro. Isto parece estar em contradição ao observado por mim quanto à ausência de reivindicação de propriedade. A meu ver, no entanto, a alusão à posse no contexto atual pode estar sugerindo uma certa apropriação do termo jurídico “posse”, que valeria à pena uma investigação. Neste aspecto, inspiro-me no trabalho de Renata PAOLIELLO, sobre o qual voltarei na conclusão da dissertação. A autora enfoca “*os modos pelos quais [o] campesinato vem se apropriando do conceito legal da posse, vendo-a como meio de constituir um direito de propriedade*”. Estudo que se realiza “*por meio de uma análise das representações de direitos que se vão construindo e reformulando no curso das relações em mudança entre as formações camponesas regionais e locais e a sociedade global*” (“Conflitos fundiários na Baixada do Ribeira”, p.12). Ora, ao declarar estar segurando a posse do sogro já sugere interpenetração simbólica, haja vista que o direito consuetudinário da história local indica a preservação do patrimônio por meio da transmissão da terra via herança da mulher (esposa). Ele está segurando a posse do sogro porque seria por esta via que se daria a transmissão do patrimônio familiar. (Trata-se, inclusive, do mesmo entrevistado citado em nota do capítulo terceiro, sobre a guarda dos documentos dos sítios, quando ele teria se referido ao documento do sogro como sendo da sogra.) Isto porque, a terra não é apenas propriedade e nem apenas “um fator de produção, mas é também carregada de valores simbólicos”, e “tais valores se relacionam intimamente com o parentesco” (Ellen WOORTMANN. *Herdeiros, parentes e compadres*, p.47).

¹²⁸ Ideário observado por Emilia P. GODOI. O trabalho da memória.

caçadores.

Não que a ideologia dos ascendentes, a “experiência fundadora”, como aquela encontrada entre camponeses no sertão do Piauí¹²⁹, tenha menor importância. Apenas chamou-me a atenção esta ausência, pois, confesso que esperava encontrá-la ao longo das entrevistas, fundamentalmente por se tratar da narração de um processo histórico de perda de espaço social ancestral.

Há, no entanto, outro aspecto do relato dos *filhos da Ilha* que não deve passar despercebido, e diz respeito à antecendência histórico-espacial de suas histórias familiares, embora não pelo viés da experiência fundadora. É o que posso denominar de um “tempo que sempre foi”, trata-se do tal “fio de continuidade” da memória coletiva, conforme já acentuado no capítulo segundo. O “tempo que sempre foi” pode ser entrevisto na percepção de tempo das mulheres de uma comunidade pesqueira do litoral do Rio Grande do Norte¹³⁰.

*“Para as mulheres estudadas, o antigamente parece ser um tempo congelado ‘para trás’, iniciando-se o movimento a partir de uma ruptura ‘para frente’. Na percepção das mulheres (...), a memória começa com um passado que “sempre foi” para se aproximar de um presente que não deveria ser”.*¹³¹

Se não fosse pelo impacto da desapropriação, que constitui uma nítida ruptura entre um passado e um presente, a memória coletiva dos *filhos da Ilha* manteria o fio de continuidade, sem separações nítidas entre períodos históricos distintos. Ou seja, ela manteria “somente limites irregulares e incertos”¹³², o que caracteriza a percepção de indiferenciação dos diferentes tempos antecedentes ao *tempo do sítio*. As interpretações histórico-econômicas de Cácio Rangel e de Paulo Mendonça, o primeiro quanto ao significado do falecimento de Paulo Paiva para a economia local e o segundo, quanto às consequências sobre a economia dos sítios da introdução do engenho central em Cananéia, poderiam ser exemplos de percepção dos “limites irregulares e incertos” que não alteram, no entanto, o modo de vida do *tempo do sítio* enquanto constructo cultural, mantendo um fio de continuidade.

Afora isto, os temas “*fartura*”, “*respeito*”, formas de ajuda mútua, nomes das

¹²⁹ IDEM. *Op., cit.*

¹³⁰ Ellen WOORTMANN. Da complementaridade à dependência, *RBCS* n.18.

¹³¹ *Ibid.*, p. 54; o grifo é da autora.

¹³² Maurice HALBWACHS. *A memória coletiva*, p. 84.

famílias (“a turma dos”), entre outras, não são percebidos como tendo sofrido mudanças entre o *tempo dos antigos* (que inclui várias gerações antecedentes) e o *tempo do sítio* (contemporâneo dos filhos da Ilha).

“Com efeito, imagina-se que nada mudou, porque se reata o fio da continuidade. Essa ilusão, (...) terá pelo menos permitido que passemos de uma etapa a outra sem que a memória coletiva tivesse em nenhum momento o sentimento de se interromper”¹³³.

Este fio de continuidade pode ser percebido tanto no que diz respeito ao tempo social (a história local) quanto ao espaço (a apropriação social do espaço, como, por exemplo, a localização no espaço das capoeiras de fulano ou sicrano; também a “justaposição” entre os nomes dos sítios e os nomes de família; o “*acordo dos antigos*” acerca da divisa entre os sítios). “Na memória, as similitudes passam ... para o primeiro plano” ¹³⁴, e isto pode ter ainda maior ênfase quando o grupo vê-se impossibilitado de reproduzir o seu modo de vida e a sua cultura, havendo então uma maior valorização do passado, com uma ênfase na solidariedade e nos aspectos positivos.

Mesmo na ausência de uma ideologia dos ascendentes, a etnografia mostra claramente que os *filhos da Ilha* entrevistados são herdeiros de uma história familiar que os antecede em muitos anos no mesmo lócus da Ilha, mesclando diferentes tempos históricos, tempos vindos da “*escravatura*” à história testemunhada por eles próprios: o *tempo do sítio* e o *tempo da perseguição*.

Por este motivo, a idéia de um “tempo que sempre foi” pareceu ser, para mim, o que mais de perto expressa a relação dos *filhos da Ilha* com a história que os precede.

No “tempo que sempre foi” a reciprocidade está em primeiro plano: no roçado, na puxada da canoa, na indústria doméstica, na construção das casas, na limpeza dos caminhos, na distribuição da caça e do peixe. Por isso que o *tempo do sítio* era um tempo que tinha “*tudo*”.

Mas, apesar do orgulho em declarar que no sítio tinha “*tudo*”, no sentido de que ele era auto-suficiente, nota-se que o consumo e a venda entram juntos no cômputo da “*fatura*”. Nesta dissertação a questão da auto-suficiência está sendo contemplada como estando em paralelo ao conceito local “*tudo*”, que conota uma situação de plenitude, de

¹³³ Ibid., p. 84.

fartura, onde se possuía todas as coisas de que se necessitasse, todas as coisas essenciais para a vida. Levando em consideração os demais elementos que compõem o modo de vida do sítio, principalmente também a ênfase, dada por eles, às redes de solidariedade nos seus vários graus, o termo “*tudo*” não conota fechamento (como talvez possa conotar o termo auto-suficiente), mas uma abertura.

A auto-suficiência do *tempo do sítio* da Ilha do Cardoso não se restringe, portanto, à capacidade físico-biológica do *locus* na realização da produção (que gera a fartura), a terra como fator de produção. Ela gera a constituição dos tempos e espaços sociais e, estando esta constituição na dependência do princípio da troca (da reciprocidade), então, o “*tudo*” (a auto-suficiência) é e está na cultura. Ou seja, dito de outra forma, a “*fartura*” é uma representação do ideal de auto-suficiência de cada grupo doméstico. Porém, em sendo o sítio mais do que apenas a somatória de vários grupos domésticos, constituindo-se como um constructo cultural, a “*fartura*” (o “*tudo*”) simboliza o *tempo do sítio*, um modo de vida, uma cultura, uma história. E mais, há algo que precede a fartura e constrói a sua existência, como o trabalho, que não é individualizado, que é coletivo (no derrubar, no plantar, no colher e no comer). Vê-se, portanto, ante a variação dos temas, tem-se a mesma mensagem: *proibido trabalhar* significa o fim de um modo de vida.

¹³⁴ Ibid., p. 87.



“Eu saía na beira do mar e a canoa tava lááá... Ah, mas eu gostava de pegar caranguejo, ih! Na minha vida destas coisas cada coisa eu fiz um pouquinho. . Eu tirava ostra, tirava mexilhão, pegava almeja, pegava caranguejo, pescar de rede sozinha”



“Demos lance, na rede dele, tinha mais de 800 tainhas no lance. Quase morremos, meia noite... Fomos pra lá meia noite, chegamos lá cerquemos madrugada o peixe”



“Naquele tempo ninguém tinha motor! Hoje ninguém mais anda no remo! A turma só anda... no motor”



*“É festa do São Vitor, daquele
padroeirinho da Igreja.
Aquele santinho que tem aqui.
Aquele santo veio de Israel.
É estrangeiro, este santo é de Israel.”*

Capítulo 6

Proibido Trabalhar

Conversar com os *filhos da Ilha*, deixar “falar” suas memórias, suas histórias de vida, caminhar por sob a vegetação do PEIC em companhia destes *filhos*, pelos sítios Santa Cruz, Salvaterra, Grande, e outros, é ter o privilégio de sentir-se remetida ao *tempo do sítio*, e mais, o privilégio de conhecer uma parte da nossa História, do Estado de São Paulo e do Brasil, narrada por testemunhas oculares e herdeiros de fatos e valores de diferentes historicidades.

Porém, a partir da década de 1960 o percurso da história dos *filhos da Ilha* é alterado¹³⁵. Ao lado do turismo de veraneio, que já se instalava no modo de vida do morador tradicional de Marujá — expropriando-o de sua morada, por vezes também de sua condição de trabalhador (familiar) autônomo ao transformá-lo em caseiro (trabalhador assalariado) ou iludindo-o com as “promessas” da cidade —, a Ilha do Cardoso e o seu conjunto de sítios, enfim, o lugar virou Parque¹³⁶. Temos aqui dois bons exemplos das conseqüências da modernização instalada no Brasil: a implantação do Parque Estadual coincidiu com a implantação do loteamento em Marujá¹³⁷. O loteamento é exemplo da

¹³⁵ Klass WOORTMANN e Ellen WOORTMANN, acentuam acerca das transformações sócio-culturais do campesinato sergipano que, “*apesar das pressões, o campesinato sobreviveu, pois tratava-se menos de eliminá-lo que de subordiná-lo*” (*Trabalho da Terra*, p.21). Está aí, a meu ver, um gancho para refletirmos acerca do significado das políticas de preservação ambiental no que diz respeito à inviabilidade da reprodução da cultura camponesa do litoral paulista, em comparação com as políticas econômicas anteriores, voltadas para a subordinação destas categorias sociais ao sistema econômico dominante. Os já citados estudos de Fernando A. MOURÃO, Geraldo MULLER, Pasquale PETRONE, Maria Isaura PEREIRA DE QUEIROZ, Antonio C.S. DIEGUES, entre outros, mostram as diferentes faces desta subordinação.

¹³⁶ Antonio C.S. DIEGUES & Paulo J. NOGARA. *O nosso lugar virou parque*.

¹³⁷ A história da industrialização paulista, mais especificamente a partir da consolidação dos direitos do trabalhador, entre eles o descanso semanal, feriados e férias, bem como a expansão da categoria profissional liberal, promove as praias paulistas como balneários de recreação. Como conseqüência disto, a especulação imobiliária investe nas regiões praieiras, seja pela compra ou pela grilagem, expulsando o morador tradicional. Inicia-se então o loteamento de terras nas regiões litorâneas, a construção de rede hoteleira, de prédios e casas destinados ao veraneio. O folder de vendas de lotes em Marujá, da Companhia Três Coroas, reproduzido na página 39 desta dissertação, é um interessante documento de época. É importante que o leitor tenha em mente que a especulação imobiliária, o processo de industrialização de São Paulo, a modernização tecnológica e do processo de trabalho na agricultura, na criação e no extrativismo, são diferentes faces do projeto de desenvolvimento nacional, causador da investida sobre as áreas de Mata Atlântica e mentor também da expropriação vivida por enormes contingentes da população nacional, entre estes os moradores do Vale do Ribeira de Iguape. Certamente que pela ideologia desenvolvimentista isto não era visto como expropriação, mas como oportunidade de inserção no desenvolvimento do país.

valorização das praias como lugares de veraneio; a Unidade de Conservação é exemplo da ideologia de defesa dos direitos da Natureza perante o avanço do capital sobre as Matas.

Foi um *filho da Ilha* quem me informou que o Parque Estadual da Ilha do Cardoso surgiu da idealização de um professor do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, doutor Paulo Duarte, na década de 1960; mas que apenas por volta da década de 1970 a lei começou a vigorar.

É a partir destas décadas que o “tempo que sempre foi” sofre importante ruptura.

O leitor terá notado que em alguns trechos de entrevista utilizados anteriormente foram mantidas uma ou duas frases referentes ao lamento do entrevistado quanto à *perseguição* sofrida pela época da decretação do Parque. Mantidas para que não se perdesse o eixo da dissertação que é a perda dos espaços simbólicos e sociais.

Neste sexto capítulo a descrição etnográfica enfatizará especialmente a *perseguição* engendrada pelo florestal. Desta forma, este capítulo trata de desconstruir o que foi (re)construído nos capítulos anteriores.

Perseguição, expropriação e contradição são os conceitos norteadores deste capítulo, o primeiro utilizado pelos próprios filhos da Ilha.

A *perseguição* foi o modo de atuação do guarda-florestal quanto à implantação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, no que diz respeito ao impedimento de uso-fruto dos bens naturais, principalmente o desmatamento para roçada. Este período ficou marcado pela atuação de um único guarda-florestal conhecido por seu sobrenome, Magalhães, que permaneceu na região por mais de uma década.

O sentido do termo *perseguição*, utilizado pelos *filhos da Ilha*, é muito próximo da semântica usual desta palavra, no sentido mesmo de um conjunto de ações repressivas, neste caso sobre o trabalho dos moradores dos sítios na Ilha do Cardoso.

Este conjunto de ações repressivas foi vivido por cada núcleo familiar, que reagiu de forma diferenciada, conforme já nos referimos anteriormente. Ele significou um processo imediato para alguns (para aqueles que decidiram sair logo no início da

São também as décadas de 1960 e 70 aquelas que promovem os mais notórios movimentos nacionais e internacionais — movimento contra-cultura é um exemplo, Conferência de Estocolmo (1972) é outro exemplo — de defesa à vida no planeta e contrários ao *modus operandi* da economia capitalista, extrativista e poluidora. Ou seja, o PEIC surge neste período histórico, primeiramente chamando a atenção da especulação imobiliária; em segundo lugar, chamando a atenção dos ambientalistas. Em ambas as situações o *filho da ilha* é expropriado de alguma maneira.

perseguição) e lento para outros (para aqueles que resistiram por longos anos ou permaneceram em seu sítio) de perda de seus espaços de trabalho, moradia e convivência familiar e social. Portanto, a expropriação não se aplica “apenas” à perda de suas posses físicas, mas também a perda dos aspectos simbólicos construtores de uma cultura. Este é o ponto central desta dissertação.

Perseguição e expropriação compõem o universo da proibição e perda da liberdade de trabalhar, instituindo o sentido da contradição maior: “ninguém é proibido de trabalhar, ninguém!”. Ao tecer as considerações acerca da *perseguição*, da expropriação e da contradição nos iremos defrontar com o parâmetro da ruptura no modo de vida do *tempo do sítio*¹³⁸.

6.1. Da perseguição

— *Entrou esse negócio de proibir aí, de Florestal, de coisa, né, acabou tudo.*

P: A senhora morava lá quando entrou esse negócio de Florestal?

— *Morava! Eu saí de lá por causa do Florestal! Não deixavam a gente trabalhar! A gente fazia a roça e perdia!!! Matava uma caça, eles não deixavam, então...*

Iam lá todo dia, toda a semana, toda semana.

(19/10/1994. Mulher, 74 anos)

P.: Como ele pressionava as pessoas?

— *Veja uma coisa, na hora que ele chegava lá ele dizia "não pode trabalhar", "não pode derrubar", ele queria multar e... todo mundo que tinha sua rocinha ele ia tentar multar. (...) Ele chegava, entrava em casa e ia na cozinha ver o que tinha dentro da panela, pra ver, se era caça ele já jogava fora já.*

P.: Ah, era assim é?

— *Foi com muita gente, sabe, Magalhães fez isso. Ele chegava não pedia nem licença, ele pegava entrava, ia direto na panela da cozinha ver o que tava cozinhando. Então o pessoal pegou complexo com aquilo ali e saiu todo mundo. Por isso eu falei pra você [que] Magalhães sozinho — ele era soldado — fazia por tudo isso que tem em Cananéia [hoje]. Na década de 70 que ele começou. Antes já existia, mas só que não perseguia ninguém, sabe, mas quando entrou o Magalhães, meu Senhor do Céu! Foi um inferno.*

P.: Mas ele andava sozinho?

— *Sozinho! Dia e noite, não tinha horário, nem tempo.*

P. Qualquer hora ele era capaz de aparecer na casa de uma pessoa?

— *Aparecia de dia, de noite, andava atrás de pescador, andava atrás de caçador, andava atrás do pessoal que trabalha na roça, não tinha hora. (...)*

— *Quando ele saía a atentar o pessoal — a gente chamava atentar o pessoal da Ilha —, aí ele não perdoava ninguém. Agora, de gente grande acho que ele devia pegar uma boa bolada, mas de pobre ele não deixava ninguém em paz não. Uma queimada,*

¹³⁸ Neste capítulo sexto os nomes verdadeiros dos entrevistados serão ocultados para evitar exposição de suas opiniões acerca da expulsão por eles sofrida.

uma derrubada, uma canoa. (...) Canoa ele ia lá e via o corte, o pau derrubado para a confecção da canoa, ele metia o machado, cortava, deixava inválido. Ele fazia assim. Rede ele não deixava... [se] o camarada não tivesse com a carteira de pescador na mão ele já proibia. (01/06/1994. Homem, 69 anos)

Este item tratará, em síntese, da atuação do Magalhães. Suas rondas. A vigilância sobre a caça, sobre o roçado e usufruto dos bens da natureza. Os embargos. A invasão das casas e sítios. A agressividade no trato com o *filho(a) da ilha*. A reação das mulheres e homens na defesa da família e de seu sustento. O orgulho do próprio Magalhães quanto à repressão que exerceu sobre os filhos da Ilha.

Se nos capítulos anteriores desenhei o cenário do cotidiano do *tempo do sítio*, agora podemos tentar imaginar o cenário do despovoamento dos sítios e da Ilha do Cardoso.

Começaram a receber a visita do Magalhães informando que “*não podiam trabalhar*”, que “*não podiam caçar*”, que não podiam mais “*tirar o pau*” para a confecção da canoa.

Mas, “*como se ia viver?*”. Naquele início, talvez por duvidarem de uma proibição tão descabida, uma vez que “*ninguém é proibido de trabalhar, ninguém!*”, e mais, ora, como “*ninguém negociava canoa*” e nem carne de caça, o chefe de família foi conduzindo suas tarefas e as da família nos modos de ser dos antigos.

Porém a *perseguição* começou por ser mais acirrada, criando tensão e indicando desfechos de violência.

— *Eu era criança [12 anos] e lá era gostoso. Mas depois não deu mais pra ficar lá devido à polícia florestal. Na época eles eram mais agressivos, muito agressivos. (...) Olhe, mas era horrível! Chegou a época que pra gente colocar roçada, pra plantar arroz, milho, rama, mandioca, meu pai tinha que colocar, sabe, no vargado ou no pé de morro. No morro ou então naquela parte do vargado para não aparecer do mar. Porque onde nós morávamos a frente do morro aparecia tudo do mar, [então] pra ficar mais escondidinho... (...)*

P.: Quer dizer que chegou num ponto que não deu mais...

— *Chegou um dia que eu cheguei a desmaiar quando eles atiraram. Eu achava que tinham matado meu pai, aí eu cheguei a desmaiar de nervoso, eu era criança, né. (...) Olhe, eles iam de barco de motor, a voadeira, e quando eu ouvia o barulho do motor no rio eu quase deixava mamãe louca, eu queria morrer. (...) É, um dia eu ia caindo até no fogo por causa disso. Eu fui correr gritando desesperada quando ouvi o barulho e a minha mãe tinha assim, não tinha fogão a gás era tudo a lenha, e eu fui correr quase que cai em cima do fogo, na chapa, quase que eu morri queimada. Ainda queimei assim a palma da mão no ferro, na chapa. Era horrível, horrível, horrível, quase morri. Nós fomos amassacrados lá todo dia.*

(12/12/1993. Mulher, 37 anos)

As duas mulheres acima citadas são mãe e filha. Se a filha tinha 12 anos, à época da *perseguição*, a mãe tinha por volta de seus 49 anos. O clima tenso e dramático vivido pela menina é complementado pelo relato da mãe, uma mulher que enfrentou com sabedoria e determinação o “*Florestal*”, o “*Sargento*” que foi embargar a roça. As entrevistas com a mãe e com a filha possuem quase um ano de intervalo entre uma e outra, e foram realizadas individualmente. Vê-se, portanto, que estão guardadas na memória da família e também na memória coletiva as similitudes da ação do “*Florestal*”.

Conforme ia dizendo dona Maria no trecho acima, o “*Florestal*” ia lá todo dia, toda semana. Num certo dia foi lá e houve uma briga séria. Este confronto assustou uma das filhas de dona Maria que estava grávida de seis meses, e dona Maria interveio pedindo ao florestal que “*por caridade fosse embora*” e o ameaçando que se matassem sua filha ela ia até a delegacia e ia mandar prender todos eles, pois aquele não era o modo certo de embargar ninguém: “*o modo de embargar é deixar a ordem e sair, não com briga! Isto é modo de matar os outros — de susto, assustado —, vocês não têm este direito*”.

Enquanto contava, dona Maria lembrava: “*naquele tempo eu era forte, eu tinha coragem!*” Além de lembrar ao “*Florestal*” o seu dever de entregar a ordem e o direito de dona Maria de ir a uma delegacia denunciar, ela ainda fez “*prensa com eles: sumam daqui, sumam, sumam*”. Eles foram embora. A filha de dona Maria, no entanto, teve uma gravidez preocupante, com muita dor nas costas.

Este dia ficou gravado na história da família. Durante outra entrevista com Marisa, a filha da dona Maria que contava doze anos de idade, acima referida, e um primo dela, por parte de pai, o assunto é retomado. Este é o momento em que podemos perceber a interpretação do primo, quinze anos mais velho que a prima, portanto já um rapaz à época da *perseguição*. E no relato do primo nota-se o desespero de um chefe de família.

Marisa: Meu pai passava uma boca com o Magalhães!

Tadeu: Meu Deus do céu, puxa vida, tinha titio! Tempo do Magalhães não saiam de lá, né, coitado, até brigar com o coitado, meu Deus, me lembro, daquele dia até hoje...

Marisa: E a arma...

Tadeu: É, então! Era feio. Mas naquele tempo, né, a gente vivia daquilo... não tinha, né... o cara ficava... ficava... ficava louco, né, porque não tinha... não tinha... não tinha... a única coisa que ele tinha...

Marisa: ... ele vindo, né, cortando canoa...

Tadeu: É, então... ir lá cortavam... canoa no mato. É.

Marisa: Ameaçavam com a arma.

Tadeu: É, não era só no Cardoso... até no continente lá no Retiro...

Marisa: ... queriam trazer prá cidade algemado...

Tadeu: É! Nossa canoa eles cortavam! Cortavam canoa... em roça... Faziam de tudo.

Meu Deus do céu!. A roçada que faziam de... de derrubada, assim de mato pra plantar as coisas prá comer... eles proibiam tudo, multavam... E até hoje, eu acho que até hoje... Claro o povo largou de trabalhar, ninguém pode pra trabalhar mesmo!

(05/06/1994. Tadeu, 53 anos; Marisa, 38 anos)

Foi neste dia que dona Maria e o esposo decidiram sair do sítio, tal como ela própria recordou, reproduzindo a conversa que tivera com o esposo naquele dia:

Marido: “Quer saber de uma coisa, vamos sumir daqui, vamos tirar essas crianças daqui, vamos sair daqui, de falta disso aqui nós não, não... vamos morrer de fome.

Não podemos trabalhar, não podemos fazer nada, viver nesta agonia, nessa tristeza!

Maria: “Cristão, tem certeza? Então, vamos embora, vamos pra qualquer parte.”

— Aí ele veio aqui, arrumou um lugar aqui. Aí viemos embora. Era muito triste: eles viam uma fumaça, pronto, já chegavam; eles viam uma roça, pronto já vinham embargar, já vinham proibir!! E assim foi nossa vida lá. Quantos anos isso? Mais de três, quatro anos.

Neste mesmo dezembro de 1993, quando de outra entrevista, com outra família, ouvi um relato semelhante, em que a tensão e o sofrimento se fizeram presentes, e o cansaço vencia o pai e a mãe da família. Dois irmãos, ela com aproximadamente 53 anos e ele 60 anos, contaram de como havia sido com seus pais.

Hum, pois olhe, o velho mesmo, coitado do papai, ele já tava cansado mesmo, já... já perdeu tudo lá no sítio. Porque é ruim você ficar num lugar que você quer trabalhar e não pode! Você vai trabalhar, vai roçar, vai fazer uma coisa... Porque lá tinha um florestal, aqui, um tal de Magalhães — êta! — aquele dormia na costeira! Noite inteira rondando a Ilha aqui... lá. Entrava por ... saía por aqui, fazia a volta, saía por cá já. Noite inteira! E ficava escondido no mangue, motor silencioso, motor grande, e se escutava um tiro ficava até... Mesmo de dia, uma roçada, ele já saía em cima.

Aí que o povo foi desgostando daquilo ali, principalmente aí na Ilha, foi perseguição demais!

(12/12/1993. Homem, 60 anos)

Até mesmo quando o lavrador fosse tentar a sobrevivência por meio da pesca, conforme abaixo na continuidade da mesma entrevista, ele estava sujeito ainda à perseguição do Magalhães:

*Época de camarão você ia pescar, num estava na época e prendia, vinha bateira chapada daquele jeito e vai a rede, é o camarão, né comadre [a irmã]?
Tava feio, ali tava feito! Aquela vez papai saiu de lá, depois de uma... papai saiu, num tinha jeito, ele começava a ficar nervoso, era uma pessoa de idade, né, aí largou tudo lá. Depois nós ficamos lá cuidando da... tinha roça ainda bastante, aqui nós vínhamos fazer farinha, né [se dirigindo à irmã], trazia para cá...*

Acredito que as expressões que mais representam a estratégia de ação do Magalhães, conforme os relatos acima, é que os moradores tinham a impressão que ele “*dormia na costeira, motor silencioso!*”, “*dia e noite, não tinha horário, nem tempo*”. Ou seja, o morador dos sítios da Ilha do Cardoso, à época, estava sempre numa espécie de estado de vigília, devido a vigilância sistemática do Magalhães.

Uma vigilância acentuada sobre os aspectos relacionados à produção do alimento e ao usufruto dos bens naturais, como a retirada do pau para a canoa e a caça. A caça era um item de complementação alimentar e, como já vimos, havia o *respeito* herdado *dos antigos* quanto à época da criação. Tanto isto é verdadeiro que, no relato dos filhos da Ilha, os guardas anteriores ao Magalhães não reprimiam a caça realizada pelos moradores dos sítios, pois a época permitida para a caça coincidia com o *respeito dos antigos*. A vigilância era maior sobre aqueles que comercializavam a caça e sobre caçadores que vinham de outros lugares para caçar, dado que por décadas a caça foi praticada no Brasil como forma de lazer¹³⁹.

Apenas um entrevistado, que chegou inclusive a trabalhar com o Magalhães, disse ter ficado amigo dele e ter sido liberado para continuar caçando, desde que não fizesse “arte”. Nenhum outro entrevistado, porém, referiu-se a esta liberdade de caçar concedida pelo próprio Magalhães.

¹³⁹ Encontrei num sebo uma coleção de seis volumes sobre caça e pesca no Brasil, publicação sem data, porém, por detalhes do relato do autor, trata-se das primeiras décadas do século XX. O autor narra minuciosamente suas próprias caçadas por todo o Brasil, do extremo sul ao Acre, mais de mil e quinhentas páginas. Todos os detalhes de uma caçada, da vestimenta dos caçadores, conforme a região, a organização do grupo de caçada, os tipos de armas e munição, o deslocamento, os tipos e hábitos dos animais, as dificuldades, os heroísmos, etc. O trecho que transcrevo aqui é um interessante relato sobre o desmatamento do oeste paulista quando da expansão da monocultura cafeeira. Apesar de elogiar o que via pela janela do trem, a mata — “solitária, silenciosa, misteriosa” — sendo substituída pelos cafezais, pelo “movimento, o ruído dos caminhões, o sibilar das serras”, o autor lamentava: “*Mas nosso coração de caçador estava apertado, alheio ao progresso e riqueza que se pronunciava. Parecia-me que estávamos sendo roubados, espoliados no direito de caçar! Era esse mesmo sentimento egoísta, o que nos faz clamar contra a devastação das matas, não compreendendo que sem esta mesma devastação, não teríamos a maior parte da indústria, transportes e combustível para o preparo dos nossos alimentos. É uma fatalidade a que temos de nos curvar. Devemos sim clamar contra os que, tendo destruído a mata, não fazem novas plantações como é de lei*” (Francisco de BARROS Junior. *Caçando e Pescando por Todo o Brasil*, 1ª Série – Brasil Sul, p.218).

As citações acima indicam as principais ações do Magalhães: “*dormia na costeira*”; “*noite inteira rondando a ilha; entrava por lá, saía por aqui, fazia a volta, saía por cá*”; “*escondia-se no mangue*”, espreitava atento os sons; vigiava a roçada; intimidava com arma de fogo; destruía os instrumentos de trabalho (o pau para a canoa); vigiava os sinais de fumaça, assustava as pessoas, embargava e ameaçava prender o *filho* ou *filha da Ilha* que questionasse o embargo ou a proibição ao trabalho.

Mas, não “apenas” o conjunto de ações repressivas do Magalhães deram o tom da *perseguição*, também seu tipo físico e vestimenta.

P.: Ele chegou mesmo a ameaçar as pessoas, assim com a arma?

— *Olha, eu não sei, a turma... se ele chegou eu não sei, pra mim não me ameaçou, nunca. Mas, para intimidar os outros, né, vinha fardado, homem fardado [?] todo mundo desprevenido, não tava acostumado a isso! Aqui ninguém nunca foi acostumado a isso! Aqui a vida do pessoal era vida pacata por aí, todo mundo no sítio, não tem nada, não tem.... Agora vê, aquele homem perseguindo a turma de fardado, todo mundo tem medo danado. Sabia que ele multava mesmo.*

Esse tempo eu encontrei com ele aí. Chegou, veio, me cumprimentou, conversou: "E a rapaziada aí, o que estão fazendo aí?"

— *"Tão aí perseguindo o povo como o senhor fazia."*

[Magalhães:] "Ah, mas esse pessoal aí, todos eles juntos, não fazem por mim. Eu fazia por tudo isso."

P.: Pior que é verdade?

— *Lógico que é verdade. Não, ele era um... no... na nossa palavra aqui a turma chamava ele... era um Carrasco, sabe.*

P.: Carrasco, é verdade, é um bom nome pra ele...

— *É, era o nome que a turma chamava mesmo. Ele era um Carrasco. Aquilo era um Carrasco mesmo ele. Também acho que é descendente de alemão, acho que... Louro, claro, tipo alemão, grande... Corajoso que... não tinha lugar que ele não se enfiasse, não tinha noite nem tempo ruim.*

(01/06/1994. Homem, 69 anos)

Magalhães morou e trabalhou em Cananéia por mais de onze anos, casou-se com uma moça do município, seus filhos foram colegas dos filhos de alguns de meus entrevistados. Mudou-se de Cananéia há anos, foi morar em São Bernardo do Campo, mas visita a cidade de vez em quando. Numa destas visitas, conforme citação acima, ele recorda junto ao *filho da ilha* a época que trabalhou na região.

Anos depois de já ter iniciado a *perseguição*, o Magalhães aconselhou um *filho da ilha*, um de meus entrevistados, a reivindicar seus direitos. Começou dizendo: “*você não pode trabalhar no sítio mesmo, num adianta que lá você não pode trabalhar, fazer nada*”; e sugeriu que ele reunisse toda a “turma” que tivesse documento da terra dos sítios da Ilha do

Cardoso e abrisse uma ação contra o Governo. Inicialmente eles deveriam pedir uma guia florestal para trabalharem no sítio, como este pedido seria negado, passado seis meses sem que a guia voltasse com a autorização, então, eles deveriam abrir um processo contra o Governo, obrigar o Governo a indenizá-los.

Para o *filho da Ilha*, porém, o conselho do Magalhães não pareceu nada fácil, pois para abrir uma ação contra o Governo seria necessário ter advogado e para contratar advogado é preciso ter dinheiro.

*Eu falei: "Como nós vamos abrir uma ação contra o Governo se nós não temos o dinheiro pra isso? Tem de por advogado; nós não entendemos nada, tem de por advogado pra ver em que lei vai se apoiar, então, nós não temos condição pra isso." Aí, fiquemos lá, sabe.
Deu a dica pra nós fazermos, mas nós não tínhamos dinheiro, como podíamos fazer?
E o advogado custa caro falei pra ele, pelo menos para essa faixa.
(01/06/1994. Homem, 69 anos)*

Depois que o Magalhães foi embora de Cananéia houve um relaxamento na fiscalização, período em que houve invasão de palmiteiros e caçadores no Parque. Este mesmo entrevistado que foi aconselhado pelo Magalhães disse que a Ilha ficou abandonada por uns 15 anos, que não havia ninguém para olhar. Foi aí que ele se interessou em voltar para o sítio.

*Faz uns dez anos, mais ou menos, que eu entrei aqui e fiquei fazendo este rancho. Eu falei para um cara um dia: "como é que eu consigo fazer a posse do sítio lá?". [E a pessoa respondeu:] "Limpe lá e faça um rancho". Aí eu vim, limpei e fiz o rancho. Fiquei. Com o rancho feito ninguém tira. Ninguém até hoje veio encher o saco. Nós também não desmatamos nada, se desmatar aí eles vem. Embora eles não saibam, não venham ver, mas tem gente que conta, né: "ah, fulano está desmatando, ta roçando, ta derrubando, ta fazendo...!"
P.: Mas não pode derrubar o quê? Árvore?
— NADA. Árvore nenhuma. Porque aqui é considerado reserva, nenhum cipó, por exemplo, em cima da madeira, nem um capim não podia cortar pela lei deles. Então, é difícil sobreviver num lugar desses, né, assim, não tem condições, não tem condições. Foi obrigado a correr. Só que o Governo não desapropriou ninguém!*

Percebe-se que o conceito sobre o Magalhães foi confidenciado a mim de forma tímida. Creio que foi numa espécie de pensar alto que meu entrevistado deixou escapar a concepção que tinham sobre o "*Florestal*": "*ele era um carrasco*".

A expressão podia ter passado despercebida por mim não fosse o fato de outras expressões terem emergido para complementar o significado disto no entendimento do *proibido trabalhar*. Reproduzo abaixo algumas frases relatadas na dissertação.

- Sobre a lei:

- *Antes já existia [fiscalização], mas só que não perseguia ninguém, sabe, mas quando entrou o Magalhães, meu Senhor do Céu! Foi um inferno.*
- *Isto não é lei de gente! Eu nunca vi ninguém impedir os outros assim!*
- *Ninguém é proibido de trabalhar, ninguém!*
- *Mas, a ilha, se a ilha tivesse liberado trabalhar, o povo lá num estava assim, ninguém estava...*
- *Nem um capim não podia cortas pela lei deles, então, é difícil sobreviver num lugar desses, né, assim, não tem condições, não tem condições. Foi obrigado a correr.*
- *Eu fico bobo como é que as coisas mudam, né. Como é que o governo faz certo tipo de coisa, né, que fica tudo... fica difícil assim, né. O governante põe as coisas na cabeça que...*
- *A gente não pode plantar! A gente não pode trabalhar! A gente não pode trabalhar que o governo não quer que a pessoa trabalhe! Eu acho que ele exige mais da pessoa... [rindo] dá mais valor prá roubar, mandar roubar do que plantar, né!*
- *... se a pessoa tivesse liberdade de trabalhar... prá eu comer, pro meu gasto, meu Deus do céu!!*

- Sobre o Magalhães:

- *Ele chegava lá dizia "não pode trabalhar", "não pode derrubar", ele queria multar.*
- *Eu saí de lá por causa do Florestal! Não deixavam a gente trabalhar! A gente fazia a roça e perdia!!! Matava uma caça, eles não deixavam, então...*
- *Corajoso que... Não tinha lugar que ele não se enfiasse, não tinha noite nem tempo ruim.*
- *Ele chegava não pedia nem licença, ele pegava entrava, ia direto na panela da cozinha ver o que tava cozinhando.*
- *Canoa ele ia lá e via o corte, o pau derrubado para a confecção da canoa, ele metia o machado, cortava, deixava inválido*
- *Magalhães sozinho — ele era soldado — fazia por tudo isso que tem em Cananéia [hoje].*
- *Sozinho! Dia e noite, não tinha horário, nem tempo.*
- *Andava atrás de pescador, andava atrás de caçador, andava atrás do pessoal que trabalha na roça, não tinha hora.*
- *Quando ele saía a atentar o pessoal — a gente chamava atentar o pessoal da Ilha —, aí ele não perdoava ninguém.*
- *Não deixava ninguém em paz não*
- *Êta, aquele dormia na costeira! Noite inteira rondando a Ilha aqui... lá. Entrava por ... saía por aqui, fazia a volta, saía por cá já. Noite inteira! E ficava escondido no mangue, motor silencioso, motor grande.*
- *Nós fomos amassacrados lá todo dia.*

- *Principalmente aí na Ilha, foi perseguição demais!*
- *Era feio. A gente vivia daquilo... não tinha, né... o cara ficava... ficava... ficava louco, né, porque não tinha... não tinha... não tinha... a única coisa que ele tinha...*
- A similitude:
 - *Na nossa palavra aqui a turma chamava ele... era um Carrasco, sabe (...)*
Era o nome que a turma chamava mesmo. Ele era um Carrasco. Aquilo era um Carrasco mesmo ele.

Ouso deixar aqui apenas registrados como dados e tecido um breve comentário acerca do aparecimento do conceito sobre o Magalhães e a associação com as frases selecionadas. Ocorre-me a similitude do conceito com o papel histórico do carrasco, como aquele que executa a sentença de morte. Como executor de uma lei “*que não é lei de gente*”, sendo que “*ninguém é proibido de trabalhar*”, o “*Floresta*” no auge da *perseguição*, cuja tensão e dramaticidade vimos relatado, e nos modos de fazer (assustar, multar, invalidar o pau para a canoa, invadir a casa, destampar painéis, vigiar dia e noite, etc.) e se apresentar (fardado, armado, etc.) pareceu ser o executor de uma sentença de morte, daí ser ele “*um carrasco*”.

Jamais ouvi um entrevistado falar em “cativeiro” em oposição a “liberto”, conforme apreendido em outras situações camponesas¹⁴⁰. Quando os *filhos da Ilha* falam do “*tempo que era liberado*”, estão falando do *tempo do sítio*, tempo de trabalho, portanto o “liberto” está em oposição ao “*proibido*”. A ênfase é dada sobre o aspecto moral de impedimento à realização do Ser. O que reforça ainda mais a concepção do “*Floresta*” como sendo a de “*um carrasco*”.

Há ainda outro conteúdo interpretativo que desejo salientar e que revela não apenas a ambigüidade na ação do “*Governo*” como um conflito íntimo vivido pelos filhos da Ilha.

Devido a estranheza de uma lei que impedia a pessoa de “sobreviver” e da forma de ação repressiva do Magalhães, dado o tempo decorrido, e, inclusive, pela dificuldade ainda hoje de aceitar esta contradição, percebe-se em alguns depoimentos certa culpabilidade pelo abandono do sítio.

¹⁴⁰ Otávio G.C.A. VELHO. O cativeiro da Besta-fera. *Religião e Sociedade*, 14/1; Leonarda MUSUMECI. *O mito da terra liberta*.

A primeira vez que me deparei com a ambigüidade entre ter sido *proibido de trabalhar*, ter sido obrigado a sair do sítio devido às restrições ambientais, e a própria dúvida quanto a esta proibição foi por ocasião do contato que eu tive com seu Juvenal Rodrigues, em 1990, em Cananéia, detalhes que eu narrei no capítulo segundo. Entre as inúmeras frases do seu Juvenal, uma chamou minha atenção justamente pelo fato dela ir na contramão do que ouvia em Marujá: “*que na Ilha pode plantar sim, isto de não poder é besteira porque se não puder plantar como é que fica? Como é que se vive?*”.

Embora esta frase complementa o problema acima apontado acerca da incompatibilidade entre as restrições do Parque e a moral tradicional, ela o faz numa inversão, a de duvidar da proibição.

Mais tarde, quando eu já estava em pleno entendimento do *proibido trabalhar*, eu voltei a me deparar numa e n’outra entrevista com certo tom de culpabilidade pelo abandono dos sítios.

(...) se eu morasse ali, eu não comprava farinha, essas outras coisas. (..) Eu não comprava porque pra derrubar negócio de mata lá pra cima do morro não precisa... Ali no vargado. Ali, dá muita mandioca, dá muita coisa ali.

P.: Ali pode?

— Ali pode. Ali pro vargado, pode. Ali tem muita coisa de roça, então pra roçar dá mesmo. Então, se uma coisa que a gente morasse ali! Sabe o que foi? É que foi abandonado o sítio e se a família que morasse, que tivesse morando ali, não... ninguém ia, acho que ninguém mexia, ninguém ia mexer, porque tava vivendo [d]aquilo ali! Mas é que foi abandonado tudo. Foi isso aí.

[12/12/1993. Mulher, 53 anos]

Esta entrevistada não viveu diretamente a *perseguição* porque antes deste período já havia se mudado para Cananéia com o esposo. Ela é irmã e/ou comadre de outros entrevistados e esteve presente no ambiente de entrevista com membros de sua família, acompanhando toda a narração da história do *tempo do sítio* e do abandono da Ilha. Neste dia ela e seu irmão narravam como tinha sido o estabelecimento das famílias em Cananéia, explicando o desmanchar das casas de madeira e telha do sítio para transporte e reconstrução na cidade. Eles estavam comparando a situação vivida na época da *perseguição*, quando algumas famílias puderam trazer parte do material de construção das casas, com os impedimentos ambientais de manutenção das casas existentes ainda hoje na Ilha, como a do seu João Cardoso. Foi neste contexto da narração que Ângela teceu o comentário acima.

Pelo comentário de Ângela temos a impressão que não existe atualmente mais restrições sobre o Parque, o que não é verídico mesmo em função de certo relaxamento na fiscalização — “*agora largaram*” — em comparação com aqueles anos — “*naquele tempo estava feio*”. Ao afirmar “*se eu morasse ali, eu não comprava farinha, essas outras coisas*” a entrevistada parece desconhecer a legislação restritiva do Parque, o que não procede uma vez que, se não viveu diretamente a *perseguição* do “*Florestal*” no *tempo do sítio*, o soube pelo vivido por outros membros de sua família. Ela não parece conceber uma lei ou alguém que “*mexesse*” com quem estivesse “*vivendo daquilo ali*”, isto não lhe parece possível, daí que ela imputa às famílias o abandono do sítio: “*é que foi abandonado tudo. Foi isso aí*”.

Está aí colocado o problema da responsabilidade pela transmissão do patrimônio familiar, que veremos nos próximos itens ser causa e consequência do trabalho que constrói o sítio, que constrói a família e que constrói a cultura.

Vejamos mais um trecho de entrevista.

Tenho assim perto da nossa casa uns pés de laranja, tem que meu irmão plantou. Eu plantei também, só que está no mato. Diz que precisava limpar porque se não limpasse não herdava, que o Governo ia tomar. Se não limpasse perdia a posse, precisava estar limpo, então, por mim [risos]! Faz anos que eu não mexo. O Governo tomou a posse, não deixa ninguém trabalhar, né. O pessoal saiu tudo de lá, da Ilha toda. Só lá no Marujá mora gente e é o mesmo da Ilha do Cardoso. No Marujá é porque tem muito turista que vai lá. É bonito pra lá!
(05/12/1993. Mulher, 69 anos)

A ambigüidade presente neste trecho é fruto da contradição das ações do “*Governo*”, que não deixa ninguém trabalhar, mas orienta que para herdar tem que manter o terreno limpo (denominado pelo “*Governo*” de “*posse*”). Dona Iraci, que é “*herdeira*” do “*dono deste sítio*”, desmotivada pela *perseguição* não foi mais “*mexer*” na “*posse*”, “*manter limpa*” a “*plantação velha*”, e acaba aceitando a perda do seu direito.

Ou seja, o “*Governo*” não deixa trabalhar, mas para segurar a posse tem que manter limpo, se não mantiver limpo “*o Governo toma a posse*”, mas ele já “*tomou a posse, [pois se] não deixa ninguém trabalhar*”! No entanto, apesar de expressa no discurso a ambigüidade na ação e na orientação do “*Governo*” ela não é percebida criticamente dando margem à impressão para o *filho da Ilha* dele próprio ser o responsável pelo abandono do sítio.

O conflito íntimo que transparece nestes trechos seria o de quem é de fato o responsável pelo abandono dos sítios: se o “*Governo*” no processo de implantação do Parque, ou se as famílias que acabaram saindo de seus sítios e da Ilha. Alguns entrevistados parecem se envergonhar por não haverem resistido à *perseguição*¹⁴¹.

6.2. Da expropriação

O povo perdeu muita coisa ali, tudo, [os] que moravam ali, perderam, perderam mesmo! (12/12/1993. Homem, 60 anos)

Este item tratará dos tipos de expropriação sofridos pelos *filhos da ilha* tal como eles os relembram agora. A expropriação da condição de trabalhador, de lavrador. A decisão de sair do sítio. O abandono das casas. A adaptação na cidade. O controle do Magalhães também sobre a pesca e o pescador. A perda da qualidade de vida e do alimento.

— *Porque lá se a gente não plantasse não comia, porque não tinha do... do... só da venda. Mas, a gente não trabalhava de nada, como é que ia comprar? Com que dinheiro? Não tinha emprego lá! Tinha que fazer pra comer! A gente tinha que plantar para comer. Fazer este ano, para comer ano que vem. Plantava rama, plantava feijão, plantava arroz, plantava batata, cará, tudo o que a gente tem de alimento. A gente vivia com o serviço da gente lá, depois que eles proibiram, fazer o quê lá?*

P.: Proibiram tudo?

— *Proibiram tudo, tudo, tudo, de não cortar um fio de cipó no mato!*

P.: Meu Deus!

— *Isto não é lei de gente! Eu nunca vi ninguém impedir os outros assim!*

(19/10/1994. Mulher, 74 anos)

Este é um trecho da mesma entrevista com a dona Maria, que no item “da *perseguição*” defendeu a família expulsando o “*Florestal*” de seu sítio. É, na verdade, a sequência da narração do acontecido naquele mesmo dia. Pelo relato tem-se a impressão

¹⁴¹ “Destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros. (...) Todavia, a memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados suportes materiais (...), mas também porque uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos. (...) Após terem sido capazes de reconstruir e interpretar os acontecimentos de que foram participantes ou testemunhas, os recordadores restauram os estereótipos oficiais, necessários à sobrevivência da ideologia da classe dominante. Dessa maneira, as lembranças pessoais e grupais são invadidas por outra ‘história’, por uma outra memória que rouba das primeiras o sentido, a transparência e a verdade.” (Ecléa BOSI. *Memória e sociedade*, p. xix)

que dona Maria teria colocado em dúvida para o próprio “Florestal” a humanidade de tal lei e o questionado: “*agora o senhor me diga uma coisa: como é que nós vamos fazer pra comer e pra criar nossos filhos?*”. E, na sua angústia de mãe, ela vai rememorando os conhecimentos e valores que ela acreditava o “Florestal” tivesse sobre o modo de vida deles, ao lembrá-lo que eles viviam daquilo, que eles tinham que plantar para comer, que ali não existia serviço, e que “*trabalho de jornada*” não havia de jeito nenhum.

Nervosa ela disse ao “Florestal”

[O senhor] sabe disso, sabe muito bem disso! E agora, como é que nós vamos... O senhor nos sustenta aqui? Nos traz alimento aqui pra nós todo o mês, pra criar meus filhos? Porque até agora, graças a Deus, eu não dependi de favor de ninguém pra criar meus filhos; agora, se o senhor acha que nós não podemos trabalhar, então o senhor traga aqui o alimento para nós!

Porém, o “Florestal” a ameaçou: “*Ah, eu vou levar vocês presos!*”

E dona Maria revidou e desafiou: “*Então o senhor leve preso lá na delegacia que eu quero ir lá. Eu quero que o senhor vá lá na delegacia, mas vá mesmo, não deixe de ir!*”.

Na seqüência, dona Maria explicou novamente para mim, como que para justificar seu enfrentamento com o “Florestal”

Chegava a época da safra, a gente fazia a colheita da lavoura, tinha em casa, então aquilo a gente comia até no outro ano, né, até plantar de novo, crescer, criar. Acabava tudo e já vinha outro de novo. Me aborreci naquele dia que eles brigaram lá. Graças a Deus não me arrependi. Mandeí ensinar meus filhos todos.

Com a voz muito emocionada, dona Maria ainda me explica que abandonaram tudo lá, apenas não o “*tabuado*” da casa, que pôde ser transportado para Cananéia.

Aliás, sobre a casa, o *filho da Ilha* sempre falará dela no contexto do que abandonou no sítio. A filha da dona Maria, sobre a qual me referi no item anterior, se referindo às jabuticabeiras e bananal que até hoje estão lá no sítio, diz quanto à casa de sua infância: “*só tem o pilar da casa e o alicerce, que eram de pedra, eram de pedra*”.

Meu pai deixou tudo, inclusive eu enumerei algumas coisas que ele deixou. Na época, que eu lembro, assim conversando, ele deixou lá laranjal, que ele tinha plantado laranja, deixou bananal, deixou roças. Deixou mais o quê? Casas, que tinha duas casas... (...) Então meu pai deixou dentro daquela área duas casas. Aquela casinha que hoje o meu primo mora nela... e tinha mais outra casinha que a minha madrinha morava nela. Então era do nosso pai, ele deixou duas casas,

plantações, frutíferas, jabuticabeiras, goiabeiras, monte de coisa, limoeiro; deixou também criações, galinha, deixou pato, muitas coisas, criações.
(14/12/1993. Homem, 46 anos).

— *Muitos desmancharam [a casa], muitos... Quem tinha madeira, que não podia comprar pra vir pra cá, já mudavam, tábuas, essas coisas, a telha. Muita gente tinha telha e carregou a telha, trouxe. Alguma madeira. Muitas [casas] caíram por lá mesmo.*
(12/12/1993. Homem, 60 anos)

O dia da tomada de decisão de abandonar o sítio ficou retido na memória da família: ele é ao mesmo tempo um dia de confronto mais acirrado com o “*Florestal*”, é o dia de “salvamento” da família devido a ameaça física e a constatação derradeira de que estavam proibidos de trabalhar e é o primeiro dia do sentimento doloroso de largar tudo para trás.

Aí, desgostou-se o velho e foi a morte de finada mamãe foi aquilo ali. Ela veio pra cá, estava acostumada a trabalhar no sítio, né, veio pra cá [e] ficava ali a coitada e coisa. Foi um dia bateu derrame nela, que ela se lembrava das coisas dela, né, tudo que tinha lá: café — tinha tudo! —, laranja, banana — tudo, tudo, tudo! —, plantação, casa grande. Aí, desgostou-se, né, e foi a morte dela, foi aquilo ali. Depois o velho ficou também coisa, depois ficou sozinho...
Mas, a ilha, se a ilha tivesse liberado trabalhar, o povo lá num estava assim, ninguém estava... principalmente [porque] muita coisa ninguém comprava, ninguém comprava mesmo!. Só comprava o sal, o querosene, a roupa, o pano pra fazer a roupa e tinha, tinha tudo lá.
(12/12/1993. Homem, 60 anos)

Então, o filho de cada sítio, o pai de família teve que, primeiramente, lidar com a estranheza de saber de uma lei que o impedia de sobreviver, de trabalhar, de criar seus filhos. Embora o para onde ir pudesse ser um dos motivos da resistência em deixar o sítio, não pareceu ser este o motivo principal. A questão moral foi o principal motivo: “isto não é lei de gente!”, “ninguém é proibido de trabalhar, ninguém!”. Como conceber um impedimento deste teor?!

Sabemos que o tempo decorrido entre o início da *perseguição* e o abandono do sítio foi diferenciado para cada família ou chefe de família, e mesmo que devamos levar em consideração aspectos subjetivos, ainda assim nota-se que a assimilação do rompimento das normas básicas de conduta, tacitamente estabelecidas na moral de tempos imemoriais, regeram a tomada de decisão. As frases acima sintetizam todo o conteúdo do aspecto moral em jogo, e foi expressado de maneiras diferentes pelos entrevistados, em geral membros de famílias que não abandonaram os seus sítios prontamente e que, posteriormente,

permaneceram em contato com os mesmos. Há, no entanto, chefes de família (por exemplo, o pai do entrevistado acima, de 46 anos) que se retiraram imediatamente de seus sítios tão logo a *perseguição* foi iniciada, recusando-se a voltar a eles e a tocar no assunto com seus próprios filhos e parentes (e muito menos com pesquisadores!).

Ora, está aí colocada uma questão de honra ferida. Portanto, embora possa sugerir o estado de espírito individual que precede a decisão, é também uma reação dolorosa, constatação de um rompimento de moral coletiva e ancestral que se supunha inquestionável.

Vencida esta primeira etapa, portanto, verificada a insustentabilidade do permanecer no sítio — cuja vida estava ameaçada pela repressão e pela proibição do trabalho para sustento da família —, o pai e a mãe decidiam abandonar o sítio.

Decisão muito difícil para a maioria que não tinha para onde ir, não tinha condições de adquirir uma casa na cidade ou onde quer que fosse. Aí também percebemos a autonomia do núcleo familiar na decisão, associada a rede de reciprocidade de parentes e compadres no apoio. Algumas poucas famílias já possuíam uma casa em Cananéia para pousar pela época das festas, da entrega dos produtos do trabalho, da lavoura e da pesca. A maior parte, no entanto, serviu-se da ajuda de compadres e parentes, permanecendo em suas casas até levantarem suas próprias casas. Inúmeras famílias saíram de Cananéia ajudados também por conhecidos e parentes, e se estabeleceram em outros municípios próximos e distantes, em região litorânea ou no ABC paulista.

O relato de como foi a *perseguição* e a saída do sítio segue de perto o que já foi acentuado em capítulo anterior, com uma maior desenvoltura no discorrer acerca da história relacionada ao sítio de origem do entrevistado e dos sítios associados a sua história familiar, de parentesco e compadrio: “*A última família a sair de lá fomos nós, deste sítio. (...) Quando a gente saiu, assim, já era uma solidão!*”. Porém, como já vimos inúmeras vezes, *o(a) filho(a) da Ilha* tem noção aproximada do destino das outras famílias, principalmente das que permaneceram em Cananéia, em quais bairros estão, quais são suas condições de vida.

Apesar da permissão para colher a produção das roças, durante dois ou três anos, e colher os frutos de suas frutíferas, a proibição ao trabalho, a perda da condição de produtor

de seu próprio alimento e da família, geraram uma acentuada diminuição na qualidade de vida das famílias.

Quer dizer, lá meu pai tinha o serviço dele, olhe, nós comíamos de tudo, então, a gente comia bem, né: verdura, arroz, milho, mandioca, peixe, ostra, camarão, enfim, TUDO. A gente era assim bem alimentado. E, depois, a gente veio pra cidade. Meu pai não tinha condições de trabalhar, é lógico uma profissão ele não tinha uma profissão pra ganhar um salário decente. Coitado! E, aí, nós tínhamos que trabalhar. Lógico que tudo bem, até aí tudo bem, mas a gente ganhava pouco e aí... Olhe, a gente sofreu! (12/12/1993. Mulher, 37 anos)

P.: Foi difícil pra se acostumar com essa proibição?

E1.: É foi difícil, né, porque a gente vivia num sítio tinha tudo, depois veio prá cá não tem nada, tem que viver do... aqui eu mesmo vivo de pesca, né.

E2.: Todo mundo, que naquela época era lavrador teve que viver da pesca aqui.

E1.: Viver da pesca aqui, quem não arrumou um servicinho.

E2.: Com isso o que aconteceu? Gerou muita fome, né.

E1.: É, então, gerou mesmo!

E2.: É, não tinha comida, o que queria? Estava acostumado no sítio, comer do bom e do melhor, em grande quantidade. A gente não limitava comida! Agora, chega aqui, o pessoal acostumado a trabalhar na lavoura e pescar? Está certo, mas chega aqui ter que viver só da pesca?

E1.: É, então!

E2.: Passava necessidade. Primeira coisa que a gente estranhou foi a água. Lá tinha água de cachoeira. Aqui se toma água de poço, na época nem encanada tinha água aqui.

E1.: Quando eu vim prá cá, eu tomava água ali onde o finado Bibi morava, você lembra?

E2.: Lemmmmbro!

E1.: Tinha um poço ali. Tomava água dali.

E2.: Tudo nós estranhamos, tudo! A vivência, né, primo!. Porque lá um matava uma caça, um peixe, alguma coisa e repartia com a vizinhança toda...

E1.: Tudo! Ah, é, com todo mundo é, então! É, naquele tempo quando matava uma paca... matava uma paca na vizinhança, era tudo repartido, prá cada um...

E2.: Tudo! Cada um com seu pedaço.

E1.: É, eu me lembro, isso é verdade.

E2.: Depois aqui, quem tinha tinha, quem não tinha...

E1.: Não, aqui não...

E2.: Quem morava aqui que tinha... nem dava. Ai era horrível!

(05/06/1994. E1: primo, 53 anos; E2: prima, 38 anos)

Após a expulsão do sítio, além do problema da moradia, a família passou por várias dificuldades: a busca de um serviço, a privação do alimento e de sua qualidade, a fome para alguns, a qualidade da água, a ausência de solidariedade na cidade, etc.

A “fartura” do tempo do sítio talvez tenha sido notada com maior ênfase frente às dificuldades de vida na cidade. A “tristeza” de um pai de família, notada por sua filha, por

ter que comprar alimentos que antes sempre fora capaz de produzir, ter que “*delimitar a mistura*”! Este é o momento que a entrevistada lembra com orgulho que no *sítio* se produzia “*tudo*”; que a mãe apenas comprava o leite, porque não tinha vaca, o açúcar branco, do qual gostava mais, e o sal. Como era possível ter que comprar um quilo de arroz, de feijão, de farinha, que mal alimentava a família?! Um orgulho “daquele tempo” e “daquela fartura”, quando a mulher de hoje, mãe de família e avó, funcionária pública, revela o aprendizado da menina de doze/treze anos passados no *sítio*, ao dizer: “*fazer a farinha [de mandioca] eu sei até hoje, pilar arroz, torrar café, fazer tudo, fazer açúcar de cana, o melado*”.

A Antropologia sabe¹⁴², porém não a filha da ilha, que aquela “*tristeza*” notada no pai, resultava primeiramente de que o alimento da família no *tempo do sítio* era intermediado por um saber-fazer a transformação da natureza em alimento, uma comida originada de um ciclo energético natural, promotor da “sustança”, e de um ciclo moral (cultural) de reciprocidade, promotor da solidariedade.

*“Comida, trabalho e terra são (...) categorias do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza. Um ponto básico (...) é que a troca é uma linguagem (...), mas que fala com os elementos de outra linguagem – a linguagem da comida, que por sua vez fala da família e da honra do pai. Essas linguagens são constitutivas de uma ética camponesa, enquanto manifestação de uma moralidade mais generalizada”*¹⁴³.

E, em segundo lugar, porque o alimento deixou de advir de um saber-fazer e passou a ser intermediado pelo papel moeda, adquirido a duras penas num mercado de trabalho onde, sabemos, o preço da mão-de-obra mal paga a sobrevivência do próprio trabalhador e, menos ainda, o de toda a família!

A qualidade do alimento e da criação do *sítio* é apreciada ainda hoje, mesmo por aqueles que ainda crianças saíram do *sítio*:

Eu tinha todo aquele hábito de lá. Tudo. É tanto que minha comida hoje eu não suporto comer certas coisas. Se for pra eu comer um frango destes de granja eu fico louca. Eu compro, faço pra comer, mas eu não... Me dá desespero!
(12/12/1993. Mulher, 37 anos)

¹⁴² Antonio CANDIDO. *Os parceiros do Rio Bonito*; Marcos S. QUEIROZ. A lógica do quente e do frio. *Revista do Instituto de Estudos Avançados*; Carlos R. BRANDÃO. *Plantar, colher e comer*; Klaas WOORTAMNN. “Com parente não se negueia”, *Anuário Antropológico*/87.

O outro aspecto que gerou sofrimento foi que os camponeses *filhos da Ilha* expropriados passaram para encontrar um “*serviço*”. Já vimos em capítulo anterior que a pesca não foi a atividade privilegiada pelo *filho da Ilha*, pós-expulsão do sítio. Motorista de ônibus ou caminhão, dono de estabelecimentos (bares, peixarias), funcionários públicos ou do setor privado foram as atividades mais procuradas pelos que saíram dos sítios. E, no dizer de um *filho da Ilha* hoje um assalariado que continuou (e continua) a pescar para o gasto: “*o resto ficou aí pescando, se virando pra um lado e pra outro*”.

Porém a *perseguição* do Magalhães também foi direcionada aos pescadores. Já vimos no quinto capítulo a importância que tanto o lavrador quanto o pescador dão aos documentos que lhe definem como profissionais da pesca. O documento pessoal e a documentação da embarcação constituíam atestados públicos de segurança e mesmo de orgulho quando se pode portar a carteira de pescador mesmo quando ela não indique necessariamente uma identidade cultural para com esta atividade.

Mesmo que o pescador conheça e respeite o calendário proposto pela legislação pesqueira, se ele estiver pescando em época em que é liberada a pesca, ele deve estar com a sua documentação e a da embarcação regularizada, correndo o risco de ver os seus instrumentos de trabalho apreendidos pela fiscalização. Por isso, talvez, meus entrevistados faziam tanta questão de falar sobre a matrícula de suas embarcações e de sua carteira de pesca! Porém, nem todos os pescadores artesanais estavam (ou estão) com a documentação regularizada, correndo riscos junto à fiscalização.

Um *filho da Ilha* narrou um acontecimento no qual ele foi protagonista, e que explicita mais uma vez o ambiente tenso dos anos de atuação do Magalhães na região. Ele revela também as dificuldades pelos quais passaram os ex-lavradores durante o processo de adaptação pós-expulsão dos sítios.

Estavam pescando na época permitida por lei e o Magalhães foi averiguar. Cândido estava pescando com um camarada que não era pescador. Magalhães pediu as carteirinhas de pesca, o dono da canoa apresentou a sua, os demais companheiros não tinham registro.

— *Magalhães, eu não estou fora da lei!*

[Magalhães:] *E o seu companheiro é pescador?*

[Companheiro:] *Não, eu não sou.*

[Magalhães:] *É, então você está [fora da lei]. Vou levar [a rede].*

¹⁴³ Klaas WOORTMANN. *Op., cit.*, p. 37.

— *E trouxe minha rede.*

[Magalhães:] *Agora, vamos lá fazer a multa.*

Aí eu fui lá na casa dele, aí cheguei lá e ele fez a pergunta pra mim assim:

Cândido, os seus companheiros não são pescadores por quê?

— *Ah, não sabe por quê? Quer saber? Por causa do senhor mesmo — falei assim —, o senhor tocou eles lá do sítio, trabalhavam na lavoura, na roça, no sítio, no Cardoso, e por causa do senhor não podem mais viver. Eles vieram pra cidade, agora — ainda falei assim — o senhor multe eles e eles vão pagar esta multa com o quê?*

Aí ele era um cara que não gostava de voltar atrás.

[Magalhães:] *Olha, eu não gosto de voltar atrás com a minha palavra, neste caso eu vou dispensar eles e vou multar você.*

Eu disse: “Ô, eu sou pescador profissional!”.

Eu falei pra ele e ele me multou.

Multou e prendeu a rede. O Magalhães ainda o aconselhou a pagar a multa, embora a rede estivesse em situação regular, só depois que ele pagasse a multa, ela seria devolvida. O pescador não pagou a multa. Mais tarde quando ele estava trabalhando na Sudelpa, na avenida Angélica, em São Paulo, resolveu procurar o chefe de sua seção e pediu um carro para ir até o Parque da Água Branca: “*tenho que ir lá na Água Branca pegar uma multa que eu tenho do Magalhães*”. Outro funcionário da Sudelpa que estava próximo a eles ouviu a conversa e levou o pescador para falar com outra pessoa. Chegou lá ele conversou, explicou o caso da multa e da rede. Pediram para ele assinar um recurso, garantindo que ele não pagaria a multa, porém não dando esperanças quanto à rede.

Aí, a secretaria dele fez o recurso, eu assinei. Aí deixaram na mesa dele. Até hoje não sei o resultado, sei que a minha rede foi queimada.

P.: Foi queimada?

— *Foi. Rede queimada. Olha, daqui saiu muita rede queimada, mas, uma barbaridade! Tudo queimada, tudo por este tal de Magalhães.*

Foi na sequência desta conversa que Cândido confidenciou-me o apelido dado ao Magalhães pelos *filhos da Ilha*: “*Carrasco*”.

Um dos entrevistados, Rui — que era um garoto quando da época da expulsão dos sítios (durante a pesquisa contava seus 46 anos), filho, do homem que nunca mais quis tocar no assunto com ninguém e muito menos voltar ao seu sítio —, proporcionou uma imagem bastante significativa do que teria sido a expulsão dos sítios. Ele comparou a expulsão com uma árvore da Ilha do Cardoso que fosse arrancada com raiz e tudo para ser radicada em outro lugar.

Aproveitando esta imagem, vale retomar a interpretação acerca do caráter diferencial deste campesinato local, perante a característica de itinerância observada na maioria dos estudos do meio rural brasileiro e no próprio Vale do Ribeira de Iguape.

O abandono do sítio na Ilha do Cardoso poderia ter sido suavizado, do ponto de vista do sustento da família, se os lavradores pudessem ter aberto roças em outros lugares. No entanto, esta não foi a realidade. Não foi a realidade tanto do ponto de vista da legislação ambiental quanto por sua dimensão cultural.

Do ponto de vista ambiental, Tadeu, hoje morando em Cananéia, dá-nos esclarecimentos. Ele me havia contado que certo dia estava a tecer o cerco quando uma pesquisadora, que ele acredita ser do Instituto Oceanográfico, foi conversar com ele, fazendo-lhe várias perguntas, anotando tudo, tirando fotografias, inclusive dele tecendo o cerco.

Aí depois ela perguntou prá mim se eu era pescador. Eu digo: "É, sou pescador!". "O senhor só vive disso?". "É só vivo disso é! Minha profissão". Ainda mostrei meu documento de pesca prá ela! Ela pediu, pegou o número e tudo! "O senhor. não planta nada, não gosta de...". Eu digo: "Gosto, sim senhora, eu fui nascido e criado no sítio! Eu gosto de plantar! Só não planto porque não posso! Aqui a gente não pode plantar nada!". Então ela viu o mato e disse: "Tanto!!". Eu disse: "Tem, sim senhora, tem mato aí! A senhora vê, tem esse mato aí!". "Dá alguma coisa? Digo: "Dá, sim senhora! Dá! Aí dá o feijão, dá a mandioca, dá o milho, dá tudo! Mas só que a gente não pode plantar! A gente não pode trabalhar! A gente não pode trabalhar, que o governo não quer que a pessoa trabalhe! Eu acho que ele... ele exige mais da pessoa [rindo] dá mais valor prá roubar, mandar roubar do que plantar!"

A perseguição não foi restrita à Ilha do Cardoso. A ação do “Florestal” também ocorreu nos sítios do entorno, no continente e em outras ilhas, como a ilha de Cananéia. Porém, mesmo se fosse possível abrir roças em outros locais, é claro que isto não teria diminuído o caráter expropriador da perseguição sobre os *filhos da Ilha*, ou, pelo menos, boa parte deles. A questão da itinerância, comum em camponeses em várias regiões do Brasil, é questionável no caso dos *filhos da Ilha*, pois vimos que algumas das famílias se apresentam como “herdeiros” dos “donos dos sítios”. Vimos também a questão da guarda dos documentos, da relação nomes de sítio - nomes de família, da relação estreita entre certas famílias e o *tempo da escravidão*, da questão da herança das frutíferas (lavoura permanente). Vimos ainda como os “herdeiros” dos “donos de sítios” se referiram a

famílias que iam pedir para morar e trabalhar em seus sítios, representando, provavelmente, o campesinato itinerante, já referido antes.

A relação específica com o sítio de origem do entrevistado, o sítio patrimônio familiar, também pode ser notada no momento em que o entrevistado responde se desejaria ou não voltar a trabalhar no sítio. Ou seja, apesar da diversidade de respostas — só para passear, para segurar a posse, para pescar —, o *filho(a) da Ilha* que deseja voltar a trabalhar com a roça, sonha em fazê-lo no seu sítio na Ilha do Cardoso: “*quando eu me aposentar, eu vou voltar pro sítio*”. Já um entrevistado cujo vínculo com o sítio da ilha é mais de compadrio ou vizinhança, sem relação de herança, se referirá ao desejo de voltar a roçar em qualquer lugar que lhe dessem ou concedessem um sítio: “*eu, se arrumasse...(...) Eu tenho vontade de ir no sítio trabalhar. (...) Um sítio assim que a pessoa me desse para eu tomar conta.*”

A pessoa que declara aqui o desejo de voltar para seu sítio quando se aposentar é prima em primeiro grau da pessoa que disse ter vontade de trabalhar se lhe dessem um sítio para tomar conta. São dois primos, mulher e homem, filhos de um irmão e uma irmã. Os mesmos aos quais já me referi páginas atrás. O pai da prima é irmão da mãe do primo. Foi a prima que tomou a iniciativa de chamar o primo para uma entrevista. Ela nos recebeu na sua casa e ficamos horas ali, na mesa de sua cozinha conversando. Notei o extremo carinho e respeito da prima para com o primo. Ele, mais velho do que ela, tinha sido o grande companheiro de pescaria e de caçada do pai dela (já falecido), de quem ela fala, assim como o primo, com muita emoção e devoção.

Um dos aspectos desta entrevista que chamou a minha atenção está relacionado à hipótese que levantei no capítulo terceiro, sobre a sucessão da herança do patrimônio familiar. Notei que, apesar de serem primos em primeiro grau, e ambos terem nascido na Ilha do Cardoso, o primo apresentava mais um envolvimento afetivo com o tio, pai da prima, do que com o sítio na ilha. Sua história de vida apresentou ligação maior com um determinado sítio no continente. Os pais dos primos não foram nascidos na Ilha do Cardoso, vieram do Paraná ainda muito pequenos e se criaram na Ilha.

No entanto, em entrevista anterior com a prima (doravante Ego) ficou-me a impressão ser o pai dela o herdeiro de sítio na Ilha. Posteriormente, em entrevista com a mãe de Ego, entendi que a mãe era nascida em sítio da Ilha e dizia ser o seu pai (avô

materno de Ego) o “*dono do sítio*”, cuja “*parte*” era da sua mãe (avó materna de Ego), acrescida de “*parte*” comprada do tio (tio avô materno de Ego). Portanto, a relação de Ego com o sítio na Ilha do Cardoso representa a relação com o patrimônio familiar via herança, enquanto a de seu primo era afetiva pela relação de parentesco (provavelmente compadrio) e vizinhança. Daí Ego sonhar em voltar a trabalhar no seu sítio de origem, enquanto o seu primo sonha trabalhar em qualquer sítio que lhe concedesse morada.

Somado este breve relato com o trecho que vem a seguir nota-se, que o *proibido trabalhar* no caso dos *filhos da Ilha* atinge diretamente a sua identidade, dado o tipo de campesinato ali tradicionalmente constituído.

O João Cardoso ficou lá. O João Cardoso não saiu de lá. [Imitando a voz do seu João Cardoso:] "Saíram porque quiseram, que não era obrigado a sair". Como não é obrigado a sair? Ele ficou lá com aquele... daquele tamaninho assim, que é do tamanho desta sala, pra comer uma farinha e mais nada!

Ainda hoje estive discutindo lá, tive uma discussão com o [cunhado] sobre isto. Um homem que vive ali 60, quase 70 anos [referindo-se ao seu João Cardoso], dele mesmo, dele mesmo não tem um pé de laranja plantado! Ele sobrevive das laranjas que... ali de... Nem é do sogro dele! É do... Quando eu conheci o meu tio morava ali, eu era criança, ali tinha tudo, tinha cafezal, tinha as laranjeiras, tinha jabuticabeira, aqueles bambus, aquelas coisas existiam por ali tudo, quando eu conheci ali na década de trinta e não sei o que lá ali, primeira revolução. E hoje ele come banana lá do nosso terreiro, lá onde nós morávamos, lá do centro! Banana sai tudo de lá, plantação do papai lá, que era do papai. E mais nada! Tem só um pé de mandioca que ele planta ali!

(01/06/1994. Homem, 69 anos)

Quando reli este trecho de entrevista, pensei: “ora se há ‘*plantação velha*’ nos sítios vizinhos, por que não haveria ‘*plantação velha*’ do sogro do seu João Cardoso ou mesmo sua própria plantação, ainda do ‘*tempo que era liberado trabalhar*’?” Porém, o ponto nevrálgico deste trecho de entrevista é a revelação (inconsciente, é claro) do entrevistado quanto à lógica cultural (e, portanto, moral) de preservação do patrimônio material (herança do sítio) e igualmente simbólico, envolvendo relações de vizinhança, e subordinado à lógica da reciprocidade e do *respeito* que dá sentido à vida pessoal e coletiva. .

O que esta sendo lamentado neste trecho é a condição do *filho da Ilha* impedido, ele mesmo, de trabalhar em seu sítio e tirar dali o sustento de sua família. Mais ainda, ele não pode honrar o patrimônio familiar, a parte que lhe cabia preservar da herança sucessória, por meio do código costumeiro que transitava do sogro para o genro (ou de mãe para filha,

conforme a suposição apresentada). Um homem que precisa se valer da laranja e da banana do terreiro do vizinho, pois dele mesmo pouco há para o seu próprio sustento.

O trecho revela os “princípios (antropológicos) da honra e da reciprocidade”¹⁴⁴. O primeiro relacionado à obrigação do chefe de família em preservar o patrimônio pelo trabalho, porque é o trabalho que constrói o *sítio*. O segundo associado ao fato de que o trabalho é “categoria indissociável da família” e esta está inserida na “cápsula protetora”¹⁴⁵ da vizinhança, imersa em solidariedade. O trecho parece querer dizer que apesar do seu João ter sido proibido por lei de honrar seu papel social de pai e chefe de família e de mantenedor do patrimônio familiar, ele ainda conta com o segundo princípio, o da reciprocidade da vizinhança, mesmo que esta também esteja ameaçada pela mesma lei.

*“No universo que estamos examinando, a honra delimita um campo específico para o jogo da reciprocidade ... onde as práticas são obrigatórias, pois o que, realmente, está em jogo é o todo (a comunidade, a ‘casa’, etc.). Se a reciprocidade exige um outro para que possa haver a troca, ela supõe, também, a construção de um nós que se contrapõe a um outro outro — o estranho. Esse nós é constituído por iguais em honra. Por isso, a reciprocidade se realiza no interior de um território que é, também, um espaço de identidade”.*¹⁴⁶

Todo(a) entrevistado(a) cita o João Cardoso como exemplo de coragem e determinação por não ter saído do *sítio*. Porém, da mesma forma que todos os outros *filhos da Ilha*, João ficou *proibido de trabalhar*, desta forma o *sítio* Santa Cruz, assim como os outros *sítios* da Ilha do Cardoso, perdeu as características patrimoniais de um *sítio*.

Na entrevista com o primo e a prima, o desabafo do primo, quanto à briga que seu tio tivera aquele dia com o Magalhães, devia-se que aquela proibição estava deixando seu tio “*louco*”, uma vez que o trabalho no *sítio* era a única coisa que ele tinha, daí que

E1: claro, o povo largou de trabalhar, ninguém pode trabalhar mesmo! Agora, ninguém faz nada, no sítio não [se] faz nada. Eu conheço nêgo que mora no sítio e vem comprar farinha prá comer aqui em Cananéia.

E2: Sim, farinha, arroz, feijão. Vem comprar aqui. Mora lá no sítio prá quê?

E1: Meu deus do Céu, só prá pescar?

E2: Mora no sítio só prá dizer que mora! Leva dois, três isopores com gelo. Coloca o peixe lá no isopor, vem vender e leva o gelo. Nem uma horta tem!

P.: E aí a gente pode pensar que é sítio?

E2: Lógico que não! Sítio é onde tem coisas plantadas, que dê para a pessoa se manter no sítio. (05/06/1994. E1: primo, 53 anos; E2: prima, 38 anos)

¹⁴⁴ Klaas WOORTAMNN. *Op., cit.*, p. 30.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 35.

Nota-se que nesta visão de mundo o *sítio* não é lugar de pesca; é lugar de “*coisas plantadas*”, de trabalho individual e familiar com a terra. Aí está novamente visível a campesinidade do *filho da Ilha* — “o significado da terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família, como o é, igualmente, a terra enquanto patrimônio”¹⁴⁷. O trabalho gera os frutos da terra e da própria dignidade de sua família.

Tadeu vive hoje exclusivamente da pesca e disse que teve que aprender a pescar depois que saiu do *sítio*. No *tempo do sítio* ele recorda que no clarear do dia, ainda de madrugada, quando eles vinham do *sítio*, carregados de arroz, de farinha, de banana, com as coisas do *sítio*, cruzavam com “*quinze, vinte, trintas canoas lanceando de picaré, tudo aqueles homens tava com peito lanceando camarão*”.

Tratava-se de pescadores que moravam em Cananéia, num bairro chamado Carijo, não era “*povo do sítio*”. Conforme Tadeu, após a pescaria os pescadores se dirigiam ao Entreposto, que hoje é Ceagesp, onde os compradores os aguardavam. Ali os compradores adquiriam o camarão dos pescadores, formando pilhas do produto. Após o que o camarão era lavado, encaixotado, colocado a gelar e, depois, enviado para os centros de comercialização.

Mas isso era o povo daqui, o povo que morava aqui na cidade, só esse povo daqui do Carijo, não do povo do sítio. Naquele tempo, prá lá, a gente, ninguém vivia de pesca. Só vivia do sítio, só lavoura. Pegava peixe só prá comer, pro gasto. Assim: ia lá, matava um pouco prá comer. Ninguém vivia de peixe, trazer em Cananéia prá vender? Não, de jeito nenhum!

A época narrada por Tadeu coincide com a do projeto de desenvolvimento do setor pesqueiro estudado por Mourão e Diegues. O camarão foi um dos pescados de maior demanda nas décadas de 1960 e 1970. Nota-se no relato acima que o lavrador permaneceu dedicado ao trabalho na terra, apesar da demanda de pescado, o que vai contra a suposição dos técnicos do Governo e de outros especialistas, de que o lavrador-pescador das ilhas e estuários passariam a dedicar-se exclusivamente à pesca, dado o ganho econômico que o setor aparentava oferecer.

¹⁴⁶ Klaas WOORTMANN. *Op., cit.*, p.60.

¹⁴⁷ Ibidem, p.43.

Porém, vimos que o *filho da ilha* continuou um lavrador; continuou trabalhando no seu sítio mesmo com a demanda de pescada¹⁴⁸, e só deixou de fazê-lo sob a da legislação ambiental.

A respeito da concepção tradicional de trabalho para os *filhos da Ilha*, creio que vale à pena observarmos mais um trecho de entrevista. O entrevistado que confidenciou a mim o apelido que fora concedido ao Magalhães, ao responder à pergunta sobre se ele gostaria de voltar a morar no sítio, voltou a falar da proibição ao trabalho e da perseguição do Magalhães. E relatou, num tom irônico, a conversa que teve certo dia com um visitante do Rio de Janeiro.

Pra morar não quero saber mais. Trabalhar que é bom! Não quero saber mais lá do sítio, é proibido trabalhar mesmo! [riso irônico]. Um cara me perguntou uma vez, faz tempo já, falou pra mim assim, ali no porto: "Aqui em Cananéia o que dá, o que planta, o que Cananéia produz?" Eu disse: "Não produz nada, pois aqui é proibido trabalhar! Vai produzir o quê?" Aí ele deu risada. Eu disse: "Aqui, aqui é proibido trabalhar!" Aí ele deu risada e falou: "Ah, [vou] pro Rio trabalhar quando eu me aposentar venho pra Cananéia também". Eu digo: "Pode que aqui é bom; aqui é proibido trabalhar". [risos]

Cândido trabalhou como assalariado de uma instituição pública. Ele conseguiu um “serviço na cidade”, no qual se aposentou, sem nunca ter deixado de pescar para

¹⁴⁸ Já tive oportunidade de ler em escritos sobre o Vale do Ribeira de Iguape e especificamente sobre Cananéia, que os caiçaras ao longo da história viveram sob a influência dos ciclos econômicos e que a lavoura fora um recurso nos períodos de estagnação econômica: “a população local sempre viveu sob a influência dos ciclos econômicos e a agricultura não escapou dessa realidade. Mourão (1971) aponta que a atividade agrícola, na região de Cananéia, deve ter sido um meio de garantir a sobrevivência ante a decadência cíclica de outras fontes: ouro, madeira, peixe, palmito e caixeta. Nesse sentido, o autor discorda da dicotomia simplista que considera que a fase agrícola do caiçara corresponde a uma situação de ‘equilíbrio’, de homogeneidade de comportamento, possível por uma situação de ‘isolamento’ mais ou menos geral, tanto em termos geográficos como culturais; em oposição à fase da pesca, uma situação de desorganização social, em razão do rompimento do ‘isolamento’. O isolamento e a integração social/econômica não podem ser medidos em termos meramente geográficos, mas dependem da relação entre o sistema econômico local e o sistema econômico global. Ao invés de considerar que o processo ocorrido em Cananéia tenha levado à desorganização e à desintegração social da população, o autor (1971) prefere considerar que tenha ocorrido uma reorganização social.” (Cristina ADAMS. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem. *Rev. Antropologia*, v.43, p.10). Afirmção deste tipo pode ser uma interessante hipótese de estudo, ainda mais em face da campesinidade notada nos *filhos da Ilha*.. Mesmo porque, conforme Klaas WOORTAMNN “se o mercado domina o campesinato, ele não o organiza” (*Op., cit.*, p.12). Ao sugerir a afirmação de ADAMS como uma hipótese, recorro a Marshall SAHLINS quanto a culturas baseadas em “estruturas prescritivas” e culturas baseadas em “estruturas performativas”. As primeiras são “grupos delimitados e regras obrigatórias, que prescrevem anteriormente em muito a maneira pela qual as pessoas devem agir e interagir”; as segundas são grupos que formam “constantemente relações a partir das práticas” (*Ilhas de História*, p.45). Esta base teórico-metodológica seria uma abordagem possível para a interpretação das mudanças e reprodução cultural das populações tradicionais cujos locais de vida e trabalho foram transformados em unidades de conservação. Retomarei este ponto na conclusão.

complementação da dieta da família, e para aumentar um pouco a sua renda. Minha impressão sobre sua condição e qualidade de vida é a de quem conseguiu se reerguer apesar de toda a expropriação sofrida. Além de assalariado, hoje aposentado, e de Cananéia ser ainda hoje produtora de pescado e ter demanda turística, mesmo que ínfima, por que motivo o entrevistado teria declarado ironicamente para um visitante, que o município “*não produz nada, pois aqui é proibido trabalhar! Vai produzir o quê?*”.

Vê-se, portanto, mais uma vez, que o termo “trabalho” tem um significado diferenciado para o *filho da Ilha*. É um valor social, “não do valor-trabalho, mas do trabalho enquanto um valor ético”¹⁴⁹.

6.3. Da Contradição¹⁵⁰: “*a gente mesmo tomava conta*”

... para eles [os nascidos no sítio em que estávamos], naquela época, dava de sobra, ninguém comprava café. Que nem lá no sítio também, nós tínhamos café, era o melhor café o nosso, [e] também dava café que estragava no chão; que ficava tudo branco de(?), passarinho chapava tudo ele, morcego, e aquilo caía no chão e ninguém juntava. Nós éramos onze pessoas em casa, aliás, treze com papai e mamãe, eram onze irmãos e o café dava de sobra pra gente, passava ano, de um ano pra outro sem comprar. Então, existia fatura naquela época e não era só meu pai, todo mundo tinha e agora esta miséria.

Tudo culpado do... da lei brasileira. Tudo na miséria. O pessoal aí fez correr. Uns viraram funcionários, outros viraram pedreiro, outros viraram sei lá o quê, outros sumiram... Naquela época, para entrar uma pessoa aqui no sítio, por exemplo, um estranho queria vir caçar, fazer alguma coisa, vinha pedir autorização pra gente pra entrar, né. Depois, todo mundo invadiu direto, é do Governo!
(04/12/1993. Homem, 69 anos)

Assim como naquela época, ainda hoje mesmo após a implantação do Parque e talvez até pela maneira como ele foi imposto, o *filho da ilha* observa como vem ocorrendo a “*invasão da Ilha*” pelos palmiteiros e pelos caçadores. Ainda hoje o *filho* de tal ou qual *sítio* está atento ao que acontece no *sítio* de sua origem e nos de seu entorno. Ainda hoje ele é, e se sente invadido e roubado, desrespeitado pela ação de terceiros sobre os seus *sítios*.

Em dezembro de 1993 um *filho da ilha* descreveu para mim um acontecimento relacionado a caçadores que invadiram a Ilha e mataram caça no interior do *sítio* de sua família. Amaro, juntamente com sua esposa e um compadre, havia acabado de aportar no *sítio*, quando ele ouviu “*umas passadas atrás da casa*” e viu o homem correndo para o

¹⁴⁹ Klaas WOORTAMNN. *Op., cit.*, p. 12.

¹⁵⁰ Estou utilizando o termo no sentido usual e não como apropriado sociologicamente.

morro, para o mato: “*mas, tem gente aqui!*”. A esposa também ouvira e vira. Era um sábado. Foram até a fonte e verificaram que haviam acabado de pegar um porco-do-mato, “*daqueles grandes*”. Estava tudo jogado na beira da fonte. Certamente o “*cara*” que iria buscar o caçador não encostou a embarcação, porque viu que a canoa dele estava ali no porto. Em função disto, o caçador que estava na Ilha aguardando a condução para ir embora teve que esconder-se no mato.

Quando foi de madrugada roubaram a canoa do João Cardoso, no sítio Santa Cruz. Mais adiante, em outro *sítio*, trocaram de canoa por uma “*canoa de espero*” do Joaquim Cardoso. Como Joaquim estava arrumando o cerco, ele deixava a canoa em terra nas imediações do cerco para no outro dia ir trabalhar ali. Pegaram a canoa do Joaquim e deixaram a do João.

O entrevistado relatou que no dia seguinte ao dia que viram o homem correr, eles receberam no *sítio* a visita do João Cardoso, dizendo que haviam roubado a casa dele e levado sua canoa. Desconfiaram da(s) mesma(s) pessoa(s) que estivera(m) ali caçando no dia anterior: “*ah, então foram estes caras que estavam aqui, porque aqui eles não apareceram [mais]!*”. Deram então uma volta por cima do morro e não acharam ninguém. Eles sabiam que o homem que correu estava esperando a condução e que fora prejudicado porque eles chegaram no *sítio*. João Cardoso decidiu procurar para ver se sua canoa havia sido abandonada mais adiante. Foi quando ele constatou que a haviam trocado pela do Joaquim Cardoso. Quando Joaquim Cardoso chegou para trabalhar no cerco: “*cadê a canoa?*” Foi quando João falou: “*a minha roubaram e deixaram... Em vez de deixar a sua, deixaram a minha!*”.

Amaro ficou sabendo da troca das canoas porque estava pescando com o compadre por ali e eles acabaram encontrando novamente com João Cardoso naquele mesmo dia.

Esta história foi contada a mim porque o entrevistado estava explicando que apenas depois que os moradores da ilha foram expulsos dos sítios é que outras pessoas começaram a invadir a Ilha para tirar o palmito e para caçar, o que antes não acontecia. Isto porque, além do *respeito dos antigos* durante a época em que “*a caça estava criando*”, o morador do sítio não tirava o palmito. A partir desta declaração de princípio ele fazia uma provocação pertinente: “*quem foi tirar?*” Terminado o relato da caçada e do roubo das canoas, e respondendo à própria pergunta provocativa, ele refletiu:

É assim, né, o povo invadiu, invadiu. E quando... Mesmo o morador de lá nunca destruiu as coisas... Que a gente mesmo tomava conta, né, observava, tomava conta. Só roça porque coisa, mas tudo que foi roçado ta lá, o mato na mesma altura, alto, bom de trabalhar outra vez.

Darei adiante uma maior atenção ao conteúdo da última frase da passagem acima. Quero agora, no entanto, destacar a sua importância. Nota-se que o entrevistado fica mais à vontade para falar do “*tomar conta*” àquela época quanto aos itens caça e palmito, tão valorizados pelos ambientalistas. Entretanto, ele não parece tão confortável para falar da preservação da Mata Atlântica. Sua frase é ambígua, pois ao mesmo tempo em que “admite” “*só a roça porque coisa*”, no sentido de acatar a idéia de inadequação da roça à preservação da mata, ressalta a capacidade regenerativa da terra e da mata, “*mas tudo que foi roçado ta lá, o mato na mesma altura, alto, bom de trabalhar outra vez*”. Isto porque aquilo que o “*Governo*” pressupõe como a intocabilidade, o *filho da Ilha* considera como o “*descanso da terra*” e a “*reforma da madeira*”.

Quanto ao tema do *filho da Ilha* “*tomar conta*”, “*observar*” o que acontecia com a Ilha do Cardoso, observemos que desde a época da pesquisa, e após anos e anos depois da *perseguição* sofrida pelos *filhos da Ilha* e, ainda, anos depois do abandono do *sítio*, reencontramos viva a representação de ações de cuidado e atenção para com a segurança do *sítio*, de parte de seus moradores, assim como o *respeito* para com a caça, bem como a comunicação e articulação entre os vizinhos, que são os mesmos do *tempo do sítio*. Haveria como duvidar que os *filhos da Ilha* se reconhecessem responsáveis pelos cuidados com o meio ambiente da Ilha do Cardoso?

No *tempo do sítio*, um palmiteiro ou um caçador, para irem à Ilha eles deveriam passar por algum *sítio*. E se não recebessem a autorização de seu morador não poderiam entrar na Ilha¹⁵¹. Da mesma forma, não custa lembrar aqui que se ainda hoje o *filho da Ilha* reconhece a localização (e herança) das frutíferas, bem podemos imaginar a sua percepção no *tempo do sítio* no que toca cada detalhe do que ocorria no *sítio* e em suas redondezas.

¹⁵¹ Conforme já assinalei no capítulo primeiro, os *sítios* formavam como que um anel em torno da Ilha. É isto que indica o mapa apresentado na introdução da parte segunda da dissertação.

Ora, a última frase da citação acima é mais um exemplo do que acabei de afirmar. Quando o *filho da Ilha* olha para seu *sítio* ou para sua “*vizinhança*”, ele reconhece a apropriação social do *tempo do sítio*. Neste trecho de entrevista a apropriação realizada pelo trabalho é contemplada desde a ótica da campesinidade, pois “*tudo o que foi roçado está lá... bom de trabalhar outra vez*”.

Se mesmo hoje, no momento em que os *sítios* estão despovoados vê-se uma rápida comunicação entre os vizinhos e uma rápida percepção do que está acontecendo, imaginemos isto na época em que a “*vizinhança*” era grande e cabia ao morador toda a responsabilidade pela manutenção e cuidados com o patrimônio familiar!

A contradição está em que para garantir a preservação o morador teve que sair para o “*Governo*” tomar conta. Porém, e isto o *filho da Ilha* vem observando desde então, com sua expulsão o “*Governo*” não conseguiu “*tomar conta*” e impedir a exploração do palmito e da caça.

Há outros vestígios na pesquisa que indicam não ter sido a prática de usufruto dos bens naturais e de trabalho na terra no *tempo do sítio* invasiva ou predatória, o que revela, por certo, outra concepção de conservação, diferente daquela da sociedade abrangente, representada pela implantação de unidades de conservação e impeditiva da permanência do homem no seu interior, portanto representativa de dissociação entre homem e natureza..

Digo vestígio para diferenciar da idéia de discursos prontos. Vestígios são pistas que não se sabe que foram deixadas. Eles servem para revelar infrações ou mesmo crimes E, em nosso caso, servem para revelar o modo de pensar de uma cultura. São vestígios bons para se pensar naquilo que, conforme assinalado no capítulo segundo, Brandão chama de “ética do ambiente” e Diegues de “sistema tradicional de manejo”.

Quando o entrevistado diz “*a gente mesmo tomava conta*”, referindo-se especificamente ao problema da caça e do extrativismo indiscriminado na Ilha do Cardoso, após a expulsão do morador tradicional dos seus *sítios*, ele está se reportando de forma consciente a dois valores da concepção ecológica: a preservação da fauna e da flora (palmito) da Mata Atlântica. Porém quando ele narra em detalhes o episódio do caçador e do roubo das canoas, apesar de aí também revelar discurso de defesa do “*a gente tomava conta*” versus a incapacidade “*do Governo*” de fazê-lo de forma devida, por outro lado o acontecimento em si mesmo — a chegada deles no *sítio*, a atenção voltada para o

movimento atrás da casa, a constatação de ser um invasor, a desconfiança imediata de tratar-se de um caçador, o achado da caça recém morta, o caçador fugindo e se escondendo na mata, o impedimento do companheiro ao resgate do caçador, o roubo da canoa na madrugada, a visita do vizinho informando o acontecido, a busca pelo caçador no morro, a busca pela canoa roubada, a verificação da troca das canoas, o reencontro dos vizinhos e comunicação do desfecho das trocas — demonstra o comportamento espontâneo (mais agido do que pensado) de um aprendizado anterior, a prática costumeira herdada dos *antigos* e através dele atualizada, de “um tempo que sempre foi” de atenção e de cuidados.

Para entendermos a outra hipótese possível para o desaparecimento da caça na Ilha do Cardoso, ou seja, a diminuição da fauna da Mata Atlântica, quero relatar outro episódio também observado da prática do *filho da Ilha*. Neste episódio nem mesmo há a preocupação por parte do entrevistado quanto à convicção de que “*a gente mesmo tomava conta*”. Mas ela está presente nos momentos em que a narração explicita a expropriação.

Cândido, o entrevistado ao qual me referi anteriormente, que teria levantando um rancho no *sítio*, com a intenção de “*segurar a posse do sogro*”, na seqüência da mesma entrevista, após haver falado um pouco mais da *perseguição* do Magalhães e da impossibilidade de “*sobreviver*” no *sítio* àquela época, olhando em direção à sua esposa e irmãos desta, e, com a voz embargada, disse que o sogro jogou tudo para o ar, abandonando o *sítio*. Estávamos todos no rancho tomando café, Cândido e seu cunhado, pouco antes de nos sentarmos à mesa, tinham estado a verificar as frutíferas em torno do rancho. Chamados para o café, os homens adentraram o rancho contando para as senhoras e para mim o estado atual de cada uma das árvores frutíferas e de outras plantas. As falas alegres dos homens se confundiam, e eram acompanhadas de expressões faciais e interjeições jubilosas das senhoras: “*enterrei aí dois sacos de laranja*”, “*preciso cortar o jerimum*”, “*já tem pêssego lá no quintal*”, “*já colhi cinco ou seis pêssegos*”, “*pro ano está dando caju*”, “*um pezinho assim [um metro e meio] tem uns oito [pêssegos]*”, “*o caju já está com flor*”, “*eu plantei muita coisa, [mas] não pega; eu plantei alface, não nasceu*”, “*plantei rama*”.

Neste clima de euforia, nós nos sentamos para o café e, entre anedotas, um dos homens fez uma brincadeira relativa a um importante momento da vida política brasileira, a prisão de Paulo César Farias: “*este apartamento aqui é igual o do PC, igualzinho!*” Todos nós rimos muito. Sempre mantendo o bom humor, pouco antes e ainda fora da casa, no

momento que os homens voltavam dos cuidados com a plantação, um outro entre os presentes apontara para mim sua bermuda rasgada, dizendo que a tinha comprado no shopping, pois era a última moda, fazendo graça dos costumes citadinos.

Enquanto tomávamos o café da manhã surgiu o assunto sobre o sogro e pai dos três irmãos, sobre o haverem sido obrigados a abandonarem tudo no *sítio* — tratava-se do mesmo *sítio* em que estávamos. Sua fala foi seguida das seguintes explicações e intenções:

Agora, estas coisas, estes pezinhos de laranja, de abacate, estas coisinhas aí, [que] nós temos plantado aí... Eu só vou plantar porque de repente não serve para mim, mas serve para os animais comerem, um pássaro, serve pra alguém outro.

P.: Jabuticaba já tinha?

— Nós temos vários pés. Ali têm dois, três pequenos; ali tem mais dois; ali embaixo tem mais outro que está grande; no porto tem mais um. Tudo isto já é nosso já. Só que nós não vamos se servir da fruta, leva trinta anos pra dar a fruta. Vai servir pros pássaros ou então pra alguém que tiver coragem de vir aqui.

Este trecho de entrevista revela o aspecto da reciprocidade entre homem e natureza, expresso na relação que o *filho da Ilha* estabelece entre plantação e alimento para os animais. Porém, o trecho nos fornece outras informações. Na intenção de se estar plantando também para o usufruto dos pássaros e demais animais, entrevejo aí conexões de sentido com outros aspectos da cultura, referendando novamente a campesinidade dos filhos da Ilha.

Este trecho, assim como o que inicia este item, é uma fala do mesmo entrevistado. Observam-se neste trecho aspectos relativos à reciprocidade entre parentes e vizinhos, à autonomia e honra do pai, à transmissão do patrimônio representado pela interpenetração de aspectos de dois códigos, o jurídico e o costumeiro, assim como aspectos relativos à preservação do *respeito dos antigos* quanto à caça e demais bichos da mata.

O aparecimento de pronomes e advérbios tem sido fonte de conhecimento. Já tive oportunidade de me referir ao uso pelos entrevistados de advérbios de lugar (“lá”, “aqui”) que denotam estar o pensamento do entrevistado no tempo-espço do *sítio*, mesmo quando a entrevista acontecia na cidade de Cananéia. Da mesma forma, podemos notar no trecho acima o uso dos pronomes pessoais “eu”, “eles” e “nós”.

Para facilitar, vou denominar de Ego o entrevistado que afirma estar “*segurando a posse do sogro*”. No trecho que abre este item, ao falar do *sítio* no *tempo do sítio*, ao tempo em que todos os presentes à entrevista eram jovens adultos, uns casados outros recém

casados, Ego cuida de deixar claro que, no *sítio* em que estávamos, “*para eles* [os irmãos presentes], *naquela época, dava de sobra, ninguém comprava café*”. Em seguida, Ego nos fornece maiores detalhes sobre a “*fartura*” do café no *sítio* de sua própria família. Há aí a presença evidente e sutil do *respeito* pelo patrimônio familiar da vizinhança, ao deixar claro a quem pertencia o *sítio* àquela época, assim como o gesto de falar com mais desenvoltura de sua própria história familiar, portanto da história do patrimônio familiar. Isto para afirmar: “*então, existia fartura naquela época e não era só meu pai, todo mundo tinha e agora está esta miséria*”.

“Eles”, no caso, corresponde à outra família, de *sítio* vizinho; o “*nós*”, corresponde à família de Ego. Assim a fala volta a enfocar um “*nós*” representado por “*todo mundo*”, que é o *tempo do sítio*, um conjunto de *sítios*, uma “*vizinhança*” (o bairro rural).

No trecho acima Ego diz: “*agora, estas coisas, estes pezinhos de laranja, de abacate, estas coisinhas aí, [que] nós temos plantado aí*”. O “*nós*” neste caso, significa Ego e cunhado de Ego. Na seqüência, diz Ego: “*eu só vou plantar porque de repente não serve para mim, mas serve para os animais comerem, um pássaro, serve pra alguém outro*”. O “*eu*” denota o papel de Ego atualmente com relação àquele *sítio*, pai/chefe de família e responsável pelo patrimônio familiar, herança do sogro. Lembremo-nos do que foi apresentado no capítulo terceiro a respeito do chefe de família como “*dono da roçada*”, aquele que convida ao mutirão e orienta o trabalho. Ego termina a frase em oferta ao “*outro*”: “*serve para os animais comerem... serve pra alguém outro*”, “*para alguém que tiver coragem de vir aqui*”.

Como salientado anteriormente, Ego está “*segurando a posse do sogro*”, segundo orientação recebida certa vez, como forma de garantir a propriedade de acordo com os preceitos do código jurídico brasileiro. No entanto ele o faz segundo os padrões dos *antigos*, e através de práticas e valores do código costumeiro, naquilo em que ainda é possível fazê-lo¹⁵².

¹⁵² Conforme já vimos no capítulo quinto, nota 127, página 184, Renata PAOLIELLO, vai encontrar entre posseiros do Vale do Ribeira, “*a posse como forma recriada de padrões tradicionais costumeiros de uso e ocupação*”. Embora que, conforme a análise dos documentos jurídicos, a autora se referirá a um caso ocorrido no município de Eldorado Paulista, quanto a uma área cujos “posseiros” eram herdeiros de terceira geração que, porém, não tinham aberto inventário. O documento analisado pela autora dizia ser “*impossível pedir a usucapião de cada parte ocupada por herdeiros, pois herdeiros não são posseiros, têm direito à transferência do domínio por herança e partilha após a morte do titular*” (Conflitos fundiários na Baixada do Ribeira, p. 338,130).

Ou seja, não é o cunhado ou irmãos deste, como filhos do “*dono do sítio*” em questão, que estão segurando a posse, parâmetros do código jurídico, cuja herança segue dos pais para os filhos, mas Ego, o genro, parâmetros do código costumeiro. Ego e o seu cunhado “trabalham” de igual maneira no plantar e no cuidar das frutíferas e na limpeza do rancho, e, assim, os dois estão segurando a posse. Porém Ego, como pai de família e no exercício de sua autonomia como chefe de família, sente-se responsável pela plantação, sobre o quê plantar. Mas ele o faz com a ajuda solidária do cunhado, revelando uma reciprocidade entre vizinhos, parentes e compadres. Ego planta para “*segurar a posse*”, porém também para a família e para “*alguém outro*”. No tempo do sítio, este “*alguém outro*” era um “*nós*”, a “*vizinhança*”, ou um comprador a quem se vendia, conforme vimos no capítulo quinto, ou, talvez, para consumo à época dos mutirões. E estende-se também à caça e demais animais que se serviam da plantação. Ou, ainda, “*estragava no chão; que ficava tudo branco de(?), passarinho chapava tudo ele, morcego, e aquilo caía no chão e ninguém juntava*”.

Mas, se a relação entre frutíferas e alimento para a caça e demais bichos figurou neste trecho de entrevista, indicando aspecto da “ética do ambiente”, não se mostrou por inteiro. Isto porque, segurar a posse é se cercar de elementos previstos na lei. E neste caso a presença da lavoura permanente, como as frutíferas, é indício de posse, porém segurar a posse como forma de preservar o *sítio* não se refere ao *sítio* propriamente dito. Ou seja, se para o código jurídico a soma do rancho e das frutíferas é indício de posse; para o código costumeiro o *sítio*, o patrimônio familiar é a soma da casa, do trabalho na terra e das frutíferas.

Apesar de haver antecipado acima existir uma outra hipótese para o desaparecimento da caça, para além da invasão da Ilha pelos caçadores, apenas agora a introduzo de forma mais clara. A respeito da caça, é consenso entre os *filhos da Ilha* que sua quantidade na Ilha do Cardoso hoje e em regiões do entorno é muito inferior àquela que existia à época do *tempo do sítio*.

— *Mas naquele tempo tinha paca.*

— *Eu acho que uns vinte anos [atrás]...*

— *Todo mundo matava pra comer e tinha, né?*

— *Tinha, uns vinte e cinco anos atrás, mais ou menos.*

— *Parece que depois que ficou proibido...[a caça sumiu!].*

(05/06/1994. Entrevista com três membros de uma mesma família.)

P.: O senhor estava falando que no Itapanhapina [sítio no continente] também tinha bastante caça.

— Tinha!

P.: Depois diminuiu a caça, mas por quê?

— Porque o pessoal não pôde mais trabalhar, né, aí não tinha o que eles comerem.

Porque na época tinha roça, tinha o milharal, plantava. Plantava, êh, meu Deus do céu!! Depois eles iam comer o quê? Nada! Que a gente não pôde mais plantar; porque não deixa plantar nada!

(05/06/1994. Homem, 53 anos)

Boa parte dos relatos referentes à caça, inclusive, está relacionada ao “carreiro” do animal em direção às roças¹⁵³. As armadilhas eram montadas nestes locais. Assim sendo, para o *filho da Ilha* e demais moradores tradicionais dos *sítios* do continente, a diminuição da caça deve-se a dois fatores. Deve-se ao “*proibido trabalhar*”, quando as roças e frutíferas eram fornecedoras de alimento aos animais; e deve-se à invasão dos caçadores, dada a impossibilidade dos moradores tomarem conta da Ilha agora. Ora, as duas hipóteses não se contradizem. Ao contrário, elas reforçam os aspectos de uma cultura cuja relação com a natureza pressupunha compromissos de respeito entre o homem e a natureza, como o *respeito dos antigos* quanto à criação e a oferta de alimento à caça, advinda da plantação. E o mesmo *respeito* entre um homem e outro homem, sob a forma de reciprocidade, *respeito* pela “*vizinhança*” e *respeito* às normas de conduta sociais, inclusive o “*respeito pela criação*”. A invasão do caçador e a migração da caça são conseqüências de uma mesma lei que vai na contramão das normas de conduta do “tempo que sempre foi”.

Abaixo segue uma seqüência longa de trechos de entrevistas, sendo os dois primeiros trechos de um mesmo entrevistado. Desta seqüência surgem mais indícios no estabelecimento das conexões de sentido que compõem a ética camponesa, no que diz respeito à relação homem-homem e à relação homem-natureza.

Podemos extrair dos trechos aspectos relacionados à interpretação que os *filhos da Ilha* dão sobre a prática de conservação do “*Governo*”. Desta interpretação e dos argumentos em defesa do “*a gente mesmo tomava conta*”, e do “*a gente preservava*” evidenciam-se certa valorização coletiva em torno da questão da mata, entre a concepção do “*Governo*” e a do *filho da Ilha*. A seqüência revela também noções da sustentabilidade da mata, como uma breve idéia acerca do que consiste o saber que o fazer do *filho da Ilha*

¹⁵³ Entre os parceiros do rio Bonito, segundo Antonio CANDIDO, a caça limitava-se quase apenas à defesa das roças (*Os parceiros do rio Bonito*, p.142).

praticava no *tempo do sítio*. Acredito que o trecho de entrevista que narra as preocupações da “*turma dos mais velhos*” relativas à conservação da mata e da caça permitirá uma aproximação ao problema da herança de um saber-fazer, indicativa da posição do herdeiro, não apenas perante este saber-fazer propriamente dito como também perante a transmissão do patrimônio.

P.: Agora, tirar as pessoas da Ilha pra preservar a natureza, essa idéia o senhor acha certo? Pra preservar?

— *Preservar a natureza tá certo, [mas] nós conservávamos a natureza naquela época. Pra você ter uma idéia, papai chegava a época... papai não, todo mundo... na época que a caça tava criando ele não deixava nem nós matarmos caça, nem desmatar também. Tinha que ficar com o mundéu fechado, que a caça estava criando. A natureza da... a mata virgem, derrubava até uma parte, foi derrubado, pra cima não derrubava porque sabia que ia precisar daquela área de mata virgem, sabe. Então, não se derrubava também. E papai [?]. Então, existia fartura e ninguém destruiu a Ilha. Agora, do jeito que a turma fez, tirar todo mundo pra conservar a Ilha não tem conservação nenhuma porque eles mesmos destruíram a Ilha!. A Ilha está destruída agora. Porque agora não tem... igual animal que tinha, caça que tinha de toda qualidade, não tem nada agora! Palmito que tinha quantidade ninguém estragava, não tem mais também. Então, o próprio Parque destruiu a Ilha.*

(...)

Esse pessoal mais velho sempre falava, sempre dizia: "Se nós não conservarmos as nossas terras vamos comer mais tarde o quê?" Sempre dizia.

P.: Ah, falavam?

— *Falavam, papai e a turma dos mais velhos. Então eles... como eu falei, a caça quando chegava a época da criação da caça eles não deixavam ninguém matar nada, sabe.*

P.: E ficavam bravos se alguém fizesse?

— *É, eles não gostavam quando a gente matava alguma caça fora de... em época que tava criando. E depois, negócio de desmatamento na mata virgem? Também chegou um tempo eles pararam, não queriam mais que cortasse mais nada pra cima que sabiam que um tempo eles iam precisar daquela área. Então, sempre eu via eles conversarem. Papai falava sempre. Então pararam por ali e agora virou tudo mata virgem novamente, agora não tem mais... aquela parte que foi desmatada é tudo mata virgem.*

— *Então, chegava uma época que você plantava muitas vezes nele [no terreno], ele sempre reformava, sabe, capoeira, que nós chamávamos capoeira. (...)*

P- Então, por exemplo, quando o senhor fez uma derrubada na mata virgem, plantou a mandioca, tem todo aquele... vai tirando... depois de um ano e meio o senhor começa a tirar a mandioca, ainda dura uns dois anos, quando o senhor deixa aquelas terras o que nasce ali a gente já chama capoeira...?

E- Chama capoeira...

(...)

P- Aí tem um tempo que o senhor esquece aquele terreno e deixa ele lá?

E- Realmente tem que deixar, deixar ele de lado e partir pra outro pra refazer...

P- .Por quanto tempo?

E- Tem que deixar de cinco, seis, oito anos, sei lá, pras árvores crescerem outra vez, sabe. Pra recuperar a terra.(...) Recupera porque a própria folha da madeira cai ali e apodrece, né, e vai fazendo adubo na terra.

P- É por isso! Ela vai adubando naturalmente.

E- Adubando naturalmente, da própria folhagem da madeira que cai.

P- Mas, a folhagem da mandioca não aduba?

E- É difícil, né, é muito pouco.

P- Ah, é uma quantidade...?

E- É, madeira não, madeira vai caindo aí dois, três, quatro, cinco, seis anos vai caindo ali, ali vai apodrecendo tudo, né. Então, ela vai adubando a terra, a terra vai criando força novamente.

(...)

P- Ah, tá! Agora, ela nunca se torna uma madeira igual uma mata virgem?

— Mata virgem demora muitos anos, né; nós lá temos capoeira, lá no Cardoso, no Santa Cruz já está na mata virgem.(...) Igual capoeira do pai do Júlio Cardoso, vamos dizer que nunca foi tocada nele, derrubado uma vez lá ficou, aquele tem uma mata virgem completa, não dá diferença nenhuma quase. E mesmo pra cá, na nossa, quando nós desmatemos que nunca mais foi tocada, que foi deixada lá trinta, quarenta anos aquilo tudo está mata virgem também, outra capoeira ali. Agora, ali, igual aquelas matas que você viu por ali, que passemos por ali, aquela está na base de uns vinte ou vinte e poucos anos aquela ali nós chamamos de capoeirão, sabe. (...) É por causa que está se formando madeiras mais grossas, mais graúdas, enormes. Então, nós chamamos de capoeirão aquilo ali, na nossa linguagem, né. Pode ser que tenha outro nome...

(...)

— [A capoeira] que eu falei do pai do Júlio Cardoso, tem perto de uns sessenta anos lá, nunca mais foi tocada, acho que tem mata até de mata virgem mesmo..

P.: O senhor acha que quem tava no sítio de alguma forma preservava a natureza ou destruía?

— Nós que trabalhávamos no sítio, a gente preservava porque a gente trabalha de foice e machado. Não é como o agricultor que tem máquina, que mexe no mato. Porque se eu roçar num ano, roçar aqui, eu planto esse ano, vamos dizer: rocei uma roça, plantei, colhi. Aí aquele mato, quando é daqui dois, três anos ele tá mato grande! Mato vem, ele cria do mesmo jeito. Eu acho que não destruía a natureza até. Ele cresce do mesmo jeito. Porque no sítio a gente fazia uma roça assim: derrubava, plantava. Eu, naquele tempo, nós plantávamos assim um alqueire, dois alqueires de arroz! Derrubava mata virgem assim! Colhia o arroz e aquele mato ficava! Passava três anos, meu Deus do céu!, tava mato fechado!, do mesmo jeito, é! Roça que a gente só trabalhava de foice e machado, enxada, assim. O mato crescia do mesmo jeito. Hoje, o mato que a gente trabalhou nele, lá pro sítio, se a senhora for [lá], a senhora não sabe se foi plantado ou se não foi, tá tudo normal, igual... tá tudo mato virgem, do mesmo tipo! Eu acho que a gente não destruía a natureza! O que destrói a natureza é máquina, né? O pessoal agricultor, a gente grande que trabalha, metem a máquina, arrasam, jogam aquele monte de terra embaixo. Aquilo ali nunca mais, só crescia capim mesmo que outro mato não vem! Agora a gente não! A gente é diferente! A gente só trabalhava de foice e machado, assim. Eu acho que a gente não destruía a natureza.

Não haveria nas citações acima uma justaposição positiva entre os valores do “Governo” e os do *filho da Ilha* quanto ao valor da mata? Num certo sentido, ambos valorizam a “*reforma da madeira*”, E talvez por isso o *filho da Ilha* não encontre argumentos para se opor ao “Governo” neste aspecto. Dado que, se compararmos às quantificações negativas quanto à caça e ao palmito, de fato a mata está “ali inteirinha”, algo que também agrada Ao camponês: “*preservar a natureza, ta certo...*”, tanto que “*a turma dos mais velhos*” dizia “*se nós não conservarmos as nossas terras vamos comer mais tarde o quê?*”.

É possível tecer considerações sobre os dois últimos trechos acima, e o antecedente, quando o entrevistado declara que o morador “*nunca destruiu as coisas*”, mas admite “*só roça porque coisa*”, embora observe “*mas tudo que foi roçado ta lá, o mato na mesma altura, alto, bom de trabalhar outra vez*”. Os *filhos da Ilha* demonstram conhecer o ciclo orgânico de reposição dos nutrientes da terra e da recomposição da mata, incluindo aí a suposição do impacto do maquinário agrícola sobre o solo e suas camadas.

Se os entrevistados concordam com a necessidade de preservar a mata, tanto que reconhecem estar a Ilha hoje coberta de mata recuperada, por que “*a Ilha está destruída agora*”? A ambigüidade está em que tanto o “Governo” quanto o *filho da Ilha* valorizam a preservação da mata. No entanto do ponto de vista do “Governo” ela é um valor em si., enquanto que para o *filho da Ilha* a mata é um valor inserido em todo um sistema, em um modo ancestral de vida entre a natureza e a cultura, de que o homem era parte.

A importância para a “quantificação” da caça e do palmito atravessa a lógica do sistema por duas vias, uma vez que a quantidade e a qualidade da caça estão relacionadas à “*fartura*” do sítio. E também porque a extração do palmito está relacionada às regras sociais de respeito entre os homens, quando não se entrava no sítio sem autorização. Assim, “*existia fartura e ninguém destruía a Ilha*”.

A caça entrava no circuito da reciprocidade em mais de um aspecto. Pelo aspecto da reciprocidade entre homem e natureza em tempos de “*fartura*” das roças e das frutíferas. O trabalho do homem ofertava o alimento à caça que, somado ao “*respeito pela criação*”, garantiam sua quantidade e qualidade. O outro aspecto é que a caça no circuito de reciprocidade entre os homens era socializada, restabelecendo laços de vizinhança.

Marisa: [Referindo à adaptação na cidade:] Tudo nós estranhamos, tudo! A vivência, né, primo? Porque lá um matava uma caça, um peixe, alguma coisa e repartia com a vizinhança toda.

Tadeu: Tudo! Com todo mundo é, então! Naquele tempo quando matava uma paca, matava uma paca na vizinhança, era tudo repartido, prá cada um.

Nesta perspectiva apreende-se ser a quantidade e a diversidade da fauna um efeito do trabalho no *tempo do sítio*, e que reforça o circuito sob a forma de caça não apropriada individualmente. Ela era distribuída socialmente, segundo padrões costumeiros de reciprocidade, assim como o é o trabalho que o “*dono do sítio*” enquanto “*dono da roçada*” determina e orienta, como chefe de família e responsável pelo patrimônio, porém algo que é realizado no âmbito da solidariedade costumeira entre os vizinhos. A quantidade da caça entra no computo da “*fatura*” no *tempo do sítio*, pois esta quantidade era resultado da “*fatura*” gerada pelo trabalho na terra.

A caça tem sido apontada nos estudos sobre o campesinato brasileiro como item de complementação da dieta alimentar. No entanto, pouca atenção tem sido dada à sua importância simbólica no sistema cultural de valores. Antonio Cândido, observou entre os parceiros de Bofete que a caça, assim como a carne de certos animais de criação, sobretudo o porco, entrava como

“oferta de alimentos entre vizinhos, na realidade um sistema amplo de troca sob a forma de presente, pois o ofertante adquire em relação ao beneficiado uma espécie de direito tácito a prestação equivalente. (...) Não apenas no bairro estudado, mas em toda a região e, segundo os velhos, desde sempre, é hábito — quase se diria instituição — a oferta daqueles tipos de carne aos vizinhos imediatos, que moram à vista ou constituem uma unidade vicinal” ¹⁵⁴.

Estamos perante um exemplo do como, segundo Carlos Rodrigues Brandão, “uma cultura patrimonial de agentes diretos sobre o mundo natural estabelece uma ‘ética do ambiente’”,

“através de que valores, princípios e sensibilidades, códigos de trocas entre seres humanos-e-sociais e seres não-humanos-e-naturais, mas passíveis de serem socializados, incorporados vivencial ou simbolicamente à vida social, aos imaginários e aos códigos sociais da cultura” ¹⁵⁵.

¹⁵⁴ Antonio CANDIDO, *Os parceiros do Rio Bonito*, p.143.

¹⁵⁵ Carlos R. BRANDÃO, *O afeto da terra*. P.17.

Para retomar o já dito anteriormente sobre a comida como uma linguagem que “fala” de outra linguagem, não estaria esta oferta de carne de caça no circuito de reciprocidade entre vizinhos também “falando”, por outra via, da honra do pai?

Notei entre meus entrevistados que a caça é assunto masculino quanto aos hábitos de cada animal, à prática da caçada e às técnicas utilizadas¹⁵⁶, embora as mulheres não desconheçam os tipos de armadilha e os seus usos. Mas serão as mulheres as primeiras a se lembrarem da divisão para a vizinhança da carne de caça ou do peixe. Assunto que ao emergir, mesmo em contexto de narração da *perseguição*, será recordado com alegria. Uma alegria no tempo presente mesclada do emergir involuntário do sentimento prazeroso vivenciado no *tempo do sítio* perante a oferta do alimento ao vizinho, de quem, virtual ou concretamente, já se recebeu ou se receberá uma oferta semelhante, com a tomada de consciência da solidariedade da vizinhança de outrora. Solidariedade não vivenciada na cidade dada a ausência das condições objetivas de sua reprodução.

A percepção da diminuição da quantidade de caça seria para o *filho da Ilha* prova da quebra da reciprocidade entre o mundo dos homens e o mundo dos bichos, uma quebra antecedida por outro rompimento, este no âmbito do mundo dos homens, a execução de uma lei que “*não é lei de gente*”.

Ao falar do *respeito* ao “*tempo que a caça estava criando*”, o *filho da Ilha* falará também, comparativamente, sobre o *respeito* relacionado à pesca, ao camarão, por exemplo. Da mesma forma em que na época que “*a caça estava criando*”, o pai “*cercava o mundéu*”, “*guardava a espingarda*”; quando o camarão estava “*miúdo*” ninguém pescava, e, assim, quando chegava a época que podiam pescar, ao dar “*o lance*”: “*Meu Senhor, tudo camarão bonito!*”. Havia a concomitância de dois *respeitos*: o respeito às leis costumeiras sobretudo na época da criação e à legislação vigente; e o respeito aos homens, os *antigos* e o fiscal de caça e pesca.

¹⁵⁶ O sistema de socialização dos gêneros, quanto à atividade da caça e da criação foi observada por Carlos R. BRANDÃO no bairro dos Pretos, em Joanópolis/SP, e interpretada como mantendo similitude com as atividades de homens e mulheres em outros aspectos da produção camponesa: “*sem pretender tornar isto uma regra de separação absoluta, vejo que quase sempre as mulheres são poupadas do trabalho que implica o domínio e a destruição da natureza (derrubada de árvores, queimadas, perseguição e morte de animais) e convivem com ela através de modalidades de tarefas que sugerem mais a transformação de frações e seres do ambiente já parcialmente socializados, e a fecundação da natureza. (...) De uma maneira geral, a caçada foi e segue sendo tão masculina que quase sempre os homens caçadores preferem eles próprio processar o corpo dos animais mortos, tratando da pele, quando interessa transformá-la e preservá-la, esquartejando o animal e, não raro, preparando a comida de suas carnes.*” (IDEM. *Op.*, cit., p.42-3).

Não que não houvessem pessoas dos sítios que não infringissem este *respeito*. Tanto havia que existem histórias contadas até hoje revelando nomes e detalhes de acontecimentos desta ordem. Houve um dia, por exemplo, em que um homem, que morava num sítio caçou fora da época, e ainda passou e mostrou a caça para os que estavam dentro da casa. O fiscal estava no barranco, viu, desceu e foi lá: “*O que é?*”. [Homem:] “*Ah, nada!*” [Fiscal:] “*Não, você mostrou uma caça aí, quero ver. Eu não falei pra você que agora não é época de matar caça?*”

Sobre o *respeito* há ainda um aspecto importante a ser realçado, ele se refere ao *respeito* que se tinha, e que ainda se preserva: o *respeito dos antigos*. Boa parte dos meus entrevistados é constituída por pessoas que estavam na faixa entre os 50 e os 70 anos de idade à época da entrevista. E sempre chamou a minha atenção que, ao discorrerem sobre o que aconteceu durante a desapropriação do Parque, eles narrassem a perseguição sofrida por seus pais, sendo que parte destes entrevistados já eram até casados à época e já tivessem constituído família. Eles não contavam em geral a sua história, mas a história dos seus pais, que possuíam aproximadamente a mesma idade que meus entrevistados tinham por ocasião da pesquisa.

Vê-se em passagens do trecho acima este comportamento. Por que Cândido não assume para si integralmente a conservação de fauna e flora praticada no *tempo do sítio*? Por que ele não fala na primeira pessoa sobre o como e o porquê praticavam a conservação do meio ambiente?

Trata-se do mesmo entrevistado acima citado, a respeito de quem interpretei o seu papel social hoje, e aquele do passado, com respeito ao sítio que herdaria pelo código costumeiro, não fosse a implantação do Parque. Cândido fala hoje de “*segurar a posse do sogro*”, com isto ele confirma, sem o saber, o seu papel de mantenedor do patrimônio familiar, e o seu papel de provedor da família e agente da solidariedade à “*vizinhança*” dos homens e dos bichos na oferta das frutas que tem plantado por lá. Porém, quando Cândido fala do *tempo do sítio*, naquele tempo o “*dono do sítio*”, o responsável pelo patrimônio familiar ainda era “*papai*”. Apesar de já estar casado, Cândido devia respeito ao pai e à “*turma dos mais velhos*”, inclusive o sogro. Está aí colocado o problema da hierarquia familiar e entre as gerações, hierarquia baseada no poder-saber e no poder-fazer.

O *filho da Ilha* fala do *tempo dos antigos*, da “*turma dos mais velhos*” não porque o seu próprio tempo seria outro — muito embora o seja devido à implantação do Parque — mas porque ele revela em seu discurso o *respeito* ao pai e aos mais velhos, uma vez que ele ainda era um “*herdeiro*” e, não, o “*dono do sítio*”. Um “*herdeiro*” de patrimônio físico¹⁵⁷ e um “*herdeiro*” de saberes¹⁵⁸. Com a implantação do Parque o *filho da Ilha* não pode atualizar nem uma e nem outra destas tradições.

Se nós podemos notar no discurso e na prática do *filho da Ilha* hoje os códigos da tradição, podemos imaginar o quanto a desapropriação do Parque atingiu a honra do pai de família à época da desapropriação e ainda hoje.

Para finalizar, lembremos como, no trecho acima, Cândido descreve as frutas que têm plantado no sítio atualmente. Ele faz referência à quantidade e à maturidade dos pés de jabuticaba, plantados em função de sua intenção em “*segurar a posse do sogro*”: “*Tudo isto já é nosso já. Só que nós não vamos se servir da fruta, leva trinta anos pra dar a fruta. Vai servir pros pássaros ou então pra alguém que tiver coragem de vir aqui*”. Quero relacionar aqui a questão do tempo expressa nesta afirmação com outras dos trechos de entrevistas precedentes

A capoeira de Júlio Cardoso tinha em 1993 aproximadamente 60 anos. Era composta de terras deixadas, portanto, a descansar muito antes da implantação do Parque, assim como outras capoeiras citadas pelos entrevistados. As jabuticabeiras do sítio Andrade, mencionadas no capítulo terceiro, foram plantadas pelo bisavô do meu

¹⁵⁷ Conforme Margarida M. MOURA, a herança da terra assegura a continuidade da sociedade camponesa. A passagem da terra de geração para geração ocorre “*através de regras preferenciais de acesso à terra*”, que precisam ser investigadas dada a complexidade que a herança assume historicamente. “*No campesinato de São João [sul do Estado de Minas Gerais] ela pode ser deflagrada a partir da maturidade ou logo após, em função do matrimônio do indivíduo, fatos que preparam ou inauguram a sua condição camponesa independente. E esta só se concretiza de fato com o acesso à terra. (...) Na área em apreço não só serão mostradas regras que norteiam a passagem da terra da geração ascendente à descendente — de pais a filhos (transações verticais) — e que é geralmente denominada herança, como também regras que norteiam transações (compra e venda monetizada e outras formas) de terra entre colaterais — de irmão a irmão (transações horizontais) — e que estão em estrita continuidade lógica face às primeiras*” (*Os herdeiros da terra*, p.1-3.)

¹⁵⁸ Sobre os camponeses de Itabi e Ribeirópolis, no estado de Sergipe, Ellen WOORTMANN & Klaas WOORTMANN afirmam: “*no campesinato que aqui estudamos, a transmissão do saber para o trabalho faz-se no próprio trabalho — pois o saber é um saber-fazer, parte da hierarquia familiar — subordinado ao chefe da família, via de regra o pai. Se é este quem governa o trabalho, como dizem os sitiantes, é ele também quem governa o fazer-aprender. A transmissão do saber é mais do que transmissão de técnicas: ela envolve valores, construção de papéis, etc. (...) Associado a ritos de passagem, é esse domínio do saber trabalhar que torna o homem, no sentido de um adulto pleno, capaz de constituir nova família. (...) Neste sentido, não é a*

entrevistado que contava 67 anos à época da pesquisa. As jabuticabeiras plantadas por Cândido deveriam levar 30 anos para dar frutos. Suponho que Cândido superestimou o tempo de produção da frutífera. Porém sei que ele está lamentando que não se servirá das frutas, por já ser um senhor de idade e, também, porque o trecho compõe a narração das incertezas quanto à posse.

No entanto, o lamento nos fornece outro dado, o do tempo decorrido entre o plantar e o colher, assim como a capoeira de Júlio Cardoso nos indicam o intervalo decorrido entre deixar a terra descansar/reformar a madeira e voltar a trabalhá-la novamente. Lembro de capítulo anterior a descrição das etapas de trabalho desde a escolha pelo “*dono do sítio*” do terreno a ser roçado, até o beneficiamento do alimento. Mas, para que a família possa proceder às cinco principais ações relacionadas ao suprimento do alimento — derrubar, plantar, colher, beneficiar e comer — e perpetue o patrimônio familiar para que as próximas gerações também o façam, há que pressupor ações que complementam o ciclo pelo viés do manejo do ambiente: o reconhecimento da necessidade do descanso da terra, da reforma da madeira. Assim sendo, o sistema completo seria: derrubar, plantar, colher, descansar e reformar. “Deixar a terra ‘descansar’ é um motivo de orgulho para o camponês, pois a relação com a natureza é uma troca respeitosa”¹⁵⁹.

“A relação do homem com a terra é uma relação de troca recíproca, onde o trabalho fecunda a terra (Garcia Jr., 1983). A relação com a terra é uma relação moral com a natureza. De outro lado, a relação com a terra-patrimônio é uma relação de honra e de hierarquia. Sendo a terra ‘aquilo que passa de pai para filho’ (sentido original do termo patrimônio), e não pertencendo nem ao pai nem ao filho mas ao todo expresso pela família, é o patrimônio que materializa a honra da família. (...) A terra subsume o indivíduo, pois este só existe como guardião do patrimônio de um conjunto que engloba os mortos, os vivos e os que virão a nascer. A terra, por sua vez, só existe como traditio. (...) Honra, reciprocidade e hierarquia também não se pensam separadamente; são conceitos teóricos que se interpenetram na constituição da ordem moral que chamo campesinidade”¹⁶⁰.

“Capoeira do pai de Júlio Cardoso” mais a “migração dos animais que vinham comer da roça”, mais “a atração dos bichos ao fazer dos homens”, mais “o respeito dos

idade que faz o homem pleno ou a força plena, mas é o saber pleno que faz a idade enquanto constructo social”. (O trabalho da terra, p. 11-12).

¹⁵⁹ Klaas WOORTMANN. “Com parente não se negueia”, p.28.

¹⁶⁰ Klaas WOORTMANN. *Op., cit.*, p. 62. Vale relemburar que entre os camponeses sergipanos, estudados pelo autor, o patrimônio é transferido de pai para filho, sendo que o problema da herança entre os *filhos da Ilha do Cardoso* ainda não foi estudado.

antigos à época de criação”, mais “o conhecimento sobre a sucessão arbórea na reforma da madeira”, são sinais que a memória coletiva nos aponta para refletirmos sobre o paradigma de relacionamento do homem com a natureza no modo de vida do *tempo do sítio*.

Assim, parafraseando Woortmann, não só a terra, mas também a mata envolvem o significado do trabalho, como o trabalho abraça o significado da família e do patrimônio¹⁶¹. O olhar do *filho da Ilha* sobre a Ilha do Cardoso é o mapeamento da mesma pelo trabalho nela realizado. É o mapeamento das famílias representadas pelas capoeiras. Ao ver os diferentes estágios de recuperação da mata, ele percebe as capoeiras de fulano e beltrano, portanto vê, através do *respeito dos antigos*, o mapa dos sítios e das famílias. E vice-versa, ao relacionar os nomes dos sítios e os nomes de família (“*a turma dos*”), o filho da Ilha está atualizando o *respeito dos antigos* pelo mapeamento das marcas do trabalho individual e coletivo (“*capoeiras*”) e, portanto, ele percebe na paisagem da mata, nos seus estágios de sucessão arbórea, o “tempo que sempre foi”, inserindo-a então “no contexto de um contrato social fundado na reciprocidade enquanto valor”¹⁶².

¹⁶¹ “O significado da terra é o significado do trabalho, e o trabalho é o significado da família, como o é, igualmente, a terra enquanto patrimônio” (Ibidem, p:43).

¹⁶² Ibidem, p.12.



Suas janelas vazias para o além mar e suas portas sujeitadas aos desígnios dos ventos...



*“Mas eu tenho vontade — meu
Deus! —, se a pessoa tivesse
liberdade de trabalhar, prá eu
comer, pro meu gasto,
meu Deus do céu!!!
Eu plantava de tudo! Não prá
vender, mas pro meu gasto”*



“Igual a capoeira do pai do Júlio Cardoso, vamos dizer que nunca foi tocada nela, derrubada uma vez lá ficou, aquela tem uma mata virgem completa, não dá diferença nenhuma quase”



*“Porque os meninos já eram educados pra ajudar mesmo o pai: remar, andar de canoa, caçar;
e as meninas pra ajudar em casa”.*

Conclusão

“Nosso objetivo final ainda é enriquecer e aprofundar nossa própria visão de mundo, compreender nossa própria natureza e refiná-la intelectual e artisticamente. Ao captar a visão essencial dos outros com reverência e verdadeira compreensão que se deve mesmo” à eles, “estamos contribuindo para alargar nossa própria visão” (Bronislaw Malinowski)¹⁶³

Os estudos advindos das ciências humanas chamam a atenção para o notório desnível de tratamento, no âmbito das políticas ambientais e de seus representantes, quanto aos direitos patrimoniais de pessoas, famílias e comunidades que vivem ainda, viviam e/ou são herdeiros históricos de terras e de frutos do trabalho em Unidades de Conservação – UC’s, frente aos direitos faunísticos e florísticos existentes nas mesmas áreas.

Quanto a este aspecto, a reflexão que precedeu a etnografia e a uma “etnomemória” ora apresentada não foi diferente. Ela centrou-se — e o leitor há de se lembrar — no estranhamento que deu origem ao capítulo primeiro: uma ilha de natureza que acoberta uma densa e vivida história cultural. Uma natureza dita primitiva, tal como apresentada no diploma legal que decreta o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, mas recriada, em boa parte, sobre campos de cultivo e sítios. Como que: se há Natureza não há História (Cultura) e vice-versa.

Como a partir deste estranhamento alarguei minha própria visão da problemática ambiental, considerei interessante apresentar o processo da pesquisa vivenciado inicialmente na sucessão dos problemas de investigação.

Formulada então a suspeita da “campesinidade” *dos filhos da Ilha do Cardoso*, a segunda parte da dissertação apresenta a etnografia do *tempo do sítio*. Uma etnografia, melhor seria dizer, uma “etnomemória” pois trata-se de reconstruções do “vivido” através do “pensado”. Portanto, uma descrição baseada não na observação direta sobre o cotidiano do sítio, pois este não mais existe, mas na reconstrução dos entrevistados sobre um modo de vida tradicional do sítio. Uma memória que emergiu de forma involuntária ao meu questionamento inicial sobre o porquê as famílias tinham saído da Ilha do Cardoso. O “*proibido trabalhar*” surgiu como resposta a esta pergunta primeira, como sendo o motivo

¹⁶³ *Argonautas do pacífico ocidental*, p. 374.

de abandono dos sítios. Uma proibição advinda da desapropriação da Ilha do Cardoso, transformada em Parque Estadual em 1962. Da explicitação do quê teriam sido proibidos, surgiu o entendimento de ser o motivo o impedimento do trabalho na terra, a lavoura, o sentido maior da *perseguição* do “*Florestal*” sobre suas vidas.

Do capítulo terceiro ao quinto procurei (re)construir o *tempo do sítio*, apresentando as principais categorias “nativas” e antropológicas que compõem aquele modo de vida como o do camponês do litoral paulista. A vida de pescadores-lavradores ou pescadores-sitiantes citados nos textos das ciências humanas desde os primeiros anos do século XX como os principais atingidos pelas políticas de desenvolvimento, e entre as mais recentes, as políticas ambientais.

Assim, o estudo permitiu apreender o *tempo do sítio* a partir do conhecimento de importantes aspectos do cotidiano “daquele tempo”: **(a)** o número de sítios, seus nomes, os nomes de suas famílias e uma descrição física aproximada dos mesmos, com informações acerca das construções, como casas de pau-a-pique ou reaproveitamento das ruínas dos *antigos*, barracões de pesca, rancho e paiol dos produtos da lavoura, trapiches; os caminhos de circulação (de terra e de mar) entre os sítios e entre estes e o continente; pomares e roças, as frutíferas de cada herdeiro, capoeiras e seus estágios; lugares de pesca, lugares de roça, acerca dos marcos definidores dos limites dos sítios, os rios, as cachoeiras, a vizinhança do mar grosso, da baía de Trapandé ou do canal de Ararapira; **(b)** a economia e a produção do alimento: a lavoura, a caça e a pesca e seu significado relativo naquele modo de vida, a transformação do alimento (a produção da farinha de mandioca, a produção do açúcar), a comercialização em Cananéia, a aquisição dos itens não produzidos no *sítio*, o valor de troca da farinha de mandioca; **(c)** a forma de produção: a autonomia do trabalho familiar (família nuclear) e a reciprocidade entre as famílias (vizinhança): ajutório e mutirão; **(d)** a religiosidade: o catecismo para as crianças e as rezas no oratório da família, a festa do padroeiro dos sítios, a festa do Divino Espírito Santo; **(e)** a “*fartura*”, o sentimento de partilha e liberdade: as canoas singrando os mares interiores com produtos do trabalho, ou nas brincadeiras da rapaziada, apostando corrida ou chegando para um mutirão; o movimento dos que chegavam para um mutirão; os preparativos que o antecedem, e a festa do padroeiro do sítio ou de um santo (o preparo do alimento, a roçada dos caminhos, etc.); a puxada da canoa; as modas de viola, os tipos de dança preferida, as saias plissadas; os

fandangos, apoteose de realização da reciprocidade do trabalho coletivo, e os momento de namoros e de formação de novos enlaces conjugais; a limpa e a distribuição da caça; o desafio entre compadres e comadres no cevar / ralar a mandioca; o café apodrecendo no chão, frutas e roças alimentando a paca, a queixada, enfim os bichos do mato; a “fala dos peixes”, a curiosidade dos pássaros sobre o fazer dos homens; o *respeito dos antigos* quanto ao tempo de criação da caça; **(f)** a história: as ruínas dos casarões, os engenhos, o calçamento de pedra, a escravatura, o cemitério dos escravos, o Caminho do Rei, o gado e a produção de leite do Muniz, as piadas dos e sobre os escravos, o sofrimento deles, a olaria da dona Joana, a fabricação da cal e do açúcar, os tesouros e os documentos dos antigos, o Engenho Central em Cananéia, as revoluções, a grande guerra mundial, a Companhia Loyd Brasileira de navios; **(g)** as hipóteses sobre a guarda dos documentos e da transmissão da terra pela linha materna (embora o discurso público acentue a via paterna); o costume da transmissão dos sobrenomes e o costume dos tipos de herança (frutíferas, tráfico da farinha, telhas, tabuado, apetrechos de pesca, etc.); as dificuldades de abrir-se inventários.

No capítulo sexto desconstruo o *tempo do sítio* que havia reconstruído anteriormente. Nele traço o processo de *perseguição* como ele foi vivenciado e é lembrado agora pelos *filhos da Ilha*. Recoloco então o problema do “*proibido trabalhar*” enquanto processo de expropriação não da propriedade da terra, mas da terra e do trabalho enquanto valores de uma ética camponesa. No último item procuro apresentar a percepção dos *filhos da Ilha* sobre a contradição de terem sido expulsos em nome de uma preservação da Ilha, uma vez que “*eles mesmos tomavam conta*”. Acredito que importantes aspectos de um manejo tradicional do ambiente puderam ser apreendidos a partir das experiências que relato aqui. Desta forma, um mapa mental que chamou minha atenção no início da pesquisa, expresso por nomes de sítios, nomes de família, capoeiras, terreiros, etc., parecendo ser apenas representativo de uma “arqueologia” de um tempo que não mais existe, apresentou-se também como um roteiro de (re)atualizações nos modos de os antigos sitiantes se relacionarem atualmente com o patrimônio familiar. Neste sentido podemos observar mudanças culturais geradas pela adaptação da Ilha à condição do Parque.

Assim, parte das peças do mosaico sobre as quais me referi no início deste escrito, que constituíram a minha primeira impressão sobre a cultura, encaixou-se, fornecendo o contorno da cultura e um dos sentidos do conflito social vivenciado pelos *filhos da Ilha*.

Então, posso hoje entender quando Clifford Geertz diz acreditar, “*como Max Weber, que o homem é um animal suspenso em teias de significados que ele mesmo teceu*” e considerar “*cultura como sendo aquelas teias e sua análise sendo, portanto, não uma ciência experimental à procura de leis mas uma ciência interpretativa à procura de significados*”¹⁶⁴.

A pesquisa junto aos *filhos da Ilha* do Cardoso fez-me entender que cultura não é uma coisa com começo, meio e fim, que se apresenta a nós como um quadro terminado. Que o próprio entrevistado, assim como cada um de nós, não sabe explicar de forma lógica porque tomou esta ou aquela atitude nesta ou naquela situação ou porque faz tal julgamento de fatos e pessoas. Ela fez com que eu entendesse fundamentalmente que, em Antropologia, frases, expressões, silêncios, ínfimas vozes, sobressaltos, piadas, e outros aspectos do comportamento aparentemente sem significados podem nos fornecer pistas e sinais. Assim nada é ou pode ser descrito como pitoresco, uma piada, uma estória ou um comportamento arredo. Na realidade social, assim como na memória, os fatos e as representações estão densamente entrelaçados numa imagem entretecida de fios e teias de símbolos e de significados.

Dada a distância temporal entre os anos da coleta de dados para esta dissertação e também o fato de eu não haver conseguido retornar à Ilha do Cardoso desde 1997, época que participei da *Reunião Preparatória para O Plano de Gestão Ambiental – Fase I do PEIC*, trago para esta conclusão estudos e artigos mais recentes sobre a Ilha do Cardoso e Cananéia. Textos cuja leitura, às vésperas de fechar esta dissertação, fizeram-me revisitar a questão socioambiental dos filhos da Ilha do Cardoso sob outros olhares e focos de interesse.

Cabe lembrar aqui também a oportunidade que tive de conhecer mais de perto o problema socioambiental do Vale do Ribeira de Iguape, quando de minha participação no “*Projeto Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira*”, junto ao Instituto Sociambiental – ISA, em 1997. A equipe antropológica¹⁶⁵, entrevistou pessoas cujas vidas e trabalho estavam relacionadas com o Vale e seu meio ambiente — quilombolas, pescadores artesanais, lideranças de movimentos sociais, políticos, representantes da Igreja, técnicos de

¹⁶⁴ Clifford GEERTZ. *A interpretação das culturas*, p.15.

¹⁶⁵ Carlos R.BRANDÃO et alii. Olhares cruzados; IDEM. O cerco do verde. *Revista Ambiente & Sociedade*, 5

órgãos públicos ambientais e palmiteiros —, nos municípios de Eldorado Paulista, Iguape, Ilha Comprida e Cananéia.

Um tema recorrente quando conversamos com os que moram no Vale do Ribeira é o de que as unidades de conservação foram implantadas em locais onde se sabia da existência dos moradores, muitos deles já contemplados em outras políticas, como a fundiária, por exemplo. Pessoas e famílias que, no entanto, tornaram-se “invisíveis” para os atores envolvidos com a escolha e implantação de tais unidades. As restrições impostas pela política ambiental, mesmo quando a unidade de conservação é menos restritiva, limitara o acesso a terras para o roçado, o extrativismo para complementação alimentar e confecção de artefatos de trabalho e bens de utilidade doméstica. Apesar da diversidade cultural existente no Vale do Ribeira de Iguape, os conflitos sociais advindo da implantação das unidades de conservação se assemelhavam.

Quando saímos do contexto político e de interesses sociais mais diretos com a problemática da conservação ambiental, em especial acerca das unidades de conservação, tem sido interessante constatar na mídia, em artigos e textos de pesquisadores e documentos oficiais, uma ainda presente invisibilidade da história local. mesmo quando ela é notada tende a ser restringida aos primórdios arqueológicos ou pré-históricos. Em artigo recente da revista do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo sobre o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, reforça-se o sentido do paraíso — *“Ilha do Cardoso: um paraíso logo ali”*.

Descrevendo o “paraíso”, diz o artigo:

“Cerca de 400 pessoas vivem em seis comunidades, incluindo uma tribo de índios Guaranis. Os homens da ilha aprenderam cedo que é necessário preservar a cultura caiçara para manter o ecossistema. Tiram seu ganha-pão dos cercos de pesca e respeitam as regras que evitam a extinção de algumas espécies previstas no plano de manejo”.

(...)

“A história não é menos importante. Inúmeros sítios arqueológicos, denominados sambaquis (amontoados de conchas, restos de fogueiras e esqueletos de homens e animais pré-históricos), provam a passagem humana pela ilha há pelo menos 3.000 anos. E algumas construções em ruínas datam o ano de 1502, testemunhando sua ocupação desde o período colonial. Aliás, grande parte do cenário natural da ilha permanece o mesmo desde que Cabral chegou ao Brasil. Um raro ponto na Terra onde a natureza vive em estado bruto e apresenta um delicado espetáculo de vida”¹⁶⁶.

¹⁶⁶ Revista Ser Médico, nº 42, p. 44-5.

O imaginário da idéia de preservação costuma dar início à nossa história com Pedro Álvares Cabral. Antes da chegada dos “brancos” havia por aqui uma natureza bruta, primitiva, paradisíaca¹⁶⁷. Se há comunidades e moradores autóctones, eles são estranhos, exóticos e difíceis de serem catalogados ou classificados como parte do “paraíso”. Por isso são tratados como seres atemporais, surgidos como que numa espécie de geração espontânea, e situados fora do tempo da história. São outras vezes romantizados ou, mais modernamente, tidos como ameaças à preservação ou ao desenvolvimento¹⁶⁸.

As formas de apropriação social do espaço da Ilha do Cardoso entre o “*cenário natural da ilha (...) desde que Cabral chegou ao Brasil*” — a saber, o tempo da escravidão, o tempo dos antigos, o tempo do sítio — e os tempos atuais foram pouco estudadas. Ao turista, ao ecólogo, aos diversos profissionais que aportam a Ilha e nela conhecem suas belezas, e entre elas as ruínas de antigas construções de pedra, como o da Cachoeira Grande, a mais visitada, de modo geral não ocorre um questionamento acerca da história destas ruínas e/ou dos relatos de vida dos moradores tradicionais. Como pode haver paraíso, natureza bruta, primitiva e intocada se há vestígios materiais e humanos de história, sinais de uma histórica apropriação cultural?¹⁶⁹

Grata foi minha surpresa quando em artigo recente, de Célia Maria Cristina Demartini, intitulado “*O mito do paraíso tropical: caracterização cultural e gerenciamento*

¹⁶⁷ Mesmo a apropriação cultural anterior a Cabral, como provam os inúmeros sambaquis, não são suficientes para uma problematização da idéia de natureza primitiva. A história do Brasil começa com a conquista de terra realizada por Cabral. Conforme Eni ORLANDI, “*o discurso das descobertas é um discurso que domina a nossa existência como brasileiros, quer dizer, ele se estende ao longo de toda a nossa história, produzindo e absorvendo sentidos. Há uma cumplicidade do discurso das descobertas com o científico que lhe dá um modo de existência ideológico. (...) Os discursos estabelecem uma história. A história, em nossa perspectiva discursiva, não se define pela cronologia, nem por seus acidentes, nem é tampouco evolução mas produção de sentidos. Ela é algo da ordem do discurso. Não há história sem discurso*” (Terra á vista, p. 14).

¹⁶⁸ Antonio C.S. DIEGUES. *O mito moderno da natureza intocada*; Cristina ADAMS. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem.

¹⁶⁹ Carmem L. RODRIGUES, em tese defendida sobre a Ilha do Cardoso, notou que os documentos atuais (1996) de autoria da Secretaria do Estado de Meio Ambiente, de São Paulo, ainda constroem o discurso de preservação pelo viés da idéia de “paraíso natural” (Limites do consenso, p.42-4). Para Eni ORLANDI, “*o discurso das descobertas institui uma modalidade para o estabelecimento e existência da nossa história, dos nossos sentidos. (...) Os efeitos de sentido que até hoje nos submetem ao ‘espírito’ de colônia são os que nos negam historicidade e nos apontam como seres culturais (singulares), a-históricos (...) A ideologia tem, pois, uma materialidade e o discurso é o lugar em que se pode ter acesso a essa materialidade. Conhecer o seu funcionamento é saber que o discurso colonial continua produzindo os seus sentidos, desde que se apresentem as condições. E um dos seus efeitos — que não é o menor — é o que chamo a ‘perversidade do político’*. Isto é, no imaginário construído por essas práticas de linguagem, as relações de colonização aparecem não em seu lugar próprio mas sim como reflexo indireto. Isto acontece sempre que um discurso se faz passar por outro discurso. Nesse caso, se apaga o discurso histórico e se produz um discurso sobre a cultura. Como efeito desse apagamento, a cultura resulta em ‘exotismo’” (Op., cit., p.15-6).

do patrimônio arqueológico do Parque Estadual da Ilha do Cardoso”, entrevi a identificação e registro das ruínas históricas da Ilha do Cardoso, as mesmas citadas e listadas pelos meus entrevistados. Diz a autora:

“(...) Vemos que num período colonial mais recente, a Ilha do Cardoso, assumiu um status dentro da ocupação regional, que durante certo tempo lhe conferiu destaque. Desta ocupação restaram alguns vestígios que pudemos identificar durante o trabalho de levantamento dos sítios arqueológicos do Parque. (...) Estes vestígios, atestam atividades correlatas entre os séculos XVIII e XIX e 1ª metade do século XX, sendo que a grande maioria destes sítios foi edificada com pedras. Os vestígios em geral ocupam grande espaço e são de grande porte, Há alguns remanescentes destas estruturas em tijolos associados a estruturas em pedra comprovando que algumas delas foram reutilizadas por ocupações mais recentes. Na Cachoeira Grande, pode ser visto um muro de pedra, próximo ao sambaqui do mesmo nome. Também aparecem vestígios históricos (fundações), no mesmo local onde está situado o Sambaqui Tajuva dando indícios da reocupação desses locais. O trabalho de pesquisa, em relação a estes sítios restringiu-se ao levantamento e identificação das ruína”¹⁷⁰.

São nove as ruínas identificadas, localizadas por GPS e descritas pela autora. Três no sítio Cachoeira Grande: uma “ruína de casa com quatro paredes semi-destruídas”; uma “construção de pedra conhecida como antiga serraria, local da roda d’água”; maquinário com caldeira contendo número de série, sítio histórico sob sambaqui. No sítio Salvaterra, foram classificadas as “estruturas de uma antiga construção de pedras, localizada próxima à residência do senhor João Cardoso”. Na observação e entrevista realizada pela pesquisa que ora apresento há estruturas de pedra próxima à moradia do senhor João Cardoso. No entanto, o sítio é ali denominado de Santa Cruz, e há outra estrutura de pedra na forma de pilares no sítio denominado Salvaterra. Fiz referência a ela no capítulo terceiro.

Demartini identificou ainda “ruínas de antigo Engenho e casarão” no sítio Jacariú. No sítio Andrade, “ruínas da antiga moradia da família, uma coluna e paredes de pedra. Proprietário Sr. Antônio Costa”. No sítio Grande, “ruína com uma parede de aproximadamente 10 metros de comprimento. O restante apenas alicerce”. No Núcleo Perequê, “quatro colunas de pedra assentada com argamassa de conchas, sendo que três colunas encontram-se em pé e uma está semi-destruída”. E, na Cachoeira de Cambriú, há “maquinário de ferro de antiga serrania (desativada a mais de 150 anos) espalhado por uma área de aproximadamente 50 m de raio, próxima ao rio Cambriú”¹⁷¹.

¹⁷⁰ Célia M.C. DEMARTINI. O mito do paraíso tropical, *Rev. Museu de Arqueologia do Xingu*, n.8, p.35.

¹⁷¹ *Ibid.*, p.36.

Relativizada a ilusão de uma natureza primitiva, bruta, paradisíaca em uma terra até sempre inabitada, ainda assim permanece no senso comum a percepção das unidades de conservação como lugar de natureza intocada a ser preservada e protegida do homem. Por quê? Talvez por causa de sistemas de valores que dominam as instâncias políticas, entre os protagonistas às políticas públicas, e mesmo a algumas organizações conservacionistas da sociedade civil, circunscritas ao problema ambiental no Brasil.

Em *O Que o Brasileiro Pensa sobre Biodiversidade*, uma pesquisa qualitativa e quantitativa de abrangência nacional, realizada pela primeira vez para embasar a Eco92, sob a denominação de “O Que o Brasileiro Pensa de Ecologia”, com novas edições em 1997, 2001 e 2006, ficamos sabendo que o brasileiro ainda associa ambiente à natureza, às florestas e aos animais. Assim como, “*o conceito de meio ambiente permanece no imaginário dos brasileiros como o de reino intocado, onde predomina a natureza (animais, plantas, mares, rios, etc.), e o homem está dissociado dele. Para 65% dos entrevistados, a natureza é sagrada, e o homem não deveria interferir nela*”¹⁷². Apesar disto, a pesquisa mostrou ter crescido a consciência ambiental entre nós.

A Ilha como lugar de “natureza” que nega a Ilha como lugar de “cultura”, nada mais é do que um protótipo de pensamento e de prática dualistas, característica paradigmática revestida de diversas formas.

Nos contextos sociais e políticos específicos sobre as questões ambientais e no que diz respeito às populações moradoras em áreas de preservação ambiental na Mata Atlântica, notam-se avanços significativos. Assim, acompanhamos o debate e o reconhecimento nacional e internacional da existência destes moradores (a superação da invisibilidade) em áreas cujos ecossistemas estão bem preservados¹⁷³ — a inexistência dos “vazios demográficos” —; e a participação dos moradores na gestão das unidades de conservação¹⁷⁴.

No interior destes avanços é de fundamental importância o debate cada vez mais presente e expandido em torno do caráter conservacionista das populações tradicionais ali

¹⁷² REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL Notícias: Cresce consciência ambiental do brasileiro. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/noticias.asp>. Acesso em: 07/07/2006.

¹⁷³ Ver história sobre ao assunto em Antonio C.S. DIEGUES. *O mito moderno da natureza intocada*.

¹⁷⁴ Carmem L. RODRIGUES. Limites do consenso; Sueli A. FURLAN. Lugar e cidadania.

estabelecidas, detentoras de um saber-fazer valores e práticas culturais ambientalmente sustentáveis¹⁷⁵.

Estes avanços devem-se à organização dos próprios moradores das unidades de conservação em movimentos sociais reivindicativos, associados aos demais atores sociais interessados no aperfeiçoamento e/ou mudança do paradigma de conservação ambiental no país (funcionários públicos de órgãos ambientais, cientistas, estudantes, ambientalistas, etc.).

Tendo acompanhado os *Encontros* dos “povos do mar e da mata” organizados pelo “Projeto São Sebastião Tem Alma”, no município de São Sebastião/SP, nos primeiros anos da década de 1990¹⁷⁶, também o *I Fórum de Educação Ambiental do Vale do Ribeira de Iguape* (município de Registro/ dezembro de 1996) e, ainda, a *Reunião Preparatória para o Plano de Gestão Ambiental Fase I do Parque Estadual da Ilha do Cardoso* (Ilha do Cardoso/ abril de 1997), promovida pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, já como início da implantação do Projeto Preservação Mata Atlântica (PPMA)¹⁷⁷ observo nos estudos e artigos mais recentes uma superação de certas demandas presentes desde os primeiros *Encontros*. Entre elas destaco a invisibilidade das populações e a da ausência de participação das comunidades na gestão das UC’s; ao lado da priorização de outras, como o caráter não deliberativo da participação dos moradores tradicionais nesta gestão¹⁷⁸.

¹⁷⁵ No que diz respeito às culturas ribeirinhas, lagunares e litorâneas, Antonio C.S. DIEGUES, coordenador do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – NUPAUB, citado no capítulo segundo, tem sido uma referência nacional e internacional. Ver também os estudos de Simone MALDONADO, *Pescadores do mar e Mestres & mares*; e de Lúcia H.O. CUNHA, especialmente “Entre o mar e a terra”, “Cultura e natureza”, e “Saberes patrimoniais pesqueiros”. As autoras possuem também artigos e estudos publicados pelo Nupaub. Ver, ainda, as reflexões e pesquisas de Carlos R. BRANDÃO, especialmente *A partilha da vida e O afeto da terra*. Já em *Somos as águas puras*, o autor estende a reflexão para outro movimento importante à sustentabilidade, pois “o que se propõe é que uma ética do ambiente comece não apenas por uma outra lógica da natureza, mas até mesmo por uma outra epistemologia da ciência”. (*Somos as águas puras*, p. 79).

¹⁷⁶ ENCONTRO DAS ILHAS. Carta do ilhéu; ENCONTRO DOS POVOS DO MAR. Carta dos povos do mar; ENCONTRO DOS POVOS DO MAR. Carta do pequeno encontro dos povos do mar; ENCONTRO INTERNACIONAL DOS POVOS DO MAR E DA MATA ATLÂNTICA. In: *Jornal dos Povos do Mar*.

¹⁷⁷ REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O PLANO DE GESTÃO-FASE I D PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO. Relatório de Consultoria.

¹⁷⁸ Carmem L. RODRIGUES. Op. cit.; Sueli A. FURLAN. Op., cit. Entre os moradores do Parque Estadual de Ilhabela, Furlan observou crédito no governo quanto ao seu real interesse em instituir o Plano de Gestão Ambiental no Parque. Acerca da auto-imagem de participação, entre “representantes do poder local (vereadores e pessoas vinculadas a partidos políticos em Ilhabela) e representantes da comissão que atuou nas oficinas do PGA é possível inferir que”, conforme Furlan: “embora o PGA seja desconhecido da maioria dos moradores, em tese planos do governo são feitos e não são seguidos. O que de certo modo vem

No caso do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, cuja implantação do Comitê de Gestão foi acompanhada por Rodrigues¹⁷⁹, notamos que apesar do problema do Comitê não ter caráter deliberativo, os atores envolvidos com as bases conceituais da gestão do Parque lograram importantes resultados em suas discussões.

Um dos resultados mais significativos da “*Conceituação dos temas tratados na Oficina de Planejamento Direitos da População Local*”, para a elaboração da “*Matriz de Planejamento Ambiental do Parque Estadual da Ilha do Cardoso*”, foi a definição de “população tradicional”, a saber:

Critérios e conceitos para diferenciação da população local:

- *Tradicional: definido por auto-identificação pela comunidade; ou com conhecimento e domínio de técnicas de produção (pesca, agricultura, construção, etc.) tradicionais; ou com gerações na Ilha ou região próxima;*
- *Morador: quem tem domicílio na Ilha; ou quem habita a Ilha desde antes da criação do PEIC (1962); ou quem habita a Ilha há mais de 10 anos (não consenso);*
- *Invasor: é o não tradicional que construiu casa depois da criação do PEIC (em terras públicas)*¹⁸⁰.

Para Diegues, “*parece paradoxal, mas os neomitos ambientalistas ou conservacionistas explícitos na noção de áreas naturais protegidas sem população têm contribuído para o fortalecimento dessa identidade sociocultural em populações como os quilombolas do Vale do Ribeira, os caiçaras do litoral paulista, etc.*”¹⁸¹.

A definição de “população tradicional”, acima expressa, respeita um ponto crucial: a autonomia da própria comunidade na identificação do sujeito como membro da cultura local. Este aspecto da definição resolve em boa medida para o PEIC o debate que se travou

acontecendo com o PGA, que embora tenha uma versão oficial publicada, já sofreu mudanças e muitos itens aprovados pelos moradores não vêm sendo priorizados no estudo de manejo do parque. Por outro lado, os resultados de entrevistas demonstram que há noção de que vivemos uma época em que se pode e deve participar das decisões de governo, mas não se acredita no governo. Os moradores, ainda que participem, não têm poder de influir nestes planos” (Sueli A. FURLAN. *Op., cit.*, p. 241).

¹⁷⁹ Carmem L. RODRIGUES. *Op., cit.*

¹⁸⁰ Os dois painéis constam da tese de Carmem L. RODRIGUES, que esclarece: “*O Plano de gestão do PEIC foi publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 1998. Nesta publicação, constam também os quadros ‘Resultados da deliberação da Oficina de Planejamento para o Uso e Ocupação do Solo no PEIC.’ e ‘Conceituação dos temas tratados na Oficina de Planejamento — Direitos da População Local’.* Ambos documentos são fruto de uma reunião paralela às plenárias oficiais e, do meu ponto de vista, representam um marco histórico e político importante porque sinalizam a legitimação da categoria ‘*moradores tradicionais*’. A categoria passa a ser instrumentalizada para a questão identitária, estando diretamente ligada ao direito de permanência na Ilha e de uso dos recursos naturais” (*Op., cit.*, p. 50).

¹⁸¹ Antonio C.S. DIEGUES. A mudança como modelo cultural, p.46.

entre os diferentes atores envolvidos com a conservação da Mata Atlântica acerca do possível oportunismo de “invasores” com interesses escusos (especuladores de terra, extrativistas, turistas, etc.) se declararem moradores tradicionais¹⁸².

À primeira vista, tais critérios pareceram pertinentes frente ao que constatei em minha pesquisa. A auto-identificação, o saber-fazer e o reconhecimento de gerações de herdeiros estão presentes na originalidade do mapa mental dos *filhos da Ilha* traçado sobre memórias de nomes de família, de localização de terreiros, de casas, de campos cultivados. Estão presentes também no conhecimento que as famílias detêm acerca do paradeiro (preciso ou aproximado) dos *filhos da Ilha* e seus herdeiros, e ainda, no saber-fazer a sustentabilidade do meio natural e social. Neste sentido, a partir de tais critérios estariam garantidos os “interesses” dos herdeiros dos diversos sítios espalhados pela Ilha do Cardoso.

No entanto, no painel “*Resultado da Deliberação da Oficina...*”, quanto ao morador “tradicional” que “não mora mais no Parque”, não poder a ele retornar — “deve sair” — pareceu-me contraditório. Ora, vimos que a *perseguição* do “*Florestal*”, iniciada na década de 1970 foi intensa, sistemática e altamente eficaz, expulsando a maior parte das famílias da Ilha do Cardoso. Marujá já se constituía à época como um pólo turístico, começando a oferecer condições às famílias tradicionais de permanecerem na vila prestando inclusive serviços ao turismo, tal como já acontecera em outras áreas do litoral do Rio de Janeiro e de São Paulo. A grande maioria das famílias da Ilha abandonou o seu sítio, visitando-o ou não com frequência ou mais raramente, e mantendo com ele, enquanto patrimônio familiar e enquanto valor identitário, um vínculo forte. Forte a ponto de eu ter podido elaborar um mapa imaginário da Ilha de acordo com os relatos sobre como ela fora apropriada e habitada durante o *tempo do sítio*.

É preciso considerar que há uma evidente diversidade nos modos dos *filhos da Ilha* se relacionarem com o Parque hoje. Existem no Parque atualmente: a vila de Marujá, as comunidades de pescadores artesanais, algumas já dedicadas também aos serviços prestados ao turismo, uma aldeia indígena e algumas famílias dispersas que não compõem comunidades e não reproduzem a vizinhança do passado.

¹⁸² Lúcia da C. FERREIRA. A floresta intransitiva.

Afora Marujá, tive um contato maior com as famílias cujos patrimônios familiares são abrangidos pela baía de Trapandé e verificamos por suas memórias e fatos atuais a complexidade do relacionamento dos “*herdeiros*” com suas “*partes*” no sítio da família. Há “*herdeiros*” residentes em Cananéia que possuem e mantêm um rancho no sítio. Há “*herdeiros*” que, apesar da orientação para manter a limpeza em torno das árvores frutíferas, para “*segurar a posse*”, para lá não retornaram, embora saibam como está a sua “*parte*”, devido ao circuito de informações entre irmãos, parentes e compadres. Há “*herdeiros*” que sabem se a jabuticabeira ou laranjeira de sua herança ainda está lá, se está dando frutos ou se alguém a tem visitado. Finalmente, alguns “*herdeiros*” não encontram tempo para irem ao sítio, porém sonham fazê-lo algum dia.

Portanto, a meu ver o critério acima apontado — o do morador tradicional que “não mora mais no Parque” não poder voltar a fazê-lo — é algo arbitrário, pois parece inviabilizar e deslegitimar os inúmeros outros herdeiros de sítios da Ilha do Cardoso. Nem todas as pessoas e famílias com direitos de herança puderam preservar suas casas ou pomares, tal como vimos. Estes critérios estão indicados no painel como condição de direito da população tradicional. Por uma outra via, esta deliberação da Oficina acabou por imputar sobre o *filho da Ilha* o abandono do sítio, eximindo a ação governamental da responsabilidade pela expropriação. Ela reforça, portanto, o que foi apresentado no item “da *perseguição*”, no que toca a culpabilidade do *filho da Ilha* sobre o abandono do sítio.

O aspecto relacionado à diversidade de formas atuais de relacionamento dos *filhos da Ilha* com o Parque leva-nos de volta ao tema da cultura, especialmente no que toca a mudança cultural. Embora não seja desejável falar de mudança perante situações impostas e altamente coercitivas, pois estamos falando de adaptação forçada, é importante ressaltar os aspectos etnográficos que indicam tais mudanças.

A partir da etnografia aqui apresentada, somada a observações de outros estudiosos pretendo esboçar a sugestão de uma linha de investigação possível sobre o problema da mudança cultural.

Acredito termos indícios de pesquisas que contribuem para aplacar o temor generalizado de que as populações tradicionais no contato com os valores da sociedade abrangente (individualistas, consumistas, etc.) modifiquem-se culturalmente a ponto de se tornarem uma ameaça à preservação.

O primeiro conjunto de indícios é referente à comunidade da Enseada da Baleia, na Ilha do Cardoso, em função das observações de três pesquisadores que ali estiveram em períodos históricos diferentes: Mourão (1971), na década de 1960, Rodrigues (2001), em meados da década de 1990, e Nordi et alii (2005), em 2001.

Na década de 1970 acreditava-se que a integração à sociedade nacional dar-se-ia mediante a “*passagem de relações de trabalho de cunho familiar e dependente do capital local, por meio de relações pessoais, para relações de trabalho baseadas na racionalidade individualista e informais de mercado*”¹⁸³. Pesquisando comunidades de pescadores artesanais de Cananéia, entre elas a Enseada da Baleia, chamou a atenção de Mourão o fato de que, enquanto outras comunidades já se afiguravam na passagem para o trabalho profissional da pesca com tendência à individualização, em algumas comunidades a meta ainda era o equilíbrio familiar, onde a “*tradição comunitária — família, vizinhança e compadrio — fazia frente à atividade pesqueira, conciliando-a à forma de organização social tradicional*”. Quanto a Enseada da Baleia, diz Mourão:

*“é curioso salientar que o filho mais velho de seu Valeriano, que dirige atualmente as pescarias na enseada da Baleia, se não tem as condições de liderança religiosa do velho pai, na medida em que já pode ser considerado um empresário-inovador em relação a essa pequena comunidade, poderá contribuir decisivamente para a sua integração à sociedade global, através do tratamento adequado dos elementos que estão na base do processo organizatório geral”*¹⁸⁴.

O autor considerou, portanto, esta especificidade na organização social da atividade pesqueira na Enseada da Baleia como “um momento do processo de mudança” que levaria a integração à sociedade global capitalista.

Nos últimos anos da década de 1990 e início dos anos 2000, Rodrigues (2001) e Nordi (2005) encontraram na Enseada da Baleia certa configuração na organização social que sugere ter havido “integração” à sociedade global, porém não necessariamente nos moldes previstos na década de 1970.

Os pesquisadores depararam-se com uma comunidade sob liderança de um dos filhos de seu Valeriano. Malaquias herdou parte das terras do pai após sua morte e,

¹⁸³ Fernando A. MOURÃO. Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo. Já tive oportunidade de me referir no capítulo quinto, em nota de rodapé n. 118, à página 174, a esta mesma passagem do estudo de Mourão, porém a retomo agora com uma outra ênfase. .

¹⁸⁴ Fernando A. MOURÃO. *Op., cit.*, p.223-5.

diferentemente de seus irmãos, inclusive seu irmão mais velho, citado por Mourão, permaneceu na Enseada. Ele conta que antes do pai falecer ele o teria ajudado a comprar uma canoa a remo e os fios para a confecção de sua primeira rede,

*então foi assim que eu comecei. (...) Eu trabalhei com meus filhos, o Jorge já tava com oito anos de idade, o Toninho já com sete anos, quase sete anos, o Dito também, os maiorzinhos já davam pra me ajudar no trabalho e eu já tinha minha rede, já tinha minha canoa, então eu já saía procurando, porque eu já tinha prática no trabalho, sabia tudo, aprendi tudo da profissão, cercar o peixe, cercar o cardume onde estava, isso tudo é a prática da gente que vale muito. Aí então eu saí deles [dos irmãos] e aí comecei a pescar para mim, e comecei a vender aqui, escalava o meu produto, secava no sol e vendia aqui em Ararapira (...) Depois eu já fui pensando com a mulher acho que vamos fazer um comérciuzinho pra nós, pescamos o produto, compramos dos pescadores que estão por aí e vamos vender pra Cananéia, e ele [o irmão] já era de Cananéia, o Florentino ele me orientou, então cê monta uma vendinha aí pra você vai começando uma coisinha aí, vai me trazendo aqui que eu faço a venda do produto pra você. (...) Então foi assim que eu comecei a minha venda, aí eu fui começando meu comércio, trabalhava na pescaria, trabalhava dia e noite, tinha saúde (...) ia duas, três vezes pro mar trabalhar e minha esposa tava beneficiando os peixes, ela escalava os peixes, quando tinha muito chamava outras pessoas pra ajudar ela e eu sempre conseguindo, comprava e foi assim que fomos conseguindo a vida até hoje estou nesse ramo*¹⁸⁵.

Malaquias também herdou do pai um barracão de processamento de pescado e foi ampliando as atividades econômicas. Assim, ele possui hoje uma mercearia onde vende produtos básicos e compra a produção pesqueira dos pescadores; uma pousada e duas embarcações movidas a diesel. Além disto ele financia artefatos de pesca para pescadores locais¹⁸⁶.

Todas as pessoas que residem na Enseada da Baleia pertencem à família de Malaquias. Todos os homens, filhos e genros, são pescadores¹⁸⁷. Ele é reconhecido pelos demais membros da comunidade como sendo o mais idoso e o mais indicado para falar da história do lugar e de conceder outras informações¹⁸⁸.

As observações dos pesquisadores permitem-nos verificar a permanência de caracteres culturais tradicionais, mesmo condicionada à assimilação de valores e atividades econômicas advindas da sociedade global. Malaquias pode ser considerado um empreendedor-inovador nos moldes apontados por Mourão. Ele adaptou-se à atividade econômica relacionada ao turismo. Porém o faz como pequena produção familiar,

¹⁸⁵ Nivaldo NORDI, Thais Al CAROSO & Maria A. BARBOSA. Histórico da pesca nas comunidades Enseada da baleia e Vila Rápida, Parque Estadual da Ilha do Cardoso., p. 355.

¹⁸⁶ *Ibid.*.

¹⁸⁷ *Ibid.*.

¹⁸⁸ Carmem L. RODRIGUES. *Ibid.*, p.111-17.

mantendo seu papel de pai/chefe de família e detentor do saber-fazer a que se soma o respeito dos demais membros da comunidade no reconhecimento de seu papel como aquele que conta a história do lugar.

A intenção de apresentar esta reflexão acerca da observação e dados sobre a Enseada da Baleia, bem como os comentários que se seguirão a partir de minha própria pesquisa, vai no sentido de contribuir à reflexão sobre a idéia generalizada em haver certa oposição entre tradição e mudança. Minha abordagem aqui advém de Marshal Sahlins, no seu já clássico estudo sobre o Havaí, em *Ilhas de História*, cujo foco teórico-metodológico central refere-se a não oposição entre “estrutura” e história., e ao fato de que “o que os antropólogos chamam de ‘estrutura’ — as relações simbólicas de ordem cultural — é um objeto histórico”¹⁸⁹.

Trata-se de elegermos uma abordagem, entre tantas, que dê conta de explicar porque, embora os quilombolas ou os caiçaras demonstrem o desejo de possuir uma antena parabólica em suas comunidades, ou celulares em seus bolsos, eles não deixarão necessariamente de serem quilombolas ou caiçaras.

Ou, segundo o próprio Sahlins,

*“Tenho observado entre teóricos do sistema mundial a seguinte proposição: dado que as sociedades tradicionais que os antropólogos habitualmente estudam são submetidas a mudanças radicais, impostas externamente pela expansão capitalista ocidental, não é possível manter a premissa de que o funcionamento dessas sociedades está baseado em uma lógica cultural autônoma. Essa proposição resulta de uma confusão entre um sistema aberto e a total ausência de sistema, tornando-os incapazes de dar conta da diversidade de respostas locais ao sistema mundial, em especial daquelas que conseguem persistir em seu rastro”*¹⁹⁰.

Entre os pesquisadores que se debruçaram sobre o Vale do Ribeira de Iguape, Renata Paoliello foi quem me chamou a atenção para as mudanças sociais à luz de Sahlins. Ela estudou conflitos sociais na Baixada do Ribeira relacionados à posse da terra, e observou que os “posseiros” atualizavam em suas estratégias práticas de posse, e também em suas representações simbólicas, os padrões tradicionais costumeiros de transmissão do patrimônio e relação com a terra, a partir do código jurídico que lhes indicava a oportunidade de legitimação das terras que ocupavam.

¹⁸⁹ Marshall SAHLINS. *Ilhas de História*, p.7.

¹⁹⁰ *Ibid.*, p.8.

Neste sentido, percebi em minha pesquisa certa semelhança com o observado por Paoliello no que diz respeito ao que eu chamaria de compatibilidade entre o preceito legal de “posse” e o direito costumeiro. O preceito legal de “posse” estabelece a apropriação pelo trabalho como condição de direito, o que é compatível com o direito costumeiro. Para o *filho da Ilha*, no entanto, este direito não se completará devido à impossibilidade de se cultivar a terra, além de que em áreas de preservação “a legislação em vigor impede a titulação de posseiros”¹⁹¹.

*“Alguns dos sentidos da posse aparecem aqui, desse modo, como expressão de uma lógica jurídica, representação e prática de um direito, enraizada em uma lógica cultural que a engloba (...), que parece funcionar como um ‘esquema performativo’, tal como proposto por Sahlins, isto é, como um modelo orientador da ação, capaz de incorporar os eventos e de reformular-se neste processo de incorporação”*¹⁹².

Embora “herdeiro” do “dono do sítio” — diferencial com relação à população estudada por Paoliello, em sua maioria “posseiros” em terras livres, devolutas ou abandonadas —, mas na impossibilidade financeira de abertura de inventário, o “*segurar a posse*” para o *filho da Ilha* possuiria também a dimensão de compatibilidade entre os dois códigos, ademais de recriar, na estratégia de apropriação, os papéis e relações sociais tradicionais acionadas na reprodução do patrimônio familiar. Além disso, tal alternativa representaria “os traços de uma sociabilidade” camponesa, “envolvendo regras de parentesco, vizinhança e ajuda mútua”¹⁹³.

Para Margarida Maria Moura, o campesinato concretiza a transmissão do patrimônio territorial readaptando, quando possível, as regras do Código Civil Brasileiro, dominante para a sociedade brasileira, às “regras” locais de transmissão da herança. Isto porque repor o patrimônio territorial é

*“mais do que colocá-lo em mãos dos descendentes diretos de um indivíduo, é assegurar a reprodução da área como camponesa, porque a herança enfeixa um papel estratégico neste sentido. [As regras de herança] configuram, em última instância, numa malha entretecida de duas realidades, onde uma delas (a local) procura prevalecer sempre que a outra (prescrições do Código Civil) não incidir inevitavelmente sobre situações determinadas”*¹⁹⁴.

¹⁹¹ Renata PAOLIELLO. Conflitos fundiários na baixada do Ribeira, p. 451.

¹⁹² *Ibid.*, p.346-7.

¹⁹³ *Ibid.*, p.347.

¹⁹⁴ Margarida M MOURA. *Os herdeiros da terra*, p.4. Quanto ao observado pela pesquisadora em Minas Gerais, ela alerta o leitor para algo que tratarei mais adiante acerca da relação entre “tradição” e “mudança”:

A regra costumeira da transmissão do patrimônio familiar, da herança da terra, configura-se como privilegiada para a reprodução camponesa, e o “*segurar a posse do sogro*” é, aqui, um exemplo que deve ser considerado conjuntamente com outros aspectos salientados anteriormente. Relembro quanto a isto o problema da culpabilidade do abandono do sítio e, também, a interpretação de um *filho da Ilha* sobre a sobrevivência da família que permaneceu no sítio apesar da *perseguição* do “*Florestal*”. Tanto num caso como no outro, o que está em jogo é a herança do patrimônio e não da terra. Assumir para si mesmo ou para os outros *filhos da Ilha* a culpa pela situação atual de abandono dos *sítios* é indício que se herdaria não apenas a terra, mas o trabalho nela realizado. Isto porque pelo código costumeiro há a responsabilidade do “*dono do sítio*” ou do pai/chefe de família quanto à conservação da herança que transmitirá ao(s) seu(s) sucessor(es), e esta conservação se dá por meio do trabalho. Mapear o PEIC pelos nomes de família e capoeiras teria o mesmo significado. O outro tema que vale lembrar é o da interpretação de um primo sobre a situação do outro primo que manteve a moradia no sítio, sendo porém impossibilitado de cultivar a terra nos modos do *tempo do sítio*. Ele foi obrigado então a se valer da “*plantação antiga*” de outros familiares, da “*vizinhança*” do *tempo do sítio*. Tal interpretação deixa transparecer também que aquilo que se herda ultrapassa a unidade familiar e se estende a uma concepção mais abrangente de herança. Tanto neste caso como no da culpabilidade, vê-se o problema da honra do pai de família emergindo involuntariamente, pois ele não é “apenas” o pai biológico e provedor de sua prole; ele é guardião de uma herança. Não se transmite apenas a terra, mas um patrimônio cultural.

Entre as minhas observações, o episódio acerca da invasão do caçador no sítio da família, relatado no capítulo sexto, pode ser concebido, juntamente com o problema do “*segurar a posse*”, como ações práticas cujos sentidos estão sendo mediados por “compreensões preexistentes da ordem cultural”. A isto se soma a atual organização econômica e social da comunidade Enseada da Baleia Isto porque “os homens criativamente repensam seus esquemas convencionais”, e é nestes termos, segundo Sahlins, que “a cultura é historicamente reproduzida na ação”¹⁹⁵.

“o entrelaçamento de dois códigos não é ali o resultado de um ‘passado’ que insiste em coexistir com um ‘presente’ e sim a evidência de que heranças camponesas podem forçar uma lógica própria ao mesmo tempo que os códigos nacionais, pela história afora tentam impor — mais ou menos violentamente — suas próprias regras do jogo”. (Op., cit., p.89).

¹⁹⁵ Marshall SAHLINS. Op., cit., p. 7.

Para ele, uma mesma sociedade pode estar constituída por mais de um tipo de estruturas. Estruturas que apresentam historicidades diferenciadas, umas mais abertas outras relativamente mais fechadas para a ação histórica. Trata-se de estruturas performativas e de estruturas prescritivas. Como tipos ideais, uma ou outra podem caracterizar uma dada sociedade, ou uma e outra podem caracterizar pontos estratégicos de uma mesma sociedade¹⁹⁶.

Em um modelo performativo,

“Acontecimentos circunstanciais são freqüentemente assinalados e valorizados por suas diferenças, pelo afastamento em relação aos arranjos existentes, podendo as pessoas então agir sobre esses arranjos para reconstruir suas condições sociais. Enquanto a sociedade assim se organiza, ela conhece a si mesma como a forma institucional dos acontecimentos históricos”.

Em um modelo prescritivo,

“no entanto, nada é novo ou, pelo menos, os acontecimentos são valorizados por sua similaridade com o sistema constituído. O que ocorre nesse caso é a projeção da ordem existente, mesmo quando o que acontece for sem precedentes, e sendo ou não bem-sucedida a interpretação recuperativa. Aqui, tudo é efetivação e repetição”.

*“As ordens performativas tendem a assimilar-se às circunstâncias contingentes, enquanto as prescritivas tendem a assimilar as circunstâncias a elas mesmas, por um tipo de negação de seu caráter contingente e eventual”*¹⁹⁷.

Tem chamado a atenção dos estudiosos da cultura caiçara a sua capacidade de assimilação e adaptação aos diferentes ciclos econômicos da história brasileira. “A mudança como modelo de cultura”, afirmação de Emílio Willens, um dos primeiros antropólogos a estudar a cultura caiçara na década de 1950, foi retomada e interpretada recentemente por Diegues (2004) á luz também dos acontecimentos históricos posteriores a Willens, especialmente quanto ao projeto nacional de desenvolvimento da pesca, da emergência da problemática ambiental e da turística.

Neste viés, a preocupação quanto à desorganização e impossibilidade da reprodução da cultura caiçara não tem sido enfatizada por Diegues mesmo em face de políticas econômicas tão excludentes como foi a da pesca na década de 1970. *“Ao contrário, como sucede freqüentemente no caso da pesca artesanal, o modo de produção capitalista*

¹⁹⁶ *Ibid.*, p.14.

¹⁹⁷ *Ibid.*, p.13.

*apropria-se da produção artesanal, sem necessariamente desorganizar esse modo de produção e reprodução social”*¹⁹⁸.

A “mudança como modelo de cultura” sugere para o caso da cultura caiçara o modelo performativo. E isto porque

*“os homens em seus projetos práticos e em seus arranjos sociais, informados por significados de coisas e de pessoas, submetem as categorias culturais a riscos empíricos na medida em que o simbólico é, deste modo, pragmático, o sistema é, no tempo, a síntese da reprodução e da variação”*¹⁹⁹.

É preciso ter presente, no entanto, que a reprodução da cultura dos camponeses e dos lavradores-pescadores do Vale do Ribeira de Iguape ao longo da história, ao largo dos diversos ciclos econômicos, e apesar de todas as expropriações e expulsões, somente foi possível em função da preservação das condições materiais e simbólicas tradicionais deste campesinato.

A ordem moral que constitui a campesinidade, expressa pela interdependência entre as categorias culturais “terra”, “trabalho”, “família”, “respeito”, entre outras, alicerçada como um contrato social entre homens e natureza pelo espírito da reciprocidade, foi parcialmente corrompida ou interrompida pela implantação das unidades de conservação.

Assim, a cultura dos lavradores-pescadores da Ilha do Cardoso “acionou” ao longo da história esquemas performativos, uma vez que lhes foi permitido manter a sua campesinidade, sua ancestral relação com a terra enquanto patrimônio do trabalho familiar, reprodutora de códigos genéticos e códigos culturais. Ou seja, a adaptação da cultura caiçara ao longo dos sucessivos ciclos econômicos deveu-se talvez ao âmbito do econômico ser estrategicamente performativo. De ele não colocar em risco empírico o âmbito da produção camponesa, estruturalmente mais prescritiva, uma vez que ela não reproduz apenas a economia, mas uma moral.

Estou aqui apenas expondo idéias que poderão ser checadas em momento futuro oportuno. O modelo prescritivo seria, conforme Sahlins, aquele em que “o olho que vê” é o “órgão da tradição”. Ou seja, *“a referência ao mundo é um ato de classificação, no curso*

¹⁹⁸ Antonio C.S. DIEGUES. A mudança como modelo cultural, p.41.

¹⁹⁹ Marshall SAHLINS. *Op., cit.*, p.9.

do qual as qualidades são indexadas a conceitos de uma relação de emblemas empíricos com tipos culturais. Conhecemos o mundo como instâncias lógicas de classes culturais”²⁰⁰.

Do que vimos, o que me vem especialmente à lembrança é o olhar do *filho da Ilha* sobre a mata, momento em que ele identifica e classifica os diferentes estágios da reforma da madeira sobre trabalho anteriormente realizado no patrimônio familiar: “*mato alto, bom de trabalhar outra vez*”. Além, obviamente, da relação das capoeiras de sicrano e beltrano e suas “idades” aproximadas; bem como o arrolamento dos nomes dos sítios pelo arrolamento dos nomes de suas famílias: “*a turma dos*”. Algo a que Sahlins concederia a seguinte explicação: “estamos conscientes de algo como *sendo* alguma coisa”. Trata-se da apropriação do mundo pelos conceitos que se tem *a priori*²⁰¹.

Vimos também que a caça entra no circuito da troca em função de compor a linguagem da comida, que “fala” do trabalho que fecunda a terra e da honra do pai, guardião do saber-fazer a terra produzir e, portanto, guardião do patrimônio que entregará às próximas gerações. Mas, nenhum entrevistado lamentou de fato a proibição à caça. Alguns deles teceram até mesmo considerações acerca de que a caça fosse dispensável. No entanto, os entrevistados lamentam o “desaparecimento” da fauna, momento em que a caça é introduzida no circuito da troca, portanto, no contrato social cujo espírito é a reciprocidade.

Estou sugerindo que a cultura caíçara esteja constituída de pontos estratégicos de ação histórica, uns mais performativos e outros mais prescritivos. Minha interpretação, na qual o discurso sobre a caça é um exemplo, é que é possível notar pontos de tensão entre o modelo performativo e o prescritivo. O *filho da Ilha* não fala da proibição à caça com o mesmo sentimento de perda e injustiça com que fala da *proibição ao trabalho*. Porém, como a cultura consiste numa teia de significados, a zona de tensão entre os dois modelos é notada quando da explicitação da hipótese “nativa” do desaparecimento da caça: os animais “*iam comer o quê?*” se “*não pode mais plantar?*”. A proibição à caça foi assimilada pelo modelo performativo como atividade dispensável. Porém, perante o esforço de entendimento sobre a percepção de sua diminuição²⁰², aciona-se a proibição ao trabalho

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 182.

²⁰¹ *Ibid.*, p. 182.

²⁰² Não estou levando em consideração aqui o conceito científico de equilíbrio ambiental da fauna para a Ilha do Cardoso. Com a oferta de alimento é natural que houvesse mais animais na Ilha à época dos sítios.

como sendo a sua tese, fazendo emergir um dos aspectos do manejo tradicional do ambiente do *tempo do sítio*. Então, quando a caça entra no circuito do modelo prescritivo, ela o faz para expressar que o seu “desaparecimento”, mais do que a sua proibição, é lamentado, e o é por ser efeito do “*proibido trabalhar*”, assim como sua “abundância” era efeito do trabalho camponês. Desta forma, a caça poderia ser pensada como um símbolo enobecedor do trabalho no “*tempo que era liberado trabalhar*”. De certa forma, a “ausência” da caça nos tempos atuais confirma esta lógica, mesmo que esta “ausência” seja fruto da percepção que os *filhos da Ilha* têm da realidade e, não, da suposição científica de equilíbrio ambiental entre fauna e flora.

Podemos notar a tensão entre os dois modelos também quanto ao problema de “*segurar a posse*”, assim como, provavelmente, quanto a outras tantas formas de permanência física individual/familiar de morada na Ilha do Cardoso, ainda por serem estudadas. Isto porque a herança da terra é um aspecto fundamental da “mudança no sistema social, [e da] permanência do sistema social camponês”²⁰³.

Sahlins estabelece este novo campo de abordagem para a Antropologia e para a História possibilitando uma linha de investigação que nos permita apreender os modos pelos quais a cultura caíçara esteja processando a sua adaptação ao conservacionismo nacional.

O mesmo autor permite-nos mais do que isto, uma vez que sua abordagem emerge de uma

*“crítica básica às distinções ocidentais através das quais geralmente se pensa a cultura, como as supostas oposições entre história e estrutura ou entre estabilidade e mudança. Utilizamos constantemente, em nosso folclore nativo assim como em nossas ciências sociais acadêmicas, essas dicotomias reificadas na divisão do objeto antropológico. (...) Essa distinção atravessa em profundidade uma série inteira de categorias elementares organizadoras do saber comum: o estático vs o dinâmico, ser vs devir, estado vs ação, condição vs processo. (...) A partir deste ponto, resta apenas um pequeno passo lógico até confundir história com mudança, como se a persistência da estrutura através do tempo não fosse histórica. (...) A cultura funciona como uma síntese de estabilidade e mudança, de passado e presente, de diacronia e sincronia”*²⁰⁴.

Se tomarmos consciência de que boa parte das dúvidas de técnicos, governantes, ambientalistas, e até mesmo biólogos, ecólogos e outros cientistas sobre a permanência do

²⁰³ Roberto CARDOSO DE OLIVEIRA. Prefácio, p.x. In: Margarida M. MOURA. *Os herdeiros da terra*.

caráter conservacionista das populações tradicionais em processo de mudança podem estar baseadas em premissas básicas da cultura ocidental às quais Sahlins se refere e crítica, poderíamos repensar a questão fundamental de que “toda mudança prática também é uma reprodução cultural”²⁰⁵.

Mas, se esta proposição é válida para a cultura dos lavradores-pescadores e pescadores artesanais da Ilha do Cardoso, deve ser válida também para a nossa própria cultura. A mudança de nosso próprio paradigma de conservação depende da revisão de certas premissas e da consciência, que enquanto cultura, tendemos também a reproduzir valores e relações mesmo perante mudanças práticas. Apesar dos avanços do paradigma ocidental na defesa da diversidade biológica e cultural, ainda reproduzimos padrões culturais ancestrais, como o de conceber a relação homem-natureza subordinado à dominância da concepção de homem *vs* natureza, estabelecendo a relação homem-homem sob a dominância da concepção de que nós e não o “outro” — pescador artesanal, lavrador-pescador, quilombola, indígena — sabemos efetivar a conservação ambiental. É necessário realizar o difícil projeto de enfrentamento de nossos próprios valores e estruturas e realizar nossas próprias mudanças culturais.

Enfim, estou segura de haver “desenhado” certos aspectos fundamentais do cenário etnográfico da cultura litorânea sul-paulista. Acredito que eles poderiam contribuir para instigar no imaginário dos que passeiam nas áreas preservadas ou trabalham em favor da conservação da chamada natureza primitiva da Ilha do Cardoso e em outras áreas “naturais” culturalmente habitadas, que ali há homens e mulheres — entre crianças e jovens, adultos e idosos — cujas histórias de vida estão entrelaçadas com a realidade desta natureza “primitiva”. Homens e mulheres nem mais rústicos, nem mais pitorescos, nem mais primitivos e nem menos modernos de que aqueles que lêem estas linhas e freqüentam o Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

²⁰⁴ Marshall SAHLINS. *Op., cit.*, p.179-80.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 180.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo

1992 *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo / Rio de Janeiro / Campinas: Hucitec / ANPOCS / Ed.UNICAMP, 1992.

ABREU Fº, Ovídio de

1982 Parentesco e identidade social. *Anuário Antropológico/80*, Fortaleza / Rio de Janeiro: Ed.Universidade Federal do Ceará / Tempo Brasileiro.

ADAMS, Cristina

2000 As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*, v.43, n.1, São Paulo.

ALMEIDA, Antonio Paulino de

1935 Breves notas sobre os Sambaquis de Cananéia. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol.XVIII, Ano II, Nov/Dez.

1935 A lagoa dourada. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Bol.IX, Ano 1, Fev.

1936 O forte da Ilha Comprida: a Ponta da Trincheira, uma lenda interessante. São Paulo, *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XX, Ano II, Fev.

1936 O padrão de Cananéia. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol.XXX, Ano III, Dez.

1944 Antigos vigários do litoral de S.Paulo. São Paulo, *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XCIV, Ano IX, Jan/Fev.

1945 O Ribeira de Iguape. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol.CII, Ano X, Abr/Maio.

1945 Usos e costumes praianos. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol CIV, ano XII, Ago/Set.

1946 Memória histórica da Ilha do Cardoso. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol.CXI, Ano XIII.

1946 Da ação dos piratas e fortificações do litoral. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. CIX, Ano XIII, Jul/Ago.

1946 Da decadência do litoral paulista. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. CVII, Ano XII.

1948 Memórias memoráveis. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Vol.CXX, Ano XV, Out. a Dez.

1948 A Igreja Matriz de S.João Batista, de Cananéia. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. CXVIII.

1949 Canal do varadouro. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. CXXIII, Ano XVI, Março.

1950 Incidentes com os vigários de Cananéia. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol.CXXX, Ano.XVI, Jan.

1950 A Ilha Comprida. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. CXXXVII, Ano XVII, Out/Nov/Dez.

1951 As grandes enchentes. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol CXLII, Ano XVIII, Ago.

1952 A Ilha de Cananéia. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol.CLIV, Ano XIX.

1952 Fundação de Cananéia. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. CLII, Ano XIX, Out.

1952 História da navegação no litoral paulista. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. CLIII, Ano. XIX, Nov.

1952 Memórias da câmara da Vila de Iguape: 1785-1827. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol.CLI, Ano XIX, Set.

1952 O bacharel de Cananéia. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol.CL, Ano XIX, Ago.

1953 O livro do tombo de Xiririca. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. CCVI, ano XX, Abr/Maio/Jun.

ALMEIDA, Mauro W.B.

1986 Redescobrimdo a família rural. *RBCS*, n.1, vol. 1.

ALMEIDA, Vicente Unzer de

1953 Condições de vida do pequeno agricultor no município de Registro. *Boletim de Agricultura*, São Paulo.

AMADOR, Florence

1936 O padrão de Cananéia. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol.xxx, ano iii, dez.

ANDRADE, Maristela de Paula

1990 Terra de índio: terras de uso comum e resistência camponesa. 1990. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ÂNGELO, Sueli et alii

1989 *Ilhas do litoral paulista*. Secretaria do Meio Ambiente/ Divisão de Reservas Estaduais, Secretaria da Cultura/ Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - Condephaat, São Paulo, Universidade de São Paulo / Departamento de Geografia.

ANTUNIASI, M^a H. R.; MAGDALENA, C. & GIANSAANTI, R.

1989 O movimento ambientalista em São Paulo: análise sociológica de um movimento social urbano. São Paulo, *Textos CERU*, 2a série.

ARANTES, Antonio Augusto

1975 A sagrada família - uma análise estrutural do compadrio. *Cadernos do IFCH / Unicamp*, Campinas, nº 5, Brasiliense.

1982 Pais, padrinhos e o Espírito Santo: um reestudo do compadrio. In: Almeida, M.S.K. et alii *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

ARAÚJO, Alceu M.

1953 Documentário folclórico paulista e instrumentos musicais e implementos. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. CLVII, ano XX, Jul. a Dez.

AUGÉ, Marc

1994 *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, Papirus.

AYROSA, Plínio

1934 Muchirão. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. II, ano I, Jul.

1938 Capoeira. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Vol. XXII, Ano II, Abr.

BACHELARD, Gaston

1988 *O novo espírito científico*; A poética do espaço. São Paulo, Nova Cultural. (Os Pensadores).

1989 *A água e os sonhos*. São Paulo, Martins Fontes.

1990 *Fragmentos de uma poética do fogo*. São Paulo, Brasiliense.

BECK, Anamaria

1989 “Lavradores e pescadores: uma contribuição a discussão do conceito de pescador artesanal”, In: Diegues, A.C.S. (org.) III Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil: Pesca Artesanal – Tradição e Modernidade, Coletânea de Trabalhos Apresentados, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP/ F.FORD/ UICN. São Paulo.

BARROS Junior, Francisco de

s/d *Caçando e pescando por todo o Brasil*. São Paulo, Melhoramentos. Seis volumes.

BEGOSSI, Alpina

1988 "Aspectos da dieta e tecnologia em uma comunidade de pescadores do litoral de São Paulo (Ilha dos Búzios), In: Diegues, A.C.S. (org.) II Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil, Coletânea de Trabalhos Apresentados, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP/ F.FORD/ UICN. São Paulo.

BOEIRA, Sérgio L. & VIOLA, Eduardo J.

1990 A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil (particularmente na microregião de Florianópolis) nos anos 80. In: IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Secretaria do Meio Ambiente/ Univers. Fed. de Santa Catarina, Florianópolis.

BONIN, Anamaria A.

1984 A pesca e seus trajetos: um estudo dos pescadores artesanais do Canto da Praia de Itapema-SC. 1984 Tese (Doutorado em Antropologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BORNHEIM, Gerd

1987 "O conceito de tradição". In: BORNHEIM et alii. *Tradição – Contradição*. Rio de Janeiro. Zahar/ Funarte.

BOSI, Ecléa

1987 *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Edusp.

1989 Meio ambiente e relações humanas e sociais. Simpósio Estadual Sobre Meio Ambiente e Educação Universitária - Área de Ciências Humanas. *Anais*. São Paulo, Secr.Meio Ambiente.

BRANDÃO, Carlos R.

1981 *Plantar, colher, comer*. Rio de Janeiro, Graal.

1982 Parentes e Parceiros: relações de produção e relações de parentesco entre camponeses de Goiás. In: Almeida, M.S.K. et alii *Colcha de Retalhos: estudo sobre a família no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

1985 Os nomes do trabalho, *Anuário Antropológico/85*.

1986 *Identidade & etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo, Brasiliense.

1994 *Somos as águas puras*. São Paulo, Papirus. (Papirus Ecologia)

1995 *Partilha da vida*. São Paulo, Geic/Cabral Editora.

1999 *O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores do bairro dos pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis*. Campinas, Editora da Unicamp.

BRANDÃO, Carlos R.; CAMPOS, Márcio D'Olne

1990 "Homem, saber e natureza: sistemas cognitivos e formas culturais de apropriação do meio ambiente entre pescadores e camponeses tradicionais do Estado de São Paulo – uma abordagem interdisciplinar". Projeto de Pesquisa, financiadora FAPESP, mimeo.

BRANDÃO, Carlos R.; CARVALHO, Maria Celina P.; GADELHA, Crismere

1998 Olhares cruzados: visões e versões sobre a vida, o trabalho e o meio ambiente no Vale do Ribeira. São Paulo, Instituto SocioAmbiental – ISA. Relatório de Pesquisa. Inédito.

1998 Os números do Vale do Ribeira de Iguape. São Paulo, Instituto SocioAmbiental – ISA. Relatório de Pesquisa. Inédito.

- 1998 Vale do Ribeira de Iguape: levantamento bibliográfico. São Paulo. Instituto SocioAmbiental – ISA. Inédito.
- 1999 O cerco do verde: o olhar dos outros sobre a questão do ambiente. *Revista Ambiente & Sociedade*, Ano II, nº 5, 2º Semestre.
- BUENO, Eduardo
- 1998 *Náufragos, traficantes e degredados*: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531. Rio de Janeiro, Objetiva. (Coleção Terra Brasilis, 2)
- 1999 *Capitães do Brasil*: a saga dos primeiros colonizadores. Rio de Janeiro, Objetiva. (Coleção Terra Brasilis, 3)
- CABEÇA DE VACA, Álvaro Nunes
- 1999 *Naufrágos & comentários*. Porto Alegre, L&PM. (Coleção L&PM Pocket)
- CALDEIRA, Clovis
- 1956 *Mutirão*: formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo, Cia Editora Nacional.
- CALVENTE, Maria del Carmen M.H.
- 1993 No território do azul-marinho - a busca do espaço caiçara. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CALVENTE, Maria Del Carmen M.H. et alii
- 2004 Caiçaras, mestres, professores e turistas: a resistência da territorialidade em processo de transformação do território. In: Diegues, A.C. (org.) *Enciclopédia Caiçara – O Olhar do Pesquisador*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP. v.1. (Ecologia e cultura: 5)
- CANDIDO, Antonio
- 1987 *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo, Duas Cidades.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto
- 1998 O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: *O trabalho do antropólogo*. Brasília : Paralelo 15; São Paulo : Editora UNESP.
- CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra
- 1995 Terras de negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CARVALHO, Edgard A. (org.)
- 1978 *Antropologia econômica*. São Paulo, Editora Ciências Humanas.
- Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S.Paulo.
- 1914 *Exploração do Rio Ribeira de Iguape*. 2ª Edição - 1914. São Paulo, Typographia Brazil de Rothschild & Co.
- CORBIN, Alan
- 1989 *O território do vazio*. São Paulo, Cia das Letras.

COSTA, Wanderley M.

- 1989 Bases epistemológicas da questão ambiental: determinações, mediações e contradições. In: IBAMA. Seminários Universidade e Meio Ambiente; Documentos Básicos, Brasília.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira

- 1987 Entre o mar e a terra. 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- 1990 Educação ambiental e comunidade. In: IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Secretaria do Meio Ambiente/Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- 1993 Representações da liberdade: tempo na pesca artesanal *versus* tempo fabril. *Travessia - Revista do Migrante*, ano.vi, n.15., jan/abril.
- 1994 Cultura e natureza: saberes e fazeres nas águas - Mesa: Homem e Meio Ambiente. In: Encontro de Etologia, XII, 1994, Cananéia/SP, Cananéia/SP, mimeo.
- 2004 Saberes patrimoniais pesqueiros. In: Diegues, A.C. (org.) *Enciclopédia Caiçara – O Olhar do Pesquisador*. São Paulo, volume I, Hucitec / Nupaub - CEC/USP.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira (coord.)

- 1989 Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos: o caso de Guaraqueçaba (Paraná). In: Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas úmidas no Brasil/ IOUSP/ F.FORD/ UICN, São Paulo. (Série: Estudos de Caso).

DEMARTINI, Célia Maria Cristina.

- 2006 O mito do paraíso tropical: caracterização cultural e gerenciamento do patrimônio arqueológico do Parque Estadual da Ilha do Cardoso. *Canindé - Revista do Museu de Arqueologia do Xingu*, n.8, Xingu, dezembro.

DEPARTAMENTO DE PESQUISA DE RECURSOS NATURAIS. Ilha do Cardoso. Folder. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria da pesquisa de Recursos Naturais. Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais. s/d.

DIEGUES, Antonio Carlos.

- 1973 Pesca e marginalização no litoral paulista, São Paulo. 1973. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- 1983 *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo, Ática.
- 1988 A pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para sua sobrevivência. Rio de Janeiro, *Revista Proposta*, 38.
- 1988 Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras. São Paulo, Núcleo e Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, fev/1988. (Série Doc. e Relat. de Pesquisa, n.5).
- 1989 Tradição e mudança nas comunidades de pescadores do Brasil: por uma sócio-antropologia do mar, In: Diegues, A.C.S. (org.) III Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil: Pesca Artesanal – Tradição e Modernidade. São Paulo, Coletânea de Trabalhos Apresentados, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP/ F.FORD/ UICN.
- 1990 Comunidades litorâneas e os manguezais no Brasil. II Simpósio – Ecossistemas da Costa Sul e Sudeste Brasileira: Estrutura, Função e Manejo, CIESP, abril 1990. Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP/F.FORD/UICN. (Série: Trabalhos e Estudos).

- 1993 Populações tradicionais em Unidades de Conservação: o mito moderno da natureza intocada. São Paulo, Núcleo de Pesquisa sobre População Humana e Áreas Úmidas do Brasil. (Série:Doc.e Relatórios de Pesquisa, n.1).
- 1996 *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, Hucitec.
- 1998 *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo, Hucitec.
- 2004 A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização. In: Diegues, A.C. (org.) *Enciclopédia Caiçara – O Olhar do Pesquisador*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.1. (Ecologia e cultura: 5)
- 2005 História e memória caiçara. In: Diegues, A.C. (org.) *Enciclopédia Caiçara – História e memória Caiçara*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.4. (Ecologia e cultura: 9)

DIEGUES, Antonio Carlos. (org.)

- 1988 II Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil. São Paulo, Coletânea de Trabalhos Apresentados, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP/ F.FORD/ UICN.
- 1989 III Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil: Pesca Artesanal – Tradição e Modernidade. São Paulo, Coletânea de Trabalhos Apresentados, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP/ F.FORD/ UICN.
- 1992 IV Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil: Populações Humanas, Rio e Mares da Amazônia. São Paulo, Coletânea de Trabalhos Apresentados, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP/ F.FORD/ UICN.
- 2004 *Enciclopédia caiçara - O olhar do pesquisador*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.1. (Ecologia e cultura: 5)
- 2005 *Enciclopédia caiçara - Falares caiçaras*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.2. (Ecologia e cultura: 7)
- 2005 *Enciclopédia caiçara - O olhar do estrangeiro*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.3. (Ecologia e cultura: 8)
- 2005 *Enciclopédia caiçara - História e memória caiçara*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.4. (Ecologia e cultura: 9)
- 2006 *Enciclopédia caiçara - Festas, lendas e mitos caiçaras*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.5. (Ecologia e cultura: 10)

DIEGUES, Antonio C. & NOGARA, Paulo J.

- 1994 *O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamangá-Parati-Rio de Janeiro*. São Paulo, NUPAUB/USP.

DIAS, Maria Angélica Cravo

- 1998 “Moradores tradicionais de Marujá e legislação ambiental.”. 1998. Trabalho de Graduação Individual (TGI em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DUARTE, Luiz Fernando

- 1978 As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da produção de pescado em Jurujuba. 1978. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DUMONT, Louis

- 1985 *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Rocco.
- 1992 *Homo Hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo, Edusp.

DUVIGNAUD, Jean.

1990 Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice.

ENCONTRO DAS ILHAS, São Sebastião/SP, 1990.

1990 Carta do ilhéu, São Sebastião: Projeto Cultural São Sebastião Tem Alma / Programa de Áreas Úmidas-IOUSP-FFORD-UICN, 1990. 16p.

ENCONTRO DOS POVOS DO MAR, São Sebastião/SP, 1992.

1992 Carta dos povos do mar, São Sebastião: Projeto Cultural São Sebastião Tem Alma / Centro de Culturas Marítimas-CEMAR, 1992.

ENCONTRO DOS POVOS DO MAR, São Sebastião/SP, 1993.

1993 Carta do pequeno encontro dos povos do mar – no mar e na mata: morada e trabalho, São Sebastião: Projeto Cultural São Sebastião Tem Alma, 1993.

ENCONTRO INTERNACIONAL DOS POVOS DO MAR E DA MATA ATLÂNTICA, São Sebastião, 1994. In: *Jornal dos Povos do Mar*, São Sebastião, jan. 1995. Ano 1, Nº 6. Edição Especial: Salvar o Mar para Salvar os Povos.

EVANS-PRITCHARD, E.E

1978 *Os Nuer*: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo, Perspectiva.

FAUSTO, Carlos

1987 Do monólogo à arte dialógica: considerações sobre textos de José de Souza Martins. *Religião e Sociedade*, 14/1, março.

FENTRESS, James & WICKHAM, Chris

1992 *Memória social*: novas perspectivas sobre o passado. Lisboa, Editorial Teorema.

FERREIRA, Leila da C.

1990 Estado e ambiente - a política ambiental no estado de São Paulo. Campinas, *Primeira Versão* n.10 / 1990, IFCH/Unicamp.

FERREIRA, Lúcia da C.

1993 *Os fantasmas do Vale*: qualidade ambiental e cidadania. Campinas, Ed. da Unicamp.

1996 A floresta intransitiva: conflitos e negociações na Mata Atlântica, SP. 1996. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FORTES Filho, Paulo.

2005 Falares caiçaras. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). *Enciclopédia caiçara*: falares caiçaras. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, volume 2. (Ecologia e cultura: 7)

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho

1983 *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Kairós.

FUKUI, Lia F.G.

1979 *Sertão e bairro rural* (parentesco e família entre sitiantes tradicionais). São Paulo, Ática.

Fundação SOS Mata Atlântica.

1992 *Dossiê Mata Atlântica*. São Paulo, Fund.SOS Mata Atlântica.

FURLAN, Sueli Ângelo

2004 Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental. In: Diegues, A.C. (org.) *Enciclopédia caiçara – O Olhar do Pesquisador*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.1. (Ecologia e cultura: 5)

GARCIA Jr., Afrânio

1983 *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GEERTZ, Clifford

1978 *A interpretação das culturas*. Zahar, Rio de Janeiro.

GIMENEZ, Adriano Rubini

1988 Diagnóstico de situação de saúde da comunidade de pescadores de Marujá. Relatório de Estágio de Residência Médica. MPS/EPM, 1988. Mimeo.

GNACCARINI, José C. & MOURA, Margarida M.

1983 Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate. *BIB*, Rio de Janeiro, n.15, 1º semestre de 1983.

GODELIER, Maurice

1989 *Lo ideal y lo material: pensamiento, economías, sociedades*. Spain, Taurus Humanidades.

GODOI, Emília Pietrafesa de

1993 O trabalho da memória: um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HEREDIA, Beatriz M.A.

1979 *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HALBWACHS, Maurice

1990 *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice.

HOLANDA, Sergio Buarque de

1976 *Monções*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

1975 *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975. (Coleção Documentos Brasileiros, vol.1).

1992 *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

1994 *Caminhos e fronteiras*. São Paulo, Cia das Letras.

KRUG, Edmund

1938 A Ribeira do Iguape. *Boletim de Agricultura*, série 39ª, anno de 1938, nº único.

LAGO, Antônio & PÁDUA, José A.

s/d *O que é ecologia*. São Paulo, Circulo do Livro.

LE GOFF, Jacques

1990 *História e Memória*. Campinas, Ed.Unicamp.

LEACH, Edmund

1974 Dois ensaios a respeito da representação simbólica do tempo. In: *Repensando a antropologia*. São Paulo, Perspectiva.

1983 "O gêneses enquanto um mito"; "Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal", in: DA MATTA, Roberto. *Edmund Leach*. São Paulo, Ática.(Grandes Cientistas Sociais,38).

1985 "Anthropos"; "Natureza/Cultura". In: Anthropos-Homem - *Enciclopédia Einaude*. Vol.5, Imp.Nacional - Casa da Moeda.

LECOCQ MULLER, Nice

1951 Sítios e sitiantes no estado de São Paulo. *Boletim* n.132, Geografia n.7, FFLCH/USP.

LENOBLE, Robert

1990 *História da idéia de natureza*. Rio de Janeiro, Edições 70.

LÉVI-STRAUSS, Claude

1970 *O pensamento selvagem*. São Paulo, Cia Nacional/ Edusp.

1974 Introdução: a Obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU.

1976 *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis / São Paulo, Vozes /Edusp. (Antropologia, 9).

1991 *O cru e o cozido* – Mitológicas. São Paulo, Brasiliense.

LÉVI-STRAUSS, C. e DIDIER, Eribon

1990 *De perto e de Longe*. Rio Janeiro, Nova Fronteira.

LOUREIRO, Violeta R.

1985 *Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia*. Belém, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq/ Museu Paraense Emílio Goeldi.

LUCHIARI, Ma Tereza D.P.

1992 Caçaras, migrantes e turistas: a trajetória da apropriação da natureza no litoral norte paulista (São Sebastião - Distrito de Maresias). 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da

1797 *Memória para a história da Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte / São Paulo, Itatiaia / Edusp, 1975.

MAGNO DA SILVA, Tânia Elias

1988 “Beiradas de maré: estudo do professor leigo em comunidades camponesas pobres”. In: Diegues, A.C.S. (org.). II Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil. São Paulo, Coletânea de Trabalhos Apresentados, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP/ F.FORD/ UICN.

1989 “Os pequenos pescadores, trabalhadores para o capital”. In: Diegues, A.C.S. (org.) III Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil: Pesca Artesanal – Tradição e Modernidade. São Paulo, Coletânea de Trabalhos Apresentados, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP/ F.FORD/ UICN.

MALDONADO, Simone C.

1986 *Pescadores do mar*. São Paulo, Ática.

1988 No Mar: conhecimento e produção. In: Diegues, A.C.S. (org.) Ciências sociais e o mar no Brasil. São Paulo, Coletânea de Trabalhos Apresentados no II Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP/ F.FORD/ UICN.

1991 Entre dois meios. 1991. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de Brasília, Distrito Federal.

1993 *Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo, Annablume.

MALDONADO, Wanda

2004 A construção material e simbólica da canoa caiçara em Ilhabela/SP. In: Diegues, A.C. (org.) *Enciclopédia Caiçara – O Olhar do Pesquisador*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.1. (Ecologia e cultura: 5)

2005 Mandira: nome da terra, nome da gente — Entrevistado: Francisco Sales Coutinho & Irene Cândida Maria Coutinho. In: Diegues, A.C. (org.) *Enciclopédia Caiçara – História e memória Caiçara*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.4. (Ecologia e cultura: 9)

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo, Abril Cultural, 1976. (Coleção Os Pensadores, XLIII).

MANSANO, Candice

2004. Do “tempo dos antigos” ao “tempo de hoje”: o caiçara de Camburi entre a terra e o mar. In: Diegues, A.C. (org.) *Enciclopédia Caiçara – O Olhar do Pesquisador*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.1. (Ecologia e cultura: 5)

MARCILIO, M^a Luiza

1986 *Caiçara: terra e população*. São Paulo, Paulinas, CEDHAL.

MARTINS-COSTA, Ana Luiza B.

1989 Uma retirada insólita: a representação camponesa sobre a formação do lago de Sobradinho, Rio de Janeiro. 1989. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Museu Nacional, Rio de Janeiro.

MARTINS, José de Souza

1973 *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Pioneira.

1975 *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo, Pioneira.

1986 As coisas no lugar. In: *Introdução crítica à Sociologia Rural*. São Paulo, Hucitec.

1993 *A chegada do estranho*. São Paulo, Hucitec.

MELO Teresa

2004 Espaço, comunicação e cultura: breve relato de observações sobre a comunidade de Cachoeira do Guilherme. In: Diegues, A.C. (org.) *Enciclopédia Caiçara – O Olhar do Pesquisador*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.1. (Ecologia e cultura: 5)

MELLO, Alex Fiúza .de

1985 *A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação*. Belém, Univ. Federal do Pará.

MERLO, Márcia

2004 Faces e vozes de Ilhabela. In: Diegues, A.C. (org.) *Enciclopédia Caiçara – O Olhar do Pesquisador*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.1. (Ecologia e cultura: 5)

MONTEIRO, John

1994 *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Cia das Letras.

MORAES, Antonio C.R.

1989 Introdução da temática ambiental nas ciências sociais, in: IBAMA. Brasília, Seminários Universidade e Meio Ambiente; Documentos Básicos.

1994 *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo, Hucitec.

MOREIRA, Albertino G.

1943 Iguape e outras cidades mortas. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XCII, ano IX, out/nov/dez.

MOSCOVICI, Serge

1975 *Sociedade contra natureza*. Rio de Janeiro, Vozes.

MOURA, Margarida M.

1978 *Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo, Hucitec.

1984 Invasão, expulsão e sucessão: notas sobre três processos sociais no campo. *Anuário Antropológico/82*, Fortaleza / Rio de Janeiro, Ed. Universidade Federal do Ceará / Tempo Brasileiro.

1984 As relações sociais na fazenda: a lógica das ações judiciais. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo.

1986 *Camponese..* São Paulo, Ática.

1988 *Os deserdados da terra: lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

MOURÃO, Fernando A.A.

1967 A pesca no litoral sul do Estado de São Paulo da região lagunar de Iguape-Cananéia. São Paulo, Relatório de Pesquisa à FAPESP.

1971 Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial. 1971. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

1988 “Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo”. In: Diegues, A.C.S. (org.) II Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil. São Paulo, Coletânea de Trabalhos Apresentados, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP/ F.FORD/ UICN.

MULLER, Geraldo

1980 Estado, estrutura agrária e população: ensaio sobre estagnação e incorporação regional. Rio de Janeiro, Vozes:CEBRAP. (Cadernos CEBRAP, 32)

MUSSOLINI, Gioconda

1980 Cultura Caiçara. In: Carone, Edgard (org.). *Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara - Gioconda Mussolini*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. (Coleção Estudos Brasileiro; v.38).

MUSUMECI, Leonarda

1988 *O mito da terra liberta*. São Paulo, Vértice, ANPOCS.

NOFES, Paulo

2004 Os caiçaras de Toque-Toque Pequeno. In: Diegues, A.C. (org.) *Enciclopédia Caiçara – O Olhar do Pesquisador*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.1. (Ecologia e cultura: 5)

NORA, Pierre

1976 O retorno do fato. In: LE GOFF, J. (comp.) *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, F.Alves.

NORDI, Nivaldo; CARDOSO, Thais A. & BARBOSA, Maria Angélica.

2005 Histórico da pesca nas comunidades Enseada da Baleia e Vila Rápida, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Cananéia, São Paulo — Entrevistado: Antônio Malaquias Cardoso. In: DIEGUES, Antonio C. S. (org.) *Enciclopédia Caiçara – História e memória Caiçara*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.5. (Ecologia e cultura: 10)

OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Velloso de

1810 Memoria sobre o melhoramento da Província de S.Paulo, aplicável em grande parte às províncias do BRASIL. *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geographico, e Ethnographico do Brasil*, vol.36, 1868.

OLIVEIRA, Luiz Henrique D.C.L. (coord.)

s.d. *Curso de integração: ambiente, preservação e educação*. São Paulo, Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Dep.Estadual de Proteção de Recursos Naturais, s.d. (Programa Permanente de Educação Ambiental).

OLIVEIRA, Roberto C. de

1988 Tempo e tradição: interpretando a Antropologia, In: *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro / Brasília, Tempo Brasileiro / CNPq. (Bibl.Tempo Universitário,83).

ORLANDI, Eni Puccinelli

1990 *Terra à vista - discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas:Ed.Unicamp.

1992 *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, Ed.Unicamp.

PÁDUA, José A.

1990 O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. *Ciências Sociais Hoje/1990*.

PARADA, Isadora Le Senechal

2004 Mudanças socioambientais de comunidades caiçaras do Parque Estadual da Ilha do Cardoso. In: Diegues, A.C. (org.) *Enciclopédia Caiçara – O Olhar do Pesquisador* São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.1. (Ecologia e cultura: 5)

PAOLIELLO, Renata

1992 Conflitos fundiários na Baixada do Ribeira: a posse como direito e estratégia de apropriação. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2 vol.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura (orient.)

1967 *Vale do Ribeira - Pesquisas Sociológicas*. São Paulo, Convênio DAEE-USP.

1967 Bairros rurais paulistas: estudo sociológico. *Rev.do Museu Paulista*, Nova Série, Vol XVII.

1976 *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Rio de Janeiro, Vozes.

1987 Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". *Ciência e Cultura*, 39(3):272-286, março/1987.

- PEREIRA DE QUEIROZ, M^a I. & GARCIA, Lia F.
1968 O sitiante brasileiro e as transformações de sua situação sócio-econômica. *Cadernos* n.1, CERU, 1^a série, março 1968.
- PETRONE, Pasquale
1966 A Baixada do Ribeira: estudo de geografia humana. *Boletim* n.283, São Paulo, Cadeira de Geografia n.14, Universidade de São Paulo.
- PIERSON, Donal & TEIXEIRA, Carlos B.
1947 "Survey" de Icapara. *Revista de Sociologia*, vol 9, n.1-4.
- PRADO Jr., Caio
1981 *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense.
- QUEIROZ, Marcos de S.
1979 A lógica do quente e frio: uma manifestação da medicina popular numa aldeia de pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo. *Rev.Inst.Estudos Avançados*, 21, USP.
- QUEIROZ, Ruben Caixeta de
1992 Atores e retores na Juréia: idéias e práticas do ecologismo. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- RESENDE, Roberto Ulisses
2000 As regras do jogo: legislação florestal e desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira, São Paulo. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – PROCAN, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA, Campinas/SP, 1991. *Anais do Seminário Nacional*, Consórcio Mata Atlântica – Universidade Estadual de Campinas.
- REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O PLANO DE GESTÃO-FASE I D PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO. SMA/IF/KFW. Relatório de Consultoria. Ilha do Cardoso/SP, 1997. Relatório.
- Revista do Arquivo Municipal*
1936 Caminhos do mar ou a precedência da trilha dos tupiniquins. Vol. XXIII, ano II, maio.
1944 Antigos vigários do litoral de S.Paulo – Cananéia. Vol. XCVI, ano IX, jan/fev.
- RIBEIRO, Gustavo L.
1992 Bichos-de-obra: fragmentação e reconstrução de identidades. *RBCS* n.18, ano 7, fev.
- RODRIGUES, Carmem Lúcia
2001 Limites do consenso: territórios polissêmicos na Mata Atlântica e a Gestão Ambiental Participativa. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
2005 A cultura caiçara e o turismo no bairro de Marujá, Ilha do Cardoso — Entrevistado: Ezequiel de Oliveira. In: Diegues, A.C. (org.) *Enciclopédia Caiçara – História e memória Caiçara*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.4. (Ecologia e cultura: 9)

SAHLINS, Marshall

1979 *Cultura e Razão Prática*: dois paradigmas da teoria antropológica. In: *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro, Zahar.

1990 *Ilhas de história*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo* - 1851. Belo Horizonte / São Paulo, Itatiaia / Edusp, 1976.

SALES, Renato José Rivaben de

1988 "Aspectos da pesca artesanal na região lagunar de Iguape-Cananéia". In: Diegues, A.C.S. (org.). II Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil. São Paulo, Coletânea de Trabalhos Apresentados, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP/ F.FORD/ UICN.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. *Regulamentação da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe*: plano de gestão - unidade de gestão / ZEE preliminar / Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. São Paulo : SMA : IBAMA, 1996.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro

2004 Os primeiros habitantes do baixo Vale do Ribeira. In: Diegues, A.C. (org.). *Enciclopédia Caiçara – O Olhar do Pesquisador*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.1. (Ecologia e cultura: 5)

SCHMIDT, Afonso

1964 *O tesouro de Cananéia*. São Paulo, Clube do Livro. (conto)

SCHMIDT, Carlos B.

1959 "O pão da terra". *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol.CLXV, ano XXVII, out/dez.

SERPA, Paulo

2004 Sistema energético caiçara: um conceito em construção. In: Diegues, A.C. (org.). *Enciclopédia Caiçara – O Olhar do Pesquisado*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.1. (Ecologia e cultura: 5)

2005 Memórias de um caiçara da comunidade de Foles, Ilha do Cardoso, Cananéia, São Paulo — Entrevistado: Arlindo Mendes. In: Diegues, A.C. (org.). *Enciclopédia Caiçara – História e memória Caiçara*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.4. (Ecologia e cultura: 9)

SERRANO, Célia M. de T.

1993 A invenção do Itatiaia. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SERRES, Michel

1991 *O contrato natural*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. (Coleção Nova Fronteira Verde).

SETTI, Kilza

1985 *Ubatuba nos cantos das praias*: estudo do caiçara paulista e de sua produção musical. São Paulo, Ática.

SEVERINO, Antônio Joaquim.

2002 *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, Cortez.

SEYFERTH, Giralda

1985 Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, N.S., Antropologia, n.52.

1992 As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. *RBCS* n.18, ano 7, fev.

SIGAUD, Lygia

1978 A nação dos homens - uma análise regional de ideologia, *Anuário Antropológico/78*.

1992 O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. *RBCS* n.18, ano 7, fev.

SILVA, Glaucia Oliveira da

1988 "Tudo o que tem na terra tem no mar": classificação dos seres vivos entre trabalhadores da pesca em Piratininga. 1988. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Luiz Geraldo

1989 “Movimento social de pescadores no Norte e Nordeste brasileiros: tradição e mudança (1966-1988), In: Diegues, A.C.S. (org.). III Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil: Pesca Artesanal – Tradição e Modernidade. São Paulo, Coletânea de Trabalhos Apresentados, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP/ F.FORD/ UICN.

2004 Da terra ao mar: por uma etnografia histórica do mundo caiçara. In: Diegues, A.C. (org.). *Enciclopédia Caiçara – O Olhar do Pesquisador*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.1. (Ecologia e cultura: 5)

2005 História caiçara e ciências sociais no Brasil. In: Diegues, A.C. (org.). *Enciclopédia Caiçara – História e memória Caiçara*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.4. (Ecologia e cultura: 9)

SIMÃO, Aziz & GOLDMAN, Frank

1958 Itanhaém: estudo sobre o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade litorânea. *Boletim* n.226, Sociologia II n.1.

SOARES, Luiz Eduardo

1994 *O rigor da indisciplina: ensaios de antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

SOUZA, Laura de Mello e

1986 *O diabo e a terra de Sta Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo, Cia das Letras.

SUÁREZ, Mireya. Agregados, parceiros e posseiros: a transformação do campesinato no centro-oeste. *Anuário Antropológico/80*.

SUSSEKIND, Flora.

1990 *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo, Cia das Letras.

TAVARES DOS SANTOS, José V.

1991 Crítica da Sociologia Rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. *Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS.

THOMAS, Keith.

1988 *O homem e o mundo natural*. São Paulo, Cia das Letras.

THOMPSON, E.P.

1987 *Senhores e Caçadores*: as origens da Lei Negra. Rio de Janeiro, Paz Terra.

THOMPSON, Paul.

1992 *A voz do passado*: história oral. São Paulo, Paz e Terra.

TSUKIOKA, Crismere Gadelha

1994 De Itaquiara a Parque Estadual da Ilha do Cardoso: o sentido da mudança. In: HIDALGO, R.R.S. & NASCIMENTO Jr., F. (org.). *Anais de Etologia*, 12, Sociedade Brasileira de Etologia.

1996 Ilha do Cardoso - o "olho mágico". *Revista Temática*, Campinas, Ano 4, n.7, II Semestre de 1996, IFCH/UNICAMP.

TUAN, Yi-Fu

1980 *Topofilia*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel.

1983 *Espaço & lugar*. São Paulo, Difel.

VELHO, Otávio G.C.A.

1969 O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. *América Latina* n.1, ano 12, janeiro-março.

1987 O cativo da Besta-fera. *Religião e Sociedade*, 14/1, março.

VENTURA, Roberto.

1991 *Estilo tropical*: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo, Cia das Letras.

VIOLA, Eduardo J.

1987 O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. *RBCS*, vol. I, n.3.

1990 Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. *Ciências Sociais Hoje/1990*.

1990 O meio ambiente como problemática sociológica, Simpósio Estadual Sobre Meio Ambiente E Educação Universitária. *Anais*, São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente.

1992 O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. *Ciências Sociais Hoje/1992*.

WILLENS, Emilio.

1946 Nota sobre habitações temporárias de caçaras. *Revista de Sociologia*, vol 8, n.1-4.

WILLEMS, Emilio & MUSSOLINI, Gioconda (colab.)

2003 *Ilha de Búzios*: uma comunidade caçara no sul do Brasil. Tradução de Ana Maria Pontifex. São Paulo, HUCITEC – NUPAUB/CEC.

WILLIAMS, Raymond.

1989 *O campo e a cidade*: na história e na literatura. São Paulo, Cia das Letras.

WOORTMANN, Ellen F.

1981 Sitiantes e roceiros: a produção camponesa num contexto de pecuarização. 1981. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Distrito Federal.

1981 O sítio camponês. *Anuário Antropológico/81*.

1992 Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades "pesqueiras" do nordeste. *RBCS*, n.18, ano 7, fev.

1995 *Herdeiros, parentes e compadres*: colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo – Brasília, Hucitec - Edunb. (Estudos Rurais).

s/d. A árvore da memória. Brasília, Universidade de Brasília, Série Antropologia n.159.

WOORTMANN, Ellen & WOORTMANN, Klaas A.A.

1997 *O trabalho da terra*: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília, Ed. Universidade de Brasília.

WOORTMANN, Klaas A.A.

1984 A família trabalhador., *Ciências Sociais Hoje*.

1986 A comida, a família e a construção do gênero feminino. *Dados*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.29, n.1.

1990 "Com parente não se negueia" - o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico/87*, Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro.

ZAN, José Roberto

1986 Conflito de terra no Vale do Ribeira: estudo sobre pequenos posseiros em luta pela terra no município de Sete Barras. 1986. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ZHOURI, Andréa

1992 Discursos verdes: as práticas da ecologia (um estudo antropológico da participação dos ecologistas paulistas nas eleições de 1986). 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Revistas e Jornais

ALMEIDA, Paulino de. 4º Centenário da chegada da frota de Martim Affonso ao porto de Cananéia. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 12 de agosto de 1931.

SILVA, Gislene. Abandonados no paraíso. *Globo Rural*, nº 71, Ano 6, setembro de 1991. p.66-71.

O Estado de S.Paulo. Ecologia - Ameaçado controle ambiental da Ilha do Cardoso. *O Estado de S.Paulo*, 25 de julho de 1993.

A Tribuna. Ilha do Cardoso é cedida ao Estado. *A Tribuna*, Santos, 22 de março de 1994. p.A-8.

FAJARDO, Elias. Cultura caiçara. *Ecologia e Desenvolvimento*, nº 39, Ano 3, maio/1994. p. 4-13.

MENGEL, Rodolfo. USP leva energia solar a Cananéia. *Jornal da USP*, 28/08 a 03/09/1995. p.7.

Jornal dos Povos do Mar. Salvar o mar para salvar os povos. *Jornal dos Povos do Mar*, São Sebastião, jan. 1996. Ano 1, Nº 6. Edição Especial.

PAVONE, Antônio Paulo. Mar de dentro: o refúgio da vida nas águas das pérolas verdes. *Classe - Revista de Bordo da TAM*, , nº64, ano XII, 1997.

MIRANDA, Janaína Bulhões. Projeto Cananéia. *Jornal da USP*, 16 a 22/03/1998. p.2.

ROMANINI, Vinicius. Guaraqueçaba uma cidade vítima do verde. *Terra*, nº 6, Ano 7, junho 1998. p. 56.

Época. A cidade fantasma. *Época*, São Paulo, 22 de novembro de 2000. p. 67.

Revista Ser Médico. Ilha do Cardoso: um paraíso logo ali. *Revista Ser Médico*, São Paulo, nº 42, ano XI, jan/fev/mar 2008.

Homepage

REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL Notícias: Cresce consciência ambiental do brasileiro. Disponível em: < <http://www.coeprasil.org.br> >. Acesso em: 07/07/2006.

ROTTA, Fernanda & VALLE, Raul S. T. do. Fórum debate estratégias de desenvolvimento para o Vale do Ribeira Instituto Socioambiental. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org>>. Acesso em: 01/04/2003.

Anexo

Entrevista (completa) realizada em 01 de junho de 1994, em Cananéia, com um herdeiro (69 anos) dos sítios Santa Cruz e Salvaterra

[P = Pesquisadora; E = principal Entrevistado; E.1, E.2, E.3 = diferentes membros da família do Entrevistado]

- *A minha vida foi meio, meio atrapalhada sempre.*

P- Por exemplo, quando as pessoas saíram do sítio que tipo de emprego elas arranjaram aqui em Cananéia? Como o senhor estava falando...

E- A maioria foi arriscado por ele próprio, né? Igual o Tunico, por exemplo, foi bar e eu quando vim pra cá também foi bar.

P- Ah, o senhor trabalhou com bar?

E- Não. A minha vida foi meio, meio atrapalhada sempre, sabe! Eu daqui...

P- Quando o senhor veio pra cá...?

E- Daqui eu corri pra Santos, sabe, quando eu vim para cá.

P- Ah, foi pra...?

E- Santos. Fiquei lá em Cubatão, em Santos.

P- Cubatão, é?

E- É. Depois eu voltei, vim pra São Vicente, trabalhei de cobrador de ônibus. Depois...

P- Mas, em Santos o senhor trabalhou em quê?

E- Cobrador de ônibus.

P- Ah, nos dois, em Santos e São Vicente?

E- É Santos, São Vicente, Cubatão, tudo...

P- Ah, todo aquele trajeto!

E- É, todo trajeto até Praia Grande às vezes também. Então, determinados lugares ninguém pegava, sabe!

P- Sei.

E- Existia várias linhas, então nós iam na Garagem e lá estava o painel e lá estava a escala da gente.

P- Cada vez uma escala.

E- Cada vez uma escala, cada vez uma linha, por exemplo, né, horários, tudo. Aqueles 4 dias a escala da gente, já sabia onde ia trabalhar; o dia seguinte, horário, tudo. Por exemplo, eu trabalhava oito dias na parte da manhã, sabe, até uma da tarde, uma da tarde outro vinha substituir a gente e a gente ficava, naquele tempo chamava rendição. Aí, pegava a uma da manhã ia até meia noite, três horas da manhã. Quando pegava a linha Cubatão, o último horário a gente chegava 4 horas da manhã em casa. Depois o ônibus ia pra garagem, ia acertar a conta, tudo. Então, e dali eu...

P- Ali o senhor ficou quanto tempo?

E- Fiquei uns seis meses de cobrador. Aí eu arrumei um dinheiro com um amigo lá e comprei um bar, em São Vicente. Aí sim eu vivi atrapalhado depois que comprei este bar.

P- Ah, é?

E- O bar não tinha movimento.

P- Ah, é?

E- Foi de um português e eu tinha já Nivaldo, tinha que comprar leite pra ele, casa alugada e o bar era alugado, tinha prestação para pagar. Aí eu desisti, o movimento não dava.

P- O senhor ficou quanto tempo?

E- Fiquei três meses com aquele bendito bar, sabe!

P- Três meses. Isto era em que época mais ou menos?

E- 61, 62. 62 pra...

P- Como o senhor decidiu ir para Santos, assim, porque tomou esta decisão?

E- Eu já conhecia, né!

P- Ah, já conhecia.

E- Desde que eu era novo eu já conhecia, já andava por lá, sabe!

P- Ficou com vontade de ir.

E- Aí [?] casa dos meus irmãos, também estava um pouco dos meus irmãos, aí eu fui pra lá também. Tinha um amigo meu, que eu chamava de pai, sabe, eu chamava ele de pai. Um senhor de idade já, da roça. Aí ele falou assim: "C., vamos lá pra Santos, lá pra Cubatão comigo, fica lá em casa, arrumo um lugar pra você, dona J. ajuda a América -- senhora dele, que já era uma mulher de idade -- e vamos arranjar um serviço pra você lá". Assim que eu fui pra lá, pra Cubatão. J. estava grávida deste Nivaldo, sabe, aí lá a poluição era meio demais, aí comadre começou dizer que não dava, que não dava, em menos de três meses caí fora. Aí então eu emprestei dinheiro dele e comprei este bar. Depois fiquei três meses com este bar, aí chegou um -- sei lá quem é ele! --, eu estava apavorado: "Quer vender este bar?". Digo: "Vendo!"

P- Que bom, né?

E - [comprador:] "Quanto o senhor quer no bar?". [Resp.:] "Quatrocentos e cinquenta." [Compr.:] "Como é que o senhor quer?" Eu: "Depende. Do jeito que o senhor..." Aí ele falou: "Eu dou cento e vinte de entrada..." [Resp.:] "Bom, se o senhor me der 120 de entrada e ficar responsável pelo resto que eu tenho que pagar! Depois o senhor me paga o resto também, o que o senhor me deve."

Aí ele aceitou. Fizemos um rolo lá, eu devia ainda um pouco para pagar. Aí, eu peguei o dinheiro e vim embora e montei o bar aqui, sabe!

P- Aí o senhor montou um bar aqui?

E - É, montei um boteco aqui.

P- Ah, é?

E- Daí eu pescava outra vez, sabe, eu pescava e tinha um boteco. Até que eu arrumei um sobrinho pra sócio, depois o sobrinho foi bem, foi bem...

P- ... sócio no bar?

E - No bar. Com 4 meses nós estávamos trabalhando de vento em popa, sabe. Tinha de tudo, não era só bar, sabe, tinha de tudo.

P- Como se fosse uma mercearia?

E - É, como se fosse uma mercearia.

P- Ah, sim.

E - Aí depois eu... com 4 meses começou cair, cair, cair, eu peguei o sobrinho, mandei embora, ele não gostava de ficar no balcão, ficava ali ficava doente, aí ficava um mês inteirinho fechado, só abria uma noite, sabe, até que um dia eu vendi, peguei vendi. Aí eu entrei no Estado, aí no Estado fiquei até aposentar.

P- Mas o senhor disse que voltou a pescar?

E - Eu pescava, eu não parava de pescar, eu gostava mais de ficar pescando do que no bar.

P- Ah, o senhor tinha o bar mas continuava pescando?

E - Continuava pescando. Aqui eu continuava pescando, lá não, em Santos não, mas aqui eu continuava.

P- O senhor pescava e entregava no...

E - Vendia, vendia no Entrepasto, não era CEAGESP, era Entrepasto.

P- No Entrepasto.

E - Naquele tempo era Entrepasto. Não era CEAGESP ainda.

P- Aí o senhor deixou o bar e foi para o Estado?

E- Pro Estado.

P- Quando trabalha no Estado é funcionário público?

E - Eu era contratado, sabe.

P- Ah, contratado?

E - CLT, não era funcionário público. E foi minha sorte, sabe.

P- Ah, é? Foi melhor?

E - Meu senhor!!

P- Melhor que funcionário público?

E - Muito melhor!

P- Ah, é! Nossa, eu sempre pensei que não fosse.

E - Eu também pensava que não. Quando entrei no Estado, contratado sem vencimento, carteira assinado sem vencimento, então a turma chiava: "Esta turma de CLT nós estamos perdendo", não sei que lá, não sei que lá! Muito bem. Agora, quando eu me aposentei, todo mundo ficou bobo comigo porque eu recebi um bom trocado destes vinte e poucos anos que eu trabalhei como CLT. Eu me aposentei com salário maior do que aqueles que se aposentaram pelo Estado.

P- É mesmo! Nossa, eu não sabia disto não seu C., eu achava que era melhor ser funcionário público.

E - Não. Pode ser muito bom para quem tem um grau superior, que pega um cargo bom, né, só que para quem pega o cargo que nós pegamos aqui... não é nada bom.

P- A Sudelpa já era então neste período?

E - É, neste período. Depois eu entrei no DAEE, sabe, no Estado, trabalhei três anos e pouco no DAEE.

P- DAE?

E - É D-A-E-E.

P- O que que é?

E - Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE).

P- Ah. Este foi o ...

E - Então, este foi o início.

P- Foi o início.

E - Daí a Sudelpa... criaram a Sudelpa, ela campou a sede do DAEE, campou e eu fiquei.

P- Quer dizer que passou pra Sudelpa?

E - Pra Sudelpa, o prédio, tudo passou para a Sudelpa, em Pariqueraçu, sabe.

P- Ah, era em Pariquera?

E - Em Pariqueraçu. Aí, que aconteceu? Fiquei na Sudelpa durante toda a vida dela. Aí Orestes Quércia acabou com a Sudelpa. Quando foi governador do Estado, Orestes Quércia acabou com a Sudelpa.

P- E aí?

E - Aí eu voltei para o DAEE novamente.

P- Ah, puxa!

E - Eles não podiam me mandar embora porque eu tinha vinte e poucos anos de serviço já.

P- Aí o senhor se aposentou...?

E - Eu me aposentei...

P- ... no DAEE?

E - No DAEE, mas pelo INPS, né, pelo INSS.

P- INSS, né. E o senhor trabalhava em que lá no DAEE?

E - Eu era operador de máquina...

P- Operador de máquina...

E - Operador de máquina rodoviária [sr.C. foi pegar a carteirinha do DAEE].

E - [mostrando a carteira] Olha, operador de máquina rodoviária.

P- Mas o que que é operador de máquina rodoviária? Fazia o quê?

E - Operador de máquina rodoviária sabe por quê? Como rodoviário você tem que ter carta de motorista e pegar uma máquina de pneu e rodar na estrada, em qualquer pista de asfalto, sabe, então você é operador de máquina rodoviária, você dirige uma máquina, né, terraplanagem.

P- Ah, terraplanagem, para abrir estradas.

E - Para abrir, para acertar o chão por exemplo que nem motoniveladora também. Então você pode usar aquela... qualquer máquina de pneu você pode dirigir, então você é um operador rodoviário, sabe.

P- Não é aquele que põe o asfalto não, né?

E - Pode ser também.

P- Também. Quer dizer, qualquer uma destas máquinas o senhor operaria?

E- Por exemplo... É obrigado a operar, né, qualquer uma delas. Tem aquelas máquinas que espalha o asfalto, né, aquela eu pratiquei um pouco mas não me aperfeiçoei; tem aquelas máquinas que cavam, chamam retro-escavadeira, também trabalhei no asfalto também; tem aquele rolo-compressor, né, trabalhei com aquilo também...

P- Ah, um trabalho totalmente diferente...

E- Depois tem aquela... nós também tínhamos aí também a S-90, uma máquina grande, sabe, enorme de uma máquina, grande, e ela tinha uma esteira desta largura, ela entra nos brejos e lá é para abrir vala também, escavadeira. Escavadeira carrega caminhão também, tudo. Com aquela eu também trabalhei um pouco, uns tempos; e depois a máquina de esteira, aquela para empurrar terra, empurrar tronco, empurrar tudo; aquela para fazer corte também trabalhei um pouco.

P- Mas neste período o senhor não pescou?

E- Não, [eu] pescava, na minha folga. No meu dia de folga eu pescava.

P- No dia de folga, mas não como fonte de renda?

E- Não, como fonte de renda não porque não dava, mas é porque eu tinha os filhos e eu ganhava pouco.

P- O senhor sempre teve seu barco e sempre o senhor ia pescar...

E- ... sempre, sempre, sempre ia.

P- ... quer dizer, nunca largou...?

E- ... nunca larguei.

P- ... totalmente?

E- Nunca larguei.

P- E pescar era o quê, o senhor tinha cerco, estas coisas?

E- Eu tinha cerco, eu tinha rede de parati, tainha, sempre tinha, sabe. Uma época eu tinha rede para camarão. Então o que me ajudou a criar os filhos foi isto aí porque o salário não era muito bom, sabe.

P- O que ajudou foi continuar pescando?

E- ... continuar pescando.

P- Aí o senhor pescava e continuava entregando no Entrepasto?

E- Quando tinha... quando sobrava, como diz nós caixaras, quando sobrava da bóia, de comer, quando sobrava da comida aí nós vendia.

P- Ah, ta! E era o Entrepasto primeiro e depois virou Ceagesp.

E- ... Ceagesp, agora já vai...

P- O próprio Entrepasto virou Ceagesp, é isto?

E- É.

P- Falar isto está certo, que o Entrepasto virou Ceagesp?

E- É, virou Ceagesp. Lauro Natel foi que virou, modificou, sabe, o governo Lauro Natel.

P- Ah, Lauro Natel.

E- Lauro Natel.

P- Aí virou Ceagesp.

E- Virou Ceagesp. No tempo que ele era governo de Estado ele esteve no nosso acampamento, almoçou no nosso acampamento e eu que servi a mesa pra ele.

P- Ah, é? Nossa! Ele veio por causa disso, do CEAGESP?

E- Não. Ele veio por causa da estrada do Ariri, que ele mandou abrir. Na estrada do Ariri eles vieram umas três vezes, sabe. Aí um dia ele almoçou lá no acampamento. Chegou lá dois helicópteros dele. Nós enfeitamos o pátio, sabe, enfeitamos tudo bem enfeitadinho, pintamos as pedras e pusemos umas palmeiras e fizemos um coberto com lona, um barracão grande, pusemos a mesa comprida, fizemos todos os bancos de madeira também comprido. Aí veio um monte de, de... tinha carne de porco, carne de boi, carne de veado, carne de tatu, sabiá frito, tudo isso tinha lá pra ele comer, sabe. Aí quando foi a hora de...

P- E ele gostou?

E- Ele comeu lá, biliscou alguma coisa. Tinha bastante gente também com ele. Depois ele mandou o pessoal um bocado embora e ele ficou lá. Lauro Natel foi um cara assim, sabe, ele chegou

desceu do helicóptero, aqueles palmitero, tinha palmitero por lá, ele quis por a mão em todo mundo. Aí conversou com eles também, e depois pra sair ele se despidiu um por um, apertou a mão de todo mundo. Um cara legal pra caramba ele. Então, na hora de servir a mesa mandaram eu.

[O filho caçula do Entrevistado entrou na sala. Brinquei com ele pois deveria estar feliz porque a esposa, que fica a semana toda no Ariri dando aula, tinha chegado devido ao feriado de Corpus Christi (02/06, quinta-feira). Todos riram. O Entrevistado retomou nossa conversa...]

Então, na hora de servir a mesa mandaram eu servir a mesa pro Lauro Natel. Aí fiquei lá de garçon, sabe [risos].

P- [rindo] Aí o senhor virou garçon, né, seu C.. Tá bom, o senhor já fez de tudo então...

E- [rindo]... já, já, já...

P- ... até garçon o senhor já foi, né?

E- Ainda pra quem? Pro governador do Estado ainda! Aquele era uma homem popular pra caramba, viu.

• ***Desde que eu era criança a pesca era profissão!***

P- Naquela época, seu C., mais ou menos na década de 60, quando o pessoal teve que sair da ilha, a pesca já era considerada uma profissão?

E- Ah, era, desde que eu era criança a pesca era profissão!

P- Profissão mesmo!

E- É, profissão. Eu sou profissional há 51 anos, vai fazer agora.

P- Ah, é!

E- Meu pai, minha turma toda era profissional, sabe, muita gente.

P- Mas, assim, tinha registro, essas coisas?

E- Tem.

P- Desde aquela época, desde a época do pai do senhor senhor?

E- Era obrigado ir na Capitania.

P- Ah, na Capitania dos Portos, é isso?

E- É, lá que faz o registro.

P- É registro mesmo que chama, né?

E- É, nós chamava na nossa linguagem matrícula, sabe.

P- Matrícula?

E- É na nossa linguagem, mas é o registro, né.

P- Ah, sim, eu vou falar uma coisa pro senhor. Qualquer coisa que eu pergunte o senhor sempre me diga os termos próprios que vocês usam aqui...

E- ... certo...

P- ... porque pra mim é importante eu saber. Pra eu ir aprendendo também...

E- ... certo...

P- ... os nomes da região. Então, o senhor se sinta a vontade de me corrigir quando falo uma palavra que tem uma outra palavra aqui, tá.

E- Na nossa época era... era matrícula.

P- Matrícula, né. Então, faria essa matrícula na Capitania dos Portos, mas era aqui?

E- Em Iguape.

P- Ah, em Iguape. Todo mundo tinha que ir pra lá fazer esse...?

E- Todo mundo vai.

P- O que que era, tinha uma carteirinha assim...?

E- Tinha carteira. Olha, devo ter por aí, se eu achar... Aonde que eu vou achar essa carteira?! Eu devo ter aí guardado, sabe.

P- Ah, na hora que o senhor achar o senhor me mostra então.

E- Eu tenho guardado.

P- Mas, o pai do senhor também tinha carteirinha?

E- Tinha, todo mundo tinha! Tinha carteira grande, desse tamanho assim, parece um livro e tinha carterinha piquinininha também.

P- E essa matrícula o que que é? A pessoa vai lá e se matricula como um pescador...?

E- ... como um pescador profissional.

P- Pescador profissional; e ele tem que tirar registro pro barco, pra canoa, essas coisas?

E- Tem que tirar, tem que tirar tudo.

P- Tem que registrar?

E- O certo tem que registrar tudo. Ele, canoa e os companheiro.

P- Ah, os companheiros também?

E- Também.

P- E as pessoas tinham carteirinhas...

E- ... tem que ter carteirinha...

P- ... diferentes?

E- ... não...

P- ... cada um tinha uma carteirinha?

E- É, cada um tinha a sua carteirinha, mas a carteira era tudo igual, sabe?

P- Sim, mas cada um tinha que ter a sua?

E- Tinha. Eu até hoje, até hoje.

P- E tinha documento especial pra canoa ou não?

E- Tinha, tinha também.

P- Separado?

E- Separado.

P- Eu não sabia disso não.

E- Na época a da canoa chamava-se, chamava arrolar a canoa.

P- Arrolar?

E- É, não é matrícula, na nossa linguagem aqui é arrolar a canoa.

P- Quer dizer que no caso da pessoa seria matricular e no caso da canoa seria arrolar a canoa.

E- É, arrolar a canoa. Quer dizer, era matrícula, matricula também a canoa, sabe.

P- Sim, era matrícula mas tinha o nome de arrolar.

E- É, arrolar. É um registro, vamos dizer, uma palavra assim, era um registro na Capitania, lá ficava registrado, direitinho o tamanho, os dados, enfim, tudo isso na Capitania. Se alguém roubasse então naquela época tinha uma chapinha pra canoa desse tamaninho assim, bonitinho assim, "Capitania dos Portos", não sei que lá, escrito e com numeração da canoa. Então, era obrigado a pregar na canoa, assim bem na parte de trás da canoa, na popa que nós chamamos, pra um dia se ele encostar, ficar encostado, é olhar na canoa está...

P- Tinha que ter esse número?

E- É, e todo ano tinha que mudar aquela chapa, sabe.

P- Ah, tinha que mudar a chapa?

E- Tinha que ir na Capitania fazer, fazer, como é que é o nome? Reformar, né, reformar aquela licença, aí ele dava nova chapa.

P- Isso existe até hoje?

E- Não, hoje é diferente, a canoa, embarcação, qualquer embarcação tem registro permanente.

P- Tem um registro permanente.

E- Tem um registro permanente.

P- Não precisa ir lá todo ano?

E- Não, agora não precisa não. Agora [é] passar o visto na carter, sabe, mas só no Ibama.

P- No Ibama. Não é mais na Capitania dos Portos.

E- Na Capitania dos Portos só registra, por exemplo, e depois o resto é feito tudo no Ibama.

P- Ah na Capitania faz o registro...

E- Eu acho que eu tenho carteira do Ibama aí ainda.

P- Quer dizer que faz o registro na Capitania dos Portos e depois tem que ir todo ano no Ibama? É isso?

E- É, todo ano no Ibama. Eu tinha carteira aqui do Ibama [sai para procurar a carteira].

P- [Olhando a fotografia na carteira] Seu C. é o senhor? Olha, cabelo preto, que diferença!

E.1- Era moço aqui, tinha quantos anos?

E- Trinta e cinco anos.

P- Trinta e cinco?
 E- É.
 P- Nossa!
 E-1- O que que é? Cartera de pesca isso aqui?
 P- Esse é do Ibama.
 E- Ibama. É de pesca, mas é do Ibama. É esse que vale pra nós hoje.
 P- É registro de pescador profissional, né.
 E- É esse que vale pra nós hoje.
 P- Ah, Ibama-Iguape. Em Iguape, né.
 E- É.
 P- Quer dizer, esse...
 E- Todo ano passa o visto. E dia trinta de agosto, dia oito, dia dez de agosto vence. Dia dez tem que mandar pra lá.
 P- Ah, dez de agosto, o senhor manda...
 E- E lá eles reformam por mais um ano.
 P- Isso aqui o senhor tem que continuar tirando mesmo o senhor estando aposentado?
 E- Certo.
 P- Se o senhor continuar pescando o senhor tem que sair com a carteira?
 E- Tem que ter carteira.
 P- Certo.

• ***Agora não lavra nada mais, mas é lavrador.***

P- Bom. Agora eu vou fazer uma pergunta seu C. que só o senhor pode me responder. Bom, tudo bem, a gente estava falando de uma pessoa que vai pescar, tem o registro da pesca é um pescador, o senhor se considera um pescador, agora, e quem trabalha no sítio?
 E- Aqui na nossa linguagem é lavrador.
 P- Lavrador?
 E- É, mas agora não lavra nada mais, mas é lavrador.
 P- Mas seria um lavrador...?
 E- ... é, seria um lavrador...
 P- ... quem trabalhava no sítio naquela época chamava-se lavrador.
 E- É. Só na roça, plantava um milho, plantava um arroz, negócio simples, né, era lavrador... na época.
 P- Agora, existia algum documento, ele tirava também como se fosse da pesca?
 E- Não... os terrenos mesmo, né, os documentos do terreno que tinha.
 P- Os documentos do terreno?
 E- Do terreno.
 P- Mas ele não tinha nenhum registro assim como esse?
 E- Não, não tinha não. Não tinha.
 P- E ele pode se aposentar como lavrador?
 E- Ele se aposentava esses tempo até... por isso que eu sempre defendo a ditadura militar, né. Que antes ninguém tinha direito a nada, pobre não pagava INPS, não pagava nada, por isso não tinha direito a nada, morria pagão, morria... Hoje não, depois da ditadura eles deram os direitos e todos se aposentavam pelo Funrural, sabe.
 P- Ah, o Funrural sei, e hoje ainda vale?
 E- Hoje é muito difícil de aposentar.
 P- Ah, é, pelo Funrural?
 E- Pelo Funrural.
 P- Não consegue?
 E- Não, hoje é difícil. Até que a mulher do Aristides mandou os documento dela pra lá, foi e voltou. Porque eles querem agora, estão exigindo “nota produtora”. Quem que tinha “nota produtora” naquele tempo? Quem que tem hoje do nosso... “nota produtora”?
 P- É claro!

- E- Então não aposenta mais ninguém por causa disso. Por causa da exigência. Mudou muito, sabe. Tão exigindo nota produtora do lavrador. Que chamam o lavrador {de banda}, que nunca pagaram INPS, que nunca pagaram nada, por exemplo, então se aposentava com meio salário mínimo ou até com salário inteiro. Mas está difícil aposentar por causa disto, porque querem nota produtora.
- P- Nota produtora? Quem é que tira nota produtora?
- E- Tira esse pessoal que tem, por exemplo, pessoa que trabalha em... no sítio, vamos dizer, mas que tem produção, né, de batata, arroz, feijão, enfim, tem tudo, produção lá. Então ele tem uma nota produtora pra ele discriminar o que ele vende pra fora, sabe. Então tem que ter a nota. Se eu vou lá em Pariquera, por exemplo, comprar, vamos dizer, uma parcela boa uma uma roça [?] eu tenho que ter uma nota, né, pra ver! Então tem que ter nota produtora. Naquela época, há uns tempos era isento de imposto agora não sei se é não. Então tinha nota produtora. Mas, aqui ninguém tem. Aqui ninguém planta mais nada, não tem mais nada. Os do passado, os antigos, trabalhavam na roça não tinha isso também. Fica difícil agora.
- P- O pai do senhor chegou a se aposentar?
- E- Meu pai?
- P- Não! Não tinha nenhuma documentação de aposentado?
- E- Não. Tentamos fazer pra ele naquela época, mas não conseguimos.
- P- E ele se considerava o que: um lavrador ou um pescador?
- E- Pescador e trabalhava a roça também um pouco, de tudo ele fazia um pouco.
- P- Daí, se eu perguntasse pra ele "o que que o senhor é", ele iria dizer "sou um lavrador e sou um pescador"? Ele ia dizer juntos?
- E- É, ele viveu... sei lá o que ele ia dizer, sabe, mas ele fazia os dois, sabe.
- P- Fazia os dois, né.
- E- Fazia os dois. Na roça lá nós tínhamos tudo: mandioca, farinha, arroz, feijão, cana e banana, de cada coisa nós tínhamos um pouco, sabe, cafezal, nós tínhamos um cafezal grande também, de passar o ano inteiro torrando café lá no pilão e sobrava, jogava fora ainda!
- P- Nossa!
- E- Nunca nós comprávamos café, então, nós tínhamos... papai tinha de tudo um pouco. Só não tinha criação de animal lá. Umas galinha, também tinha galinha bastante e produzia, sabe. E produzia na pescaria também, nas vagas tava tudo pescando...
- P- Certo.
- E- ... sobrevivia também vendendo. Então assim nós sobrevivia. Não era só da produção da roça e nem só da produção da pesca. Agora, ele era pescador profissional, sabe.
- P- Ele tinha o registro de...
- E- Tinha sim. Tinha.
- P- ... de pescador profissional.
- E- Tinha, tinha.
- P- Mas, ao mesmo tempo se considerava um lavrador?
- E- Um lavrador justamente.
- P- As pessoas mesmo não tendo um documento, quer dizer, estava se considerando um lavrador?
- E- É um lavrador, é
- P- Eu não sabia o nome... esse nome... como se chamava a pessoa que trabalhava no sítio é o que eu não sabia.
- E- Ah, aqui pra nós, aqui é lavrador, sabe.
- P- Lavrador mesmo.
- E- É.
- P- Antigamente também falava assim?
- E- Então, antigamente era lavrador, agora chamam, sei lá como chamam, produtor de mandioca, de farinha, sei o que lá, sei lá bem dizer como chama agora, mas na época era lavrador.
- P- Lavrador mesmo. Ah, tá certo, isto que eu não sabia mesmo.
- P- Quando o pessoal teve que sair do sítio, né, eles continuaram indo pra lá...?
- E- ... muitos...
- P- ... podiam ir, Continuaram indo...?

E- ... é, muitos...

P- ... como é que foi?

E- É, muitos... que nem eu assim voltava lá sempre, outros não, papai não voltou mais, o pai dela [de dona J.] também voltou depois de velho que eu levei ele lá [?] também. E muita gente já não voltou mais, sabe. Daqui foi embora pra Iguape, foi embora pra Paranaguá, foi embora pra outro cantos, muita gente sumiu daqui, sabe.

P- Mas, o pai do senhor não voltou mais por quê?

E- Já tava velho, já tava com a idade de setenta e poucos anos já.

P- Quando ele saiu?

E- Quando saiu.

P- Já é uma questão de idade mesmo, né?

E- É, idade. E nós não queríamos mais deixar mais ele lá, sabe. Nós estávamos tudo fora, eu [?] esse barraco aqui já. Veio pra cá um pouco depois ele foi pro barraco da minha irmã. Minhas irmãs, que não puderam viver lá no Cardoso mais, foram embora também. Uma está em Praia Grande, outra em Santos, tudo espalhado. Uma ficou aí, Maria ficou. Isabel que agora tá em Santos também e Ana que morreu, mas ficaram aqui na cidade.

P- No caso o senhor, assim, sempre ia lá, nunca abandonou totalmente?

E- Nunca abandonei totalmente, nunca abandonei.

P- Tinha coisa plantada e...

• *Estou segurando como posse dele.*

E- A plantação ficou [?], sabe, ficou uns quinze anos sem limpar aquilo lá, por isso que acabou. O mato cresceu. Mas eu sempre tava lá, sabe, só que não tratava de nada. Depois foi que resolvi começar limpar aquilo lá.

P- E por que o senhor resolveu?

E- Eu resolvi por causa de ter posse, sabe, a turma não tocar a gente assim sem nada.

P- Isso que eu queria perguntar. O que era essa coisa da posse seu C., que eu ouço falar e não entendo, o que é?

E- A posse é você ficar num terreno... por mais de dez anos... vamos dizer, num terreno, aí você tem direito de posse e era de lei do governo, não sei se ainda existe. Se ficou mais de dez anos naquele lugar ali você tem direito de posse. Suponhamos você pega um terreno aqui e fica aqui, faz uma casinha aí e fica dez anos aqui no terreno, aí...

P- Mas, é só fazer uma casa que já é posse?

E- É. Aí você fica, passando cinco, dez anos já o dono não pode nem mais tirar você daí.

P- Mas, o senhor acha que o senhor precisa...

E- Sem ter acordo.

P- ... fazer isso uma vez que o senhor... aquele sítio é do senhor?

E- Então, o sítio [envergonhado], falando bem o português claro, não é bem nosso porque, como falei pra você, aquilo ali pra chegar na nossa mão tinha que ter um inventário, então nós... estou segurando a posse do velho, sabe. Porque o velho não era casado com a mãe dele(s) no civil, e ela é herdeira do outro, ela é que é herdeira do outro marido. Agora, o velho, pai dela [da esposadeEgo], já não era, quer dizer, é dele já segurando como posse [também]. Lá onde tem João Cardoso, lá nós tinha escritura daquilo lá, sabe.

P- Na parte do Santa Cruz tem escritura...

E- Tinha, tinha.

P- ... na parte do Salvaterra...

E- ...não tem, não tem.

P- Mas, o tio, o tio não, o irmão da mãe do senhor não tinha comprado aquilo lá?

E- Ele comprou mas...

P- E ele não tinha o documento?

E- Ele tinha, tava lá com A.

P- Então, e aí o senhor não tem esta parte?

E- Não, não pertence nós, né.
P- Mas, não era da mãe do senhor?
E- Era do irmão de minha mãe. Ele era sogro da mãe dela, sabe, mãe das duas [E.2. e E.1, presentes na sala de entrevista].
P- Sogro da mãe das duas.
E- É. Irmão de mamãe era sogro [da mãe] das duas. Tem esse [filho(?)] que era meio doido da cabeça, [do] primeiro marido [filho do irmão da mãe de Ego], depois ela casou com o velho S., mas não no civil, então ele não teve jeito de... como dono, sabe. Então, nós... estou lá como segurando a posse do velho [S., sogro de Ego], sabe. Como posseiro.
P- Quer dizer que o senhor tem que fazer essa posse porque não tem essa documentação?
E- Não tem documentação.
P- Então tem que marcar posse.
E- É, marcar posse.
P- Se chama isso...?
E- ...segurar posse...
P- Segurar posse. Chama segurar posse. E aí segurar posse é só manter o rancho?
E- Manter o rancho, plantaçãozinha também por aí.
P- Tem que fazer alguma coisa?
E- É.
P- Uma rocinha...?
E- É, só por ali, nós temos umas coisinhas por lá.
P- Alguma coisinha pra dizer que tá usando o lugar, é isso?
E- É, que tá usando.
P- É, isso? Agora, essa coisa de inventário é uma coisa bem complicada, né?
E- Ah, isso é complicado, isso é muito complicado! Isso aí tem que ter dinheiro pra pagar advogado, se não tiver advogado não faz. E precisa bastante dinheiro pra isso. Depois tem finado Joaquim Cardoso que era dono do sítio, tem a esposa dele, devia ter [?] também, depois vem o filho também, que era o marido da mulher da mãe deles, depois vem a velha Isabel também que já morreu, e aí não sei se tem mais alguém. Então tem que ver um inventário lá do...
P- Eles [me referindo às senhoras, E.2 e E.1] tem direito ali no Salvaterra?
E- Eles tem direito porque é, como falei pra você, é posse do pai deles, né?
P- Também posse?
E- Posse porque a mãe dela por exemplo é dona, seria a dona, né, porque a mãe dela parece que era casada, parece não, era casada com um herdeiro dali, sabe.
P- Ah, é, então, quer dizer, teria direito.
E- Teria direito então.
P- ... em termos de herança...
E- ... herança é...
P- ... no papel mesmo.
E- Mas como eu falei pra você pra fazer essa herança tinha que fazer inventário.
P- Tem que fazer isso, não tem jeito?
E- É, tinha que fazer inventário pra poder provar que era dono daquilo ali, mas só que não tem isso aí, o [?] não tem. Tinha que fazer inventário do velho Joaquim Cardoso, que foi quem comprou, depois do filho dele que é o finado João Ilário, que é o marido dela, e depois dela os filhos parece que têm direito. Mas é complicado e não é fácil, hoje não faz mais, difícil. Então, como o velho S. já viveu lá mais de sessenta anos ali, então, eu fiz, estou segurando como posse dele.
P- Como posse. Aí tem o direito de posse em termos da lei, isso é reconhecido como a posse.
E- É, é. Como posse.

- *Acostumei porque quando eu vim pra cá já tinha o meu rancho feito aqui.*

P- O senhor acha que é difícil uma pessoa que se criou no sítio se acostumar na cidade? Como o senhor sentiu isso?

E- Olha, eu me acostumei porque quando eu vim pra cá já tinha o meu rancho feito aqui. Quando eu casei, casei com ela -- [em tom e brincadeira] não casei com mais nenhuma mesmo até agora [rindo] --, quando eu casei tinha comprado uma casa em Iguape. Como lá embaixo a vida foi mais difícil que eu achei, depois eu mudei pra cá outra vez, de volta, e fui lá só pra vender a casa. Aí fiquei quatro anos, como eu falei pra você, naquele paredão, depois arrumei esse lugar aqui e estou aqui até hoje. Arrumei esse barraco, estou nesse barraco até hoje aqui. Já, antes de eu ter esse barraco aqui, quando nós vínhamos do sítio {nas festas da cidade} nós ia morar em casa dos outros aí.

P- Ah, ta!

E- Então, nunca a gente tinha liberdade e então não se sentia bem mesmo, de jeito nenhum. Agora, o culpado um pouco foi meu pai, sabe. Porque aí tinha um casarão ali que é da Legião Brasileira, sabe qual é?

P- Sei, sei.

E- Aquele casarão era pra ser nosso.

P- Ah, é!

E- Teve na nossa mão.

P- Muito bonito!

E- Então, até esse casarão ali, um casarão branco grande, enorme que é. Agora foi transformado, né, agora está bonito porque foi reformado, mas era bonito aquela época. O falecido Paulo Paiva, que era um dos maiores comerciantes de Cananéia na época, no tempo do mil réis ainda, nós morávamos no sítio, aí um dia ele ofereceu: "Agostinho, você não quer comprar aquele casarão? Estou pensando em vender aquele casarão." Papai falou: "Seu Paulo, quanto que é?" [sr.Paulo:] "É onze conto de réis" [pai:] "Seu Paulo, tá ficando louco seu Paulo, eu não tenho dinheiro pra comprar isso!" "Não Agostinho!", ele falou -- papai era freguês dele há muitos anos -- "não Agostinho, eu passo a casa a você e você fica me pagando conforme você vai podendo, vai pagando devagarinho." Aí eu com meu irmão, mais velho que eu, o outro, o Plácido, estava em casa ainda, eu falei: "Papai, vamos comprar, papai paga metade, nós pagamos metade, nós dois pagamos a metade." [Pai:] "Vocês estão loucos, vocês são crianças, não sabem o que estão falando. Eu não vou ficar endividado em onze contos, como vamos pagar onze contos de réis?" Aí nós perdemos a oportunidade de ter o casarão pra nós. Aí depois fizemos... ele foi embora também, ele mora em São Vicente até hoje e eu depois mudei aqui também e estou até hoje aí. Fazendo o rancho com as forças da gente mesmo, sabe.

P- Agora, o senhor saiu de lá antes da coisa do Parque, né, que o senhor tinha falado, o senhor tinha tomado a decisão antes.

E- Já, em 60 já existia a lei do Parque.

P- Que ano que é?

E- Eu saí foi em 60 que eu saí de lá.

P- 60?

E- É. Eu fiz meu casarão aqui, eu fiz o rancho aqui em 54 comecei aqui e também não acabei.

P- Então o senhor já tinha essa idéia de vir pra cá em 54?

E- Já, já, mas depois já em 60 já tinha o projeto do Parque Estadual. Foi esse projeto foi feito assim com dr.Paulo Duarte se não me engano, um cara aqui do oceanográfico.

P- Ah, é!

E- Parece que nasceu dele.

P- Ah, Paulo Duarte?

E- É, Paulo Duarte. É um cara do oceanográfico aí. Parece que nasceu assim essa história do Parque Estadual foi dele.

P- Ele era daqui, não?

E- Não, ele é de São Paulo. Dr.Paulo, não sei o que ele era na vida. Chamavam ele de dr. Paulo Duarte.

P- Mas quando o sr. começou a construir a casa aqui em 54 já tinha a idéia de vir morar aqui definitivamente?

E- Já, já tinha idéia de mudar pra cá já.

P- Tinha essa idéia já?

E- É. E depois naquela época nós também fazíamos, nós iamos pescar, nós vinhamos em casa dos outros, sabe, ficar em casa dos outros, então, já tinha...

P- Isso era uma coisa que...

E- Então, aí já tinha essa idéia a muito tempo lá, com o negócio do casarão, quando nós viessemos pescar, viesse para o que fosse nosso, sabe.

P- Um lugar só.

E- É. Não é tanto esperando que fosse Parque Estadual, sabe. É que nós, nós pensávamos que quando nós viessemos pra cidade nós termos onde parar, nosso. Então, perdeu o casarão, depois eu casei, então já fiz por minha conta. Não tinha que pedir conselho nem pra pai, nem pra mãe, nem pra ninguém, né. Já fiz por minha conta já. Agora pra mim em 60 já existia esta lei de Parque Estadual.

P- Já começou a...

E- ... já, já...

P- ... existir alguma coisa sobre isso.

E- Depois foi, foi que vigorou mesmo já com guarda-florestal, com tudo foi na década de 70 por aí.

P- Ah, com o Florestal começou em 70?

E- Foi assim. Não tenho bem certeza, sabe, Mas foi por aí. Aí o florestal começou atacar a turma lá e a turma começou a correr. Tinha um tal de Magalhães aqui, um florestal aqui, Magalhães, ele fazia por todo esse pessoal que está aí, ainda sobrava tempo.

P- Nessa época ainda tinha muita gente lá?

E- Tinha, tinha bastante gente.

P- Nos sítios todos?

E- É. Aí começou a... aí Magalhães começou a apertar e a turma não podia trabalhar, não podia fazer nada e ele pisando em cima da turma e foi indo, foi indo... correu todo mundo. Mas nessa época tinha bastante gente lá, tava lotada a Ilha.

• ***Não quero saber mais lá do sítio, é proibido trabalhar mesmo!***

P- Agora, quando... do senhor eu já até sei mais ou menos a resposta, se o senhor gostaria de voltar a morar no sítio?

E- Ah, não!

P- Não, morar não?

E- Morar não, só de passar tempo assim igual a gente vai lá.

P- Certo.

E- Moradia lá não.

P- Quer dizer, o senhor pensa assim no sítio agora como uma coisa que o senhor vai...

E- É, só por distração, vamos dizer, vou lá passar só umas horas lá, uns dias mas não como moradia.

P- Não prá morar?

E- Pra morar não quero saber mais. Trabalhar que é bom! Não quero saber mais lá do sítio, é proibido trabalhar mesmo! [riso irônico] Um cara me perguntou uma vez, faz tempo já, falou pra mim assim, ali no porto: "Aqui em Cananéia o que que dá, o que planta, o que que Cananéia produz?" Eu disse: "Não produz nada pois aqui é proibido trabalhar. Vai produzir o quê?" Aí ele deu risada. Eu disse: "Aqui, aqui é proibido trabalhar." Aí ele deu risada e falou: "Ah, [?] pro Rio trabalhar quando eu me aposentar venho pra Cananéia também." Eu digo: "Pode que aqui é bom, aqui é proibido trabalhar". [risos]

P- É verdade. Agora o senhor acha que o senhor conhece umas pessoas que gostariam de voltar pro sítio pra morar? O senhor tem conhecimento assim?

E- Eu acho pra moradia mesmo não tenho conhecimento não.

P- É? Fora quem tá lá, né, claro... seu João Cardoso.

E- João Cardoso nunca saiu de lá mesmo!

P- É nunca saiu, mas quem já saiu o senhor conhece, houve assim história de que as pessoas gostariam mesmo de voltar pro sítio pra ficar lá, esse tipo de coisa? O senhor tem esse conhecimento?

E- Olha, não tenho esse conhecimento não. A turma gosta de ir por lá, mas só pra prosiar um pouquinho por ali e ir embora.

P- Como o senhor, né?

E- É.

P- Vai lá, cuida, fica um tempo e depois volta.

E- E volta, mas ficar morando mesmo lá acho que não tenho conhecimento de ninguém.

P- Aqui uma pergunta engraçada. Se o senhor pudesse juntar as coisas boas da cidade com as coisas boas do sítio o que o senhor juntaria?

E- Juntar as coisas da cidade com as coisas do sítio?

P- O senhor chegou aqui e falou assim "ai que bom tomar um banho de chuveiro!". [risos]

E- É, é. Coisa boa do sítio, vamos dizer, que nós fazíamos, que nós gostávamos de fazer, fora trabalho mesmo que tinha, sabe, era caçar, esse era nossa... que a nossa turma gostava de fazer, gostava a turma, a companheirada aí. Isso não se volta mais a fazer porque foi proibido, e a gente não tem mais idade também. Isso foi uma coisa que eu gostei muito de fazer viu, foi de caçar. E talvez que desse uma coisa que podia juntar com coisa da cidade. Por exemplo, algum, vamos dizer, com o que da cidade, vamos dizer uma missa suponhamos, gostava de uma missa de vez em quando e o se não também gostava de caçar que nem nós fazíamos. Saí daqui, daqui pra lá por exemplo.

P- E da casa também, por exemplo, o conforto da casa, essas coisas todas.

E- Ah, é, que no sítio não tem conforto, não sabe de nada. Bom, teria, né.

P- Teria se pudesse fazer uma casa direito.

E- É, pudesse fazer uma casa direito, mas nem isso não pode na Ilha do Cardoso.

P- É?

E- Não, isso não pode.

P- O senhor poderia fazer uma casa de taipa assim lá?

E- Talvez.

P- É taipa, né, que chama?

E- É, taipa é barro é.

P- É barro. Poderia fazer?

E- Poderia, talvez, que fizesse, né. Que eles não saibam, né, mas... se souberem são capazes de...

P- Uma casa de taipa bem feitinha fica bom, né...

E- Fica bom.

P- ... que nem parede.

E- Então, que nem a casa dos índios, antigamente minha casa era assim, sabe. A não ser aqueles casarão que tem lá, a casa do povo, do povo era assim. Nós chamamos de ripa, sabe, pegar a ripa assim lascada inteirinha, inteirinha, com pau-a... chama pau-a-pique em pé e entulhada de lenha, que nem lenha, toco de madeira rachadinha assim, bem entulhadinha, nós chamávamos de entulho aquilo, e depois levava o barro, né. O barro depois passava o cal por cima, fica branquinha.

P- Igual a uma parede mesmo.

E- Quantas casas existia assim! Esse de cal é parede mesmo, sabe.

P- De cal é uma parede, né.

E- Esse existia bastante casinha assim, sabe.

P- E janela, fazia como?

E- Janela é feito... tábuas mesmo, tinha algum que fazia assim tipo que {arquias [arquiar]}, sabe.

P- Ah, é?

E- Também tinha e janela normal, sabe, de tábuas.

P- De tábuas, fazia assim as folhinhas, né.

E- Certo. Fazia ela inteira assim, sabe, e depois botava dobradiça e colocava tranqueira lá. Tinha casinha boa!

P- Mas não era de telha.

E- A maioria palha.
P- Palha trançada, né?
E- É, palha trançada. Lá no morro cortava um pouco de palha e...
P- Que palha que era?
E- Chama-se gamirova, gamirova não, é... não é gamirova não, é... Esqueci o nome da palha do morro agora. Me esqueci o nome. Gamirova é da areia, a do morro é... a turma faz até coroa, hoje em dia a turma faz coroa pra enterro. Como é o nome daquela palha? Até a minha mãe ganhou uma coroa daquelas grandes, enorme, feito com essa palha lá.
P- A senhora lembra dona L. o nome da palha que fazia os telhados?
E.1- É, é...
E- Guaricana, guaricana.
P- Ah, guaricana.
E.1- Guaricana, tinha a, como é? A gamirova.
E- Gamirova era da areia, quer dizer que ninguém cobria porque não prestava. Era guaricana.
P- Hum, guaricana. Fazia o telhado à parte não é isso?
E- Não fazia...
P- ... depois punha em cima.
E- ... uma ripa fazia uma, rachava, limpava e fazia tecido. Fazia, nós chamava de esteira, sabe. Então, depois puxava em cima da casa e ia cobrindo.
E.1- Não entrava uma gota de água, né, que nem aquela minha lá quando cai um vento com chuva é mesmo que estar na rua.
E- Ói, na daqui também quando tivemos a idéia de telha francesa nós já sofremos um pouco, viu. Depois aqui era quatro-águas, de telha francesa. Depois eu mudei pra essas duas-águas aqui, sabe, e cobri com brasilit. Ah, meu Deus do céu! Foi um inferno, tinha época que não dava... aqui e era "toc, toc, toc".
P- Chovia dentro tudo.
E- Só não chovia dentro dos quartos dos meninos, sabe. No nosso quarto e aqui, tinha lugar que não tinha lugar de por, sabe. Dei Graças a Deus quando consegui dinheiro e comprei essa telha e agora quando mudei a estrutura da casa mas... e a palha é uma palha sem problema, enquanto não apodrece não tem...
P- E demorava?
E- Demora três, quatro anos.
P- É mesmo é?
E- É.
P- Nossa!
E- Aí, então, depois começava goterinha aqui, outra goterinha ali, aí ia no mato trazia mais um pouco de palha, reformava e até...
P- E ia reformando mesmo.
E- É, que nem a casa dos índios lá, sabe, mesma coisa. Tudo eu falei...
P- Daquele lá também trançadinho do mesmo jeito?
E- Deve ser mesmo jeito, mas deve ser trançadinho.
P- O senhor não prestou atenção.
E- Deve ser.
P- Só que aquelas paredes deles estava sem o...
E- ... sem o barro, né.
P- ... o barro por fora, né.
E- Tava, isso, tava.
P- Que era igualzinha a armação?
E- É igualzinha, tudo, igual aquele ali.
P- Ah, sim.
E- Por isso que eu falei pra você, nós somos os verdadeiro índios de lá somos nós.
P- [risos] É, os primeiros índios.
E- Primeiros índios.

P- Hoje o senhor acha que o modo de pensar das pessoas do sítio mudou?

E- Ah, mudou, acho que mudou bastante! Não todos, mas mudou. Eu por exemplo mudei um pouco, né.

P- É?

E- Mudei, mudei bastante. Apesar de não saber ler nem escrever mas mudei um pouco.

P- Mas o senhor acha que é mais por causa do...

E- Do ambiente que a gente vive, né.

P- Do ambiente?

E- Do ambiente que a gente vive, do ambiente que a gente viveu também não muito tempo nas cidades maiores, né, e tudo vai... a gente vai convivendo com o povo; depois tem a televisão que traz muita coisa pra casa. Então a gente... traz muita coisa ruim também, mas também traz coisa boa também, televisão. Então até mudou, todo mundo mudou um pouco, viu.

P- Quando o senhor pensa assim no passado, que o senhor foi criado lá e tudo, e pensa depois, né, na cidade assim a maneira das pessoas se relacionarem, né, o senhor acha que é muito diferente?

E- É um pouco.

P- Das relações de vizinhança, esse tipo de coisa assim?

E- É bem diferente, bem mais diferente. A gente aqui, por exemplo, vamos dizer, no sítio se eu chegar lá, tá chegando perto da casa do compadre, se é de tarde ele chega na porta: "ê meu compadre!" [imitando voz alegre]. Se é de manhã é "bom dia" [idem na imitação], o cara vem, abrir a porta, né; se é de noite dá uma grita lá e o cara vai lá. Aqui já é bem mais diferente, né. Aqui o cara bate no portão ou senão já bate palma lá, aqui não tem campainha e já se trata de outra maneira, sabe. Eu acho que tem alguma diferença. Acho até que é bastante diferença viu, o modo da cidade com o modo do sítio.

P- Assim nesse aspecto quando a pessoa recebeu "ê, compadre!", o senhor acha que era mais sincero da parte da pessoa tá recebendo o outro, estava feliz mesmo?

E- Em parte, em parte às vezes era, sabe.

P- É?

E- É. Em parte era. Agora eu me sinto feliz, sabe, quando eu recebo os outros em casa também, sabe. Sempre meus irmãos...

P- Nesse aspecto o senhor acha que o senhor mantém bem o modo...

E- É, o modo do... do sítio, né.

P- ...dessa educação que o senhor recebeu?

E- Porque lá em nossa casa, de papai, lá é direto gente, sabe, direto. Tinha vez... um feriado ir lá almoçar trinta e poucas pessoas lá em casa.

P- Nossa!

E- É, e não era só um dia não, era sempre, sempre que tinha feriado ia visitar nós lá em casa, famílias e amigos, e sei lá mais quem. Quase sempre os palheiro do papai vivia lotado de gente. Aí então nós pegava a violinha, tocava, cantava, se divertia e depois saía o almoço, a turma até posava lá. Ia muita gente lá em casa.

P- Isso já não deu pra fazer aqui, né?

E- Não dá, aqui sempre tem, aqui chegou festa de agosto, vieram almoçar trinta e umas pessoas aqui em casa.

P- Nossa Senhora!

E- Era gente, né.

P- Quanta gente!

E- Toda minha família veio, que mora pra fora vieram aqui. Tinha trinta e poucas pessoas. Até o último que almoçou era quatro horas da tarde, procissão já tinha saído, ele tava almoçando aqui.

P- Olha, só!

E- Agora não, agora tá vindo mais pouca gente mais. De primeiro vinha muita gente aqui em casa. Toda minha família que tão pra fora, que tão em Santos, tem algum em São Paulo, outros em Sorocaba, outros não sei lá onde, todos vem praqui, sabe. Quando vem fica aqui.

P- Quando vem pra Cananéia...

E- Não procura outro parente. Só nós aqui.

P- Vem aqui na casa do senhor.

E- Vem aqui em casa. Todos eles.

• *O nosso modo de trabalhar no sítio aqui é muito sacrificoso.*

P- Eu tenho a impressão que esse modo de vida de uma pessoa do sítio, quer dizer, tem muito trabalho, né...

E- Meu Senhor!! Um sacrificio.

P- ... o senhor acha que o senhor aguentaria hoje uma vida no sítio como era antigamente.

E- Olha, aguentar eu... por enquanto aguentar eu aguentaria, sabe, se quizesse me dispor a trabalhar.

P- Se precisasse também o senhor acha que aguentaria?

E- Se precisasse aguentaria.

P- Tudo aquilo que...

E- Ainda tenho o preparo físico que dá pra aguentar bastante coisa ainda, só que hoje não estou interessado mais se não até ia. Mas eu... é muito sacrificoso. O nosso modo de trabalhar no sítio aqui é muito sacrificoso.

P- É?

E- Que nós aí nunca tivemos animal, animal era nós mesmos. Nós é que carregávamos banana nas costas, nós que carregávamos o arroz, carregávamos o feijão, e carregávamos a lenha, trazia mandioca da roça, tudo no cangote, o milho que vinha da roça, o que dava lá tudo carregava nas costas, então, era muito sacrificoso isso pra nós.

P- Não tinha nenhum animal?

E- Não, não tinha. Animal era o povo mesmo, nós. As vezes nós fazíamos, quando tinha bastante coisa pra carregar, então nós fazíamos mutirão. Cuidava um pouco gente lá e ia lá pra roça. Se era arroz ia lá catava os cachos de arroz lá, enchia um monte de sacos de arroz, de tarde botava nas costas e trazia pra casa, sabe. E à noite baile. Então, isso acontecia sempre em seguida, quando tinha bastante e a gente não conseguia colher sozinho, cortar sozinho, então fazia mutirão. Mas o resto mais era tudo a custa da gente mesmo, animal não tinha, ninguém tinha. Único lugar que tinha animal era no Sítio Grande, mas era boi só.

P- Lá no Sítio Grande tinha?

E- É, no Sítio Grande tinha boi.

P- E tinha espaço para ter boi?

E- Tinha.

P- É mesmo?

E- Lá por onde nós andamos naquele dia?

P- Sei, sei.

E- Tudo aquilo era devastado em pasto, tudo.

P- Ah, é?

E- É, tudo em pasto. Hoje não tem mais nada, nada. Também quando teve aquilo ali eu era criança. Na época que tinha boi lá eu era criança.

P- O senhor nasceu em que ano?

E- Em 26.

P- 26? Depois acabaram os bois de lá?

E- Depois acabaram. Tiraram os bois de lá, mataram, não sei que fim levou. E aqui no [?], onde Paulo Mendonça morava, também tinha outra manada de boi.

P- Paulo Mendonça?

E- É, eu não falei pra você?

P- Aquele de Marujá?

E- É, também tinha manada de boi aí. Lado dele aqui.

P- Mas na década de 50 assim já não tinha mais?

E- Na década de 50 não tinha não, mas só que na época... deixa eu ver que década foi aquilo, eu nasci em 26, eu era bem criança, acho que na década de 30 mesmo, sabe. Na década de 40 já

acabou. Daí pra cá acho que não deu mais nada. Eu não me lembro quantos anos tinha quando tinha boi lá mas eu era moleque, sabe.

P- O senhor se lembra?

E- Lembro, lembro. Eu ia lá, passava o dia lá. O boi, tinha muito medo do boi, até hoje tenho, mas aquelas as vacas por lá.

P- Eles ficavam soltos?

E- Ficavam soltos sim.

P- E não invadiam outro sítio?

E- E tinha cerca, né, de arame, cerca de arame. Mas eles chegavam no terreiro ali no casarão, onde tem o paredão que eu falei que dá pra filmar, pra filmar ainda, em volta da casa tinha uma cerca, então eles ficavam ali juntinho da casa. Eu vinha correndo e entrava dentro do... Eu tinha medo do boi danado.

P- Ah, é, eu também tenho medo, não sei porque, acho que ele é muito grande, não sei. Eu tenho medo também.

E- É, acho que é. Não tá acostumado com ele, né. Eu, por exemplo, não fui acostumado. Que nem cavalo, cavalo também tenho medo dele. Eu não monto cavalo.

P- Mas o cavalo tem umas feições mais amigáveis do que a do boi, né.

E- É, se você pega um, por exemplo, um cavalo velho do mato ele é mansinho, entende tudo. Só que eu não fui acostumado com aquilo ali, tenho medo deles também.

P- Eu também não saberia lidar com cavalo não, nem com boi também.

P- Bom, o senhor disse que acha que aguentaria o serviço, mas o senhor acha que, por exemplo, um filho seu aguentaria?

E- Ah, não, esse não.

P- Não, né?

E- Não, não, filho meu na roça eles não aguentam, nenhum deles, nada mesmo.

P- Mais por que não...?

E- Não foram acostumados.

P- Não foram acostumados.

E- Nunca chegaram perto de uma roça.

P- Mesmo que tenha físico o senhor acha que não aguentaria aquele serviço.

E- Não, não, só se acostumar muito daqui pra frente, mas no começo não aguentariam não, sabe.

P- É difícil mesmo se acostumar?

E- Difícil. Assim mesmo apanhei pra... pra carregar uma madeira, levar um monte qualquer, apanhei pra caramba.

P- Ah, é. O senhor ainda supera eles?

E- Ah, supero, tranquilo.

P- Nossa!

E- Eles não foram acostumados, não se deram nesse... nunca pegaram numa coisa pesada pra fazer, sabe.

P- Numa enxada, um...

E- Uma enxada, num machado, numa foice, nunca pegaram.

P- Não faz nem idéia.

E- Não, esse mais velho que tá, esse até talvez pra carpir, ele manda carpir, paga pra carpir e ele não {consegue} nada mesmo. Então esse não aguenta mesmo. Acho que aguenta mais se um dia precisasse pra ir pra lá, mas ia sofrer muito. O mais que as vez pega, ele não pega quase nada, mais é o W., sabe. Esse também novo aí, o caçula também nunca foi nem no sítio não vai. Muito difícil ir lá no sítio.

P- Eu acho que no final acabou, quer dizer, os filhos do senhor e das pessoas da idade do senhor se distanciaram totalmente da realidade do sítio.

E- Sem dúvida, sem dúvida.

P- Não conhecem nada.

E- Não, não, não conhece. Esse meu sobrinho, filho dela, estão tentando fazer a casinha deles lá, eles também não... pra sítio {não dão} também... O filho de Belmira também, Tunico e Belmira, também estudou, estudou, formou-se professor e...

• *Não pode trabalhar!*

P- Bom, o senhor disse que o senhor não saiu do sítio por causa do Governo, né, o senhor saiu antes e tudo, mas de qualquer forma o senhor sentiu essa influência...

E- ... é sim!

P- ... né? Para os que saíram por causa do Governo, né -- o senhor já me contou um pouco dessa história --, o que que o Florestal dizia, o que que é que ele... como ele pressionava as pessoas?

E- Veja uma coisa, na hora que ele chegava lá ele dizia que "não pode trabalhar", que "não pode derrubar", ele queria multar e... todo mundo que tinha sua rocinha ele ia tentar multar. Multa.

P- E ele multava?

E- Multou, multou muita gente. Ele... não deixava ninguém fazer nada.

P- Como é que ele não deixava?

E- Ele dizia que é "Parque Estadual, é reserva..."

P- Mas ele ficava atrás das pessoas?

E- Mas, direto, direto.

P- Ele chegava lá via a pessoa fazendo, derrubando...

E- Via... eu mesmo não cheguei a ver, sabe, porque eu sempre vinha pra cá mais, mas teve pessoa que deixou ele... ele entrou... chegava, entrava em casa e ia na cozinha ver o que que tinha dentro da panela, pra ver, se era caça ele já jogava fora já.

P- Ah, era assim é?

E- É, é, foi com muita gente, sabe, Magalhães fez isso. Ele chegava não pedia nem licença, ele pegava entrava, ia direto na panela da cozinha ver o que tava cozinhando. Então o pessoal pegou... complexo com aquilo ali e saiu todo mundo, né. [] Por isso eu falei pra você agora [que] Magalhães sozinho, ele era soldado, fazia por tudo isso que tem em Cananéia [hoje] {e ainda sobra }.

P- Naquela época, né, o senhor disse, ele fazia tudo...?

E- ... é, na década de 70 que ele começou. Antes já existia mas só que não perseguia ninguém, sabe, mas quando entrou o Magalhães, meu Senhor do Céu!, foi um inferno.

P- Mas ele andava sozinho...

E- ... sozinho...

P-... ou tinha mais gente?

E- Sozinho.

P- Sozinho!!

E- Sozinho, dia e noite, não tinha horário, nem tempo.

P- Qualquer hora ele era capaz de aparecer na casa de uma pessoa?

E- Aparecia de dia, de noite, andava atrás de pescador, andava atrás de caçador, andava atrás de... do pessoal que trabalha na roça, não tinha hora.

P- O senhor conhecia ele?

E- Muito, ih, pois se ele me multou também!

P- E era uma pessoa assim ...

E- ... de conversa...

P- ... brava?

E- ... de conversa ele era um cara legal pra caramba, sabe.

P- Ah, é!

E- É, mas quando ele saía a atentar o pessoal, a gente chamava atentar o pessoal da Ilha, aí ele não perdoava ninguém. Agora, de gente grande acho que ele devia pegar uma boa bolada, mas de pobre ele não deixava ninguém em paz não.

P- Ele ia atrás pra ver se alguém tava fazendo alguma derrubada...

E- ... é, justamente...

P- ... uma queimada?

E- ... uma queimada, uma derrubada, uma canoa.

P- E se a pessoa conseguisse fazer tudo isso e plantasse uma roça, ele ia lá e destruía a roça?

E- Destruir ele não destruía, canoa ele destruiu lá.

P- Ah, destruiu canoa!

E- Canoa ele ia lá e via o corte, o pau derrubado para a confecção da canoa, ele metia o machado, cortava deixava inválido. Ele fazia assim. Rede ele não deixava... [se] o camarada não tivesse com a carteira de pescador na mão ele já proibia.

P- Mas era proibido pescar também?

E- É, pescar porque tem uma época que foi proibido... é proibido. Igual, por exemplo, o camarão tem uma época que é proibido. E cada época que não é proibido tem que ter a carteirinha. Você está pescando com a pessoa que não é pescador ele pega e traz com ele, igual aconteceu comigo.

P- Ah, se o senhor não tivesse esta carteirinha eles recolhiam?

E- Não, ele trouxe com carteirinha e tudo.

P- Com carteirinha e tudo?

E- E tudo. Pegou minha rede!

Eu falei: "Magalhães, eu não estou fora da lei."

[Magalhães:] "E o seu companheiro é pescador?"

[Companheiro:] "Não, eu não sou não."

[Magalhães:] "É, então você tá... Vou levar."

E trouxe minha rede.

[Magalhães:] "Agora vamos lá fazer a multa."

Aí eu fui na casa dele, aí chega lá ele fez a pergunta pra mim assim: "C., os seus companheiros não são pescadores por quê?"

[E:] "Ah, [o senhor] não sabe por quê? Quer saber? Por causa do senhor mesmo -- falei assim --, o senhor tocou eles lá do sítio, trabalhavam na lavoura, na roça, no sítio, no Cardoso e por causa do senhor não podem mais viver, eles vieram pra cidade, agora -- ainda falei assim -- o senhor multe eles e eles vão pagar essa multa com o quê?"

Aí ele era um cara que não gostava de voltar atrás.

[Magalhães:] "Olha, C., quando eu... eu não gosto de voltar atrás com a minha palavra não, neste caso eu vou dispensar eles e vou multar você."

[Eu] disse: "Ô, eu sou pescador profissional", eu falei pra ele. Ele me multou.

P- Multou o senhor?

E- Multou e prendeu minha rede. A rede ficou.

P- Eles não devolvem a rede?

E- A rede, depois, passou uns dia ele falou assim: "C., paga a multa e a sua rede tá normal e eu devolvo sua rede." Mas eu também era meio {indigente (exigente)}, depois trabalhei na Sudelpa na época e fui pra São Paulo, trabalhei lá na sede de São Paulo lá, lá na avenida Angélica. Aí cheguei lá, conversando com os cara lá, aí eu falei pro meu chefe lá de seção, falei "seu [?] o senhor me arrume um carro tenho de ir lá na Água Branca pagar — tinha que pagar lá na Água Branca —, tenho de ir lá na Água Branca pagar uma multa que eu tenho do Magalhães". Aí um cara falou, um cara lá que escutou falou assim: "Vamos lá falar com o dr. Antonio Carlos". [E:] "Quem é doutor Antonio Carlos?" ["Cara":] "Aquele que tava aqui, ele sabe de tudo isso lá". Aí fomos lá, conversei com dr. Antonio Carlos. Ele falou: "Olha, vamos fazer o seguinte, minha secretaria vai passar um recurso pra você, você assina e deixa em cima da mesa que eu mesmo levo lá na Água Branca, tenho muita amizade lá com os homens. Talvez que você até pegue a sua rede, não garanto, mas a multa você não vai pagar". Aí a secretaria dele fez um recurso, eu assinei, aí deixaram na mesa dele. Até hoje não sei o resultado, sei que a minha rede foi queimada.

P- Foi queimada?

E- Foi. Rede queimada. Olha, daqui saiu muita rede queimada. Mas é barbaridade!! [] tudo queimado, tudo por esse tal de Magalhães.

- **Magalhães: *a turma chamava ele era um carrasco.***

- P- Magalhães era sobrenome dele?
- E- É, ele devia ter outro nome, era conhecido por Magalhães. O nome de guerra dele era Magalhães.
- P- Nome de guerra [rindo].
- E- É, agora devia ter outro nome, não sei o nome dele.
- P- E ele ficou por aqui quanto tempo?
- E- Ficou onze anos, mais de onze anos.
- P- Tudo isso! E todo esse tempo ele ficou perseguindo as pessoas?
- E- Todo tempo ficou perseguindo as pessoas. Depois ele mudou pra São Bernardo e foi embora. O filho dele era muito amigo do meu filho, estudaram juntos. O filho dele é florestal também.
- P- Ah, é? Aqui?
- E- Não, aqui não é.
- P- Não é daqui. E ele foi pra onde o Magalhães?
- E- São Bernardo do Campo. Ele aposentou-se já também.
- P- Ah, é?
- E- Já. Esses tempo eu encontrei com ele aí. Chegou, veio, me cumprimentou, conversou: "E a rapaziada aí, o que tá fazendo aí?" [E:] "Tão aí perseguindo o povo como o senhor fazia." [Magalhães:] "Ah, mas esse pessoal aí, todos eles juntos não fazem por mim. Eu fazia por tudo isso."
- P- Pior que é verdade?
- E- Pior que é verdade. Lógico que é verdade!
- P- O senhor não falou pra ele que "é verdade!"? Pelo jeito ele foi bem...
- E- Não, ele era um... no... na nossa palavra aqui a turma chamava ele era um Carrasco, sabe.
- P- Carrasco, é verdade. É um bom nome pra ele...
- E- É, era o nome que a turma chamava mesmo. Ele era um Carrasco.
- E.2- Quem é esse?
- E- Magalhães.
- E.2- É vivo aquele homem ainda?
- E- Acho que é, né.
- E.2- Tem uma mulher que quase matou ele, né.
- E- Heim?
- E.2- Uma mulher que quase matou ele, né.
- E- Não sei.
- E.2- Num sítio aí, né.
- E- Não sei.
- E.2- Foi!
- E- Aquilo era um Carrasco mesmo ele. Também acho que é descendente de alemão, acho que...
- P- Ah, é? Era um homem...
- E- ... louro, claro, tipo alemão, grande...
- P- Grandão?
- E- Corajoso que... não tinha lugar que ele não se enfiasse, não tinha noite nem tempo ruim.
- P- Ele andava armado?
- E- Andava armado, andava com a espingarda, andava com... escopeta, deveria ser, sei lá com outra coisa que ele andava, com revólver.
- P- Ele chegou mesmo a ameaçar as pessoas, assim com a arma?
- E- Olha, eu não sei, a turma... se ele chegou eu não sei, pra mim não me ameaçou, nunca. Mas, para intimidar os outros, né. Vinha fardado, homem fardado [?] todo mundo desprevenido, não tava acostumado a isso!
- P- É claro!
- E- Aqui ninguém nunca foi acostumado a isso! Aqui a vida do pessoal era vida pacata por aí, todo mundo no sítio, não tem nada, não tem.... Agora vê, aquele homem perseguindo a turma de fardado, todo mundo tem medo danado. Sabia que ele multava mesmo.
- P- Quer dizer que teve Florestal antes dele?

E- Teve.
P- Que não fizeram... não multavam desse jeito?
E- Ah, não, não. Não atacavam ninguém, não.
P- Desde a época do Parque que começou ter Florestal aqui?
E- Tinha Florestal, tinha, tinha, não sei bem o nome dos dois Florestais que tinha antes, antes dele.
Só que não atacavam ninguém, né. Eram amigos de todo mundo.
P- Ah!
E- É amigo. Para eles tudo era amigo.
P- Deixou o pessoal no sítio...
E- Deixou todo mundo no sítio, não perseguiu, não destruíu nada. Mas, feroz mesmo foi o Magalhães. Mesmo os [?] que tão aí uns tempos ele perseguiram um pouco, sabe, o [?] não persegue mais ninguém.
P- Ah, é?
E- Dificilmente sai perseguindo alguém por aí. Já tem outra natureza esse pessoal que está aí, sabe.
P- É?
E- A educação deles é outra, sei lá, pela ordem da chefia, eu não sei explicar. Tem outra natureza já.
P- Tem outro jeito de lidar e tudo.
E- Magalhães... eu pra mim Magalhães queria subir de cargo, sabe, ele queria era ser um oficial qualquer.
P- Pode ser mesmo.
E- É, então ele ferrava os pequenos, os pequenos ele ferrava tudo, os pequenos não escapava dele, sabe. Agora os grandes não sei se ele ferrava, eu nunca escutei falar "Magalhães ferrou fulano, ferrou fulano", isso nunca eu escutei falar. Palmito saía direto, toda vida saiu.
P- Ah, é?
E- Toda vida palmito saiu direto. Nunca vi eles ferrarem um desses... um palmito destes grandes, comprador. Agora, o pequeno não, o pequeno e o pescador, e este pessoal que trabalha em roça, este sempre ele pegava, né.

• ***Eu era criança começaram a tirar palmito!***

P- Faz tempo que explora o palmito por aqui?
E- Olha, eu era criança começaram a tirar palmito! Isso deve fazer... nada, nada menos que uns 50 anos.
P- Nossa!
E- Já explorava o palmito aí.
P- Na Ilha também?
E- É, na Ilha, nós morava lá, os moradores não exploravam. Dificilmente quem cortava um palmitinho pra... pra comprar um açúcar, vamos dizer. Mas agora você vai lá não encontra palmito, a não ser aquele uns daquele barraco ali. Você pode ver... aquele dia que nós vimos lá!
P- Nossa! Tinha um monte caído, né.
E- Só o... não tinha mais nada quase porque tava tudo... não tava... você não via um palmito que prestasse em pé, verde. Tudo descas[tosse]. Isso não faz muito tempo não. Aí na Ilha tinha palmito pra caramba, viu. Agora, que a turma explora palmito aqui faz muitos anos. Tinha [?], aí foi montar uma fábrica só pra palmito, [?] palmito, mas ali dava palmito que era barbaridade!
P- E já era proibido naquela época?
E- Não, não era.
P- Ah, não era.
E- Era livre.
P- Ahhh!
E- Depois dali montaram outra fábrica aqui, ali onde é o Hotel Glória, ali onde é o Hotel Instancia, perto da prefeitura. Ali era... tinha outra fábrica de palmito ali também. Levou muito tempo ali, depois que ele montou uma outra ali na estrada, no Pirizal; e o Milico montou uma no centro

da cidade aí, parece. Depois Milico não deu certo com esse Magalhães mesmo, não sei se não quis dar "cachê" pra ele que ele queria ou sei lá o que aconteceu, eu sei que começou a perseguir Milico, Milico foi embora pra Juquiá e até a pouco tempo ele tirava palmito aí e levava para Juquiá. E daqui do, do Taquari, das Minas, {Macupira} por ali, dá palmito adoidado. Mesmo quando estava acampado lá, direto todo dia tinha dois, três caminhão chapado de palmito.

P- A vida do palmiteiro é muito difícil, né?

E- ... ah, mais ou menos...

P- Diz que eles ficam...

E- ... acampados...

P- ... morando no meio do mato, né...

E- ... ali onde nós passemos...

P- ... longe da família, tudo...

E- Ali nós passemos, eu ia lhe mostrar aquele dia, mas como tinha a comadre aí, a turma aí que tava ruim de [?]...

P- ... [me dirigindo às senhoras] [rindo] ele não sabe que eu era a mais fraquinha da turma...

E- Tinha que atravessar uma vala aqui, passar pro outro lado tinha um acampamento deles.

P- Ah...

E.1- O quê?

E- Acampamento de palmiteiro.

E.1- Hum.

E- E ali naquele mato ali tinha vários acampamentos. Lá na beira da cachoeira que nós descemos, naquele lugar ali, ali tinha vários barracos deles ali.

P- E eles ficam quanto tempo em cada lugar?

E- Olha, ali, ali fica mais de três anos.

P- Ah, tudo isso!!!

E- Até destruir tudo. E os Florestais aqui encostados, sabe. O guarda na Secretaria da Agricultura, ali no Pererinha tem um guarda direto, três, quatro guarda também direto ali.

P- E não pegam eles?

E- Olha, eu não sei, ninguém vai atrás deles. Eu acho que é grana por fora, não sei, não posso afirmar isso com certeza mas acho que corria alguma coisa por fora.

P- E se chegasse... o senhor se aproximar do acampamento deles, eles virem que alguém está se aproximando eles fogem?

E- Não, talvez conhecido assim, que eles sabem que a gente não é guarda, não é nada, talvez não, né.

P- Ah, sim!

E- Agora, guarda, guarda eles fogem, né.

P- E são vários que moram juntos ali?

E- Tinha bastante, era bastante!!

P- Não era família não?

E- Não, era só homem só.

P- Só homem?

E- Só homem. Tinha bastante, não sei quantos que tinha, mas teria bastante. Assim, dez, doze pessoas em diante.

P- Eles devem conhecer tudo por lá...

E- Tudo, tudo, eles devastavam toda a Ilha do Cardoso, inteirinha, só não do lado de fora assim porque é difícil o acesso, sabe.

P- O oceano?

E- É, lado do oceano não porque pra lá é difícil o acesso, mas o mar aqui, Pequeno, destruíram tudo.

P- Hum, hum.

E- Desde o Marujá até o Pererinha ali.

P- Mas agora eles só tiram o palmito, eles não destroem mais nada?

E- Não... tudo, né. Ali estão preparados pra tudo, é caça...

P- Ah, é?

E- É. De noite, tarde da noite, tiroteio lá que {que é ruim de ver}.

P- Ah, é?

E- Um cara estava ali pescando, atrás do barranco ali ele escutava o tiroteiro pra lá. Aquela cutia assim vermelha, sabe, que dava muito na serra, dia de matador é quinze cutia daquilo. É, o meu companheiro João [?], contava João [?] sempre.

P- E eles matam pra vender?

E- Matavam só que lá eles não podiam trazer, por exemplo, secavam no fogo lá e...

P- Fazia a caça...

E- É, traziam por certo, não sei se vendiam depois ou se comiam com... em casa com a família ou vendiam, sei lá. O que faziam não sei, sabe, mas vinha aí porco do mato, vinha paca, vinha veado, vinha cutia, jacú, macuco, vinha tudo, e tudo...

P- Tudo que era proibido.

E- É, é. Bugio, muito bugio também. E destruiu tudo a Ilha.

P- Nossa!

E- Pra mim foi mais... Hoje não tem caça na Ilha, sabe. Pra mim aquilo ali foi a, foi a destruição do palmito que acabou com a caça.

P- Acabou com a caça. Aquele dia o senhor me falou alguma coisa sobre não ter carreiro de...

E- ... não, não tem nenhum lugar...

P- ... de animais, né...

E- ... não tem carreiro nenhum lugar...

P- ... tem carreiro só de palmito, né.

E- Só palmito, animal não tem mesmo quase nenhum.

P- E antigamente tinha muito?

E- Meu Senhor!!! Antigamente... o tatu, por exemplo, tatu você via aqueles virado de tatu [?]. O tatu se alimenta de formiga, destas coisas, né.

P- Hum, hum.

E- Depois acabou a paca, acabou veado, acabou quati, acabou capivara, hum, [baixando o tom da voz] acabou tudo. Cutia só tem aquelazinha da beira do quintal nosso dali. Porque eu tenho aqueles três bananal ali no centro lá, ali pode cair a banana ali, apodrece, mas não tem um, um...

P- ... ah, é?

E- ... num tem um ser vivo ali pra comer uma fruta. Se não for colher lá, lá apodrece. Laranja eu botei um pé de laranja lá também, quando dava fruta ele não... apodrecia laranja no chão, difícil ter alguma coisa pra comer. Então a cutia deu acho que mais só ali na beira... porque plantou um pé de mandioca, plantou... até laranja plantou por ali, sabe, se acha a cutia.

P- Ela é sozinha aquela cutia ou tem mais?

E- Tem mais. Ali no João Cardoso aquela menina foi lá ontem, a menina do Aristides, Domingas, falou que tinha umas, um monte delas lá.

P- Ah, é.

E- A filha do João Cardoso não deixa ninguém matar lá, sabe.

P- Claro!

E- Não deixa atirar ali. Falou pra turma, pros índios lá: "vocês podem matar aí outro, agora aqui não, não dá para atirar, vivem com nós aqui, nós não deixamos ninguém matar".

P- Claro, né.

E- É de estimação deles a cutia. Agora nós lá aparece mais este tempo, mas nós não estamos lá quase.

P- Mas ela chega pertinho, não tem medo?

E- Chega, tem algumas que chegam pertinho do rancho. Esses dia eu estava... de manhã, de tarde perto do [?], bem na beira do rancho ali.

P- Coelho não tem não, né?

E- Coelho não tem.

P- Nenhum tipo?

E- Não. O único tipo de coelho quase é só a cutia, né.

P- E esquilo assim?

E- Não tem também.
P- Também não.
E- O esquilo... não sei se aquele quati [?], deve ser.
P- Um tipo de esquilo?
E- É um tipo de quatizinho pequenininho assim, rabinho tamanho assim, cauda dele bem embanderadinha, que eles ficam na árvore.
P- Ah, é.
E- Então, deve se aquilo lá...
P- ... pode ser...
E- ... nós chamamos de quatiguelê e pode ser o esquilo também, que não lembro bem da fotografia dele.

• *Nós conservávamos a natureza naquela época.*

P- Agora, o senhor achou certo o fato de ter que tirar as pessoas do sítio pra transformar a Ilha em Parque, por causa da presença da natureza?
E- Eu acho que não, viu. Acho que não que depois sofreram muito, sofreram e tão sofrendo, tem muita gente... quem tem emprego, um empreguinho, o Aristides e outras pessoas assim que pegaram, o Tunico que teve o bar dele, trabalho por conta própria, teve condições sobreviver por conta própria, mas tem muita gente que tá sofrendo aí, sabe. [?] tá sofrendo, o Wilson. Não tem emprego, não tem mais produção de pesca, não dá mais nada, sabe. Tem muita gente que sofre, viu. E se tivesse ficado no sítio pra lá, pra sobreviver eles faziam...
P- ...sempre tinha algum...
E- É, sempre tinha lá, eles faziam, plantava uma roça...
P- ... não passar fome, este tipo de coisa, né. Agora, tirar as pessoas da Ilha pra preservar a natureza, essa idéia o senhor acha certo? Pra preservar?
E- Preservar a natureza tá certo... [mas] nós conservávamos a natureza naquela época. Pra você ter uma idéia papai chegava a época... papai não, todo mundo... na época que a caça tava criando ele não deixava nem nós matarmos caça, nem {desmatar(?)} também. Tinha que ficar com o mundéu fechado, que a caça estava criando. A natureza da, a mata virgem, derrubava até uma parte, foi derrubado, pra depois... pra cima não derrubava porque sabia que ia precisar daquela área de mata virgem, sabe. Então, não se derrubava também. E papai [?]. Então, existia fartura e ninguém destruiu a Ilha.
Agora, do jeito que a turma fez, tirar todo mundo pra conservar a Ilha não tem conservação nenhuma porque eles mesmos destruíram a Ilha.
P- Hum.
E- A Ilha está destruída agora. Porque agora não tem... igual animal que tinha, caça que tinha de toda qualidade, não tem nada agora! Palmito que tinha quantidade ninguém estragava, não tem mais também. Então, o próprio Parque destruiu a Ilha.
P- Hum.
E- Agora, o que eu achava que eles deviam fazer, sabe o que tipo de... eu falei pras pessoa que eles deviam fazer, o Governo. Até eu falei pro Chagas ali, sabe. O que tem que fazer? Era criar... em vez de criar polícia para estar em cima do pessoal multando e fazendo correr do sítio, criasse uns técnicos, vamos dizer, uns agrônomos pra ensinar a turma a viver. Dá uma área pra turma viver, e a turma trabalhar e viver daquela área ali, produzindo ali pelo alimento, produzindo alimentos próprios. Em vez de por Florestal, esta turma pra...
P- ... pra ficar perseguindo...
E- ... perseguindo, criasse um outro ambiente. Aí encostava lá pro morro... enfim, alguma parte das terras deixasse pra conservar e deixasse uma área de uns 3, 4, 5 alqueires que o pessoal que quisesse sobreviver, viver ali.
P- O senhor acha que as pessoas se interessariam por isso...
E- ... eu acho que sim...
P- ... que eram do sítio?

E- Eu acho que... aí voltariam, né. Muita gente podia até voltar trabalhar, não eu, que eu não vou voltar mais, mas alguns poderiam, né. E tivesse quem educasse essa turma trabalhadeira.

P- Mas, o senhor diz que o senhor não, mas quem voltaria não seriam as pessoas que têm mais ou menos a idade do senhor?

E- Ah, sim, poderia voltar, né, pessoas da minha idade poderiam voltar muitos.

P- O senhor acha que os mais jovens iriam pra lá?

E- Algum podia ser, né, tem muita gente que são jovens e não têm emprego, né, e vive de sacrifício... da vida dura que tem aqui.

P- Tem alguns que saíram de lá crianças, assim com 12 anos, que eu acho que talvez até gostassem...

E- ... de voltar se pudessem, tivesse liberdade, né.

P- É. Eles viveram enquanto eram crianças ainda...

E- ... e poderiam até voltar...

P- ...e têm ainda a idéia do sítio, ainda muito forte, né.

E- Porque aqui tem muita gente que tá sofrendo, viu, pensa que não!! Tem muita gente que sofre aqui na cidade.

P- Tem um pessoal aqui que ficou muito empobrecido?

E- Tem bastante aí!

P- É?

E- Tem.

P- Que passa necessidade mesmo?

E- Passa até necessidade.

P- Ainda hoje...

E- ... hoje.

P- ... passa necessidade?

E- Hoje passa.

P- Não conseguiram refazer a vida?

E- Ah, não!! Têm pessoas aí, que moram aí que de vez em quando sai lá pro sítio, que nem eu faço, fazer um biquinho preles pra lá: tirar uma ostra, matar um bichinho pra comer, pra sobreviver. Mas é sacrifício. Se eles tivessem o barraquinho deles lá, tivesse uma rocinha, mandioca, criasse umas galinhas, aquele negócio... teriam uma melhor vida que aqui. Agora, eu não, meu caso já tá diferente, né, me aposentei, pra eu viver dá aqui sossegado.

P- O senhor acha então que nem todo mundo conseguiu fazer o que o senhor fez?

E- Ah, não!!

P- ... de conseguir, sei lá, um barzinho como o senhor fez depois, conseguir trabalhar no Estado, quer dizer, as outras pessoas... muitas pessoas não conseguiram...

E- Muitas, muitas, a maioria não conseguiu.

P- A maioria?

E- A maioria. E algumas pessoas aí, algumas famílias, também que conseguiram com um barzinho, sabe, sobreviver. Aquela mulher que você está parada na casa dela, aquela também estava na Ilha do Cardoso.

P- Sim, sim, ela é do Jacariú... não, do Pedro Luiz.

E- Pedro Luiz.

P- É do Pedro Luiz.

E- É. Eles conseguiram, conseguiu emprego, conseguiu... o marido dela também era da Ilha também, lá do Sta Cruz também o pai dele. Também conseguiu montar um barzinho e sobreviver aí. Mas já cresceu aqui já, praticamente já se criaram aqui. Ela veio criança pra cá e o marido dela também veio criancinha pra cá também, sabe. Já se criaram aqui, n'outro ambiente já, já num foi no meio da roça.

P- Mas, se bem que ela conheceu bem, ela tem muita vontade de voltar.

E- É.

P- Ela tem. Com ele não conversei mas ela pensa muito no sítio.

E- Agora eles fizeram a vida aqui. Eles não estão mal de vida, casa boa, né.

P- É, sim, sim, estão bem de vida.

E- Tem seus empreguinhos, então, eles estão bem localizados aqui.
P- Hum, hum.
E- Eu acho que este pessoal aí já não tem muita vontade de voltar. Pode ser que tem mas só pra fazer assim que nem eu, pra ir lá pra desmatar, pra trabalhar a roça mesmo de verdade não... acho que não fazia não. Eu acredito que não.
P- Mas tem muita família que...
E- Ih, tem muita família pobrezinha aí.
P- ... que nem mesmo pra pesca conseguiram?
E- É porque a...

• *A pesca hoje é ilusão.*

P- Se dedicar só à pesca, por exemplo?
E- A pesca hoje não está dando nada mais, a pesca é uma ilusão.
P- Ah, é.
E- A pesca hoje é ilusão. Isso é pra quem... Pra trabalhar com pesca você tem que ter embarcação motorizada, tem que ter vários tipos de rede e isso custa caro pra caramba pra gente de baixa renda, custa caro pra chuchu, sabe, e às vezes a produção não compensa, que paga tudo. O que eles fazem não compensa, você tem que gastar óleo, você vai daqui, por exemplo...
P- É verdade.
E- Vou mostrar outra coisa, vou mostrar ele vai daqui lá no Cardoso atrás dos paratis, ele gasta um pouco de óleo, tem que ter embarcação motorizada, que a remo ninguém mais vai. Às vezes o que mata não dá pra cobrir nem a despesa do óleo, isso aconteceu comigo muitas vezes também quando pescava. Mas um dia você dá uma tacada boa, fica alegre, mas não é tempo, né. Então, tem muita gente que nem consegue... faz pra comer, né, mas pra sobrevivência, ter uma vida mais legal não faz.
P- Pra vender, tirar uma rendazinha, comprar outras coisas nem sempre...
E- ... nem sempre dá.
P- ... consegue?
E- Nem sempre consegue. Vamos dizer que se veio cem famílias de lá, cinquenta não conseguiram, e nem consegue. A não ser os novos que se colocaram aqui, se criando aqui, é outra vida.
P- Puderam estudar ou de alguma forma, né...
P- Então, o senhor acha que ... as pessoas estranharam então naquela época que o Governo queria tirar as pessoas do sítio por causa de preservar a natureza? Quem tava no sítio achou estranho aquela idéia?
E- Lógico que acharam, né. Todo mundo reclamava, né, da situação.
P- E falavam...
E- ... é a turma inteira falava, preocupada com a sobrevivência, né.
P- ... do Florestal?
E- ... não tinha conhecimento da vida aqui, como é que iam fazer? Não tinham dinheiro pra construir a casa.
P- O que que o Florestal falava?
E- Não, mas ele não falava nada!
P- Pra ele...
E- Não interessava em nada pra ele. Interessava ele tirar, tocar, não deixar fazer nada e multar e pronto. Um dia eu conversando com Magalhães aí ele falou pra mim: "C., você não pode trabalhar no sítio mesmo, num dianta que lá você não pode trabalhar, fazer nada -- falou pra mim. Agora, eu vou te dar uma idéia, você junte com a turma do sítio, tudo que tem documento de terra do sítio, do Cardoso, e abra uma ação contra o Governo. Então, pedindo -- naquele tempo era guia florestal -- pedindo guia florestal pra vocês trabalharem. Essa guia nunca vai sair pra vocês, nunca vai sair -- de fato não saia, não saia e não saiu mesmo -- se passar uns seis meses e não chegar a guia pra vocês, não vai chegar nunca, vocês abrem uma sindi... -- não é, como é que é o nome? Contra o Governo é... -- um mandato de segurança...
P- ... um mandato de segurança?

E- É, um nome assim que ele me deu. Parece que deve ser isso aí. [continuando a fala do Magalhães:] "... contra o Governo e o Governo é obrigado indenizar vocês; e aí paga a indenização." Eu falei: "Magalhães, nós não temos dinheiro pra pagar advogado. Isso aí depende de advogado. Como nós vamos fazer a ação contra o Governo? A ação contra o Governo?" Eu falei: "Como nós vamos abrir uma ação contra o Governo se nós não temos o dinheiro pra isso? Tem de por advogado; nós não entendemos nada, tem de por advogado pra ver em que lei vai se apoiar, então, nós não temos condição pra isso." Aí, fiquemos lá, sabe.

P- E ele, o que ele falou, não falou nada?

E- Não, ele falou só isso, sabe.

P- Deu essa dica e...

E- Deu a dica pra nós fazermos, mas nós não tínhamos dinheiro, como podíamos fazer? E o advogado custa caro falei pra ele, pelo menos para essa faixa.

• *Se nós não conservarmos as nossas terras vamos comer mais tarde o quê?*

P- Agora, antes de aparecer, por exemplo, essa questão do Governo, né, do Florestal, que veio com esta idéia de preservar a natureza, as pessoas tinham essa preocupação de preservar a natureza?

E- Tinha, tinha.

P- Assim, dessa forma pensavam "preservar a natureza"?

E- Tinha.

P- Pensavam dessa forma?

E- Pensavam. Sempre esse pessoal mais velho sempre falava, sempre dizia: "Se nós não conservarmos as nossas terras vamos comer mais tarde o quê?" Sempre dizia.

P- Ah, falavam?

E- Falavam, papai e a turma dos mais velho. Então eles... como eu falei, a caça quando chegava a época da criação da caça eles não deixavam ninguém matar nada, sabe.

P- E ficavam bravos se alguém fizesse?

E- É, eles não gostavam quando a gente matava alguma caça fora de... em época que tava criando. E depois, negócio de desmatamento na mata virgem? Também chegou um tempo eles pararam, não queriam mais que cortasse mais nada pra cima que sabiam que um tempo eles ia precisar daquela área. Então, sempre eu via eles conversar. Papai falava sempre. Então pararam por ali e agora virou tudo mata virgem novamente, agora não tem mais... aquela parte que foi desmatada é tudo mata virgem.

P- E houve uma parte que foi desmatada? Pra fazer o quê?

E- Plantar arroz, plantar mandioca, plantar... sempre era pra plantar arroz e mandioca, a gente plantava.

P- Mas é da época do senhor as plantações de arroz pra vender?

E- Não, nós plantava muito só que num tinha engenho.

P- Não tinha engenho.

E- Não, engenho não existia mais, só existia casarão só. Engenho não tinha.

P- Mas, vendia?

E- Agora nós trazíamos e vendíamos aqui, arroz em casca pros compradores, igual Paulo Paiva, que tinha engenho aqui, engenho que beneficiava, era um engenho a motor, eles tinham aí, então, nós trazíamos e vendíamos pra eles aí, aí que eles beneficiavam o arroz.

P- Mas antes houve o engenho?

E- Antes existia na Ilha aquelas casarões que são tudo de engenho, né.

P- Fazia isso mesmo essa parte todinha?

E- Deveria fazer, né, que não foi da... não foi da nossa época, mas deveria fazer.

P- O senhor... o seu avô aqui não contava?

E- Não, não conheci nenhum dos meus avôs.

P- Ah, não conheceu!

E- Não, nenhum dos avôs, nem paterno, nem materno, não conheci nenhum deles.

P- Agora, tinha uma grande produção de arroz?

E- Tinha bastante.

P- Vendia mesmo?

E- Ih, vendia tudo certo, né, tinha comprador certo aí.

P- Tinha?

E- Tinha. Daqui de Cananéia até 45, se não me engano, aqui do município inteiro tinha o Taipava, tinha o {Pirande}, o Nascimento, o Alaide, que era da Companhia Loyd Brasileira, sabe, que vinham aqui e daqui iam até Iguape.

P- Companhia o que?

E- Companhia Loyd Brasileira.

P- Loyd?

E- É.

P- Ah.

E- Agora eles venderam pra esta [?], né, a Companhia Loyd. E daqui eles carregaram... chegaram a exportar aqui pra Santos, de Santos ia pro Rio até 40 mil sacos de arroz beneficiado.

P- Nossa!

E- Saía daqui. Hoje não sai nem um quilo. Só vem só importado só, tudo, tudo.

P- Isso até 45 mais ou menos?

E- É, até 45 mais ou menos, depois da guerra.

P- O senhor já era moço?

E- Eu já era moço já.

P- Depois disso decaiu?

E- Depois decaiu de uma vez.

P- E decaiu por quê? Se nem era uma coisa do Parque nada?

E- Decaiu, acho que sei lá... não sei te dizer porque, sabe. Depois entrou essa nova lei também de Reserva Florestal e caiu também não sei porque também, não posso nem explicar, sabe.

- ***Aquele monte de saco de arroz de casca e dali eles levavam pro engenho.***

P- Quer dizer, quando o senhor era moço tinha uma grande produção?

E- Tinha, tinha, Meu Senhor!! Você vinha aí nesse porto... ali onde tem aquela barraquinha, aquele boteco, naquele porto velho ali?

P- Sei, sei.

E- Ali era onde a turma encostava as canoas, ali tinha até 10, 12 canoas, canoas mesmo. Ficava aquele monte de saco de arroz de casca e dali eles levavam pro engenho, depois quando o navio acostava tinha aqueles montão de arroz ensacado tudo pra embarca no navio pra embora.

P- Qual era o nome dos navio, o senhor lembra?

E- Itaipava, me lembrei de Itaipava, me lembrei Nascimento, do Alaide, destes três eu me lembro bem. Companhia Loyd Brasileira, sabe.

P- Loyd Brasileira.

E- Eles vinham aí.

P- E eram grandes?

E- Era navio... na época pra nós aqui era navio grande, né. Agora, depois de 45, até 45 veio aí, depois não veio mais.

P- Mas, depois dessa época, quer dizer, o que se produzia também se vendia?

E- Se vendia.

P- Houve uma produção menor mas continuava vendendo?

E- Aí saía mais de caminhão, né.

P- Ah, sim, já tinha a rodovia?

E- Tinha a rodovia, mas aí não tinha muita quantidade não, foi fracassando.

P- Mas, continuava podendo vender?

E- É, continuava, até uma época continuava.

P- A vida no sítio decaiu depois disso?

E- Decaiu, decaiu, aí foi decaindo, aí depois da década de 60 pra cá aumentou a lei florestal aí decaiu de uma vez.

P- Já dava pra sentir a diferença...?

E- Meu Senhor, se dava!

P- ... depois de 45?

E- Dava muito.

P- O senhor sentiu a diferença?

E- Nós sentimos, nós todos sentimos a diferença, caiu...

P- Estava mais difícil de...?

E- Meu Senhor! A produção caiu muito.

P- Mesmo vendendo pra região... que vendia pra região, né?

E- Vendia, vendia. Aquilo é... sei lá, época bem... tinha o Paulo Paiva aí, sabe, ele comprava arroz direto depois exportava aí pra Santos, pro Rio, não sei pra onde mais que mandava. Depois o Paulo Paiva ficou velho e também ficou doente e morreu, aí acabou os engenho aí. Depois que acabou os engenho aí, acabou o arroz também e acabou a produção. Acho mais que a queda da lavoura também naquela época, naquela década, foi por falta de engenhos, de compradores.

P- Ah, de compradores mesmo!

E- É porque o Paulo Paiva comprava, beneficiava e exportava, sabe.

P- Ah, ele que cuidava de toda essa parte?

E- É, que cuidava é.

P- E aí ninguém ficou responsável por isso?

E- E aí não tem mais, acabou, acabou os engenho também. Aí vinha um japonês que comprava aí um pouco de arroz da Sta Maria. Aqueles crentes que moravam em Sta Maria, que plantavam muito arroz também, saíram de lá. E foi acabando, enfim, acabou tudo. Aníbal, o sogro do Romeuzinho, o pai do Beto Klinke, Beto Velho, o Nordo, aquela turma lá plantava muito arroz, sabe, além de plantar eles compravam também. Compravam lá, entravam lá no Taquari, de lá eles compravam da região lá e traziam pra revender aqui.

P- A maior produção era arroz ou tinha outra coisa?

E- Era arroz. Não, tinha época... agora também tinha muita laranja lá.

P- Laranjas.

E- Muitas barcadas, canoas chapadas de laranja, chamada de barcada, sabe. Tinha... tinha de tudo!! Tinha mandioca, tinha o... às vezes teve melancia, pro lado do Paulo Mendonça lá, trazia canoa chapada de melancia.

P- Melancia?

E- É. Só que não tinha pra quem vender às vezes, naquela época. Melancia não tinha pra quem vender quase; abóbora, enfim, trazia tudo.

P- E a farinha de mandioca também, né. Vendia?

E- Vendia também. Só que era preço barato. Eu mesmo depois que casei... nós casamos ali onde o Luiz tá fazendo ali, ali tinha um engenho de farinha. Só que [?], sabe. Eu com a mulher, naquele tempo era nova, Tunico com a mulher, com Belmira, nós ficava ali semana inteira só fazendo farinha vender.

P- Ah, é.

E- Trabalhava direto, principalmente quando chovia não podia pescar, existia muita mandioca tacava farinha direto aí.

P- E vendia?

E- Vendia, vendia, barato mas vendia, né. É equivalente com agora, você agora vende caro também, compra tudo caro, né.

P- É verdade.

P- Hoje, por exemplo, se considera agressivo pra natureza quando se tira o palmito, a ostra, a caxeta, caçar, tirar madeira, né, naquela época também já se achava isso, as pessoas que moravam no sítio já achavam que essas coisas...?

E- Os mais velhos achavam.

P- Caxeta, caxeta era conhecida?

E- Era, ih, vendia-se muito também, a turma tirava muito. Mas, lá também a turma já, já... uma época tiraram um pouco, eu me lembro ainda, até eu ajudei a tirar também. Não tanto caxeta como...

P- Tem caxeta na Ilha?

E- Também tem.

P- Ah, o senhor me mostra? Não sei como que é, não conheço.

E- Ali na... bem na nossa ponta tem um pé de caxeta ali. Tem alguma, sabe. Eu mesmo ajudei cortar "guarandi", para fazer, chamava de "tora", sabe. Nós cortava, arrastava, tudo, pra vender aqui aqui na fábrica de barril que chamava, que aqui tinha uma serraria fábrica de barril.

P- Ah, sim.

E- Bem ali onde é o Hotel Beira-Mar.

P- Sei, sei. Eu sei onde que é.

E- Não tem uma pedra grande ali, mergulhada? Aquilo lá era um paredão, uma laje feita de pedra e cal e tudo barricado, e lá em cima tinha uma ponte e em cima daquela cabeceira lá tinha um guincho manual, sabe, assim um guincho. Você pode chegar com a madeira lá, aí eles abraçavam a madeira com um cabo de aço e puxava o guincho até lá em cima e levavam pra dentro da serraria. Então, eu ajudei também. Eu, moleque de calça curta ajudava cortar madeira, mas não foi muito tempo não. Então naquela época também cortava caxeta, cortava caxeta e trazia pra cá e, sei lá o que faziam. Depois de Cido Texeira, conhece Cido Texeira?

P- Não, qual é o primeiro nome?

E- Cido.

P- Cido.

E- Texeira.

P- Ah, não conheço.

E- Já escutou falar, né.

P- Acho que sim.

E- Ele também montou uma fábrica de tamanco aí também.

P- Ah, ta!

E- Então, ele comprou muita caxeta, sabe.

P- Pra fazer tamanco!

E- Tamanco e lápis. Então cortava tudo em pedacinho pequenininho assim, tipo tamanco ou lápis, entendeu, e mandava não sei pra onde ele mandava. Era muita caxeta. Agora não, agora parou. Depois a de Pariqueraçu também. Lá sempre existiu uma fábrica de, serraria, sabe. Lá também ia muita caxeta pra lá, Pariquera.

P- A caxeta dá perto de mangue?

E- Caxeta dá em brejo, parece mangue.

P- Ah, brejo, lugar úmido.

E- Lugar úmido, chamando brejo, lugar mole.

P- Eu já vi brejo na Ilha? Não, né, eu já vi mangue, né?

E- É, viu mangue.

P- Eu não vi brejo na Ilha? Não, não vi não, brejo é diferente.

E- Brejo e mangue... Vamos dizer...

P- Brejo eu conheço, no sítio do meu pai tem bastante brejo.

E- Onde tem uma lama vermelha aqui no sítio nós chamamos de brejo.

P- Mas a gente não passou por nenhum, né.

E- Falando brejo, na beradinha de um.

P- Onde que é?

E- Lá quando nós fomos pro Sítio Grande, ao lado direito que vai, ali tem um chamado brejo que é um... charco mesmo, brejo, charco na nossa linguagem.

P- Ah, eu não prestei atenção.

E- Não, eu não mostrei não mesmo pra você.

P- Ah, ta!

E- Ficou do lado do morro ali, onde a turma plantava arroz semeado.

P- O arroz é só no terreno assim úmido?

E- Mais no terreno úmido.

P- Mas no morro não é úmido, né?

E- O morro não.

P- E pode plantar arroz?

E- Pode.
P- Mas é um outro tipo de arroz ou é o mesmo?
E- Geralmente a gente plantava assim no úmido ali, mais o arroz amarelão, amarelão, agulha.
P- Agulha.
E- É, agulha.
E- E lá no morro plantava o {matão} branco, o arroz branco, de casquinha branca.
P- Ah, então tem um tipo pra cada lugar?
E- Pra cada lugar.
P- Mas tem muito charco na Ilha?
E- Tem, algum lugar que tem.
P- Mas não é muito?
E- Muito não é, mas tem sempre o lugar que tem. Lá no Sta Cruz, por exemplo, tem um bom trequinho lá... de charco.
P- É um lugar que a gente passou que ficava mais úmido a trilha?
E- Mas não foi bem ali, sabe. Foi mais lá escostando no morro.
P- Ah, mais ali pra dentro!
E- Lá pra dentro.
P- Ah, tá! Seu C., se o senhor estiver cansado a gente para.
E- Não, não estou cansado.
P- Não?

- ***O Governo implantar uma lei diferente, conservar sempre mas também fazer a turma produzir.***

P- O senhor acha que a lei tá certa da forma como ela tá sendo realizada com essa questão da natureza ou é possível mudar a lei? O senhor já falou um pouco disso quando o senhor colocou essa questão de tentar um espaço, trazer umas pessoas pra trabalhar, de certa forma o senhor pensa que é possível alterar...
E- É, devia mudar, né, eu acho que devia muda, porque tem muita gente sofrendo fome, miséria por causa disso, né, por não ter lugar de trabalhar, um lugar de viver, né.
P- Valeria a pena discutir, o senhor acha que valeria a pena discutir?
E- Acho que sim, eu acho que sim. Valia a pena discutir e o Governo implantar uma lei diferente, conservar sempre mas também fazer a turma produzir, ensinar a turma produzir em lugar que possa sobreviver, né. Uma área...
P- uma área pode...
E- ... e por, em vez da pessoa não saber, vamos dizer eu não sei trabalhar, não sei produzir nada de lavoura, então, põe um técnico pra ensinar a gente sobreviver naquela área e nada demais além daquilo. Então, seria uma boa, sabe. Aí o camarada... a pessoa, por exemplo, uma família lá, ficaria ali no 3, 4 alqueires de terra, sobrevivendo ali.
P- O senhor acha que com o conhecimento que o senhor tem de lavoura, que o senhor tem de vivência no sítio... a gente às vezes sabe que os técnicos tem uma outra forma de pensar, né, da própria maneira de plantar e tudo...
E- Por isso que eu digo, devia em vez de por Florestal eles deviam por técnicos, vamos dizer, o engenheiro agrônomo, qualquer coisa pra ensinar a turma viver naquela área, né. Ali eles ensinam como e já vê a lavoura que está, né.
P- O senhor acha que as pessoas que já tem um conhecimento do sítio vão aceitar as instruções de um técnico?
E- Acho que aceita, né.
P- O senhor acha que... o senhor aceitaria...?
E- ... claro que aceitaria.
P- É? O técnico chegar e explicar...
E- ... chegar e explicar.
P- Mas, o senhor pode dizer assim "ah, mas, desse jeito não vai dar certo!".

- E- Por exemplo: "Aqui dá banana, aqui você pode plantar desta forma que dá banana. Outro lado dá -- vamos dizer -- a mandioca". Então, ensinar a turma plantar, ou então a verdura, vamos dizer, que verdura daria aqui ou ali, e ensinava a gente a plantar, porque eu não sei lidar com verduras. Planto outras coisas, mas não tenho... não foi coisa da nossa criação, sabe. Nós foi uma coisa mais bruta, sabe. Então, a pessoa técnico, que entende da arte ensinava a gente fazer e você podia viver ali 10, 12, 15, 20 anos plantando numa área só, ou talvez mais tempo, né. Agora do jeito que nós plantava não, nós fazíamos assim: hoje nós derrubamos essa área aqui, ano que vem derrubaria outra área, essa aqui já ficava, da outra vez já derrubava outra área. Era assim, assim que nós fazíamos. E assim como estou falando, se um técnico ensinasse a pessoa sobreviver, sobrevive. Não vê, vamos dizer, os japoneses vivem um tempo numa áreazinha. Aqui em Cananéia mesmo, ali onde é o Hotel Glória ali, ali viveu uma família de japoneses ali, não sei quantos anos plantando verdura num pedacinho ali.
- P- Num mesmo pedacinho?
- E- Mesmo pedacinho. Vendia verdura pra todo mundo aí. Ele trabalhava naquela areazinha pequena ali. O pai do {Martiano}, a mãe dele, viveram muito tempo ali com verdura ali, numa areazinha. No Carijo também tem um lugar aí que tem uma família que tem uma quitanda aí. Quer dizer, vivia o japonês lá direto com uma áreazinha de terra lá e vendia. Ali tinha tudo quanto era verdura, sabe. Saía vendendo por aí. Mesmo nós íamos comprar lá deles também, quando passava por ali ia lá comprar. Então, por isso acho interessante isso, viu.
- P- O senhor acha que valeria a pena discutir? O senhor acha que as pessoas estariam dispostas a fazer uma experiência?
- E- Eu acho que sim, né. Eu acredito que, por exemplo, no meu caso eu aceitaria.
- P- O senhor aceitaria.
- E- Agora, os outros eu num vou dizer, mas eu acho que a turma tentaria, né.
- P- Pelo menos discutir isso?
- E- Discutir. Eu falei outro dia pra Chagas. Aí Chagas falou pra mim: "Olha, mas seu C. eles já estão discutindo isso já!"
- P- Falou?
- E- Falou "já estão discutindo isso aí". Mas não sei se vai ser pra nós, por exemplo, pra mim. Quando saí essa nova lei acho que..., mas pra mim não vai servir que eu não vou, como eu lhe falei, eu não vou mais ficar aí trabalhando de lavoura mesmo.
- P- Hum, hum.
- E- Posso fazer, plantar igual que eu tenho lá 3 ou 4 pé de mandioca, mas plantar pra sobreviver não vou mesmo mais. Mas pra muita gente devia ser até útil isso aí, sabe.
- P- Pelo menos tentar a experiência, né...
- E- ... tentar a experiência.
- P- ... tentar pra ver se dá certo ou não.
- E- Vamos dizer, puseram um monte de índios na Ilha, trouxessem umas outras pessoas e jogasse lá e ensinasse a turma a sobreviver ali. Quantos pessoas que a gente vê aí invadindo terra e mais terra e mais não sei o que, a polícia mete o cacete e toca de lá, por que não o Governno não vê aquilo, não incentiva? O Brasil é muito grande, tem muita terra, põe lá umas pessoas, uns técnicos pra ensinar a turma a trabalhar, viver, sobreviver. Se o cara não quiser, for vagabundo não quiser, então joga fora, toca fora, vai embora, deixa pra outro.
- P- É, exatamente tem gente querendo trabalhar.
- E- Então, isso acho que cria uma boa idéia [que] devia ter feito.
- P- Certo.
- E- Só que os homens que, os homens que têm dinheiro não pensam nisso.
- P- Acho que tem que ser o próprio povo a chamar atenção pra isso e pedir essa discussão.
- E- Quem poderia fazer isso deveria ser o Congresso, pra eles não interessa nada disso. Têm terra... o que eles querem eles têm. Então pra eles não interessa. Agora, vai pedir pra quem? Pro povo fazer manifestação sobre isto? Deveria ser uma boa, né?
- P- A própria cidade poderia se interessar por isto.
- E- Então, a própria cidade, isto sim.
- P- ... uma experiência da cidade...

E- Vamos dizer, aqui um prefeito aí de coragem, de vontade tentasse isso, né. Lá com o Governo, lá com os deputados, lá com não sei com quem lá, tentasse isso aí, ver se conseguia isso aí. Mas, dependendo do... pequeno mesmo não pode fazer nada. Agora, eles também não... mesmo assim eles não são, vamos dizer, não são muito interessados nisso. Eles têm emprego pra sobreviver, do bom e do melhor.

P- Então, eu acho que seria interessante, né, se as pessoas todas de uma certa forma manifestarem esse interesse...

E- Eu acho que seria ótimo, eu sempre discuti isso com a turma, sabe, aí, com meu pessoal aí, eu sempre discuti com a turma. Seria interessante pro governo se o pessoal.

P- E com quem o senhor discute também acham interessante?

E- Também acha, lógico!

P- Eles acham interessante também.

E- {O pessoalzinho daqui às vezes também, que vieram do sítio discute isto sempre.}

P- Quer dizer, as pessoas têm uma vontade de tentar uma experiência assim...

E- Olha, tem, muita gente que tem viu. Agora como se diz, o Governo devia fazer isso... isso se for fazer, isso quem vai fazer mesmo, como eu falei, os deputados, né, eles que têm que fazer no Congresso. Mas deveria ser pedido por algum Governo, pro prefeito, pro Governo do Estado, não sei por quem lá. E fazer, discutir e fazer. Pessoas coloca lá... vivem lutando e estão aí morrendo de fome! Por que não colocam num sítio pra trabalhar na terra? Trabalhar. Então, aquele que não quizesse trabalhar, por exemplo, fosse embora pra outro canto.

P- Uma coisa organizada, né, que ...

E- Coisa organizada, organizada mesmo.

P- Que ao mesmo tempo as pessoas estão ali e estão preservando e tão tirando...

E- ... o pão de cada dia.

P- ... o pão de cada dia.

P- Quer dizer, então você está juntando duas coisas importantes.

E- Agora, outro dia estavam fazendo seleção aí, aqui no interior de São Paulo, uma cidade aí, eu não me lembro qual a cidade, todos estes nordestinos que vem de lá não desembarcam mais na cidade.

P- Ah, é.

E- Não. Pobre é um desastre. Se ele não vir com um endereço certo, chegar na rodoviária da cidade, já tem gente especializada lá e dali já paga a passagem dele e manda lá pra outra cidade, não deixa mais entrar.

P- Nossa!

E- Tem uma pá de cidade do interior de São Paulo que estão fazendo isso.

P- Nossa!

E- Já num deixa mais o cara entrar na cidade dele. Por causa da pobreza, né, para não entrar mais pobreza.

P- Nossa! Se fizessem um trabalho assim lá no nordeste as pessoas não precisavam sair dali.

E- É, então, não precisavam sair de lá.

P- Porque as pessoas saem por necessidade, ninguém quer sair das suas terras...

E- ... é claro...

P- ... à toa assim!

E- Tem muita gente que sai por necessidade mesmo, viu.

P- É, exatamente. Imagina o pobrezinho que chega numa rodoviária com uma mão atrás e outra na frente, significa que ele saiu por necessidade...

E- ... é, lógico...

P- ... procurando maiores oportunidades.

E- Já tem várias técnicas pra isso, por exemplo, o prefeito tem lá passe, dinheiro, sei lá, um monte de não sei de que lá, o cara chega na rodoviária é entrevistado lá por não sei por quem lá e daí já manda pra outro canto. Não deixa descer do ônibus, pega outra condução e se manda de volta.

P- Da pena, né!

E- Da pena de ver, né. Acho que é tudo falta de critério de nosso governo.

P- É claro! Não deixa nem o coitado entrar na cidade...

E- Não deixa, pobre não...

P- É, verdade.

• *Eu sei que eu ia apanhar porque com a lei ninguém pode.*

P- Seu C., se tudo que aconteceu naquela época acontecesse hoje com todo esse conhecimento que o senhor tem... não estou dizendo com fato de... sem lembrar que o senhor já se aposentou e tudo, mas vamos supor que tudo aquilo acontecesse hoje, o senhor sairia do sítio?

E- Olha, se eu tivesse no sítio lógico que não.

P- Com essa cabeça que o senhor tem hoje o senhor já tá pensando, refletindo sobre a questão da natureza, da preservação, já tem a sua opinião.

E- Se eu tivesse eu não sairia, sabe.

P- O senhor lutaria?

E- Que nem João Cardoso, ficava lá.

P- Hoje o senhor acha que assumiria essa posição?

E- Já, ficaria naquela época mesmo. Eu não falei que se eu estivesse... é que eu já estava pra cá com minhas coisas, se eu estivesse lá eu não tinha saído.

P- Não tinha saído?

E- Não. Dificilmente nós [?], também não tinha saído. Eu saí porque [?] já tinha saído.

P- Já tinha.

E- E minha idéia de sair junto também. E papai ficou lá até quase o fim da vida dele. Depois nós também tentamos tirar ele de lá.

P- Ele ficou até quando?

E- Papai ficou até a década de 70 por aí no sítio, ele morreu em 74.

P- Ah, 74.

E- E morreu em Santos, ele veio pra cá e foi morrer em Santos. Ele morreu logo. E... mas eu sempre falava que se eu estivesse lá eu não corria, eu ia derrubar, eu ia fazer o que eu pudesse.

P- ... ia enfrentar?

E- Ia enfrentar o que eu pudesse. Eu sei que eu ia apanhar porquer com a lei ninguém pode, com os homens ninguém pode. Eu cheguei a quebrar a cara, mas eu... eu falava pra turma sempre ficar lá. O João Cardoso ficou lá, o João Cardoso não saiu de lá. [Imitando o sr. João Cardoso:] "Sairam porque quiseram, que não era obrigado a sair". Como não é obrigado a sair? Ele ficou lá com aquele... [como quem diz "naquelas condições!"] daquele tamaninho assim, que é do tamanho desta sala, pra comer uma farinha e mais nada.

P- Hum, hum.

E- Ainda hoje estive discutindo lá, tive uma discussão com o Aristides sobre isto. Um homem que vive ali a 60, quase 70 anos, dele mesmo, dele mesmo não tem um pé de laranja plantado! Ele sobrevive das laranjas que... ali de... Nem é do sogro dele! É do... quando eu conheci o meu tio morava ali, eu era criança, ali tinha tudo, tinha cafezal, tinha as laranjeiras, tinha jabuticabeira, aqueles mambus, aquelas coisa existia por ali tudo, quando eu conheci ali na década de trinta e não sei o que lá ali, primeira revolução. E hoje ele come banana lá do nosso terreiro, lá onde nós morávamos, lá do centro! Banana sai tudo de lá, plantação do papai lá, que era do papai. E mais nada, tem só um pé de mandioca que ele planta ali!

P- Quer dizer, ele não pôde fazer nada ali?

E- Não pôde fazer nada e nem... e hoje não faz mais agora.

P- Mas, ele foi uma das únicas famílias que ficaram?

E- Ele foi uma das únicas famílias que ficaram lá, até hoje foi ele, não saiu de lá não. Teimou em ficar lá e ficou.

P- Nossa! Os outros, assim, tem esse pessoal agora no Andrade...

E- Aqueles voltaram depois.

P- Todos os outros voltaram depois.

E- É, voltaram.

P- Marujá também ou não?

E- Marujá também saiu bastante gente lá, mas um bocado voltou também.
P- Marujá nunca acabou definitivamente?
E- Não, Marujá não. Marujá era uma cidadezinha, tipo uma cidade, era uma vila, mas foi proibida também, né, não pôde aumentar, foi proibido. Até hoje é proibido construir lá em Marujá.
P- Quer dizer que ela nunca acabou na verdade?
E- Não, Marujá nunca acabou, também nunca aumentou mais também.
P- Sempre a mesma coisa?
E- Sempre a mesma coisa.
P- E de lá do lado do oceano, aquele Camburiú, assim?
E- Camburiú saíram e voltaram.
P- Ah, é.
E- Voltaram, voltaram um pouco de gente já, pescadores.
P- Ah, quer dizer que ficou meio vazia a Ilha.
E- Ficou bastante vazia.
P- E depois as pessoas foram retornando.
E- Ali o Pererinha também. Os moradores do Pererinha também saiu tudo.
P- Sei.
E- Ali morador do Pererinha não tem ninguém ali.
E.1- Já saíram e já morreram um bocado.
E- É, um bocado já morreram e ali tem só pessoas que vieram de fora agora ultimamente, que moram por ali. Vieram do Paraná, vieram não sei de onde mais e... que nasceu ali tem bem pouca gente. Nasceu ali que mora no Pererinha.
E.1- Ali não tem mesmo!
P- Do Andrade pra lá...
E.1- Ali no Pererinha não tem...
P- Um tal de Teteco?
E.1- O único que tem ali é Teteco.
E- Teteco veio de fora também.
E.1- Mas Teteco não é dali do Pererinha.
E- Não, nasceu pro Paraná, né.
E.1- Nasceu no Paraná?
P- Ah, ele não é nascido na Ilha?
E- Não, o Teteco não.
P- Pensei que ele fosse nascido da Ilha.
E- Só que ele se criou-se ali, né, ele veio pequenininho prali. Que ali tem a família dele que criou-se ali, nasceu ali. Teteco como é? Aquele... João, João Fernando, aquela turma que veio do Paraná.
P- João Fernando da onde que é?
E- Do Paraná também.
P- Sim, mas mora onde?
E- Ele mora ali na Barra mesmo que nós chamamos, ali no Pererinha mesmo. Morava lá no canto do morro do Itacuruça.
E.1- Da família Pererinha mesmo ali, os filho do Pererinha ali mesmo não tem mais nenhum, né?
E- Não, dali que era dono dali não tem ninguém não.
E.1- Não tem mais.
P- E onde que estão agora?
E- Um bocado já morreram. Um bocado está na cidade...
E.1- Uma série já morreram tudo, tem só uns filhos aí.
E- Uma parte já morreram quase. Tem alguns filhos dele aí na cidade.
P- Um tal de seu João, que mora aqui perto da Colônia dos Pescadores, ele é de lá, não? Ele é irmão do seu Laurinho?
E- Ah, é.
P- ... do Pererinha, né.
E- João, eu já conheci. É de lá.

P- Ah, tá!

P- Eu estava querendo conversar com ele.

E- É irmão do Laurinho, irmão do Laurinho.

P- Mora perto da Colônia dos Pescadores, né?

E- Mora perto da Colônia, justamente. Em frente a Colônia ali.

P- É, então, eu estou pensando em procurá-lo.

E- É fácil.

P- Então, ele é um dos poucos assim de lá?

E- É, ele é um dos poucos de lá. E depois ali tem... que mora aqui na cidade eu sei que tem João Gomes, a mulher, estão vivos ainda, estão velhinhos mas estão vivos; e tem o velho Silvino Teixeira, só que o velho Silvino está no [?], não sei, acho que esta morando com a filha.

P- Também é...

E- ... do Jacariú.

P- Jacariú. Mais lá pro rio, praquele rio largo lá, né. Agora, do Jacariú indo pro lado do Marujá não tem [acabou a fita...]

[este lado da fita iniciou com sr.C. falando qualquer coisa sobre a Ilha da Casca...]

E- ... tá na Ilha da Casca, no filhote.

P- Ah, o Adãozinho que está... Eu conheci uma dona Luiza.

E- Então, é minha prima, que mora na Ilha da Casca.

P- É prima do senhor?

E- É minha prima, é.

P- Mas ela é alguma coisa do seu Adão?

E- É mulher do Adão.

P- Ah, é mulher. Coincidência, ela foi lá na casa da Marta.

E- É, então, eles são meus parente eles também.

P- Eles eram do Canudal.

E- Eles eram, ela não é, é do Bombicho o marido dela que era do Canudal. Ela era do continente, nosso sítio que era de meu avô, Bombicho.

P- Bombicho?

E- É Bombicho. E ela era nascida lá no Bombicho, casou com Adãozinho que era do Canudal e moram na Ilha da Casca, no Filhote, que nós chamamos.

P- É só eles que moram lá?

E- Só, só.

P- Então é pequenininha, né?

E- A Ilha da Casca só tem aquela casa.

P- [rindo] Eu acho que eu já vi. Eu me admiro quando eu passo ali com a barca, não sei como que eles não ficam afogados ali.

E- Pois é, ali há muitos anos ali, já. Agora tinham casa [fita ruim], os filhos tudo tem casa aqui.

P- Ah, é.

E- Mas só que sobrevive lá, né; de lá que ele traz o alimento preles, vive de pesca, maior parte de pesca. Então sempre eles... Ainda tem aquela ligação do Canudal, do Canudal eles correram por causa... tem uma história longa, eu não...

P- Ah, eu sei, é uma história de fantasma...

E- ... de fantasma é...

P- ... que perseguia. Mas não é esse seu Adão?

C- É ele, do pai dele, da família dele.

P- O pai dele?

E- Ele também era da época, né.

P- Que foi perseguido também?

E- É, é.

P- Ah, sim.

E- O pai dele mesmo, o perseguido era o pai dele, pai dele. Então, nessa época o pai dele era vivo, eles mudaram de lá, saíram de lá pra, que nós chamamos, a Ilha da Casca e ali estão até hoje, com tudo que tinham aqui, mas traz o alimento deles de lá.

P- E da Ilha da Casca pro lado do Marujá não tem mais ninguém?
 E- É... não sei se ainda tem. Acho que tem João... Laurindo, chamamos ele de {?}, ele mora no Pedro Luiz. [?] tá escondido no mato ali.
 P- Ah, é, tem mais alguém ali.
 E- Um cara que pesca por ali. Não sei se tem alguém, sabe, naquele {leito ou sítio} ali.
 P- Hum, pra lá deve ser mais difícil, né, porque fica bem longe.
 E- É, longe e tem pouco... saiu todo mundo também, não sei.
 P- Pra quem tem uma canoa fica muito longe, né?
 E- É longe.

P- Agora, naquela época, seu C., as pessoas não se uniram assim pra lutar?
 E- Ah, não, ninguém se une. Até o Magalhães falou, né, pra nós nos unirmos pra lutar mas ninguém se uniu.
 P- Não?
 E- Não.
 P- Mas as pessoas não conversavam umas com as outras e decidiam...?
 E- Eu acho que não, né, que ninguém tinha dinheiro, né, todo mundo... ninguém tinha dinheiro pra lutar, lutar era lutar com a justiça, né, com advogado, tinha que ter advogado e ninguém tinha dinheiro pra isso.

• *Da minha sogra ouvi falar do documento dela.*

P- O senhor disse que não conheceu os seus avós, né, os seus bisavós então nem...
 E- Não, nem os avós, nem os bisavós.
 P- Agora, os avós são nascidos aqui?
 E- O meu avô materno deve ser nascido aí, agora o meu avô paterno era catarina.
 P- Ah, é, paterno era catarinense e o materno...
 E- ... deve ser daqui mesmo, deve ser da Ilha que muita coisa era dele.
 P- E a mãe do senhor só contava aquelas histórias do tempo da escravatura, das casas...
 E- Ela contava algumas histórias, às vezes contava umas histórias, mamãe não era sempre de contar muito.
 P- Ah, não!
 E- Às vezes ela contava uma historinha pra gente, que ali do Sta Cruz ela também... morreu a mãe dela ela era menininha pequenininha, depois morreu pai dela, depois irmãos também, cresceu com os irmão, então ela não tem muito conhecimento também do passado porque...
 P- Que ano que foi que o senhor falou que o irmão da sua mãe comprou o sítio lá do...
 E- Salvaterra.
 P- Que ano que foi que o senhor falou?
 E- Em 1909.
 P- Nossa é muito tempo!
 E- Que tá no documento que A. tem lá.
 P- E ele comprou de quem que era?
 E- Ele comprou do... como é o nome do cara?
 P- Não esse tal de Verissimo que a dona I. fala?
 E- Não, não. Não é do Verissimo. Comprou de... agora esqueci o nome do cara.
 P- Mas esse Verissimo que a dona I. fala era um dono anterior?
 E- Deveria ser, sabe, porque acho que devia ser dono da casa ali. Mas não, Belmiro Veiga, se não me engano, que foi o de quem o Joaquim Cardoso comprou a casa lá, ele e a mulher, que tem lá no documento.
 P- Belmiro Veiga.
 E- Acho que era Veiga, se não me engano. Só se pegasse o documento pra relembrar, sabe, que era difícil de ler que a gente lia pouco mesmo, assim de pouco e era tudo a mão.
 P- Eu sei como que é, horrível de ler. Se o senhor quiser eu tento.
 E- Tá com A., sabe.

P- Ah, está com seu A..

E- É, tá com A.. A gente leu um pouco, viu um pouco na época mas é tudo manuscrito assim.

P- É, eu sei.

E- A letra é bonita, muito bem escrito, uma caligrafia muito bonita!

P- É, eu tentei... quase consegui transcrever o da dona I. lá da... mãe da T., dona I....

E- Martins.

P- Martins. Eu consegui transcrever quase tudo mas levei um tempão. Lia, lia, lia, não conseguia entender, até que eu comecei a entender porque eles fazem uma letra toda diferente e às vezes você não consegue entender o que está escrito.

E- Muito antigo, né. Agora tá com A., uma parte tá com A., outra parte tá cum [?].

P- Com quem?

E- T., pai de B.. Se não me engano tá com ele também. Ele me falou qualquer coisa o T. T é muito esperto, muito vivo, sabe! E ele tá com... eu sei que uma parte está com A., agora ele falou que a outra parte tá com ele! Não sei qual é a parte... É bastante folhas, né. Tinha várias folha e não sei qual foi a parte que T pegou, sabe. Que o velho C teve com ele um pouco de tempo na casa dele e eu acho que, o filho é inteligente também, acho que tirou alguma parte pra ver se podia fazer alguma coisa, podia vender alguma coisa. Pelo menos calculo eu assim, né. E outra parte A pegou, está com A. Até uma vez eu queria tirar um xerox dele pra ficar comigo, mas acabei não tirando. Da minha sogra ouvi falar do documento dela. Ele tem um ciúmes do documento que, Meu Senhor, não dá na mão de ninguém. Um dia foi me mostrar, morava lá no sítio, ele me mostrou, sabe, mas ele trazia fechado que só ele sabia onde que tava. E depois quando a velha morreu, o velho... acho que ficou um pouco com o T. Acho que pegaram uma parte que podia pegar e o resto ficou com velho e o velho entregou pro A.

P- Ah, tá, está com ele então, né.

Bom, o nome dos seus pais acho que o senhor já me deu naquela vez, né. E o senhor nasceu no Santa Cruz mesmo?

E- Santa Cruz.

P- Quantas famílias moravam lá mais ou menos?

E- Sta Cruz? Família mesmo pertencia quase a um só, é Cardoso, sabe, mas tinha... nós, por exemplo...

P- É Cardoso com "s" ou é... eu já vi Cardoza, esse nome Cardoza.

E- Cardoso é com "s".

P- Que eu já vi Cardoso com "z".

E- É com "s". E tinha nossa família, por exemplo, {quase tudo era do meu pai(?)}, e tinha a família do João Cardoso, do Alipio, mamãe era [?], meu pai era Agostinho.

P- Agostinho que era o seu pai.

E- Meu pai é. E o Maneco Cardoso...

P- Maneco?

E- ... depois tinha o Maneco Cardoso que é o pai do Cassiano, Manoel Cardoso.

P- Eu pus Maneco, é Manoel?

E- Mesma coisa, mesma coisa, que é o avô daquele que você tá encostado na casa dele.

P- Avô de quem?

E- Do Leonel.

P- Ah, do Leonel? Ah, sim.

E- Acho que é avô do Leonel sim ou bisavô do Leonel, coisa assim. Acho que é avô do Leonel sim. E tinha o pai do João Cardoso que é Alípio Cardoso, ali no Sta Cruz; tinha Antônio Martins, que é o pai de Isabel Martins, casado com a minha tia também, que ela morreu; e tinha Flávio Targino Cardoso, que era {tio(?)} de mamãe, morava ali onde mora João; João Abílio Rodrigues que é o pai do Tunico, morava também ali onde mora João ali, pai de Ernestina.

P- Pai do Tunico e de dona Ernestina, né?

E- É.

P- Então é dona Júlia, né, a mãe do Tunico.

E- É, dona Júlia é mãe do Tunico, é filha do seu Targino Cardoso. A Júlia é minha prima, né. Quem é mais que tinha na época, dos mais velhos? Acho que é só isso aí, devia ser só isso aí.

P- Um, dois, três, quatro, cinco, seis famílias?

E- Seis família morava ali no Sta Cruz.

P- Mais ou menos seis famílias.

E- [em tom de riso] Fora os do meu sangue, do nosso tempo, do meu tempo, sabe. Esses são os cabeças, sabe.

P- O senhor está falando do tempo que o senhor era menino...?

E- É.

P- ... tá falando da geração do pai do senhor?

E- É, a geração da minha família.

P- Do pai do senhor?

E- É. Irmão de mamãe, tudo isso foi irmão de mamãe, parte deles. Só não o Abílio, mas o resto é tudo irmão de mamãe. Depois teve... depois aumentou mais casinha, né, casinha, né, barraco por lá.

P- Agora, quando o pessoal começou a sair quantas casas tinha mais ou menos, o senhor lembra quantas famílias? Na época em que o pai do senhor ainda estava lá...?

E- Na época que meu pai estava lá?

P- ... na década de 60 mais ou menos.

E- Só tinha João Cardoso mesmo e tinha... quem é mais? Cassiano Cardoso que é dessa mais nova geração. Acho que só estes dois, se não me engano. Ah, o pai de Leonel estava lá naquela época, mas quando meu pai saiu ele já tinha saído também.

P- Ficaram só dois lá?

E- Hum?

P- Ficaram só dois, João Cardoso e Cassiano Cardoso?

E- É, Cassiano saiu antes de papai ainda. Depois ficou papai e João Cardoso só, depois papai saiu e também veio pra cá e João Cardoso ficou lá.

P- Ah, tá. Agora, de uma forma geral assim, todas as famílias de um mesmo sítio são parentes, eram parentes?

E- Todos, todos.

P- É? Eram parentes, tinham parentesco?

E- Os mais velhos eram tudo irmão da mamãe, sabe. Depois o resto era tudo sobrinho. João Cardoso e enfim, Joaquim Cardoso, Cassiano Cardoso, que vivia lá, Santino, Cassiano, João Felipi, enfim, Cardosinho, irmão do pai do Leonel, tudo isso era sobrinho de mamãe, essa raça tudo. E tem mais pessoas. Na época saiu [?] também que foi embora pra São Paulo, hoje até já morreu em São Paulo também, enfim, Pedro Cardoso, Júlio Cardoso, aí tinha uma raça deles. Isabel Martins, mãe dela não é mais, mas o pai dela era casado com uma irmã de mamãe também, depois tinha morrido casou com outra mulher, só que viveu lá.

P- Então todos eram parentes?

E- É todos parentes. Isabel Martins praticamente ainda é parente nosso também. Ainda porque a mãe dela era casada com Maneco Cardoso, se não me engano era com Manoel Cardoso, que o Manoel morreu ela casou com Antônio Martins também de Iguape. É tudo família, sabe, tudo família.

P- Tudo parente mesmo, né.

E- É, parente, tudo.

P- O senhor sabe se tinha algum costume assim, quando um rapaz e uma moça iam casar se costumavam o rapaz ir morar no sítio da moça ou a moça ir morar na família...?

E- É geralmente, é realmente eles iam morar na casa... na parte da família do marido.

P- A moça ia morar na família do marido.

E- É, minhas irmãs foram assim, é.

P- Foi assim?

E- Quando casaram foram morar no sítio do marido.

P- Do marido. Ah, tá.

E- E outras também que eu vi aconteceram assim também. Só que depois muitas voltavam até. Igual João Basílio, Isabel, minha irmã, quando casou foi lá pro Itapanhapima, sabe. Depois passou uma época João Basílio voltou lá pro sítio Sta Cruz, morar lá também. De lá vieram pra cidade.

P- Isso, por exemplo, tinha alguma coisa a ver com... era o homem que tinha que construir a casa, por exemplo?

E- Ah, sim!

P- Aí ele construía e levava a esposa pra lá?

E- É, levava a esposa pra lá.

P- Às vezes, depois não dava certo...

E- Voltava.

P- Mas tinha uma coisa meio por causa disso.

E- É o que eu falo pra turma, não sei pra quem eu tava brincando, ah, aqui, quando eu estava construindo aqui. Pra muita gente eu digo: "Tão bom que era no sítio, né, o homem do sítio vai lá casar, pega quatro pau, fincou quatro pau, cobriu com palha por cima já está com a casa pronta, já pode se casar, trazer a mulher que já está com a casa pronta" [risos]. E aqui, agora, tem que ter parede rebocada, tem que ter teto de não sei o que lá, tem que ter janela com vidro, tem que ter televisão, tem que ter chuveiro elétrico..."

P- É, aí fica mais caro.

E- Aí é difícil, é difícil pra casar agora!

P- É verdade.

E- Agora no sítio não, no sítio o camarada chegava naquela época, fazia lá um barraco, fixava quatro pauzinho, cobria com palha por cima.[risos]

P- Aí ia buscar a noiva. [risos]

E- Ia buscar a noiva. [risos] Ia casar já.

P- Mas, geralmente, eles construíam a casa antes?

E- É, às vezes construía, sempre que... geralmente construía antes ou às vezes constrói depois de casado também. Tinha gente que fazia casinha de madeira, cercava de tábuas, sabe, mais inteligente, mais vontade de trabalhar e o resto era tudo que nem um índio mesmo. Num passava daquilo.

P- Fazia casinha no sítio do pai, né, o homem?

E- É, do pai, geralmente do pai. Quando não dava certo, então ele voltava pro sítio do sogro. [?] sítio do cunhado outro pro sogro. Agora as minhas duas irmãs que casaram com, com... os homens lá, duas irmãs minhas casaram com dois irmão lá e foram lá pro sítio do sogro, né, e de lá saíram pra ir embora, viveram lá... uma irmã morreu aqui em Cananéia, Lúcio, meu sobrinho, mãe dele.

• ***Derrubava a mata virgem, sempre reformava, sabe, capoeira!***

P- Vamos ver se a gente consegue terminar essa parte e o resto a gente marca outro dia?

E- Tá bom.

P- Porque senão já são quase três horas de conversa!

P- Um sítio tinha espaço suficiente para construir novas casas e fazer novas roças?

E- No sítio?

P- Um sítio, um sítio, por exemplo, o sítio Santa Cruz.

E- Claro que tem!

P- Tinha espaço?

E- Tem. Agora que tem espaço suficiente!

P- Mas naquela época...

E- ... naquela época...

E- ... que já tinha muitas casas, ainda tinha condição?

E- Tinha bastante casas e já tava bem, tava bem devastado, sabe, uma boa parte, mas dava pra sobreviver sim.

P- Ah, é, dava?

E- Dava.

P- Novas pessoas que casassem tinham condições...?

E- ... tinha condições...

P- ... de construir suas casas ali...?

E- ... de sobreviver ali...

P- ... e abrir outras roças?

E- Então, tinha, ainda tinha.

P- Ah, é?

E- Agora hoje não, hoje se o cara quisesse, pudesse e quisesse, tivesse coragem de trabalhar e pudesse trabalhar, hoje tem muito campo pra trabalhar, sabe. Que tudo aquelas parte que foi desmatada é tudo mata virgem outra vez. Então, na época também teria sim.

P- Teria?

E- Teria. No Salvaterra ali, onde nós moramos ali também, tinha bastante. O cara que casava ia, por exemplo, eu fui pra lá, trabalhei muito ali, bastante. Quando eu saí de lá deixei...

P- Vamos supor se todos os seus... o senhor e todos os seus irmãos resolvessem não sair do sítio, se casassem e fossem morar no sítio tinha...?

E- Hoje tava bem abatido, viu!

P- Tava?

E- Tava, hoje tava bem abatido o sítio. Porque de forma que você vai trabalhando, a terra também vai caindo, viu...

P- Ah!

E- Vai enfraquecendo a terra.

P- Isso é uma coisa que eu vou tocar nesse ponto.

E- Nós não usávamos adubo, né, nós não usávamos adubo, só usava a natureza só, então, a terra vai vacilando. Planta hoje, daqui mais uns tempo planta outra vez, não deixa crescer muito as árvore, sabe, então, a terra vai se acabando, mas mesmo assim talvez ainda dava pra sobreviver.

P- Isso já estava acontecendo?

E- Em algum lugar já, já tinha algum lugar que tava, já estava nascendo capim.

P- Quando a terra fica muito...

E- ... nasce muito capim, {fica umas tapera ali}.

P- Como que é isso? Isso seria uma pergunta que faria mais adiante mas eu gostaria de entender. Por exemplo, vamos supor uma mata virgem o senhor chega lá agora, aí o senhor derruba aquela mata, aquela terra é uma terra muito boa...

E- ... Ah, sim.

P- ... mas ela é boa pra plantar qualquer coisa ou é melhor plantar uma determinada coisa?

E- Geralmente tem que ir antes, escolhe. Nós escolhíamos, sem técnica nenhuma mas escolhíamos, sabe. Nós íamos lá, por exemplo, íamos plantar arroz lá no morro, então, nós procurávamos aquelas, mesmo lá no morro, aquelas terras mais úmidas um pouco, pro arroz, né.

P- Ah, tá!

E- Pra milho, nós procurávamos aquelas terras que tinham mais vegetação de caitê.

P- Caitê?

E- Caitê é uma natureza que tem uma folha larga, sabe, bonita, que dá umas florzinhas bonitas também.

P- É uma árvore?

E- Não, é uma vegetação meio baixa, não sei explicar bem.

P- Mas não é árvore, é uma coisa mais baixinha?

E- Não é árvore não, coisa {molinha}, bem baixinha assim, dá uma folha grande, larga. Então, onde tinha aquele caitê lá a gente plantava o milho mais, escolhia mais pro milho. E pra mandioca nós escolhia aquelas terras que eram mais secas, sabe, que não tinha muita... não tinha umidade, então, escolhia pra plantar mandioca ali. Então, as técnicas eram nossas mesmo.

P- Quer dizer que, cada coisa que vai plantar vocês vão e escolhem um terreno?

E- Escolher o terreno pra plantar. Agora, você derruba agora, por exemplo, uma roça, derrubava esse ano plantava mandioca lá, sempre leva dois anos, dois ano e pouco pra colher a fruta, um

ano e meio em diante pra começar a colher. Depois deixaria três, quatro, cinco anos ía lá derrubava outra vez, você faz umas três, quatro roça em seguida ali, de tempo em tempo...

P- Roça é sempre mandioca, né?

E- É, é, sempre mandioca. A terra vai caindo, vai se acabando depois.

P- Quantas vezes?

E- A gente plantava três, quatro vezes seguido ali...

P- Três, quatro vezes, cada vez dura uns dois anos...

E- É, dura sempre uns dois anos a mandioca ou mais um pouquinho às vezes.

P- Então, deixa eu entender. O senhor derrubava, plantava a mandioca, eram uns dois anos que produzia...

E- ... é, pra produzir...

P- ... aí o senhor depois deixava, crescia um mato ali.

E- De ano e meio em diante começava a arrancar o produto dali, sabe, então, você ficava mexendo aquela terra ainda uns dois anos ainda.

P- Ah, ainda tinha coisa ali?

E- Tirando a mandioca dali.

P- A mandioca.

E- Depois deixava.

P- Esquecia lá.

E- Esquecia, três, quatro ano ela estava viçosa a mata, então, a gente retirava, plantava outra vez, plantava. Então daria pra trabalhar três ou quatro queimada ali em cima até fracassar. Ia fracassando.

P- Ia fracassando.

E- Ia. Então, chegava uma época que você plantava muitas vezes nele [o terreno], ele sempre reformava, sabe, derrubava a mata virge, sempre reformava, sabe, capoeira, que nós chamava de capoeira. Chega uma época que começa nascer capim. Depois com tempo que vai se formando as árvores.

P- Aí demora mais?

E- Aí demora mais.

P- Então, por exemplo, quando o senhor fez uma derrubada na mata virgem, plantou a mandioca, tem todo aquele... vai tirando... depois de um ano e meio o senhor começa a tirar a mandioca, ainda dura uns dois anos, quando o senhor deixa aquelas terras o que nasce ali a gente já chama capoeira...?

E- ... é, chama capoeira...

P- ... aquilo ali a gente já chama capoeira...

E- ... é, capoeira...

P- ..., né, e todas as vezes que o senhor usar aquela terra e crescer o mato continua chamando capoeira...

E- ... é, capoeira...

P- ... aquilo lá? E cada vez vai ficando mais difícil...

E- ... a produção, né...

E- ... a produção da mandioca e também a...

E- ... a reforma da madeira, né.

P- ... da mata, da madeira. Aí tem um tempo que o senhor esquece aquele terreno e deixa ele lá?

E- Realmente tem que deixar, deixar ele de lado e partir pra outro.

P- Aí tem que deixar ele...

E- ... pra refazer...

P- ... por quanto tempo?

E- Deixar, é, tem que deixar de cinco, seis, oito anos, sei lá, pras árvores crescerem outra vez, sabe.

P- Pra recuperar.

E- Pra recuperar a terra.

P- A gente chama recuperar a terra?

E- É, recuperar terra.

P- O senhor chamava recuperar?

E- É, geralmente a turma chama recuperar.

P- Fala recuperar. E aí, quer dizer, por que... por que que quando crescem as árvores a terra se recupera? Eu não entendo isso!

E- Recupera porque a própria folha da madeira cai ali e apodrece, né...

P- ... ah, é por isso!

E- ... e vai fazendo adubo na terra.

P- É por isso! Ela vai adubando naturalmente.

E- Adubando naturalmente, da própria folhagem da madeira que cai.

P- Mas, a folhagem da mandioca não aduba?

E- É difícil, né, é muito pouco.

P- Ah, é uma quantidade...?

E- É, madeira não, madeira vai caindo aí dois, três, quatro, cinco, seis anos vai caindo ali, ali vai apodrecendo tudo, né.

P- Ahhh!

E- Então, ela vai adubando a terra, a terra vai criando força novamente.

P- Então, ela cria força por causa disso mesmo...

E- ... é, por causa disso...

P- ... porque vai caindo as coisas e ela vai recuperando.

E- Vai recuperando.

P- Ah, tá! Agora, ela nunca se torna uma madeira igual uma mata virgem?

E- É só madeira... mata virgem demora muitos anos, né; nós lá temos capoeira, lá no Cardoso, no Santa Cruz já está na mata virgem.

P- Já está uma mata virgem?

E- Já. Mas só que, igual capoeira do pai do Júlio Cardoso vamos dizer que nunca foi tocada nele, derrubado uma vez lá ficou, aquele tem uma mata virgem completa, não dá diferença nenhuma quase. E mesmo pra cá, na nossa, quando nós desmatemos que nunca mais foi tocada, que foi deixada lá trinta, quarenta anos aquilo tudo está mata virgem também, outra capoeira ali. Agora, ali, igual aquelas matas que você viu por ali, que passemos por ali, aquela está na base de uns vinte ou vinte e poucos anos aquela ali nós chamamos de capoeirão, sabe.

P- Capoeirão, com vinte anos assim?

E- É, nós chamamos de capoeirão.

P- Mas, por causa do tempo...?

E- Não, é por causa que está se formando madeiras mais grossas, mais graúdas, enormes.

P- Ah!

E- Então, nós chamamos de capoeirão aquilo ali, na nossa linguagem, né.

P- Certo.

E- Pode ser que tenha outro nome...

P- ... hum, hum...

E- ... mas na nossa chama capoeirão.

P- E cada vez que esse terreno vai se esgotando e essa mata cresce, cada vez é diferente a mata até...?

E- ... ah, sim...

P- ... a hora que o senhor disser assim "olha, agora eu vou deixar isso porque tá precisando recuperar essa terra"?, mas cada vez que ela cresceu antes disso era uma mata diferente?

E- Diferente a mata, era diferente.

P- Até um ponto que chega quando o senhor falou que cria só um mato...?

E- ... é, geralmente...

P- ... nasce árvores diferentes?

E- Se você derruba árvores, vamos ver, mata virgem, derrubou, ali vai nascer -- hoje eu esqueci -- jacatirão a pororoca vai nascer várias árvores que não existiam ali.

P- Ah, não existia ali, ela vai nascer?

E- Derrubou uma mata virgem diferente, sabe, aí nasce jacatirão, nasce pororoca, nasce a grandiu(?), que nós chamamos uma madeirinha fraca, enfim... outra: tapiá outras madeira que

eu esqueci o nome, sabe, não lembro. Então, nasce aquilo ali, depois, se você deixar aquilo ali, não tocar mais, aí depois de um tempo ela volta com madeira diferente outra vez.

P- Ah, nossa!

E- Aí se cria lá no Júlio... que eu falei do pai do Júlio Cardoso, que ele tem perto de uns sessenta anos lá, nunca mais foi tocada, acho que tem mata até de mata virgem mesmo, árvore.

P- Ah, tá!

E- Mas cria madeira diferente.

P- Qual uma árvore de mata virgem? Quais são?

E- Mata virgem tem taperoba, tem da jarapaçu, dá, enfim, tocuruvu [tocurubu], dá canela.

P- Aquela madeira branca que o senhor mostrou pra mim, que o senhor falou que era parente do pau-brasil, como é o nome?

E- Aquela lá é araçá.

P- Araçá? Uma madeira branca, aquela lá é de mata virgem?

E- Também dá em mata virgem.

P- Ela já é... então ali já tá recuperando?

E- É ali já, já. Aquilo dá em mata virgem, aquela madeira ali.

P- Ali onde a gente andou perto do Sítio Grande ali, aquilo ali já foi um lugar todo...

E- Parte ali pra cima é mata virgem, ali a parte.

P- É onde a gente andou mesmo...

E- Agora onde nós andemos ali já foi desmatado.

P- Já foi desmatado... e ali o que seria? Uma capoeira ou um capoeirão?

E- Agora é capoeirão.

P- Ali é capoeirão.

E- Capoeirão, quase mata virgem agora.

P- Ah, tá!

E- É capoeirão. Agora, ali já foi tudo desmatado. Agora, dali pra cima, pouquinho pra cima já, ali onde nós... {da canaleta}, dali pra cima já é mata virgem.

P- Ah, é?

E- Não foi desmatado nunca.

P- Ah, tá.

E- A própria natureza deixou e está até hoje.

P- Um dia, quando a gente for lá, seu C., eu queria que o senhor me mostrasse... eu queria entrar num lugar que fosse mata virgem para eu sentir, ver seu eu consigo sentir a diferença.

E- É fácil de entrar, né, na mata virgem.

P- É pra eu ver...

E- ... ali pro Sítio Grande é mais fácil do que pro Salvaterra, Salvaterra está muito lá em cima, sabe.

P- Ah, sim.

E- E ali tá mais próximo da mata virgem.

P- Porque o Salvaterra a gente teria que continuar ali onde está a roça dos índios até...

E- ... andar pra cima uma pouquinho...

P- ... o começo daquelas montanhas, né?

E- Então, o começo da montanha aí é mata virgem.

P- Ainda é longe ali, né?

E- Não, é pertinho ali. Ali no Sítio Grande, dali daquelas canaletas pra cima ali já começa mata virgem.

P- Ah, ali mesmo?

E- Já. Só que mata virge também tem suas partes, de vários, vários lugares a vegetação é diferente também.

P- Ah, é?

E- Então, você vai num mato feio, capim por baixo, capinzal, vai noutro já é limpinho, bonito...

P- ... ahhh!

E- ... noutro lugar você pega um espinho, é cheio de espinhos de brejaú e de outras coisa.

P- Ah! Eu estava achando que era um único jeito.

E- Não, não, tem várias diferenças.

P- Tem várias diferenças?
 E- Tem. Várias diferenças.
 P- Ah, tá!
 E- No tempo de... você às vezes pega uma lugar que tem um espigão daqueles, chama espigão, né, pra subir, andar nele, já cheio taquara, sei o que lá, e assim por diante.
 P- Ah!
 E- Tem várias diferenças.
 P- Quer dizer, não adianta que se eu vou num lugar eu vou conhecer um aspecto só...
 E- ... é, um aspecto só...
 P- ... não estou vendo toda a Natureza da Ilha do Cardoso.
 E- Não, não, não.
 P- Na verdade, pelo o que eu estou percebendo, parece que cada lugar que eu vou eu estou encontrando uma característica diferente.
 E- Lógico que tem!
 P- Eu já senti que a mata que nós andamos para o Sítio Grande diferente daquela mata que a gente andou lá pro Sta Cruz.
 E- É lógico que é diferente. Agora se você pegar ali onde nós fomos ali tem muita capoeira, mas se nós subirmos a serra lá em cima, só andarmos pela serra, igual eu andava e caçava, você vê um, nós chamamos espigão, vê uma parte daquele como... um tipo de mata, quer dizer, a mata é quase o mesmo, sabe, mas a vegetação de baixo é diferente, sabe.
 P- Já é diferente...
 E- Pega o outro lado já tem outro aspecto, parece.
 P- Bem próximo o senhor já pode ver duas características diferentes.
 E- Pode. E é [?], sabe. Que a mata virgem é quase o mesmo, sabe, ...
 P- Certo, por baixo já tem coisa diferente.
 E- ... mas por baixo tem coisa diferente.
 P- Vegetação diferente.
 E- Isso.
 P- Tá certo. Eu estou achando que é tudo a mesma coisa!
 E- Não, não.

- *A única parte mais direita que tinha lá era do papai mesmo, da mamãe lá.*

P- Os sítios tinham todos o mesmo tamanho ou tinham tamanhos muitos diferentes?
 E- Olha, a turma... eu não sei bem explicar isso aí porque já tinha muita gente que brigava as terras, sabe, mas, pelo que eu entendi o Santa Cruz e o Salvaterra, que eu vi o imposto pago, era 121 hectares, cada um daqueles dois sítios, sabe.
 P- Ah, cada um tinha, quer dizer, tinham o mesmo tamanho?
 E- É. Realmente mesmo tamanho, mas tinha o Simões que tinha o sítio pequeno [Sítio Pequeno(?)], que no final acho que tinha uns 1000 alqueires.
 P- Alquere e hectare é diferente?
 E- É, alquere e hectare é diferente.
 P- O senhor sabe qual é a relação?
 E- Olha, eu não sei bem, sabe. Pra quem não conhece, não estudou, mas...
 P- Porque eu sei que é diferente, né.
 E- É diferente sim, mas não sei bem.
 P- Acho que meu irmão sabe.
 E- A metragem, né. Só sei que um alqueire de terra são 24.200 metros quadrados.
 P- Tá, é isso mesmo que meu irmão fala.
 E- É um alquerie. Agora o hectare eu não sei quantos metros quadrado dá.
 P- Certo, teria que ver por aí.
 E- Aí, acho que deve dar metade de um alqueire. Porque parece que, se não me engano, 121 hectare que nós pagava de imposto daria 49 alqueires, coisa assim, ou 50 alqueires.
 P- 121 hectare?

E- É, 121 hectare.

P- Cada sítio. E cada hectare era 24 mil e alguma coisa de metros quadrados?

E- Não, cada alqueire.

P- Cada alqueire.

E- Então, são 24.200 m² por aí, assim. Também a gente não estudou muito porque... eu aprendo...

P- Mas, o senhor pagava imposto?

E- Pagava, pagava.

P- Ah, pagava imposto do sítio?

E- Pagava, tem um monte de [?] aí guardado, papai... Tinha um bocado de imposto... tem da Marinha, nós pagávamos imposto da Marinha. Acho que devo ter um bocado ainda guardado aí. O ano passado, atrasado eu queria do Salvaterra ali o INCRA, só que não veio o imposto do INCRA, até agora não veio nada. Eu fui cadastrei o Salvaterra no INCRA também, só que até agora não veio nada prá pagar imposto.

P- Mas, quando paga o imposto do sítio, por exemplo, isso aí já não é um documento que prova que a pessoa era lavrador?

E- É, acho que é. Não. Não sei.

P- O caso da D.Domingas, por exemplo?

C- O caso da D.Domingas ela disse que é, tem que ter a nota, nota, como é?

P- Produção lá o senhor falou...

E- Produção. Nota produtora.

P- Que eu fico pensando que valeria!

E- É devia valer, né.

P- Devia valer! Porque se pagou imposto e tem o papel que pagou esse imposto de sítio prova que a pessoa morava no sítio e fazia alguma coisa no sítio. Deveria ser um documento...

E- ... deveria ser o ideal, né...

P- ... considerado para pedir aposentadoria, né.

E- Devia ser uma coisa ideal, né.

P- Eu não sabia que tinha isto...

E- ... e pagava... Que o nosso sítio Santa Cruz, a nossa parte nós vendemos pra tirar o papai de lá, sabe. Foi vendido, nós não temos mais nada no Santa Cruz. A parte da minha mãe nós vendemos.

P- Ah, é?

E- No Santa Cruz lá.

P- Ah!

E- Papai não queria aceitar, papai disse: "Só saio daqui se eu vender o sítio, se não vender eu morro aqui".

P- Ah, só assim pra ele sair!

E- É, "só saiu daqui se vender". Nós não queríamos vender, sabe, mas papai... pra tirar ele de lá nós fomos obrigados a vender. Vendemos, demos o sítio!!

P- Venderam pra quem?

E- Vendemos prum cara de Santo André.

P- Ah, é.

E- Ele chegou conversar com meu pai, é amigo da gente, dono daquela casa que nós tomamos conta ali, sabe. Aí um dia meu pai chegou do sítio, ele falou: "Seu Agostinho, quer vender o sítio?" Papai disse: "Eu vendo, vendo". Quanto o senhor quer no sítio?" "Eu quero dois milhão." Mas não era dois milhão era dois mil cruzeiro já, de milhão já tinha ido pra mil cruzeiro. "Eu quero dois milhão". Daí o {cara}: "Tá bom, eu compro". Aí quando foi outra vez eu falei: "Olha, seu Pedro não dá. Como é que o senhor vai... meus irmãos num aceita isso. Nós temos que fazer procuração, botar procuração porque papai já está na lei do caduco, com quase oitenta ano, não pode vender isso aí. E os filhos {não} são casados e não vão aceitar isso aí". [disse o comprador:] "Ah, então eu dou dois e quinhentos". Aí eu falei pra ele [?]. Dois e quinhentos não valia nada também. É mesma coisa que o dinheiro agora, pegar dois e quinhentos agora, é a mesma coisa assim, de ter caído...

P- Dois milhões e meio, né, por exemplo?

E- É, é, tinha caído de dois milhões e meio, tinha caído de mil pra um. Que nem agora, não caiu o ano passado de mil pra um?

P- Sim, sim.

E- E agora esse mil não vale mais nada! Então, é mesma coisa que agora, dois mil cruzeiro, dois e quinhento.

P- Quer dizer que se houver indenização quem vai receber é esse homem?

E- É, indenização. É, disse ele que paga o INCRA, tão pagando ainda. {Quem vai pagar é ele, da parte dele... nosso é ele}. Que ele tinha documentação [?]. A parte de mamãe, de mamãe era registrado em cartório tudo direitinho, que foi de partilha dela, que era do inventário do meu avô, e minha mãe fez tudo direitinho pra repartir. João Cardoso e comadre de [ou {com mais}] papai trouxe no cartório aí e registrou, sabe. Ela fez tudo tudo direitinho. Então, a única parte mais direita que tinha lá era do papai mesmo, de mamãe lá.

P- O seu João Cardoso?

E- Ele tem a partilha do pai dele também, sabe.

P- Tem a parte dele!

E- Ele tem o documento velho do sítio que também está com ele.

P- Ah, é.

E- Quando o meu pai morreu deixou em casa de A, minha irmã, sabe, quando veio do sítio [?]. Quando foi vendido a parte do papai, de mamãe, a minha irmã A que tomava conta do sítio, os documento ela deu pro J.C.. O J.C. guardar. Um dia que você for lá pergunte pra ele que ele tem.

P- Ah, vou perguntar.

E- Vê se ele não jogou fora ainda.

P- Ai!

E- Está muito rasgado, muito velho, muito antigo, coisa muito antigo. Aquilo ali nem sei que época que meu avô comprou aquilo.

P- Ah, gostaria de ver, deve ser um documento bem antigo, né!

E- É muito antigo mesmo. Agora...

P- ... do avô ainda!

E- ... a data que meu avô comprou aquilo sítio lá eu não sei.

P- É, seria interessante ver. Ah, eu vou lá pedir pro seu J me mostrar.

E- É, ele talvez tem, se ele não jogou fora ele tem. Quem sabe ele guarda.

P- É, eu acho que ele guarda, ele sabe que é importante. É um documento importante, né.

• *Limites eram... acordo acho, devia ser, né, dos antigos.*

Aqui tá uma pergunta que eu nem sei se eu vou fazer agora porque tá acabando a fita, vamos ver: se não havia cerca como é que cada um sabia até onde ia um sítio e começava o outro? Como é que eram os limites?

E- Limites era... acordo acho, devia ser, né, dos antigos.

P- Ó, veja, o senhor me levou lá, nós saímos do Salvaterra, como o senhor sabia que já tinha entrado no Sítio Grande?

E- É pelos... o que a turma respeitava, os antigos, né.

P- O que que é isso?

E- É, vamos dizer, né, suponhamos: no Santa Cruz, pega ali onde tá Tunico, sabe?

P- Sei.

E- Ali onde tem uma mata virgem ali?

P- Tem, tem, ali atrás naquele barranco.

E- Então, aquilo é o respeito, divisa...

P- ... aquela, aquele...

E- ... dali pra lá é o Santa Cruz...

P- ... aquela mata?

E- ... é, pra cá é o Salvaterra. Sítio Grande é mesma coisa. Então, eles deixavam um aceiro a turma chama de aceiro, sabe, uma mata virgem, madeira assim...

P- Ahhh!!

E- ... então a madeira era respeitada assim. Pra cá era Salvaterra, pra cá Sítio Grande, pra lá Jacariú, Pirizal, e lá é outro sítio.

P- Deixava um pedaço de mata...

E- ... é algumas árvore de mata virgem.

P- Certo, pra marcar...

E- ... marcar o...

P- ... o limite do sítio.

E- É, o limite do sítio. Lá no sítio...

P- Em que momento que a gente passou pro Sítio Grande, que eu não peguei?

E- Não dá pra... num dá pra...

P- Não dá pra localizar, né.

E- Não, só se a gente for lá perto e...

P- Não é no lugar que a dona Isabel caiu? Mais pra frente.

C- Não. É mais ou menos naquela valinha que rodeamos por cima, por ali, por ali. Não tem a valinha ali que nós passamos...?

P- Sei, sei.

E- ... que rodamos assim por cima, sabe?

P- Sim, sim, sim.

E- Por ali mais ou menos, naquela direção.

P- Ah, eu ia perguntar pro senhor quando a gente tava lá mas acabei esquecendo.

E- Naquela direção ali. Que ali pega a mata virgem do morro, sobe pra cima, por ali. Pra cá Salvaterra, nós trabalhávamos pra lá, {não trabalha mais}. Uma vez o nosso sítio Santa Cruz foi demarcado por engenharia, por um engenheiro, e esse... o pai desse Leonel, era um {pastor}, [tal] de vida respeitado, derrubou uma roça, essa parte pertence hoje ao Pirizal, aí o dono do Pirizal, que era outra pessoa, foi lá embargaram a roça dele. Ele não aceitou o embargo. Aí levaram engenheiro lá e cortaram... demarcaram. Só um lá que foi demarcado que eu me lembro, só a divisa do Sta Cruz com o Pirizal. O resto era tudo respeitado assim por... um respeitava... eu acho que é coisa dos antigo, sabe.

P- Mas hoje seu C, mesmo, assim, já cresceu a mata, em alguns lugares como o senhor falou já está até com características de mata virgem, ainda o senhor consegue reconhecer as divisas, os limites?

E- Quem está acostumado ainda consegue, né.

P- Isso, quem está acostumado...

E- ... é no lugar que tá acostumado, né...

P- O senhor consegue perceber...

E- ... é lógico, lógico...

P- ... saber onde que é o limite?

E- É lógico.

P- Ahh!

E- Sítio Grande, Salvaterra...

P- Até onde, até que sítio que o senhor consegue?

E- E depois na... não, só mais ou menos ali Salvaterra e Sítio Grande, e Santa Cruz. Que a gente estava acostumado, né.

P- Do Sítio Grande, se a gente continuasse no Sítio Grande o limite do Sítio Grande do outro lado o senhor já não sabe?

E- É, o limite do Sítio Grande do lado de cá é o Rio Pereque. Do Rio Pereque prá lá já é o Itacuruçá. Já foi vendido pro... era do Governo, doutor Artigas vendeu pro Governo, sabe. Foi desapropriado pelo Governo o Itacuruça. Tem dois sítio desapropriado pelo Governo lá na Ilha do Cardoso: Itacuruça que era do dr. Artigas e agora o filho do Paulo Gomes conseguiu receber também o Barreirinho. Só que aí o sítio também não é tão grande como esse, ele vendeu mil alqueires pro Governo. Vendeu mil alqueires. Recebeu dinheiro lá adoidado agora. Não sei quantos milhões de dolares recebeu o, acho que chega a milhão, sei lá.

E ele tinha feito acordo pra receber em parcelado, sabe, depois fizeram outro acordo e ele recebeu tudo de uma vez só. Ele comprou casa aqui no campo, comprou mais umas chácaras não sei onde aí, comprou dois carros -- e eles são uma família grande, não é de um só --, comprou dois carros zero km, desses modernos, sei lá que carro foi, comprou em Santa Catarina mais sei lá o que também, da parte do dr. Carlos. Só que eles são advogados, o dr. Carlos é advogado, o irmão dele era advogado nestes tempos foi promovido a outra coisa, mas é advogado, o irmão dele é médico, os irmãos são médicos, outros são não sei o que lá, são tudo gente estudado, né. Então, eles tem como se mexer, né, como pressionar o Governo.

P- Eles mais do que ninguém sabem como fazer. Estudou até Direito.

E- Tudo eles são formados em Direito, quer dizer, não porque um é médico, mas é a mesma coisa quase.

P- Conhecem bem as leis.

E- Mas o Carlos, o dr. Carlos, ele é advogado, formado advogado, depois não sei se foi promovido pra promotor, se é juiz, não sei, mas é formado advogado. Agora, os irmão dele, dr. Carlos Gonzaga Gomes, não, Luiz Gonzaga Gomes, que foi que curou esse meu dedo aqui, arrumou esse meu dedo, é médico, o outro irmão dele também era médico, as irmãs não sei que, se era professora ou o que que era o marido também, que era formado. O pai deles era um médico também, Pedro Paulo Gomes.

P- Só uma pergunta. E pro fundo... os limites nas laterais... e de fundo tinha limites?

E- De fundo a turma limitava as terras, onde a turma lá o serro lá em cima. Pra lá já era outro sítio que pertencia ao Camburiú.

P- Quer dizer que é como se fosse indefinido?

E- É, no fundo não tinha limite.

P- Não tinha limite?

E- Que lá em cima não tem limite com ninguém, sabe,

P- Não tinha nenhum sítio quando termina... assim, no fundo do sítio não tinha outro sítio?

E- Não, ali não. Ali tem o Camburiú, tem a Laje...

P- ... do outro lado.

E- Do outro lado. Que também...

P- Que também começa no litoral e sobe.

E- ... e sobe. No meio do mar grosso e sobe até...

P- Quer dizer, atrás do Santa Cruz não tem um sítio, atrás do Salvaterra não tem um sítio?

E- Não tem, tem na parte já é o Camburiú ou senão o Laje.

P- Do outro lado da montanha. Longe.

E- Do outro lado da montanha. Não tem limite assim de dizer, que diga aqui é Camburiú e aqui é Salvaterra, aqui é Santa Cruz e aqui é...

P- Certo. E nem era necessário!

E- Nem era necessário porque a montanha não tem valor de nada, ali.

P- Certo.

E- Então não tem. Agora onde tem limite, que eu acho que deve ter é o Itacuruçá.

P- Ah, é?

E- Itacuruça tem limite. Itacuruçá, por exemplo, pra cá é... Itacuruça, da ponta pra cá é Itacuruçá até uma parte, prá é Panema de fora.

P- Ah, é.

E- Então parece que tem divisa.

P- Ah, tá.

E- Agora que eu saiba, limite é... imendado com a serra lá.

[Seu C parece fazer um grande esforço para encontrar uma resposta à minha pergunta. Com certa resistência ele acaba por definir os limites de fundo dos sítios como sendo "imendados com a serra".]

P- Ou mesmo aqueles... deveria ter sítios entrando pelo rio Jacariú, com certeza os que tinham frente pro rio tinham que ter fundo limitado com...

E- ... com a serra, a serra.

P- Com a serra também?

E- É, é, tudo lá em cima na serra, na serra.

P- No meio da serra.

E- Nem lá na serra, em cima, tem muita gente que nunca foi.

P- É?

E- Tem muita gente criou-se ali, morreu velho...

P- O senhor conhece todas as serras?

E- Não, não, não. Eu conhecia um pouco, sabe. Toda não. Por exemplo, eu Jacariú eu andei lá pra beirada da serra assim só, mas lá em cima eu nunca subi. Santa Cruz eu consegui subi lá, tem um pico lá em cima assim [?], esse eu fui uma pá de vezes. Itacuruçá parece que eu fui umas duas ou três vezes até o pico do meio, que lá são três, que nós chamamos Três Irmãos, outros chamam Três Marias.

P- É um que a gente vê daqui, né?

E- Pois é.

P- Quando a gente tá indo a gente já está vendo, né...

E- ... já tá vendo...

P- ... Três Irmãos, né.

E- Eu chamo Três Irmãos, nos cunhamos Três Irmãos, mas outras pessoas chamam Três Marias, não sei qual o nome verdadeiro, sabe. Então, eu conheço o baixinho e o do meio, o de fora nunca fui ele também. E aqui no Sítio Grande eu fui até onde nasce aquela cachoeira.

P- É muito mais pra dentro ainda?

E- Ih, tem que entrar bem [?], bem no centro da Ilha.

P- Tem que caminhar muito ainda?

E- Ih, Meu Senhor, ali tem que caminhar a cachoeira inteira, bastante. Tem uma parte lá que ela é subterrânea, sabe. Só escuta o barulho d'água assim, aí a cachoeira mergulha. Não sei quantos metros pode dá porque, mas acho que dá quais uns... um quilômetro não dá mas...

P- ... é uma espécie de uma caverna?

E- ... acho que dá mais. É, acho que sim, né, por baixo tinha um... A água some, em algum lugar você escuta o barulho dela, de lá não escuta. Lá em cima na frente a cachoeira abriu outra vez. Então a cachoeira abriu, aí você vai até onde começa a fazer um raminho pra lá, outro raminho vai indo pra lá, tudo... aí já é o fim da cachoeira. Agora, no Santa Cruz eu fui até o salto da cachoeira, também não subi pra cima. Tem uma queda grande com uns 20 metros de altura onde a água desce e cai. Dali pra cima tem boa distância pra chegar lá.

P- Quanto que ela teria em comprimento assim de lá de baixo até lá em cima? O senhor calcula... a gente ir subindo.. uns 5 quilômetros?

E- Não tem, não tem isso.

P- Não tem.

E- Uns 2 quilômetros assim... não dá pra ter noção, né.

P- É, é muito difícil de calcular, né.

E- É difícil de calculá, mas eu acho que deve ter uns 2 quilômetros de curso.

P- De curso. É, não é muito, né.

E- Não, não é muito.

P- Eu acho pouco.

E- É, parece que ela é longe por causa da dificuldade, né.

P- Da dificuldade de ir até lá.

E- Pedrão, só pedrão [?] de pedrão.

P- Tem que ir tomando cuidado pra não escorregar.

E- Mais por causa de cobra, mais por causa de cobra, viu, que ali as vezes tem cobra as vezes ali. Então...

P- De repente põe a mão assim é picado por uma cobra.

E- As vezes a cachoeira ali... existia cobra grande ali, então, naquele tempo -- hoje não, hoje a gente anda de bota -- mas quando me criei lá andava tudo descalço.

P- Nossa!

E- Andava aqueles morro, aquelas terras atrás de caça, porco-do-mato, tudo descalço.

P- Tudo descalço?

E- Tudo descalço. Então é o que eu falei pra ele: "o próprio índio". Que não tem outra...

P- É verdade.

E- ... mesma coisa!

P- É verdade.

E- "Acha que os índio usa bota?" Eu comprei quando era mocinho já, comprei... daquele tempo não existia sapato... chamava sapatão ferrado, sabe. Sapato com cravo por baixo, sabe. Eu comprei dois pares daquele pra usar. Depois o dinheiro era pouco, larguei de usar. Aí passou um tempo comprei uma bota de couro por aqui, também durou pouco tempo, larguei de usar.

P- Voltou a ficar descalço.

E- Voltei ficar descalço. Até que apareceu bota de borracha, aí passou um tempo apareceu bota de borracha, comprei uma. Essa durou bastante, então, daí pra cá a gente passou a usar bota de borracha. Mas isso é agora depois de velho, mas a criação mesmo é tudo descalço, né.

P- Quem se cria assim é difícil de acostumar com sapato, né? Sapato ou bota, qualquer coisa assim.

E- Não, a gente se acostumava, sabe, mas só que o problema que a gente num tinha dinheiro pra comprar sempre. Porque aquilo era sapatão que nós chamava, aquele cravado de ferro, cheio de cravo por baixo, porque era uma beleza porque ele gruda, né, o sapato.

P- E não cai, né.

E- Não escorrega.

P- Não escorrega.

E- Então, eu comprei dois pares, depois não comprei mais e fui obrigado a andar descalço mesmo. Não tinha jeito. Hoje não.

P- Seu C., se o senhor quiser ir jantar? É melhor o senhor ir porque...

E- Eu nem sei tem o que comer, viu! [risos]

P- Eu acho que sim... porque eu estava sentido um cheiro bom, viu! Eu vou por uma flechinha aqui até onde a gente foi e depois bem que a gente podia... Se der pra continuar um outro dia...

E- É outro dia porque... [acabou a fita]